



Relatório de Estabilidade Financeira

2007



Maio 2007
Volume 6 – Número 1

Relatório de Estabilidade Financeira

2007



Maio 2007
Volume 6 – Número 1

ISSN 1677-812X
CNPJ 00.038.166/0001-05

Relatório de Estabilidade Financeira	Brasília	v. 6	nº 1	maio	2007	P. 1 - 155
---	----------	------	------	------	------	------------

Relatório de Estabilidade Financeira

Publicação semestral do Banco Central do Brasil (Bacen)

Os textos e os correspondentes quadros estatísticos e gráficos são de responsabilidade dos seguintes componentes:

**Departamento de Supervisão Indireta e Gestão da Informação (Desig) – Apresentação, Sumário executivo e Super-
visão do Sistema Financeiro Nacional**
(E-mail: desig@bcb.gov.br)

Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab) – Evolução dos mercados financeiros
(E-mail: gabin.demab@bcb.gov.br)

Departamento Econômico (Depec) – Evolução dos mercados financeiros
(E-mail: depec@bcb.gov.br)

Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban) – Sistema de Pagamentos Brasileiro
(E-mail: deban@bcb.gov.br)

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf) – Organização do Sistema Financeiro Nacional
(E-mail: copec.deorf@bcb.gov.br)

Departamento de Normas do Sistema Financeiro (Denor) – Regulamentação do Sistema Financeiro Nacional
(E-mail: denor@bcb.gov.br)

Departamento de Estudos e Pesquisas (Depep) – Estudos selecionados
(E-mail: conep.depep@bcb.gov.br)

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Relatório de Estabilidade Financeira, Volume 6, nº 1.

Controle Geral de Publicações

Banco Central do Brasil
Secre/Surel/Dimep
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – M1
Caixa Postal 8.670
70074-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3414-3710 e 3414-3567
Fax: (61) 3414-3626
E-mail: editor@bcb.gov.br

Tiragem: 900 exemplares

Convenções Estatísticas

- ... dados desconhecidos.
- dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0 ou 0,0 menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
- * dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (1970-75) indica o total de anos, inclusive o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (1970/75) indica a média anual dos anos assinalados, inclusive o primeiro e o último, ou ainda, se especificado no texto, ano-safra, ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e dos gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Central de Atendimento ao Público

Endereço: Secre/Surel/Diate
Edifício-Sede – 2º subsolo
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília – DF
DDG: 0800 9792345
Fax: (61) 3414-2553
Internet: <http://www.bcb.gov.br>

Índice

Apresentação	7
Sumário executivo	9
Evolução dos mercados financeiros	13
1.1 Introdução	13
1.2 Mercado financeiro nacional	14
1.3 Mercados financeiros internacionais	20
1.3.1 Fluxos internacionais de capitais	22
1.3.2 Instituições financeiras	26
1.4 Conclusão	30
Supervisão do Sistema Financeiro Nacional	33
2.1 Introdução	33
Cooperativas de crédito	34
Depósitos de poupança	34
Fundo Garantidor de Créditos	35
2.2 Estrutura patrimonial	36
2.2.1 Ativos	36
2.2.2 Passivos	38
2.2.3 Patrimônio líquido	39
2.3 Resultados	40
2.4 Capital e limites	42
2.4.1 Índice de Basiléia	42
Evolução	43
Concentração do PR e do PLE	44
Composição do PR e do PLE por segmentos	44
Desenquadramentos ao Limite de Basiléia	46
2.4.2 Limite de Imobilização	46
Evolução	47
Composição do PRA e do AP por segmentos	47
Desenquadramentos ao Limite de Imobilização	48
2.5 Riscos	49
2.5.1 Operações de crédito	49
Operações baixadas como prejuízo	51
Coobrigações	51

Maiores devedores do SFN	52
Distribuição dos cem maiores devedores segundo o setor econômico	52
Classificações das operações de crédito	53
Inadimplência	56
Provisão	56
Provisão constituída/provisão mínima	56
2.5.2 Exposição em moedas estrangeiras e ouro	57
Pontos de destaque do período	57
Exposição líquida na cesta de moedas	57
Volume de posições comprada e vendida na cesta de moedas	59
Exposição líquida das moedas da cesta	59
Exposição líquida das moedas não integrantes da cesta	60
Exposição líquida na cesta por segmento	61
Volume de posições comprada e vendida na cesta por segmento	62
Concentração do SFN	62
2.6 Cenários de estresse	64
2.6.1 Universo analisado	64
2.6.2 Estresse de risco de crédito	65
2.6.3 Estresse de taxa de juros e de câmbio	65
2.6.4 Avaliação dos resultados	66
2.6.4.1 Situação inicial	66
2.6.4.2 Cenários de estresse de alta	66
Aumento do risco de crédito	66
Aumento das taxas de juros e de câmbio	67
Aumento das taxas de juros, de câmbio e do risco de crédito	68
2.6.4.3 Cenários de estresse de baixa	69
Baixa das taxas de juros e de câmbio	69
2.7 Conclusão	70

Sistema de Pagamentos Brasileiro

85

3.1 Introdução	85
3.2 Principais desenvolvimentos no segundo semestre de 2006	87
3.3 Desempenho dos sistemas de liquidação	88
3.3.1 Sistemas de transferência de fundos	88
3.3.1.1 Sistema de Transferência de Reservas	88
3.3.1.2 Sistema de Transferência de Fundos	92
3.3.1.3 Sistema de Liquidação Diferida das Transferências Interbancárias de Ordens de Crédito	93
3.3.1.4 Centralizadora da Compensação de Cheques e Outros Papéis	94
3.3.2 Sistemas de compensação e de liquidação de títulos e valores mobiliários, derivativos e câmbio interbancário	94
3.3.2.1 Sistema Especial de Liquidação e de Custódia	95
3.3.2.2 Câmara de Custódia e de Liquidação	96
3.3.2.3 Companhia Brasileira de Liquidação e de Custódia	97
3.3.2.4 Câmara de Ativos da BM&F	98
3.3.2.5 Câmara de Derivativos da BM&F	100
3.3.2.6 Câmara de Câmbio da BM&F	102

3.4 A indústria de cartões de pagamento	102
3.5 Conclusão	105

Organização do Sistema Financeiro 113

4.1 Introdução	113
4.2 As estratégias de mercado e o quantitativo de instituições no SFN	114
4.3 Processos de reorganização, estrutura de capital e dinâmica operacional do SFN	116
4.4 Microfinanças	117
4.4.1 Sociedades de Crédito ao Microempreendedor	118
4.4.2 Cooperativas de crédito	118

Regulamentação do Sistema Financeiro Nacional 121

Introdução	121
Fundo Garantidor de Créditos	121
Conta-corrente salário	122
Operações de microcrédito	124
Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos	125
Conta de registro e controle de fluxos de recursos	125
Depósitos interfinanceiros	126
Operações de câmbio	126
Direito de quitação antecipada	127
Combate à lavagem de dinheiro	128
Financiamentos imobiliários	128
Exposição em ouro e em moedas estrangeiras	130

Estudo selecionado 131

Impacto do Uso do Mitigador Garantia Real na Exigência de Capital para Risco de Crédito do Sistema Financeiro Brasileiro	133
--	-----

Boxes

Matriz de Migração de Classificação de Crédito	54
Conceitos e Metodologias	72
Conceitos e Metodologias – Operações de Crédito	77
Conceitos e Metodologias – Exposição Cambial	78
Conceitos e Metodologias – Cenários de Estresse	80
Metodologia <i>Riskmetrics</i> para Calcular Valor em Risco	81
Abordagem Híbrida para Calcular Valor em Risco	83
Visão Geral do Sistema de Pagamentos Brasileiro	107
Desmutualização de Bolsas de Valores, Mercadorias e Futuros	108
Risco Operacional – Continuidade de Negócio – Novos Princípios	110

Apêndice 149

Apresentação

O “Relatório de Estabilidade Financeira” é uma publicação semestral do Banco Central do Brasil que objetiva mostrar diagnóstico sobre a eficiência, solvência e solidez do Sistema Financeiro Nacional (SFN), no escopo da política recomendável de transparência da autoridade monetária e da convergência de expectativas dos agentes dos sistemas financeiros mundiais.

Os dados relativos aos últimos seis meses de 2006 e, em algumas seções, os relacionados aos primeiros meses de 2007 são fundamentos deste Relatório que é constituído por seis capítulos: Evolução dos mercados financeiros; Supervisão do Sistema Financeiro Nacional; Sistema de Pagamentos Brasileiro; Organização do Sistema Financeiro Nacional; Regulamentação do Sistema Financeiro Nacional; e Estudos selecionados.

O primeiro capítulo destina-se a descrever o comportamento recente dos mercados financeiro, doméstico e internacional e suas influências na condução da política monetária e de crédito.

No capítulo subsequente, o foco encontra-se na composição e na evolução dos ativos, dos passivos e do patrimônio líquido, na análise de resultados, na adequação ao limite de Basileia e ao Limite de Imobilização, nos riscos de crédito e de mercado. Nos testes de estresse, realizados sob vários cenários econômico-financeiros, são analisados os impactos sobre a adequação ao limite de Basileia, consideradas eventuais oscilações extremas da taxa de câmbio, das taxas de juros e da deterioração da qualidade dos créditos. Nesse semestre, estão sendo incluídas análises sobre depósitos de poupança e sobre o Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

O capítulo três trata do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), que se constitui em conjunto de procedimentos, regras, instrumentos e sistemas operacionais integrados, usados para transferir fundos do pagador para o

recebedor. Este capítulo contém análise das medidas adotadas para garantir a segurança e gerenciar riscos sistêmicos, cuja responsabilidade está a cargo deste Banco Central, por via de mandato regulamentado pela Lei 10.214.

O capítulo dedicado à organização do sistema financeiro trata dos processos da reorganização contínua do sistema e seus efeitos sobre a estrutura societária das instituições financeiras, bem como suas características de atuação no mercado financeiro.

Quanto à regulação prudencial, comentada no capítulo cinco, é apresentada síntese dos principais normativos, destinados ao aprimoramento da organização e dos procedimentos do SFN.

No capítulo final, Estudos selecionados, é apresentado trabalho técnico, cujo tema está relacionado ao papel da autoridade monetária na supervisão bancária e na condução da política monetária. Esse artigo é de autoria de servidores do Banco Central do Brasil. O tema do trabalho, que não expressa a opinião do Banco Central do Brasil e é de inteira responsabilidade dos autores, refere-se ao impacto do uso do mitigador garantia real na exigência de capital para risco de crédito do sistema financeiro brasileiro.

A data-base utilizada no presente Relatório foi 31 de dezembro de 2006, enquanto que a data de corte para a formação da base de dados foi 1º de março de 2007. Em alguns dos capítulos, foram utilizadas informações relativas ao primeiro bimestre de 2007. Eventuais divergências em relação à edição anterior e a outras publicações desta Autarquia são decorrentes de substituições de documentos, pelas instituições financeiras, no Sistema de Informações do Banco Central do Brasil (Sisbacen).

Sumário executivo

Os baixos índices correntes de inflação e a expectativa de cumprimento das metas inflacionárias mantiveram as taxas de juros em trajetória descendente. A inflação sob controle, a manutenção de elevados superávits fiscais primários e a redução da vulnerabilidade externa têm contribuído de maneira importante para a consolidação de um ambiente propício ao funcionamento estável e ao aprimoramento do mercado financeiro nacional. Adicionalmente, as condições de liquidez internacional mais favoráveis propiciaram a recuperação do mercado financeiro nacional. Notadamente, o mercado acionário atingiu níveis recordes de pontuação, motivado, também, pela continuidade do acesso pelas empresas de maior porte a essas fontes alternativas de financiamento.

No segundo semestre de 2006, o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) refletiu a melhora nas condições de crédito e a recuperação dos rendimentos reais e de emprego. O crescimento da atividade econômica brasileira esteve sustentado primordialmente pela demanda interna, o que refletiu o ciclo de flexibilização da política monetária, o aumento da renda e a estabilidade dos preços, com reflexo no incremento do volume de vendas do comércio varejista, em especial nos segmentos de material de construção e de veículos. Notou-se aceleração dos investimentos impulsionada pelas importações de bens de capital e pela construção civil, fato que evidencia as perspectivas favoráveis para a economia nacional.

A demanda por crédito continuou condicionada ao aumento dos financiamentos destinados às empresas, notadamente as de pequeno e médio porte, e aos consumidores em geral, não obstante o processo de relativa acomodação dos empréstimos consignados em folha de pagamento. O volume global de crédito bancário manteve a sua trajetória de crescimento em relação ao PIB. Destaca-se o expressivo crescimento dos financiamentos direcionados ao setor habitacional. O cenário macroeconômico favorável fortalece as perspectivas de continuidade da trajetória expansionista do crédito bancário no futuro próximo.

Corroborando com o ambiente benigno à economia brasileira, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) vem se mostrando sólido e suficientemente capitalizado para enfrentar eventuais percalços na sua trajetória de consolidação da estabilidade financeira. Do ponto de vista regulamentar, o nível de capitalização do sistema bancário se mantém em patamar confortável.

O retorno sobre o patrimônio sustenta sua tendência ascendente a despeito da diminuição da taxa básica de juros, e o sistema bancário brasileiro apresenta aumento da eficiência, refletido na contínua melhora do índice de cobertura das despesas administrativas pelas receitas de serviços.

A qualidade dos créditos concedidos pelo sistema apresentou melhora durante o ano passado, o que contribuiu para pequena redução relativa na provisão para créditos duvidosos. A taxa de inadimplência manteve-se estável e demonstrou que o nível de crédito na economia cresce paulatinamente, de forma consistente e saudável. O setor de microfinanças apresentou maior índice de retorno em decorrência do direcionamento relativamente maior dos seus recursos para operações de crédito.

As exposições líquidas das instituições, em moedas estrangeiras, não apresentaram grandes variações se comparadas a períodos anteriores. Quando submetidas a testes de estresses, principalmente no cenário de baixa das taxas de juros e de câmbio, as instituições mais representativas do SFN não seriam afetadas o suficiente para comprometer, de forma sistêmica, a solidez do SFN. Por outro lado, no final de 2006, 99,2% dos clientes detentores de depósitos com valor até R\$60 mil estavam cobertos pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

No segundo semestre de 2006, os principais arranjos de liquidação do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) funcionaram dentro da normalidade, com satisfatórios níveis de segurança, conforme atestam, inclusive, as análises de *back testing* rotineiramente realizadas.

O projeto de modernização dos instrumentos de pagamento prosseguem e, em sua fase atual, conta com a realização de estudos sobre a indústria de cartões de pagamento e com a pesquisa cujo objetivo é colher informações e dados dos comerciantes, credenciadores, emissores e entidades administradoras de cartões. Depois de analisados, esses dados e informações definirão as futuras ações no âmbito do sistema de pagamentos de varejo.

O nível de controle do risco sistêmico é destacado pelo normal funcionamento dos sistemas de transferência de fundos que fazem liquidação contínua ao longo do dia, em caráter irrevogável e incondicional. O gerenciamento de riscos das câmaras que atuam como contraparte central tem sido adequado para garantir a liquidação das operações nelas aceitas, seja no que diz respeito às metodologias por elas utilizadas para cálculo de sua exposição aos riscos de liquidação, seja quanto aos mecanismos de proteção adotados.

No segundo semestre de 2006, ocorreram diversos movimentos de ingresso e saída de instituições, assim como transferências de controle acionário, incorporações, cisões e mudança de objeto social, sem, contudo, alterar significativamente a estrutura do SFN. As estratégias adotadas pelas instituições financeiras basearam-se na busca por ganhos de escala e pela oferta de novos produtos, mediante a incorporação de novos segmentos de clientes não bancarizados, bem como pela ampliação das facilidades para o cliente no momento da concessão de crédito.

Os acordos operacionais e as parcerias entre instituições financeiras e redes de lojas varejistas mantêm-se com tendência de alta. Esses acordos têm sido úteis para as instituições aumentarem a sua capacidade de conceder crédito para os consumidores de baixa renda.

Paralelamente, o setor cooperativista manteve crescimento contínuo em termos absolutos com taxa superior ao do restante do SFN. O sistema cooperativista de crédito possui presença física, por meio de sedes ou postos de atendimento cooperativo, aproximadamente em 1/3 dos municípios brasileiros. Os normativos para o setor têm sido aprimorados para conduzir ao melhor reordenamento do sistema, de modo a atingir municípios que hoje se ressentem da oferta de serviços financeiros por parte das cooperativas de crédito.

A regulamentação prudencial do SFN seguiu sua trajetória de aperfeiçoamento com a edição, principalmente, do normativo que protege depositantes e demais credores de instituições integrantes do SFN. Foram alterados o valor máximo da garantia proporcionada pelo FGC e o percentual mínimo da contribuição mensal ordinária devida pelas instituições associadas ao referido fundo. Colaborou para a adoção dos novos parâmetros o cenário de estabilidade do sistema financeiro, decorrente do fortalecimento das instituições financeiras e do aprimoramento da regulamentação prudencial, elaborada em consonância com as melhores práticas internacionais.

Finalmente, o estudo técnico sobre o impacto do uso do mitigador garantia real na exigência de capital para risco de crédito tem por objetivo avaliar o efeito do uso de garantias reais na probabilidade de *default*, e, conseqüentemente, no nível de exigência de capital no sistema financeiro brasileiro. A literatura sugere que a existência de garantia em algumas operações de crédito elevaria a disposição do devedor de pagar seu compromisso, o que poderia se refletir em uma probabilidade de *default* mais baixa. A metodologia utilizada para o cálculo da exigência de capital está baseada na Abordagem IRB-Básico de Basiléia II. O trabalho também visa identificar um fator de equivalência da relação entre a exigência de capital para risco de crédito na Abordagem Padronizada Simplificada e a calculada a partir da Abordagem IRB-Básica, sob condições específicas.

Evolução dos mercados financeiros

1.1 Introdução

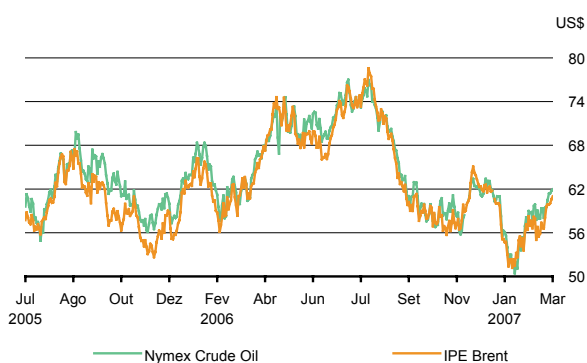
Os resultados macroeconômicos alcançados em 2006 – notadamente a manutenção de elevados superávits comerciais –, que possibilitaram o expressivo aumento das reservas internacionais, e a continuidade da política econômica austera contribuíram para que o País se tornasse menos vulnerável a choques externos e mais atrativo ao investimento estrangeiro. Nesse cenário, composto ainda por índices de inflação corrente e expectativas inflacionárias consistentemente alinhados com as metas de inflação, as taxas de juros mantiveram-se em trajetória declinante e perceberam-se avanços no rendimento do trabalhador e nas condições de crédito da economia.

O mercado financeiro nacional apresentou desempenho positivo ao longo dos últimos oito meses, embora as incertezas relativas à velocidade de desaceleração da economia norte-americana ainda estivessem presentes. A partir do quarto trimestre de 2006, após a redução dos temores de que aquela economia pudesse sofrer uma desaceleração brusca, intensificou-se o movimento de redução do risco-país, da taxa de câmbio e das taxas de juros futuros. A recomposição do fluxo de investimento para países emergentes favoreceu o mercado acionário, que registrou sucessivos recordes de pontuação. O ambiente de maior estabilidade econômico-financeira possibilitou, ainda, o crescimento do mercado de títulos e valores mobiliários privados, com aumento expressivo das ofertas públicas primárias. Esse cenário também contribuiu para que o Tesouro Nacional alcançasse as metas relativas à administração da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), e ampliasse a parcela de títulos de rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços, com alongamento de prazos, bem como obtivesse êxito em suas captações externas, particularmente nas denominadas em reais.

1.2 Mercado financeiro nacional

Durante o segundo semestre de 2006 e no início deste ano, o mercado financeiro nacional manteve-se influenciado significativamente pelo desempenho dos diversos mercados internacionais. No início do segundo semestre de 2006, ainda não haviam sido totalmente dissipadas as incertezas relativas à desaceleração brusca da economia dos EUA, que, ao final do primeiro semestre, haviam provocado o aumento da aversão ao risco de países emergentes e a busca por títulos do Tesouro norte-americano. Embora o desaquecimento mais forte do mercado imobiliário naquele país, a partir do segundo trimestre de 2006, tenha provocado a redução dos investimentos privados, os gastos de consumo das famílias e os elevados lucros corporativos sustentaram a atividade econômica norte-americana e afastaram o temor de desaceleração brusca daquela economia. Desse modo, a partir do último trimestre de 2006, observou-se novo fluxo de capitais estrangeiros para países emergentes¹.

Petróleo/barril



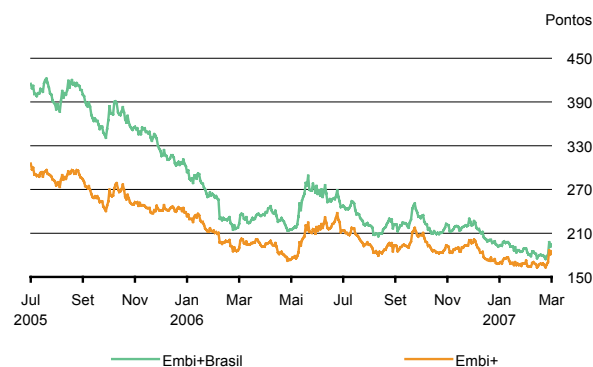
Fonte: Bloomberg

O preço do petróleo no mercado internacional apresentou expressivo recuo no segundo semestre², devido ao aumento dos estoques, ao arrefecimento dos conflitos no Oriente Médio, à redução do risco de prejuízos causados por furacões e à perspectiva de aumento da produção com a entrada em operação de vários projetos na Arábia Saudita, Nigéria e Angola. No entanto, no primeiro bimestre de 2007, a cotação da *commodity* mostrou-se mais volátil. Após ter atingido níveis inferiores a US\$52 o barril, beneficiada pelo inverno mais ameno no hemisfério norte e pelas dificuldades de controle da oferta pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), a cotação alcançou valores superiores a US\$60 o barril no final de fevereiro de 2007, com a persistência das tensões geopolíticas no Oriente Médio.

Internamente, a manutenção de uma política econômica austera³ e os elevados superávits comerciais formaram a base para que a economia ultrapassasse em um prazo relativamente curto os efeitos adversos da turbulência externa ocorrida ao final do primeiro semestre. Ao longo

-
- 1/ Na reunião de agosto de 2006, o *Federal Reserve* (Fed) decidiu manter a taxa básica de juros em 5,25% a.a. Ao longo dos últimos oito meses, o Banco Central Europeu e o Banco da Inglaterra, visando conter pressões inflacionárias, elevaram as suas taxas básicas de juros, respectivamente, de 2,75% para 3,50% e de 4,50% para 5,25%. No primeiro semestre de 2006, o Banco Central Europeu já havia elevado a taxa básica de juros de 2,25% para 2,75% a.a. O Banco do Japão, em julho, interrompeu a sua política de taxa de juros zero, elevando a taxa *overnight* e a taxa básica para empréstimos até alcançarem, a partir de 21 de fevereiro de 2007, 0,5% e 0,75% a.a., respectivamente.
- 2/ A cotação do barril do tipo Brent recuou para US\$60,13 em 29 de dezembro, após ter alcançado US\$78,63 em 7 de agosto, em função das tensões geopolíticas no Oriente Médio e da expectativa com a temporada de furacões no Golfo do México.
- 3/ O superávit primário do setor público em 2006 foi de R\$90,1 bilhões, ou 4,32% do PIB, 0,07 p.p. acima da meta estabelecida para o ano. Por sua vez, a política monetária de afrouxamento gradual preservou as conquistas relativas ao controle inflacionário.

Embi+



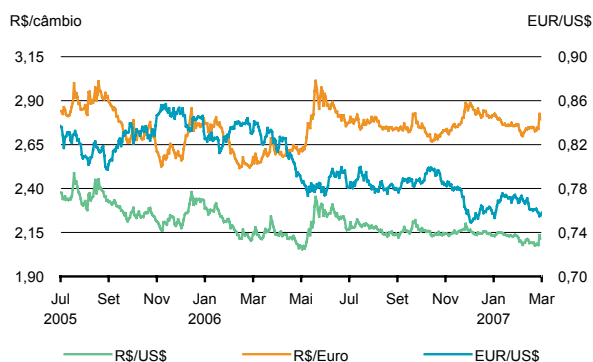
Fonte: Bloomberg

dos últimos oito meses, o risco-país e as taxas de juros e de câmbio retomaram a trajetória de queda, ao mesmo tempo em que o mercado acionário voltou a registrar recordes históricos de pontuação.

Após ter atingido 289 p.b. em maio, o risco-país, medido pelo *Emerging Markets Bond Index Plus* (Embi+), estabilizou-se no segundo semestre em torno de 220 p.b., e apresentou alguma elevação em setembro, devido às incertezas quanto à condução da política monetária pelo *Federal Reserve* (Fed) e à instabilidade política em alguns países emergentes. A partir do último trimestre de 2006, após a eleição presidencial brasileira e o arrefecimento dos temores de desaquecimento brusco da economia norte-americana, o risco-Brasil alcançou mínimas históricas e registrou 175 p.b. em 22 de fevereiro de 2007. De julho de 2006 a fevereiro de 2007, o risco-país recuou 54 p.b., enquanto a queda do risco dos emergentes foi de 30 p.b.

De julho de 2006 a fevereiro de 2007, o real apresentou relativa estabilidade, com ligeira apreciação em relação ao dólar (2,2%), alcançando 2,12 R\$/US\$ em 28 de fevereiro. Perante o euro e a libra esterlina, houve uma pequena depreciação, a partir de novembro. No período, o saldo em câmbio contratado foi de US\$24,9 bilhões, de um total de entradas líquidas de US\$44,5 bilhões pela via comercial. Do saldo em câmbio contratado, US\$10,7 bilhões foram acumulados apenas no primeiro bimestre de 2007. Em doze meses, até janeiro de 2007, o superávit comercial alcançou US\$45,8 bilhões⁴, e o investimento estrangeiro direto, US\$19,7 bilhões. O fluxo cambial positivo favoreceu a compra de moeda estrangeira pelo governo, o que contribuiu para a elevação das reservas internacionais, que atingiram US\$101,4 bilhões em 1º de março deste ano, ante US\$62,7 bilhões no final do primeiro semestre de 2006.

Taxa de câmbio



Fonte: Bloomberg

Com vista ao aperfeiçoamento do mercado de câmbio, no início do segundo semestre de 2006, o Conselho Monetário Nacional (CMN) editou resolução que permite a manutenção, no exterior, de 30% do valor das exportações, e amplia de 210 para 360 dias o prazo para a internação dos 70% restantes, ainda sujeitos à cobertura cambial⁵.

No segundo semestre de 2006, o mercado acionário recuperou-se da queda ocorrida no final do semestre anterior e encerrou o ano com valorização de 32,9%. No início do

4/ O elevado superávit comercial foi alcançado a despeito do aumento das importações, que, nos doze meses findos em janeiro, totalizaram US\$93,4 bilhões, enquanto as exportações, pelo mesmo critério, totalizaram US\$139,2 bilhões, ambos recordes históricos.

5/ Resolução 3.389, de 4/8/2006 e Circular 3.325 de 24/8/2006.

Índice Bovespa



Fonte: Bovespa

período, no entanto, a retração da liquidez internacional, imputando perdas aos mercados de capitais mundiais e favorecendo a aplicação em ativos de menor risco, levou à saída, de julho a setembro de 2006, de R\$1,7 bilhão de investimento estrangeiro da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). No quarto trimestre, o mercado mostrou-se predominantemente altista, com a volta dos investidores estrangeiros, que internalizaram R\$4,0 bilhões. A partir de janeiro de 2007, o Ibovespa manteve a trajetória de alta e alcançou o recorde histórico de 46.452 pontos, em 22 de fevereiro, porém mostrou-se mais volátil, devido ao movimento de realização de lucros, ocorrido ao longo de janeiro, e à venda generalizada de ativos no mercado acionário mundial no final de fevereiro⁶. De julho de 2006 a fevereiro de 2007, a valorização do índice foi de 19,8%.

Em 2006, foram realizadas 411 ofertas públicas primárias no mercado de títulos e valores mobiliários, totalizando R\$110,2 bilhões, dos quais R\$69,5 bilhões em debêntures e R\$14,2 bilhões em ações. Em relação a 2005, o crescimento no volume financeiro do total das ofertas primárias foi de 78,8%, com destaque para as ofertas de ações, que cresceram 225,9%; e de debêntures, que se elevaram em 67,2%.

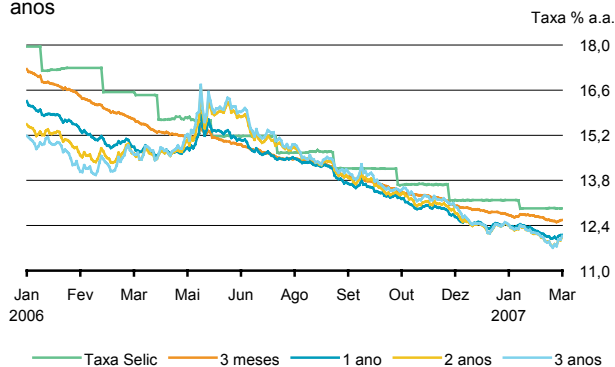
As taxas de juros futuros tiveram trajetória declinante ao longo dos últimos oito meses. No terceiro trimestre de 2006, a curva de juros apresentava inclinação positiva para prazos superiores a um ano, influenciada por temores em relação ao ritmo de desaceleração da economia norte-americana, pelo conturbado cenário político em alguns países emergentes e pelo recuo das cotações das *commodities* no mercado internacional. A partir de meados de dezembro, a manutenção de indicadores macroeconômicos internos favoráveis e o forte ingresso de recursos externos contribuíram para a redução da inclinação dos trechos intermediário e longo da curva de juros⁷. Entre 30 de junho de 2006 e 1º de março de 2007, as taxas de juros futuros para prazos de 1, 2 e 3 anos recuaram de 14,78%, 15,30% e 15,41% para 12,11%, 12,05% e 12,08%, respectivamente. Por sua vez, o trecho curto da curva de juros apresentou declínio contínuo das taxas e inclinação negativa para prazos de até seis meses, face à trajetória benigna da inflação

6/ No final de fevereiro, observou-se uma queda brusca das cotações da Bovespa, que acompanhou o forte movimento de vendas ocorrido nas bolsas internacionais, desencadeado pela bolsa de Xangai, em 27 de fevereiro.

7/ Ressalte-se, ainda, a revisão de perspectiva da classificação da dívida soberana para positiva pelas agências de classificação de risco *Standard & Poor*, em 22 de novembro de 2006, e *Fitch Ratings*, em 6 de fevereiro de 2007, e as bem sucedidas emissões de bônus da dívida externa em reais, com vencimento em 2022 e em 2028.

Evolução das taxas de juros

Taxa Selic e *swap* de 3 meses, 1 ano, 2 anos e 3 anos



Fontes: BM&F e Bacen

corrente e das expectativas inflacionárias. As taxas para prazos de 1, 3 e 6 meses apresentaram queda ao longo dos últimos oito meses e passaram de 15,01%, 14,77% e 14,66% para 12,71%, 12,57% e 12,34%, respectivamente.

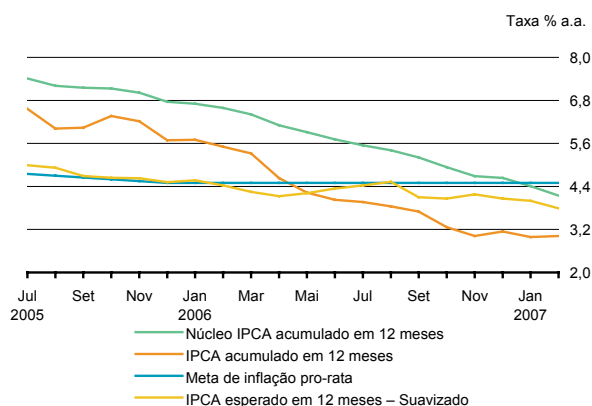
De julho de 2006 a janeiro de 2007, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa básica de juros em 225 p.b., atingindo 13% em 24 de janeiro. No mesmo período, o Conselho Monetário Nacional (CMN) reduziu a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) de 8,15% para 6,5%. A taxa de juros real de um ano⁸ declinou de 11,37%, em dezembro de 2005, para 7,82%, em 21 de fevereiro de 2007.

O volume negociado no mercado de juros futuros da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) entre julho de 2006 e fevereiro deste ano totalizou 120,2 milhões de contratos, o que representou um crescimento de 27,6% quando comparado com os oito meses compreendidos entre julho de 2005 e fevereiro de 2006. Houve uma migração das negociações para os contratos de prazos mais longos, estimulada pela maior participação de investidores estrangeiros. Os contratos de prazo de vencimento inferior a seis meses e os de prazo superior a dois anos alcançaram, nos oito meses findos em fevereiro de 2007, 36,6% e 16,4% do volume negociado, o que corresponde a uma redução de 11,4 p.p. e a um aumento de 10,8 p.p., respectivamente, em relação ao período de julho de 2005 a fevereiro de 2006. Entre o início de julho de 2006 e o final de fevereiro de 2007, houve um aumento da posição líquida comprada (em taxa) das pessoas jurídicas financeiras de R\$11,8 bilhões para R\$107,9 bilhões, e da posição líquida vendida (em taxa) dos investidores institucionais estrangeiros de R\$138,7 bilhões para R\$152,2 bilhões. A posição líquida comprada dos investidores institucionais nacionais recuou de R\$127,9 bilhões para R\$52,3 bilhões.

O aumento da participação relativa dos vencimentos longos no total negociado refletiu, principalmente, a busca por melhores oportunidades de ganho por parte dos investidores, para quem a maior previsibilidade do cenário econômico de curto prazo reduziu os prêmios nesse segmento da curva de juros. Dentre os contratos futuros mais transacionados, destacou-se o de vencimento em janeiro de 2008, com cerca de 30% do volume total negociado entre julho de 2006 e fevereiro de 2007.

8/ Taxa de juros real de um ano medida pelo quociente entre a taxa de juros nominal referencial das operações de *swap* PRE x DI para o prazo de 360 dias, divulgada pela Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), e a mediana das expectativas de inflação (suavizada) medida pelo IPCA para os próximos doze meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

IPCA

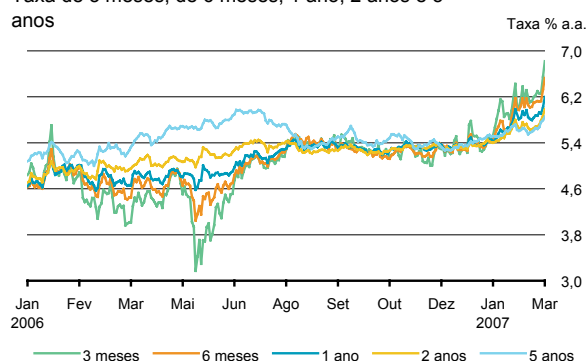


O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou recuo no acumulado em doze meses, e passou de 4,03% até junho para 3,14% até dezembro de 2006⁹, abaixo do centro da meta de inflação para o ano¹⁰. No final de 2006 e no início de 2007, fatores pontuais, relacionados ao aumento das tarifas de transporte público e ao reajuste das mensalidades escolares, favoreceram a elevação da inflação ao consumidor. Contudo, no acumulado em doze meses, o IPCA continuou registrando declínio e atingiu 3,02% em fevereiro de 2007. O IPCA para doze meses à frente (suavizado) situou-se ligeiramente acima do centro da meta apenas em agosto e, em fevereiro, projetava inflação de 3,79%. O núcleo por médias aparadas com suavização, acumulado em doze meses, apresentou convergência ao centro da meta de inflação e, a partir de janeiro, passou a situar-se abaixo dele e registrou 4,15% em fevereiro.

Entre julho de 2006 e fevereiro de 2007, a curva de cupom cambial reduziu sua inclinação, com aumento das taxas para prazos de até quatro anos e ligeira redução para os vencimentos mais longos. A posição dos bancos nesse mercado passou de comprada em US\$4,4 bilhões, em 30 de junho de 2006, para vendida em US\$6,1 bilhões, em 28 de fevereiro de 2007. O cenário externo positivo e os bons fundamentos internos favoreceram a queda do risco-país, o que, aliado ao achatamento da curva de rendimentos norte-americana, levou ao recuo das taxas futuras de longo prazo. Entre 30 de junho de 2006 e 1º de março de 2007, as taxas de cupom cambial de 3 e de 6 meses subiram 192 p.b. e 154 p.b., e as de 1 e de 2 anos, 112 p.b. e 61 p.b., respectivamente, enquanto que a de cinco anos reduziu-se em 6 p.b.

Evolução das taxas de juros – Cupom cambial

Taxa de 3 meses, de 6 meses, 1 ano, 2 anos e 5 anos



Fontes: BM&F e Bacen

No mesmo período, o Banco Central efetuou a rolagem de praticamente todos os vencimentos de *swaps* cambiais reversos¹¹, em montante financeiro de US\$8,5 bilhões.

Os negócios no mercado futuro de dólar da BM&F, entre julho de 2006 e fevereiro deste ano, tiveram um crescimento de 52,6% em relação aos oito meses findos em fevereiro de 2006, o que totalizou 37,4 milhões de contratos. Em fevereiro, o volume negociado atingiu a média diária de 336,9 mil contratos e elevou-se em 57,3% em relação ao

9/ Contribuíram para o declínio da taxa de inflação ao consumidor, no período, os itens artigos de residência e comunicação. O item alimentação e bebida, principal responsável pelo declínio dos preços no semestre anterior, mostrou realinhamento de preços.

10/ As Resoluções 3.210, de 30/6/2004; 3.291, de 23/6/2005; e 3.378, de 29/6/2006, do Conselho Monetário Nacional, fixaram, respectivamente, as metas de inflação para 2006, 2007 e 2008 em 4,5% e intervalos de tolerância de menos 2,0 p.p. a mais 2,0 p.p.

11/ Por meio dessas operações, o Banco Central fica ativo em variação cambial e passivo em taxa de juros.

Dívida Pública Mobiliária Federal interna^{1/}

Exposição por tipo de rentabilidade

												R\$ bilhões
Período		Prefixados Taxa				Índice		Câmbio		Outros		Total
		Selic				de preços						
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
1999	Dez	40	9	252	57	25	6	101	23	25	6	441
2000	Dez	75	15	267	52	30	6	114	22	24	5	511
2001	Dez	49	8	329	53	44	7	179	29	24	4	624
2002	Dez	14	2	288	46	78	13	231	37	13	2	623
2003	Dez	92	13	366	50	99	14	161	22	13	2	731
2004	Dez	163	20	425	52	121	15	80	10	22	3	810
2005	Dez	273	28	522	53	152	16	11	1	21	2	980
2006	Jan	263	27	518	53	189	19	-6	-1	21	2	985
	Fev	282	28	515	51	207	20	-14	-1	21	2	1 010
	Mar	294	29	506	50	217	21	-16	-2	21	2	1 021
	Abr	277	28	501	50	220	22	-16	-2	21	2	1 003
	Mai	295	30	483	48	219	22	-18	-2	20	2	999
	Jun	320	31	470	46	221	22	-15	-1	20	2	1 016
	Jul	308	30	476	47	222	22	-15	-1	23	2	1 014
	Ago	327	31	479	46	224	22	-15	-1	23	2	1 039
	Set	349	33	476	45	228	22	-14	-1	23	2	1 062
	Out	349	33	467	44	235	22	-13	-1	24	2	1 063
	Nov	380	35	448	41	242	22	-12	-1	24	2	1 082
	Dez	395	36	440	40	246	23	-12	-1	24	2	1 093
2007	Jan	376	35	449	41	251	23	-12	-1	24	2	1 088
	Fev	396	35	456	41	253	23	-12	-1	26	2	1 120

1/ Inclui swap cambial do Banco Central do Brasil.

mesmo mês do ano anterior. As pessoas jurídicas financeiras inverteram suas posições: passaram de liquidamente vendidas a liquidamente “compradas” e atuaram como contraparte na montagem de posições vendidas por parte dos investidores institucionais estrangeiros.

Em dezembro de 2006, a DPMFi alcançou R\$1,093 trilhão, ante R\$1,016 trilhão em junho do mesmo ano, situando-se ligeiramente abaixo do limite mínimo estabelecido no Plano Anual de Financiamento (PAF) para 2006, de R\$1,13 trilhão. Em fevereiro de 2007, a DPMFi atingiu R\$1,12 trilhão. No período de junho de 2006 a fevereiro de 2007, houve uma melhora na composição da DPMFi, com o aumento de 4,0 p.p. na participação de títulos de rentabilidade prefixada e de 1,0 p.p. na parcela atrelada a índices de preços, tendo como contrapartida o recuo na parcela da dívida atrelada à taxa Selic. Com isso, a participação dos títulos de rentabilidade prefixada alcançou 35%; a de títulos vinculados a índices de preços, 23%; e a parcela da dívida atrelada à taxa Selic reduziu-se para 41%.

O prazo médio do estoque da DPMFi aumentou de 29,2 meses, em junho de 2006, para 31,6 meses, em fevereiro de 2007. Nesse período, o prazo médio das emissões de títulos em ofertas públicas subiu de 30,2 para 33,7 meses, tendo alcançado 38,5 meses em agosto de 2006. Entre junho e agosto, a elevação do prazo médio das emissões totais deveu-se à ampliação do prazo médio das emissões dos títulos prefixados de 15,2 para 22,2 meses. De agosto de 2006 a fevereiro de 2007, o prazo médio de emissão diminuiu, em função do recuo de 44,5 para 33,9 meses do prazo médio de emissão dos títulos vinculados à taxa Selic.

A parcela da DPMFi com vencimento em até doze meses reduziu-se de 41%, em junho de 2006, para 36%, em dezembro, situando-se dentro da faixa prevista pelo PAF de 2006, de 31% a 36%. Esse resultado foi favorecido pelas recompras de títulos com prazo de vencimento remanescente inferior a um ano, as quais totalizaram R\$18,4 bilhões entre julho de 2006 e fevereiro de 2007, e pelas operações de troca de Letras do Tesouro Nacional (LTN), Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e de Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B) promovidas pelo Tesouro Nacional, que, no mesmo período, contabilizaram, respectivamente, R\$37,2 bilhões, R\$22,0 bilhões e R\$19,4 bilhões. Em fevereiro, esse percentual estava em 36%, acima do limite máximo de 33% previsto pelo PAF de 2007.

Dívida Pública Mobiliária Federal interna

Vencimento em 12 meses^{1/}

R\$ bilhões												
Período	Prefixado		Taxa		Índice		Câmbio		Outros		Total	
	Selic		de preços									
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1999 Dez	40	100	146	58	2	8	53	53	1	4	243	55
2000 Dez	73	97	96	36	4	12	51	45	2	6	225	44
2001 Dez	47	97	35	11	7	17	82	46	1	4	173	28
2002 Dez	13	97	186	49	7	9	49	35	1	7	256	41
2003 Dez	79	86	131	29	11	11	38	48	1	5	259	35
2004 Dez	147	90	184	40	26	22	15	35	2	7	373	46
2005 Dez	150	55	227	45	17	11	12	46	1	5	408	42
2006 Jan	166	63	202	41	19	10	12	46	1	5	400	41
Fev	167	59	189	40	20	10	11	46	1	5	388	38
Mar	170	58	207	44	21	10	10	44	1	5	410	40
Abr	170	61	202	44	21	10	10	44	1	5	404	40
Mai	177	60	180	41	32	15	11	44	1	6	401	40
Jun	188	59	186	43	32	15	10	44	1	5	418	41
Jul	199	65	175	40	32	15	10	44	1	6	418	41
Ago	204	62	163	37	29	13	10	44	1	6	407	39
Set	207	59	180	41	28	12	8	38	1	5	425	40
Out	201	58	166	38	29	12	4	25	1	6	402	38
Nov	210	55	137	33	28	12	1	10	1	6	378	35
Dez	209	53	150	36	26	10	1	10	4	16	390	36
2007 Jan	220	59	150	35	26	10	1	10	4	17	401	37
Fev	221	56	145	34	26	10	1	10	4	16	398	36

1/ Não inclui swap cambial do Banco Central do Brasil.

Na administração da liquidez bancária, o Banco Central realizou, quase diariamente, operações compromissadas de curtíssimo prazo e, semanalmente, operações compromissadas com prazos de 3, 5 e 7 meses. Entre julho de 2006 e fevereiro de 2007, os volumes financeiros das operações de 3, 5 e 7 meses totalizaram, respectivamente, R\$4,4 bilhões, R\$41,6 bilhões e R\$37,8 bilhões – no final de fevereiro, as de sete meses respondiam por 68,3% do saldo total dessas operações. A média do saldo de final de mês das operações de mercado aberto do Banco Central subiu para R\$83 bilhões nos últimos oito meses findos em fevereiro de 2007, ante R\$54 bilhões considerados os oito meses imediatamente anteriores.

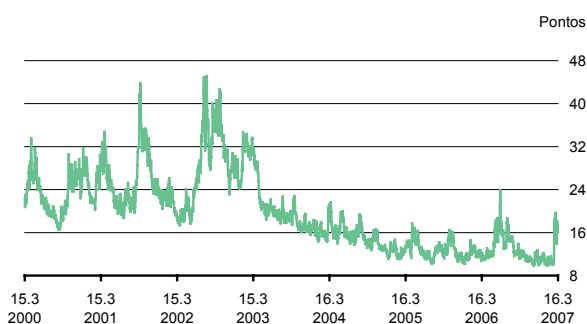
Com a finalidade de reduzir o excedente de liquidez bancária previsto para o quarto trimestre de 2006 e para o primeiro trimestre de 2007, o Banco Central conduziu, ainda, operações de troca de LTN, que consistiram na compra do título de vencimento mais próximo, conjugada à venda do título de vencimento imediatamente posterior ao deste. Essas operações foram realizadas de 3 de julho a 25 de setembro e totalizaram R\$12,7 bilhões.

1.3 Mercados financeiros internacionais

Os mercados financeiros internacionais operaram durante todo o quarto trimestre de 2006 e na maior parte do primeiro trimestre de 2007 em ambiente de ampla liquidez e baixa aversão ao risco, favorecidos pelas taxas de juros acomodáticas praticadas, sobretudo pelos bancos centrais do Japão e da Área do Euro, e também pelas rendas elevadas, provenientes dos países exportadores de petróleo e de *commodities*, em busca de ativos que oferecessem maiores rentabilidades. Vários países emergentes continuaram aproveitando o momento financeiro internacional favorável para acumular reservas internacionais. Considerando-se apenas o Brasil, a Rússia, a China e a Índia, o montante total de reservas passou de US\$1,18 trilhão no ano anterior para US\$1,63 trilhão, ao final de 2006. O ambiente de ampla liquidez, em conjunto com a baixa aversão ao risco, favoreceu a valorização das bolsas de valores globais e dos demais indicadores associados aos países emergentes. O cenário de baixa aversão ao risco prolongou-se ininterruptamente até 26 de fevereiro de 2007.

Em 27 de fevereiro de 2007, iniciou-se um processo de correção nos preços dos ativos globais, com a redução de

VIX



Fonte: Bloomberg

8,8% do índice da Bolsa de Xangai, em meio a rumores de que o governo chinês estaria preparando medidas de controle com o objetivo de conter a euforia dominante no mercado acionário chinês. O período recente de turbulência, que prevaleceu até 5 de março, foi sustentado por preocupações quanto ao grau de desaquecimento da economia norte-americana e pelo receio relacionado à dimensão do desmonte das operações de carregio financiadas sobretudo pelo iene japonês. Esse conjunto de fatos desencadeou perdas generalizadas nas bolsas de valores internacionais, o que resultou em maior volatilidade, aumento da percepção de risco e, conseqüentemente, incremento na demanda por ativos considerados de menor risco.

O índice VIX, que mede a volatilidade implícita de curto prazo do S&P500 e é tomado como um indicador da aversão ao risco por parte dos investidores, encerrou o terceiro trimestre de 2006 com 11,72 pontos e manteve-se, até 26 de fevereiro de 2007, em torno desse patamar, variando entre 9,89 – a menor marca desde janeiro de 1994 – e 12,67 pontos. Entretanto, em 27 de fevereiro, o VIX registrou a maior variação percentual ocorrida em um único dia na comparação de toda a série, quando subiu 64,2% e alcançou o patamar de 18,31 pontos, em meio às desvalorizações das bolsas de valores em todo o mundo. O movimento de alta no índice durou até 5 de março, quando atingiu 19,63 pontos. Em 16 de março, o VIX estava em 16,79 pontos.

Retorno de títulos do Tesouro^{1/}

Taxa média

		% a.a.		
Período		EUA	Alemanha	Japão
2004	III	4,29	4,13	1,65
	IV	4,16	3,79	1,46
2005	I	4,29	3,63	1,41
	II	4,14	3,35	1,27
	III	4,20	3,19	1,35
	IV	4,48	3,37	1,53
2006	I	4,56	3,50	1,58
	II	5,06	3,97	1,90
	III	4,89	3,89	1,80
	IV	4,62	3,78	1,70
2007	I ^{2/}	4,69	4,01	1,69

Fonte: Bloomberg

1/ Rendimentos nominais dos títulos de dez anos.

2/ Até 16 de março

As taxas de juros nominais dos papéis de longo prazo dos Estados Unidos, da Área do Euro e do Japão permaneceram em níveis baixos, o que reflete, por um lado, excesso de liquidez, e por outro, expectativas favoráveis quanto à evolução benigna da inflação no longo prazo, a despeito da sinalização dos principais bancos centrais quanto à evolução da política monetária no curto-prazo. Enquanto o *Federal Open Market Committee* (FOMC) manteve, nos dois últimos trimestres, a taxa básica dos *Fed funds* em 5,25% a.a. com viés de alta, os bancos centrais do Japão, do Reino Unido e da Área do Euro implementaram, no mesmo período, respectivamente, aumentos em suas taxas básicas de juros de 0,25 p.p., 0,5 p.p. e 0,75 p.p.

O rendimento médio anual dos títulos de dez anos dos Estados Unidos reduziu-se de 4,89% no terceiro trimestre de 2006, para 4,62% no trimestre seguinte e elevou-se para 4,69% no primeiro trimestre de 2007¹². Os retornos nominais médios dos títulos japoneses reduziram-se de 1,8% para 1,7%

12/ Até 16 de março.

entre o terceiro e o quarto trimestre de 2006 e mantiveram-se em 1,69% no trimestre seguinte. Nos mesmos períodos, os rendimentos anuais médios dos papéis alemães de dez anos passaram de 3,89% para 3,78% e, em seguida, para 4,01%.

1.3.1 Fluxos internacionais de capitais

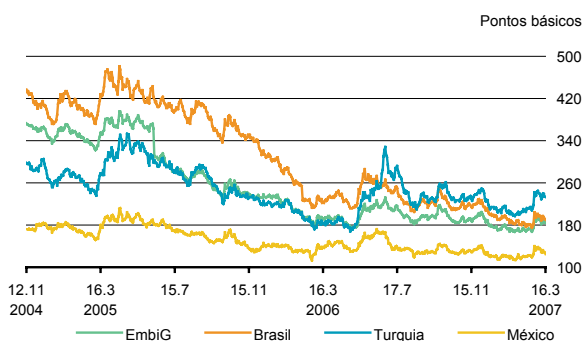
O excesso de liquidez global continuou impulsionando a busca por retornos mais elevados, o que favoreceu a redução dos prêmios de risco exigidos nos mercados de capitais internacionais. O *Emerging Market Bond Index Global* (Embi Global), indicador do risco associado à dívida externa de economias emergentes, declinou 11,6% entre 30 de setembro de 2006 e 16 de março do ano corrente e registrou 167,3 pontos em 25 de janeiro de 2007, o menor patamar da história. Entre 26 e 27 de fevereiro, esse indicador subiu 11,3%, para 194,6 pontos e apontou forte elevação no prêmio de risco associado às economias emergentes. O Embi Global encerrou 16 de março com 183,6 pontos e recuperou parte das perdas obtidas no período de turbulência recente.

O indicador Embi Global associado ao Brasil registrou redução de 18,1%, entre 30 de setembro e 16 de março e atingiu 175 pontos em 22 de fevereiro último, o menor valor de toda a série. Considerando o mesmo intervalo de tempo, os indicadores Embi Global associados à Turquia e ao México registraram decréscimos, nessa ordem, de 9% e 11,3%. Os índices associados à Turquia e ao México registraram mínimas de 168 pontos e 113 pontos, nessa sequência, no decorrer do primeiro semestre de 2006.

No período mais recente de turbulência, entre 26 e 27 de fevereiro, o Embi Global do Brasil, Turquia e México, registrou elevação de 12,1%, 11% e 12%, respectivamente. Em 16 de março, os indicadores do Brasil e da Turquia registravam 190 pontos e 233 pontos, respectivamente, com altas de 4,4% e 6,9%, também naquela ordem, em relação ao fechamento de 26 de fevereiro, enquanto o índice referente ao México estava em 125 pontos, no mesmo patamar do fechamento do dia anterior ao da turbulência.

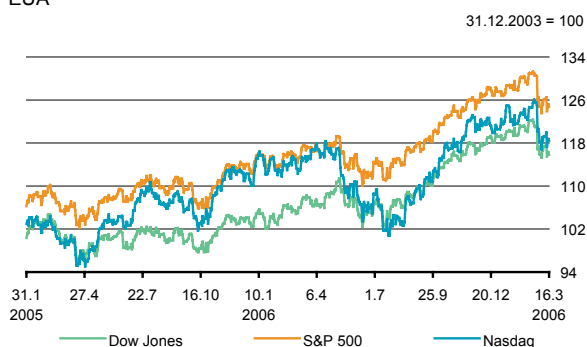
O ambiente de alta liquidez e de baixa aversão ao risco impulsionou a busca por retornos mais atrativos durante a maior parte dos dois últimos trimestres. Entre 30 de setembro de 2006 e 26 de fevereiro de 2007, os índices acionários dos principais mercados passaram por forte valorização. Nos Estados Unidos, os índices Dow Jones, Nasdaq e S&P500 registraram elevações de 8,2%, 10,9% e 8,5%, respectivamente. Os índices do Reino Unido

Embi Global



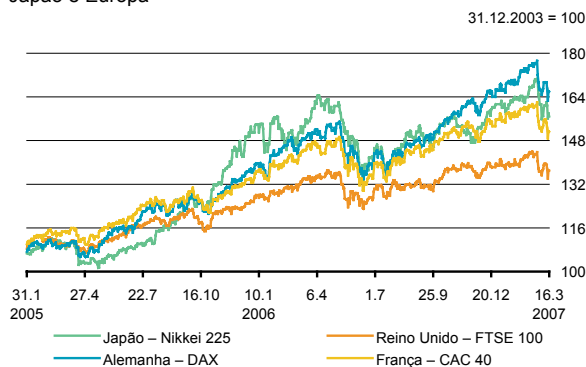
Fonte: Bloomberg

**Bolsas de valores
EUA**



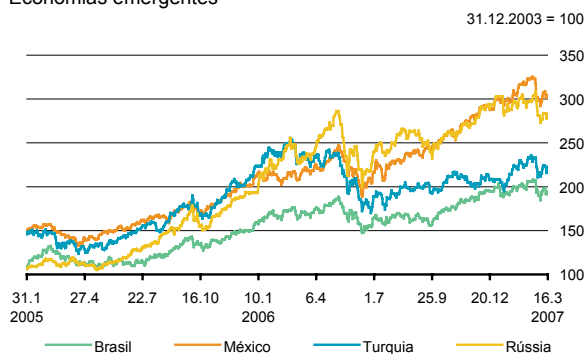
Fonte: Bloomberg

Bolsas de valores Japão e Europa



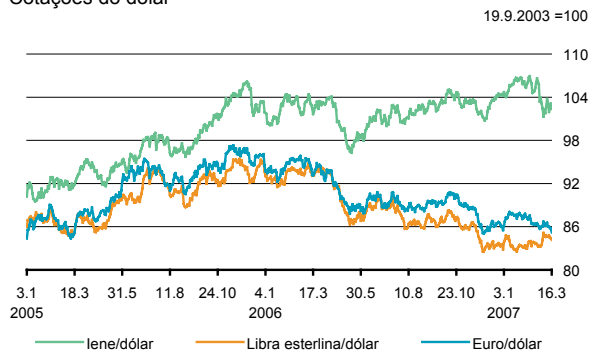
Fonte: Bloomberg

Bolsas de valores Economias emergentes



Fonte: Bloomberg

Países desenvolvidos Cotações do dólar



Fonte: Bloomberg

(FTSE-100), da França (CAC-40), da Alemanha (DAX) e do Japão (Nikkei), cresceram, nessa ordem, 8%, 9,8%, 17% e 12,9%. Entre os emergentes, as altas foram bastante expressivas, e as bolsas do Brasil (Ibovespa), da Rússia (RTSI), da Turquia (XU100) e da China (Xangai) e registraram, nessa sequência, altas de 26,8%, 24,3%, 18,4% e 73,5%.

O período recente de turbulência, iniciado em 27 de fevereiro, após a retração em um único dia de 8,8% do índice composto da bolsa de Xangai, provocou redução generalizada dos índices acionários. Entre 27 de fevereiro e 16 de março, os índices Dow Jones, Nasdaq e S&P500 registraram, respectivamente, desvalorizações de 4,1%, 5,3% e 4,3%. Na Europa e no Japão, as bolsas também apresentaram perdas, com os índices do Reino Unido, França, Alemanha e Japão desvalorizando, nessa ordem, 4,7%, 6,6%, 6,4% e 8,1%. Entre os emergentes, os índices do Brasil, Rússia, Turquia e China registraram perdas de 7,5%, 8,1%, 4,4% e 3,6%, respectivamente.

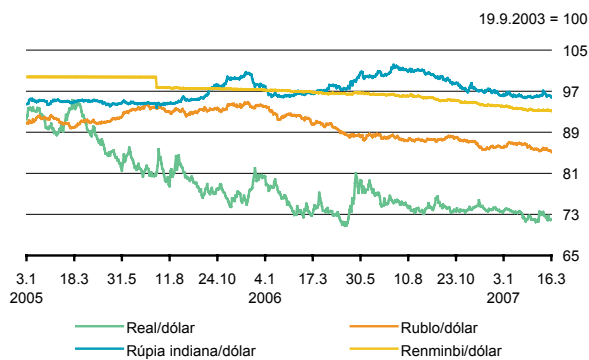
A elevação, ao final de fevereiro, da aversão ao risco nos mercados internacionais, em geral, teve efeito limitado e transitório sobre as cotações do dólar e não alterou a tendência de depreciação dessa moeda, que vem sendo determinada, principalmente, pelo déficit em transações correntes (6,9% do PIB em 2006) e pela desaceleração econômica nos Estados Unidos, induzida pelo ajuste do mercado imobiliário, a partir do segundo trimestre de 2006.

A continuidade do crescimento moderado da economia norte-americana entre as primeiras quinzenas de setembro de 2006 e de março de 2007, paralelamente à manutenção de elevado nível de atividade nos países europeus, fez com que o dólar apresentasse depreciação de 2,7% frente à libra esterlina e de 3,2% frente ao euro, de acordo as cotações médias naquelas quinzenas.

As cotações do dólar diante do iene mantiveram-se praticamente no mesmo patamar, na mesma base de comparação. Embora tenha apresentado tendência de apreciação frente ao iene desde meados de maio de 2006, o dólar passou a depreciar-se frente à moeda japonesa durante o período de aumento da aversão ao risco nos mercados internacionais. O declínio abrupto dos preços de diversos ativos ao redor do mundo fez com que diversos investidores desmontassem operações de *carry-trade*¹³ lastreadas por

13/ As operações de *carry-trade* consistem em aproveitar focos de alta liquidez e juros baixos em alguma moeda para tomar empréstimos e aplicar os recursos em ativos denominados em outras moedas que apresentem maior retorno.

Moedas de países emergentes Maiores países – Cotações do dólar

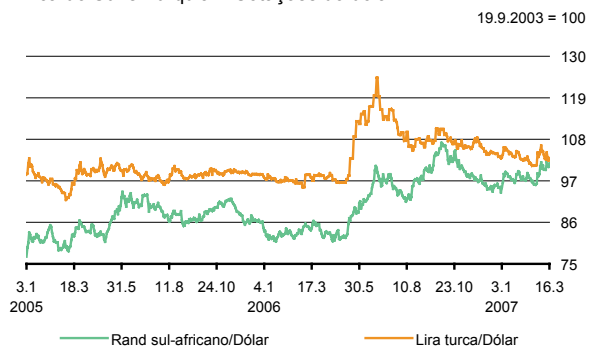


recursos levantados no mercado japonês. O retorno de recursos à maior economia asiática induziu depreciação de 4,2% do dólar perante o iene entre 26 de fevereiro e 5 de março último. Em 16 de março, entretanto, com condições mais favoráveis nos mercados internacionais, a apreciação do dólar desde 26 de fevereiro já recuava para 3,2%.

O dólar também tendeu à depreciação diante das moedas dos principais países emergentes, embora tenha apresentado comportamento diferenciado, especialmente em relação à moeda da África do Sul. A continuidade do processo de acumulação de saldos cambiais pelas economias emergentes fez com que o dólar também reduzisse seu valor frente às moedas do Brasil, da Rússia, da Índia e da China, com depreciações de, respectivamente 2,1%, 4,2%, 2,1% e 2,5%, entre as primeiras quinzenas de setembro de 2006 e de março de 2007. Com efeito, em que pese a ainda limitada flexibilidade do regime cambial da China, o crescimento do comércio internacional, os preços elevados das *commodities* e a recuperação, observada a partir de meados do terceiro trimestre de 2006, dos influxos líquidos de capitais estrangeiros continuaram a favorecer o acúmulo de reservas por esses países.

O retorno dos influxos líquidos de capitais estrangeiros induziu também a depreciação do dólar frente ao rand sul-africano durante o último trimestre de 2006. A partir do início de janeiro, entretanto, esse movimento foi revertido, tendo o dólar apreciado 8,2% frente à moeda da África do Sul, sendo 5,7% entre 26 de fevereiro e 16 de março, o que levou a cotação média da moeda norte-americana durante os primeiros quinze dias de março a um patamar 1,2% superior à média das cotações nos primeiros quinze dias de setembro de 2006.

Moedas de países emergentes África do Sul e Turquia – Cotações do dólar



A apreciação recente do dólar frente ao rand reflete a maior dependência da África do Sul em relação a fluxos de capitais de portfólio para o financiamento de seu déficit em transações correntes, estimado em 6,5% do PIB em 2006, bem como a maior exposição de suas exportações e de seu mercado acionário a variações nos preços das *commodities* em meio a uma conjuntura de aumento de incertezas quanto à intensidade do desaquecimento da economia norte-americana. Tal comportamento do dólar contrasta com a sua depreciação, de 3,2%, frente à moeda da Turquia, país que, a exemplo do país africano apresenta elevado desequilíbrio externo, estimado em 8,0% do PIB em 2006, mas que apresenta menor dependência de influxos de capitais estrangeiros de portfólio para o seu financiamento¹⁴.

14/ Assinale-se que, no primeiro trimestre de 2007, os investimentos diretos estrangeiros na Turquia somaram US\$12,0 bilhões, contra US\$19,0 bilhões em 2006.

Ressalte-se que embora as incertezas quanto à intensidade do desaquecimento econômico nos Estados Unidos constituam o centro dos acontecimentos que vêm influenciando o comportamento dos mercados financeiros internacionais, a evolução de outras grandes regiões econômicas do mundo tem contribuído para conferir contorno positivo à atual fase do ciclo de expansão da economia global.

Nesse sentido, são particularmente positivos os dados que demonstram que a rotação do crescimento econômico global em favor de outros países desenvolvidos e emergentes, em 2006, não só foi compatível com um crescimento mais acelerado do comércio internacional, de 7,9% em termos reais, frente a 7,3% em 2005, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), como também permitiu o crescimento de aproximadamente 9% nas exportações norte-americanas, enquanto as importações do país desaceleravam para um crescimento de 3%, em parte refletindo um declínio nas importações de petróleo em termos reais.

A despeito da inesperada retração nos investimentos empresariais nos Estados Unidos nos primeiros meses de 2007, a contínua criação de empregos, o aumento de remuneração do trabalho, a manutenção do crescimento do consumo das famílias norte-americanas, bem como as informações mais recentes para as demais economias mundiais de grande porte, indicam que a economia global segue apresentando quadro favorável ao crescimento e equilíbrio financeiro.

Após terem apresentado sinais de debilidade nos primeiros nove meses de 2006, os indicadores de consumo para a economia japonesa recuperaram-se e mantiveram-se em trajetória ascendente nos primeiros meses de 2007, enquanto a atividade de investimento se manteve robusta. No mesmo sentido, na Europa, a expansão do emprego e da produção industrial, bem como a manutenção das expectativas empresariais em nível elevado, têm fortalecido a perspectiva de que o crescimento econômico do continente continue reduzindo a sua dependência em relação ao setor externo e volte a apresentar sólida expansão do produto em 2007.

Ademais, as economias emergentes, em geral as maiores beneficiárias do ciclo de forte expansão da demanda internacional nos últimos anos, vêm mantendo expansão robusta em suas demandas domésticas, o que contribui para o aumento de importações, especialmente naquelas economias cujos regimes cambiais apresentam maior flexibilidade.

1.3.2 Instituições financeiras

Segundo o *Federal Deposit Insurance Corporation* (FDIC) *Quarterly Banking Profile*, no quarto trimestre de 2006, o lucro líquido das instituições bancárias e de poupança norte-americanas cobertas pelo sistema atingiu US\$35,7 bilhões. Esse resultado, embora 9,3% maior do que o alcançado no quarto trimestre de 2005, foi o menor dos quatro trimestres de 2006. O resultado do trimestre foi afetado por ajustes contábeis relativos a reestruturações corporativas, sem as quais, afirma o FDIC, o lucro líquido teria atingido novo valor recorde. A afirmação se deve a ganhos extraordinários (*one-time gains*) de instituições de grande porte, oriundos da venda de agências (*retail branches*) e de uma operação fiduciária (*trust operation*) entre instituições seguradas. No cômputo geral de 2006, as instituições seguradas obtiveram lucro de US\$145,7 bilhões, 8,8% maior que o de 2005, o que significou valor recorde pelo sexto ano consecutivo.

A média de retorno sobre ativos (ROA) no quarto trimestre de 2006 repetiu aquela do mesmo período do ano anterior, qual seja, 1,21%. No entanto, 52,4% das instituições apresentaram ROA inferior ao obtido há quatro trimestres. Registre-se, outrossim, que 64,4% das instituições reportaram margens líquidas de juros em declínio, e que a margem média da indústria recuou de 3,38% para 3,20%. Entre 2005 e 2006, conquanto apenas 46,3% das instituições seguradas tenham reportado incremento no retorno sobre ativos (ROA), 55,9% dessas instituições obtiveram aumento em sua renda líquida.

Destaque-se que, em média, no quarto trimestre, os custos de *funding* das instituições asseguradas cresceram mais rapidamente do que o retorno de seus ativos. O fato é especialmente característico para as instituições de menor porte, haja vista que lucratividade acima da média foi anotada pelas instituições de maior porte.

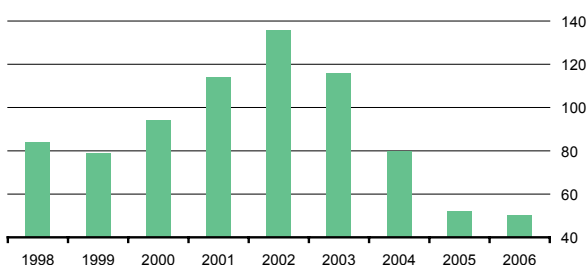
No quarto trimestre, as provisões para perdas com empréstimos totalizaram US\$9,6 bilhões, o maior valor em dois anos e meio, 10,6% acima das provisões para igual período de 2005.

Influenciado pela redução de 45,7% nos créditos irrecuperáveis em operações com cartões de crédito, na comparação entre o quarto trimestre de 2006 e igual período de 2005, houve recuo de 17,2% dos créditos irrecuperáveis líquidos. Todavia, os créditos irrecuperáveis referentes a empréstimos imobiliários apresentaram altas expressivas:

12,6% para empréstimos comerciais e industriais; 102,6% para linhas de crédito garantidas por hipotecas (*home equity lines of credit*); 197,8% para empréstimos para hipotecas residenciais; e, 455,4% para empréstimos para desenvolvimento e construção imobiliária.

Número de instituições com "problemas"

EUA^{1/}

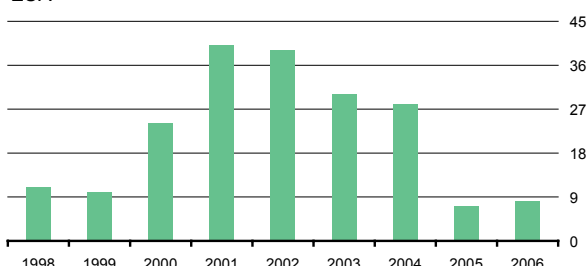


Fonte: FDIC, FDIC Quarterly Banking Profile, Fourth Quarter 2006

1/ Inclui bancos comerciais e instituições de poupança e crédito.

Ativos de instituições com "problemas"

EUA^{1/}



Fonte: FDIC, FDIC Quarterly Banking Profile, Fourth Quarter 2006

1/ Inclui bancos comerciais e instituições de poupança e crédito.

Os empréstimos em atraso, que cresceram 8% entre o terceiro e quarto trimestres, alcançaram valor recorde em seis anos e atingiram 0,78% do total de empréstimos e arrendamentos. Da mesma forma que para os créditos irrecuperáveis, os maiores aumentos ocorreram no setor imobiliário: 15,6% nos empréstimos hipotecários; 28,3% nas linhas de crédito garantidas por hipotecas; e, 34,8% nos empréstimos para desenvolvimento e construção imobiliária. No acumulado do ano, os empréstimos em atraso totalizaram US\$56,7 bilhões, a maior cifra dos últimos três anos.

Ao mesmo tempo em que o total de empréstimos e arrendamentos concedidos cresceu apenas 0,9% no quarto trimestre, o menor aumento desde o primeiro trimestre de 2002, as reservas para perdas com empréstimos diminuíram pelo segundo trimestre consecutivo (0,3%). Esses fatos implicaram recuo de 1,09% para 1,07% da razão reservas/total de créditos e arrendamentos, atingindo assim seu menor nível desde meados de 1985. Saliente-se que, no mesmo período, o total de ativos das instituições asseguradas pelo FDIC cresceu 0,9%, o menor desde o terceiro trimestre de 2003.

Ainda durante o quarto trimestre, o número de instituições cobertas pelo FIDC diminuiu de 8.744 para 8.681. Pelo décimo trimestre seguido, não houve qualquer registro de falência. Todavia, tanto a "lista de instituições com problemas" cresceu em número, de 47 para 50, quanto o total de seus ativos foi majorado para US\$8,3 bilhões.

Na Área do Euro, os principais grandes bancos seguem avançando em seu processo de consolidação, impulsionados pela continuada elevação da lucratividade ao longo dos últimos anos. O cenário econômico favorável tem resultado em expansão do crédito, cujos efeitos tem favorecido a sustentação da renda proveniente de juros e compensado o estreitamento das margens, decorrente do acirramento da concorrência no setor. Outras fontes de rendimentos para o sistema bancário mantêm evolução positiva, beneficiadas tanto pelo aquecimento do nível de atividade econômica, quanto pelas condições favoráveis nos mercados financeiros. A solvência dos principais bancos apresentou moderado recuo, mas permanece robusta e confortavelmente acima dos limites regulatórios mínimos.

Por outro lado, a aceleração das concessões de crédito resulta em elevação dos riscos, particularmente em um contexto de elevação das taxas de juros e de estabilização da lucratividade das empresas, o que pode determinar alguma deterioração da qualidade do crédito. O nível de endividamento das famílias permanece baixo pelos padrões internacionais, mas sua vulnerabilidade frente a oscilações adversas da renda disponível e das taxas de juros pode ter aumentado em alguns países. Riscos de mercado associados a negócios mantidos em mercados emergentes permanecem moderados, mas pode ter aumentado o risco relacionado à crescente concorrência dos bancos no segmento de *hedge funds*.

Na Espanha, o sólido crescimento econômico observado nos últimos anos segue refletindo-se em aquecimento do nível de atividade do setor bancário e, particularmente, em ampliação dos volumes de concessão de crédito. A rentabilidade do setor elevou-se em 2006, ao mesmo tempo em que os indicadores de solvência mantiveram-se acima dos níveis mínimos exigidos. Esse desempenho se refletiu também em apreciação das cotações em bolsa dos principais bancos, a despeito de flutuações durante o ano. A maior rentabilidade está associada ao aumento da eficiência, sobretudo entre os bancos de maior porte, e à aceleração do ritmo de atividade no setor bancário. A expansão do crédito se mantém em ritmo superior ao crescimento da economia e, como vem ocorrendo nos anos anteriores, é mais acentuada no segmento imobiliário. A captação de recursos necessários à ampliação da concessão de crédito permanece diversificada, baseando-se não apenas nos depósitos bancários tradicionais, mas também no recurso aos mercados interbancários internacionais e à emissão de títulos em mercados de capitais.

A solidez do sistema bancário espanhol pôde ser atestada pela tranqüila superação do período de instabilidade nos mercados financeiros internacionais, em maio e em junho de 2006. Embora o nível elevado de atividade bancária tenha requerido elevação dos patamares de adequação de capital, a expansão dos volumes de recursos próprios possibilitou ampla cobertura daqueles requisitos. A conjuntura econômica positiva segue favorecendo a manutenção de taxas de inadimplência em patamares reduzidos. Embora sejam elevados os níveis de endividamento e de comprometimento com encargos financeiros, empresas e famílias espanholas ainda apresentam sólida situação patrimonial. Por outro lado, verificou-se discreta ampliação do volume de créditos considerados duvidosos em 2006. De forma geral, a posição patrimonial dos bancos espanhóis é favorável, comparativamente às de outros países europeus.

O dinamismo do setor bancário espanhol também é verificado em seus negócios no exterior. Tanto com relação à sua posição de risco, quanto em termos de seu nível de atividade, os bancos espanhóis vêm-se beneficiados pelo cenário positivo da economia mundial, em particular no que diz respeito aos países latino-americanos, nos quais sua participação é expressiva.

No Japão, entrou em vigor, em abril de 2006, a *Insurance Business Law*, que regulamentou a proteção ao usuário e a modernização do setor de seguros no país. Destacou-se a regulamentação das denominadas cooperativas não licenciadas, as quais possuíam métodos de venda inadequados, bem como seus fundamentos financeiros eram considerados inapropriados para o estágio do sistema financeiro japonês. Agora essas instituições passam a ser supervisionadas pela *Financial Services Agency* (FSA), como negócio de seguro específico. Divulgou-se, em novembro, o documento intitulado “*The State of the Distribution of Financial Inspection Rating Results*”, referente ao Sistema de *Rating* da Inspeção Financeira (First), o qual tinha sido institucionalizado em julho de 2005, com vistas a motivar as instituições financeiras no sentido de fazer melhorias em suas gestões de negócios com base em *ratings*.

A renda líquida dos bancos em 2006, de ¥1.6 trilhão, semelhante à obtida em 2005, resultou da reversão dos prejuízos obtidos dos *Non Performing Loans* (NPL), bem como dos fatores excepcionais obtidos pelo melhoramento do gerenciamento dos ativos dos fundos de pensão, proporcionado pela contabilização de benefícios das aposentadorias e da revisão do período estimado para os propósitos de cálculos dos impostos diferidos.

O requerimento de capital dos bancos japoneses elevou-se ligeiramente, em setembro de 2006, para 12,3%, com aumento de dez pontos básicos em relação a março de 2006.

Os saldos dos NPL totalizaram ¥3,9 trilhões, redução de 15,7% em relação ao final do ano fiscal em março de 2006. Considerando-se a categoria de bancos que estão na iminência da falência (*in danger of bankruptcy*), o saldo desses NPL registrou ¥2,0 trilhões, redução de 15,1%, em doze meses. No caso dos bancos que “necessitam de atenção especial” (*needs special attention*), a retração foi de 16,5%, também em doze meses, atingindo saldo de ¥1,9 trilhão.

O coeficiente de empréstimos NPL em relação ao total dos empréstimos reduziu 140 pontos básicos, passando de 2,9% em março de 2005 para 1,5%. Esse decréscimo é

explicado pelos esforços dos bancos em cumprir o que foi acordado no *Program for Financial Revival*, estabelecido em outubro de 2002.

Em 2006, as reformas e o desenvolvimento do mercado financeiro na China tiveram grandes avanços, em parte pela implantação e pelo funcionamento da Bolsa de Futuros. A arquitetura institucional do mercado obteve enorme progresso com o sucesso das reformas dos mercados de capitais, tanto do mercado organizado quanto do mercado de balcão. As inovações dos mercados com os novos produtos e instrumentos financeiros, bem como a regulamentação do setor, consolidaram os fundamentos da abertura e desenvolvimento dos mercados financeiros, e ofereceram condição para que as instituições resistam ao potencial risco financeiro.

O período de transição após a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) encerrou-se em dezembro de 2006, com a concretização das promessas assumidas pelo governo para a liberalização do setor financeiro.

O total dos empréstimos das instituições financeiras na China aumentou 14,6% no período 2005/2006, contra 12,8%, no período 2004/2005. As taxas de juros médias dos empréstimos dos bancos para um ano foram de 6,58%, no final de 2006, o que significou aumento de 22 pontos básicos em relação ao terceiro trimestre de 2006.

1.4 Conclusão

No início do segundo semestre de 2006, as incertezas relativas à desaceleração da economia norte-americana não haviam sido totalmente dissipadas, o que provocou volatilidade no mercado financeiro doméstico e internacional. No entanto, a partir do último trimestre de 2006, aumentaram as expectativas em relação a uma desaceleração suave daquela economia, e as condições de liquidez internacional passaram a ser mais favoráveis. A partir de então, o mercado financeiro nacional mostrou recuperação em todos os seus segmentos, e particularmente no mercado acionário, que atingiu recorde de pontuação.

Os baixos índices correntes de inflação e a expectativa de cumprimento das metas inflacionárias mantiveram as taxas de juros em trajetória descendente ao longo dos últimos oito meses. A inflação sob controle, a estabilidade cambial, a manutenção de elevados superávits fiscais primários, a redução da vulnerabilidade externa e a melhoria do perfil da DPMFi têm contribuído de maneira

importante para a consolidação de um ambiente propício ao funcionamento estável e ao aprimoramento do mercado financeiro nacional.

No cenário externo, confirmando as expectativas delineadas no "Relatório de Estabilidade Financeira" de maio de 2006, a desaceleração do crescimento econômico nos Estados Unidos vem sendo acompanhada pelo maior dinamismo na economia do Japão, pelo crescimento mais sólido na Europa, assim como pela transição gradual para políticas monetárias menos expansionistas nos maiores países desenvolvidos, características que favorecem a estabilidade dos sistemas financeiros, o prolongamento do crescimento econômico e do comércio internacional, bem como a redução do principal desequilíbrio financeiro internacional – o déficit externo norte-americano.

A desaceleração do crescimento econômico nos Estados Unidos, por outro lado, guarda aspectos positivos para a evolução das condições financeiras internacionais, uma vez que, ao possibilitar a redução do nível de utilização da capacidade instalada na economia do país, contribui para a contenção das pressões inflacionárias que ainda persistem, tornando menos provável a necessidade de novos aumentos nas taxas de juros básicas no país.

Esse aspecto, ao lado das condições que, a exemplo do ocorrido em 2006, tendem a conferir suporte ao crescimento econômico global, contribuiu para que o recente período de aumento na aversão ao risco nos mercados financeiros internacionais tivesse duração mais curta e efeito menos intenso na precificação de ativos financeiros quando comparados ao evento similar anterior, entre maio e junho de 2006.

Deve-se ressaltar, entretanto, que, embora o cenário econômico global permaneça positivo, persistem riscos a esse cenário, como: as eventuais elevações dos preços internacionais do petróleo, haja vista a renovação de tensões geopolíticas no Oriente Médio e a continuidade da expansão da demanda mundial pelo produto; a correção mais profunda no mercado imobiliário e o prolongamento da retração nos investimentos empresariais nos Estados Unidos; e, uma eventual frustração de expectativas quanto à sustentação do consumo doméstico em outras regiões econômicas, especialmente no Japão.

Supervisão do Sistema Financeiro Nacional

2.1 Introdução

Neste capítulo, propõe-se fornecer uma visão geral do Sistema Financeiro Nacional (SFN) quanto à sua composição e evolução, compreendendo as contas patrimoniais – ativos, passivos e patrimônio líquido – o que inclui análises de resultados e da adequação aos limites operacionais.

O estudo do SFN foi subdividido na análise de dois sistemas¹⁵: o sistema bancário, onde são segregadas as instituições bancárias que compõem o consolidado bancário I, o consolidado bancário II e o consolidado bancário III; e o sistema não-bancário, formado pelas demais instituições.

No primeiro semestre deste ano, foi publicado o relatório "50 Maiores Bancos"¹⁶, com data-base de dezembro de 2006, onde são mostrados, de forma sucinta, os principais números da composição do SFN. Os ativos do sistema bancário mantiveram a correspondência de 99,2%, detidos por 82,9% das 1.876 instituições que compõem o SFN. O lucro líquido do sistema bancário alcançou 98,8%, o que confirma a tendência de crescimento observada nos últimos doze meses. Em dezembro de 2005, essa participação no lucro líquido do SFN foi da ordem de 97,9%. O sistema financeiro permanece composto essencialmente por instituições bancárias, haja vista que, adicionalmente, essas instituições detêm 99,9% dos depósitos totais.

O consolidado bancário I, maior grupo do sistema bancário, constituído pelas principais instituições financeiras atuantes no País, encontrava-se formado por 104 instituições com representatividade de 86,4% dos ativos e 78,8% do lucro líquido do SFN. Destaca-se que

Distribuição por segmentos – SFN
Dezembro de 2006

Discriminação	Quantidade de instituições	%	Ativo total (Em R\$ bilhões)	%
Total do SFN	1 876		1 998	
Bancário	1 556	82,9	1 982	99,2
Consolidado				
bancário I	104	5,5	1 727	86,4
bancário II	30	1,6	225	11,3
bancário III	1 422	75,8	30	1,5
Não-bancário	320	17,1	16	0,8

Fonte: 50 Maiores Bancos

Distribuição por segmentos – SFN
Dezembro de 2006

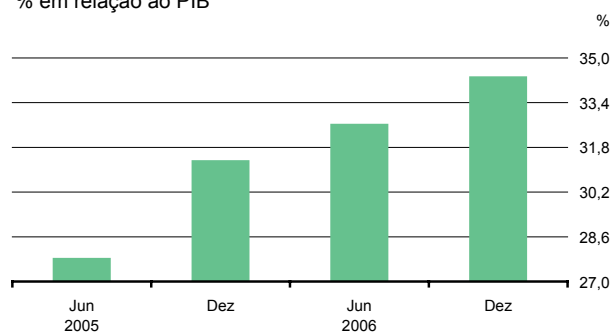
Discriminação	Patrimônio líquido	%	Lucro líquido	%	R\$ bilhões	
					Depósito total	%
Total do SFN	199		20		782	
Bancário	192	96,8	20	98,8	782	99,9
Consolidado						
bancário I	160	80,4	16	78,8	728	93,0
bancário II	26	13,2	4	17,7	39	5,0
bancário III	6	3,1	0	2,4	13	1,7
Não-bancário	6	3,2	0	1,2	1	0,1

Fonte: 50 Maiores Bancos

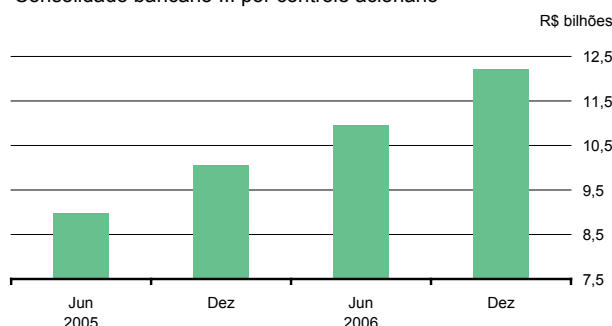
15/ Vide boxe "Conceitos e Metodologias" nas páginas 72 a 76.

16/ Publicação eletrônica do Banco Central do Brasil de periodicidade trimestral (<http://www.bcb.gov.br/fis/TOP50/port/Top502006120P.asp>). A data de corte para a formação da base de dados é divergente da utilizada neste Relatório.

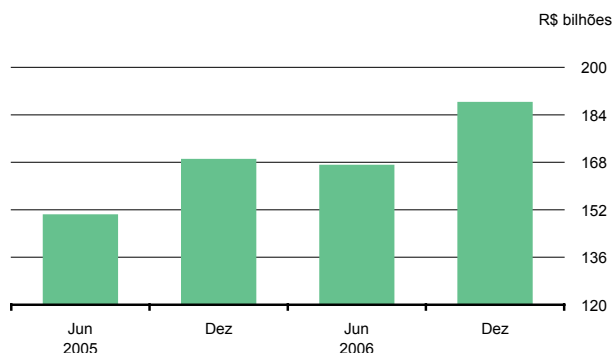
Evolução do crédito % em relação ao PIB



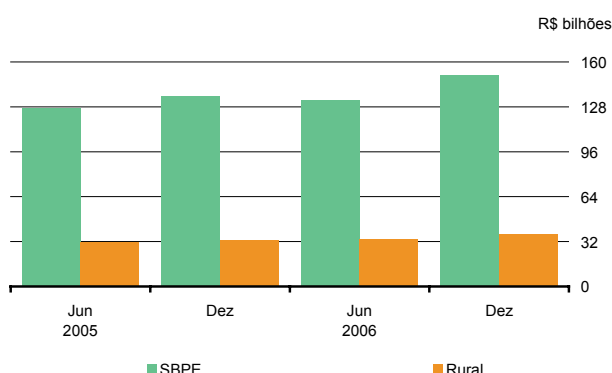
Carteira de crédito ativa Consolidado bancário III por controle acionário



Depósitos de poupança



Depósitos de poupança – SBPE e Rural



a participação desse grupo no lucro líquido do SFN vem declinando de 85,7% em dezembro de 2005, para 80,0% em junho e 78,8% em dezembro de 2006. Por outro lado, a participação do consolidado bancário II no lucro líquido do SFN vem aumentando de 9,9% em dezembro de 2005, para 16,7% em junho e 17,7% em dezembro de 2006.

As instituições bancárias permaneceram direcionando seus recursos para operações de crédito, concedidas principalmente às pequenas e médias empresas e aos consumidores em geral, em forma de crédito consignado em folha de pagamento. O volume global de crédito bancário atingiu, em dezembro de 2006, 30,8% do Produto Interno Bruto (PIB) revisado. A tendência de crescimento dessa relação tem sido constante ao longo dos últimos anos. Em junho de 2005, essa relação era de 29%. A redução dos juros e o aumento de prazos foram os principais fatores que contribuíram para o crescimento do crédito bancário.

Cooperativas de crédito

O setor cooperativo de crédito demonstrou, nos últimos dois anos, tendência de crescimento na participação dos ativos totais do sistema financeiro. Em dezembro de 2006, a participação alcançou 1,7% contra 1,4% em dezembro de 2005 e 1,2% em dezembro de 2004. A carteira de crédito ativa mostrou elevação de 36,1% entre junho de 2005 e dezembro de 2006 e atingiu R\$12,2 bilhões ou 1,6% do total das operações de crédito do SFN.

Depósitos de poupança

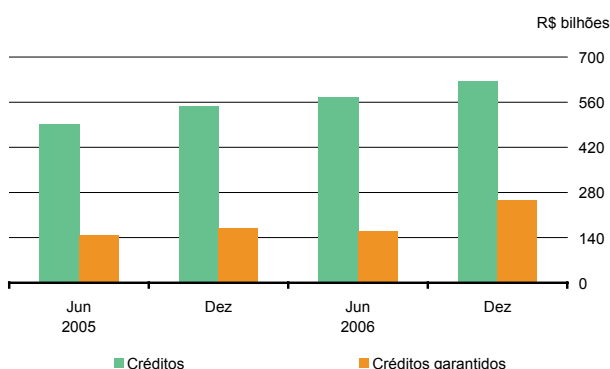
O saldo dos depósitos de poupança cresceu 12,69% no semestre, de R\$166,8 bilhões em junho de 2006, para R\$187,9 bilhões em dezembro de 2006. A captação líquida no semestre foi de R\$14,6 bilhões. O saldo de poupança apresentado pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), cujos recursos são direcionados ao crédito imobiliário, foi de R\$150,4 bilhões em dezembro de 2006, o que representou 80,04% do total, enquanto a poupança Rural finalizou o ano com o saldo de R\$37,5 bilhões e compôs 19,96% do total de depósitos. A distribuição dos depósitos no sistema, em dezembro de 2006, apresentou maior concentração de poupadores na faixa até cem reais com 41.565.238 depositantes, representativos de 54,1% do total.

Fundo Garantidor de Créditos – FGC

Dezembro de 2006

Garantia por faixa de valor		Números de clientes	%	R\$ milhões	%
0,01	5 000,00	115 647 848	91,7	47 598	7,6
5 000,01	10 000,00	4 368 966	3,5	31 029	5,0
10 000,01	15 000,00	1 879 898	1,5	22 913	3,7
15 000,01	20 000,00	1 010 526	0,8	17 515	2,8
20 000,01	25 000,00	668 261	0,5	14 845	2,4
25 000,01	30 000,00	441 768	0,4	12 067	1,9
30 000,01	35 000,00	332 228	0,3	10 740	1,7
35 000,01	40 000,00	242 157	0,2	9 041	1,4
40 000,01	45 000,00	196 291	0,2	8 315	1,3
45 000,01	50 000,00	151 306	0,1	7 171	1,1
50 000,01	60 000,00	240 186	0,2	13 135	2,1
Acima	60 000,01	1 001 199	0,8	430 169	68,9
Total		126 180 634	100,0	624 538	100,0

Fundo Garantidor de Crédito – FGC



Fundo Garantidor de Créditos

O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) é uma entidade privada sem fins lucrativos criada pela Resolução 2.197, de 31 de agosto de 1995, do CMN, para administrar mecanismo de proteção a titulares de créditos contra instituições financeiras em caso de insolvência. Atualmente é regido pelas Resoluções 3.251 e 3.400, de 16 de dezembro de 2004 e 6 de setembro de 2006, respectivamente, e demais normativos complementares editados pelo Banco Central do Brasil.

O sistema de proteção do FGC abrange os bancos múltiplos, os bancos comerciais, os bancos de investimento, os bancos de desenvolvimento, a Caixa Econômica Federal, as sociedades de crédito, financiamento e investimento, as sociedades de crédito imobiliário, as companhias hipotecárias e as associações de poupança e empréstimo que detenham créditos relativos a depósitos à vista, em contas-correntes de depósitos de investimento, em contas de depósitos não movimentáveis por cheque destinadas ao registro de pagamento de salários, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, em contas de poupança ou a prazo, bem como efetuem aceites em letras de câmbio e que captem recursos mediante a emissão e a colocação de letras imobiliárias, de letras hipotecárias e de letras de crédito imobiliário.

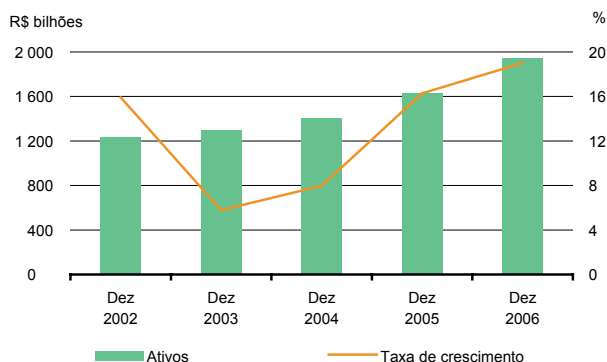
O valor máximo de garantia proporcionada pelo FGC é de R\$60 mil, correspondente à soma dos créditos de cada credor identificado pelo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e pelo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) contra as instituições financeiras pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro.

O custeio da garantia prestada pelo FGC se dá com recursos provenientes de contribuições ordinárias das instituições associadas, taxas de serviços decorrentes da emissão de cheques sem fundo, recuperações de direitos creditórios nas quais o FGC houver se sub-rogado em virtude de pagamento de dívidas de instituições associadas, relativas a créditos garantidos, bem como do resultado líquido dos serviços prestados pelo FGC e do rendimento de aplicação de seus recursos.

Atualmente, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas corresponde a 0,0125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento) do montante dos saldos das contas correspondentes ao objeto de garantia.

Ativos

Consolidado I e II



Comparativo internacional

Tamanho do mercado de capitais – Dezembro de 2005

US\$ bilhões						
Discrimi- nação	Economias emergentes	Ásia	América Latina	Oriente Médio	África	Europa
PIB	11.969,0	5.393,7	2.436,4	1.120,4	807,1	2.211,3
Mercado de capitais (a)	20.485,8	13.310,7	3.617,6	954,8	1.002,4	1.600,2
Capitalização de mercado	6.573,7	4.408,6	1.161,1	159,0	549,3	295,6
Títulos de dívida	4.479,3	2.379,7	1.290,2	61,5	122,5	625,4
públicos	2.896,3	1.208,8	1.014,6	34,1	85,7	553,1
privados	1.583,0	1.170,9	275,6	27,4	36,8	72,3
Ativos do sistema bancário (b)	9.432,8	6.522,4	1.166,3	734,3	330,6	679,2
% (a) / PIB	78,8	120,9	47,9	65,5	41,0	30,7
% (b) / PIB	171,2	246,8	148,5	85,2	124,2	72,4

Fonte: Global Financial Stability Report – FMI

Comparativo internacional

Participação dos 5 maiores bancos no total de ativos do sistema

Ano	Argentina	Austrália	Brasil	Canadá	Chile	Espanha	México
1998	38,1	82,4	54,6	79,3	71,1	38,1	76,2
1999	47,3	78,7	55,9	80,3	69,5	37,6	75,3
2000	43,9	87,9	53,6	79,8	70,9	52,0	79,2
2001	46,3	88,9	51,6	82,9	71,6	48,6	76,8
2002	52,7	79,4	60,7	82,8	71,2	46,3	83,6
2003	61,3	70,6	55,8	81,1	71,4	45,4	82,0
2004	59,5	69,3	57,4	79,7	69,9	43,5	80,4
2005	40,1	75,7	55,6	81,6	69,6	44,6	79,6

Fonte: Informe de Estabilidad Financiera – Banco de México

O volume de créditos garantidos pelo FGC elevou-se no último semestre em função do aumento do limite de proteção de R\$20 mil para R\$60 mil a partir de setembro de 2006. Enquanto em junho de 2006, o montante de créditos garantidos era de R\$159,7 bilhões, cerca de 27,8% do total de créditos existentes no sistema, em dezembro de 2006, esse volume elevou-se para R\$254,4 bilhões, cerca de 40,7% do total de créditos. O volume total de depósitos em produtos financeiros, objeto de garantia pelo FGC, era de R\$624,5 bilhões, com maior concentração em depósitos à vista, depósitos de poupança e certificados de depósitos bancários.

Em dezembro de 2006, 99,2% do total de R\$126,1 milhões dos clientes detentores de depósitos até R\$60 mil estavam cobertos pelo FGC, cujo patrimônio líquido representava 6,5% dos depósitos desses clientes.

Conforme o balanço patrimonial divulgado em 31 de dezembro de 2006, a sua situação patrimonial era superavitária em R\$12,7 bilhões, sendo que, desse valor, R\$12 bilhões estavam registrados no ativo circulante na rubrica aplicações financeiras.

O volume de recursos arrecadados para o fundo sofreu decréscimo de R\$53 milhões em 2006 devido à redução da contribuição mensal ordinária sobre os montantes dos saldos objeto de garantia, não obstante o aumento do valor garantido a partir de agosto de 2006.

A situação superavitária em que se encontra o FGC demonstra a solidez do SFN e do próprio fundo e, além disso, a redução da alíquota de contribuição colaborou para baixar as pressões sobre o *spread* bancário.

2.2 Estrutura patrimonial

2.2.1 Ativos

O crescimento médio anual do ativo total nos últimos cinco anos foi de 12,9%, levemente superior ao crescimento anual nominal médio da economia brasileira. Em consequência, os ativos de balanço do consolidado bancário passaram a representar, em 31 de dezembro de 2006, 83,8% do PIB do País, ante 83,3% em dezembro de 2002. Além disso, o crescimento dos ativos tem mantido tendência crescente nos últimos anos. A maior participação no sistema financeiro em relação ao PIB, sugere que os agentes econômicos estão cada vez mais se relacionando com as instituições financeiras.

Ranking – 10 maiores ativos

Dezembro de 2006

Posição	Banco	Total	Crescimento anual	R\$ bilhões
1º	BB	15,2%	17,1%	296,4
2º	Bradesco	11,0%	28,7%	213,3
3º	CEF	10,8%	11,1%	209,5
4º	Itaú	10,5%	40,5%	205,2
5º	BNDES	9,5%	8,0%	185,1
6º	ABN AMRO	6,1%	59,7%	119,2
7º	Santander	5,2%	20,1%	102,1
8º	Unibanco	5,0%	15,7%	97,8
9º	Safra	3,2%	20,4%	61,8
10º	HSBC	3,0%	22,6%	58,3
Participação dos				
10 maiores		79,6%		1 548,7
Total consolidado bancário I e II				1 946,2

Em relação à inserção do sistema bancário na economia, pode-se observar que, apesar de a participação dos ativos do sistema bancário no Brasil estar crescendo e ser superior à média da América Latina, permanece, ainda, abaixo das economias emergentes asiáticas no final de 2005.

Em que pese o processo de ampliação da oferta de serviços bancários, no período de 1998 a 2006, a concentração bancária no sistema, verificada entre os cinco maiores bancos nacionais, evoluiu de 54,6% para 59,6%. Os principais fatores que contribuíram para a elevação dessa concentração foram as aquisições e o maior ritmo de crescimento médio dos grandes bancos. Em algumas ocasiões, esse crescimento foi alimentado por cessões provenientes dos menores bancos, com capacidade de financiamento mais restrita. A concentração bancária no SFN, contudo, é ainda inferior à média de outros países.

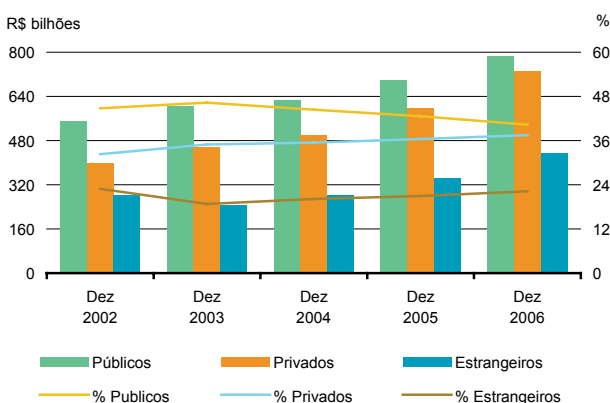
Ainda sobre o crescimento da participação dos grandes bancos no consolidado do sistema bancário, o que se vê é que, de uma maneira geral, o ritmo de crescimento dos ativos dos dez maiores foi superior ao crescimento do ativo total de todo o consolidado bancário em 2006 – 19% – com exceção dos bancos públicos e do Unibanco¹⁷.

A maior agressividade dos bancos privados fez com que esse segmento ganhasse participação no ativo total do consolidado bancário e avançasse principalmente sobre fatias de mercado que antes eram dos bancos públicos. Ambos os segmentos cresceram no período, todavia em ritmos diferentes. Quanto aos bancos estrangeiros, sua participação nos ativos totais praticamente não se alterou no período.

Entre as principais categorias de ativos, verifica-se um maior direcionamento de recursos para operações de crédito, que passaram a representar 38,7% dos ativos totais na data-base, ante 33,1% em dezembro de 2002. Nos últimos dois anos, a taxa de crescimento da carteira de crédito, de 21,6%, foi superior à média de 16,6% verificada no período. Com relação aos Títulos e Valores Mobiliários (TVMs), representativos de 27,1% do total dos ativos em 2002, sua participação reduziu-se para 25,5%, em dezembro de 2006.

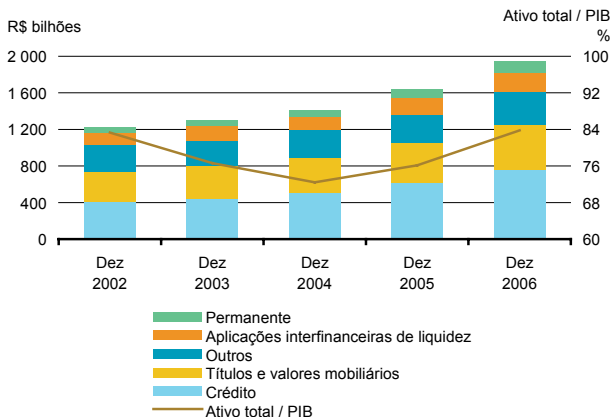
Ativo total

Consolidado bancário I e II por controle



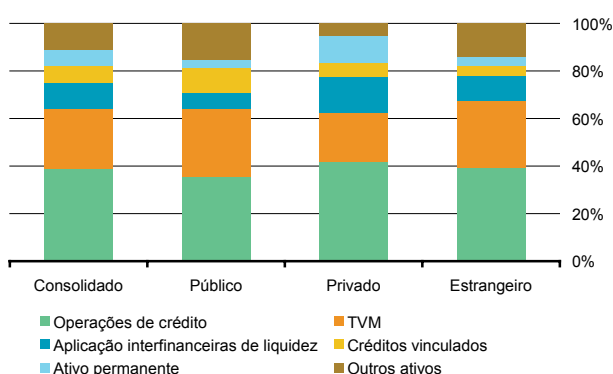
Principais ativos e ativo total sobre o PIB

Consolidado bancário I e II

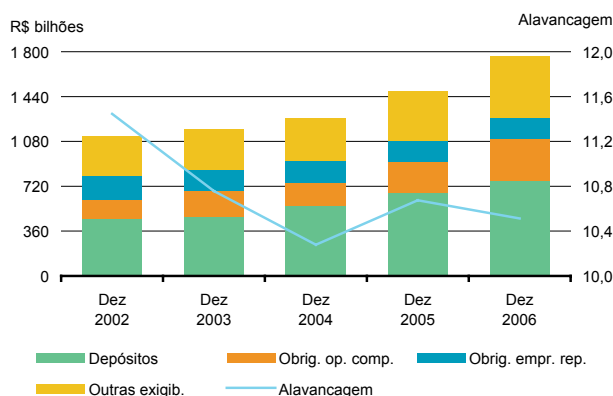


17/ Para maiores detalhes sobre informações contábeis de cada uma das instituições financeiras, consulte o relatório "50 Maiores Bancos e o Consolidado do Sistema Financeiro Nacional", disponível trimestralmente no sítio do Banco Central do Brasil.

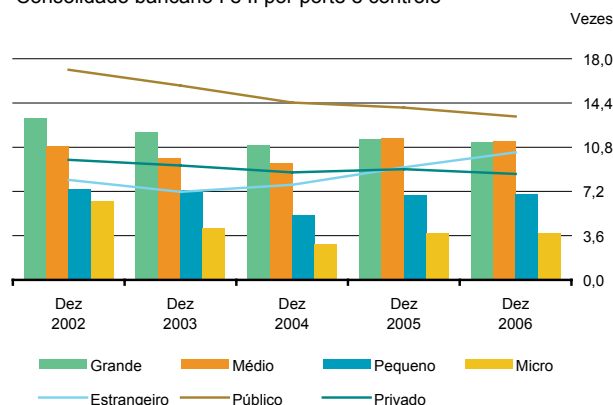
Principais aplicações sobre o ativo total Consolidado bancário I e II por controle



Passivo exigível e alavancagem Consolidado bancário I e II



Alavancagem Consolidado bancário I e II por porte e controle



Comparativo internacional – Capital sobre ativos

País	2001	2002	2003	2004	2005
Argentina	nd	nd	nd	nd	nd
Austrália ^{1/}	7,1	6,3	5,8	5,9	5,9
Brasil	8,9	8,6	9,2	9,7	9,2
Chile	7,2	7,2	7,3	7,0	6,8
México	9,4	11,1	11,4	11,2	12,0
Espanha	5,9	5,8	5,8	5,1	4,9
Canadá	4,6	4,6	4,7	4,4	4,5
África do Sul	7,8	8,2	8,0	8,4	8,3

Fonte: Global Financial Stability Report – FMI

1/ Capital nível I em relação ao total de ativos.

Exceto pela preponderância das operações de crédito em todos os segmentos, existem diferenças entre as estruturas de ativos dos segmentos por controle. Os bancos públicos carregam o maior volume de créditos vinculados e de outros ativos, enquanto os bancos privados se destacam nas aplicações interfinanceiras de liquidez e, também, pela maior utilização de captações por operações compromissadas. Além disso, os bancos privados, em maior grau que os bancos públicos, administram ativos permanentes, representados por investimentos e participações. Nos bancos estrangeiros, houve crescimento da participação dos TVMs. A participação dessa modalidade de aplicações no total dos ativos atingiu 28,4%, percentual próximo à participação dos bancos públicos, de 28,8%.

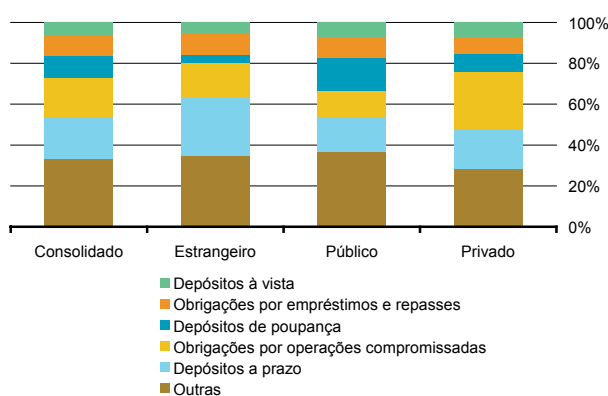
2.2.2 Passivos

Os depósitos permaneceram como a principal fonte de captações. As obrigações por operações compromissadas foram a modalidade que apresentou maior crescimento – a média atingiu 20,8% a.a. no período de dezembro de 2002 a dezembro de 2006. Nos últimos dois anos, ou seja, em 2005 e 2006, o crescimento das captações por obrigações por operações compromissadas atingiu 26,5% e 38%, respectivamente. A taxa média anual de crescimento do total dos passivos, que situou-se em 11,9%, foi inferior à evolução dos ativos. Essa evolução foi compensada pelo ritmo de crescimento médio de 14,5% do patrimônio líquido ajustado, fato que contribuiu para a redução da alavancagem do consolidado bancário.

A relação entre o capital de terceiros e o capital próprio não foi homogênea entre os segmentos. Na alavancagem por porte, os bancos grandes têm uma relação de aproximadamente três vezes a dos micro, o que reflete a maior capilaridade e a capacidade de captação das grandes instituições. Na segmentação por controle acionário, verificou-se a redução, dessa feita mais homogênea entre seus componentes, na alavancagem dos bancos públicos. Nesse segmento, o crescimento menos intenso dos ativos provocou a perda da participação no total do sistema bancário, de 44,8%, em dezembro de 2002, para 40,3%, em dezembro de 2006. Outro fator que também contribuiu foi o crescimento de 16,3% do patrimônio líquido do segmento de bancos públicos no período de dezembro de 2002 a dezembro de 2006. Nesse mesmo período, o crescimento médio do patrimônio líquido do sistema atingiu 14,5%, ou 1,8 p.p. menor. O segmento de bancos estrangeiros apresentou crescimento em sua alavancagem. Apesar de ter ocorrido redução da sua

Principais captações

Consolidado bancário I e II por controle

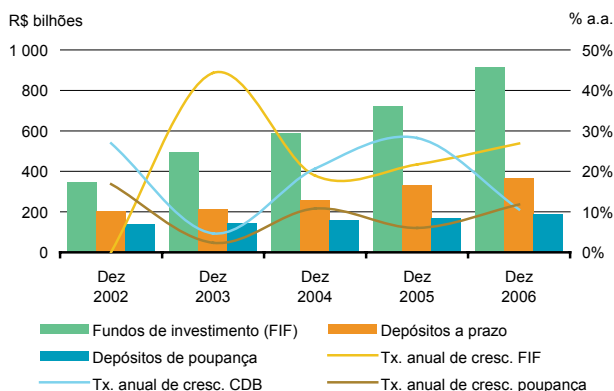


participação no Patrimônio Líquido do Consolidado Bancário, praticamente manteve sua participação nos Ativos. Em comparação com outros países, o sistema bancário brasileiro usa pouco capital de terceiros, uma vez que a relação entre capital e ativos é uma das maiores.

A estrutura dos passivos também difere bastante entre os segmentos por controle. Os bancos estrangeiros se utilizam mais fortemente dos depósitos a prazo, enquanto que os públicos lideram as captações de poupança. De outro lado, os bancos privados têm preponderância nas obrigações por operações compromissadas, modalidade que apresentou crescimento acentuado no passado recente.

Principais modalidades de captações

Consolidado bancário I e II



Apesar de não se tratar de uma captação clássica do sistema bancário, quando são incluídos os recursos direcionados para Fundos de Investimentos Financeiros (FIFs)¹⁸, que no Brasil em grande parte são controlados pelo próprio sistema bancário, vê-se que esses fundos têm recebido mais recursos do que as demais modalidades de depósitos remunerados e competem notadamente com os depósitos a prazo. Não estão sendo considerados os recursos captados pelos FIFs e aplicados em CDBs.

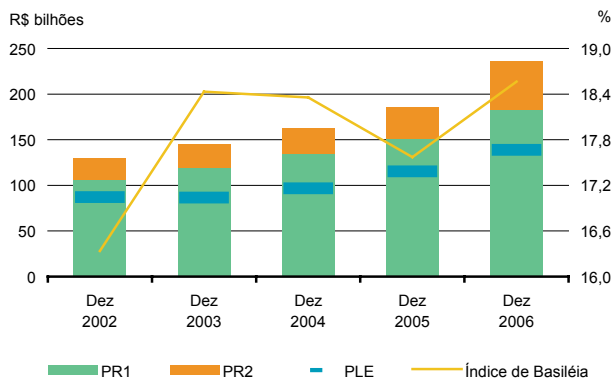
2.2.3 Patrimônio líquido

Do ponto de vista regulamentar, o nível de capitalização do consolidado bancário vem se mantendo em patamar confortável, com o Índice de Basiléia de 18,56%, tanto em relação ao limite mínimo de 11%, quanto em relação a outros países. No período de dezembro de 2002 a dezembro de 2006, o Patrimônio de Referência nível 1 (PR1) e o Patrimônio de Referência nível 2 (PR2) apresentaram tendência de crescimento. No exercício de 2006, ocorreu crescimento mais acentuado no PR2, ocasionado, principalmente, pelo volume de emissões de dívidas subordinadas no último ano.

Ainda, em relação ao aumento da participação do PR2 no PR total, existem diferentes níveis de utilização desses instrumentos entre as instituições do Consolidado Bancário. Na data-base, os segmentos que maior uso fizeram do PR2 foram os grandes bancos, notadamente os públicos.

PR, PLE e Índice de Basiléia

Consolidado bancário I e II



18/ Fonte: Andib – “Evolução Histórica de PL e Captação Líquida da Indústria de Fundos”.

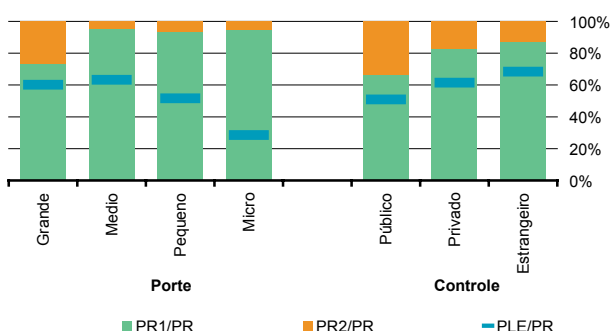
Comparativo internacional – Índice de Basileia

País	2001	2002	2003	2004	2005
Argentina	nd	nd	nd	nd	nd
Austrália	10,4	9,6	10,0	10,4	10,3
Brasil	14,8	16,6	18,9	17,3	17,4
Chile	12,7	14,0	14,1	13,6	13,0
México	13,9	15,5	14,2	14,1	14,3
Espanha	12,9	12,5	12,6	12,3	12,2
Canadá	12,3	12,4	13,4	13,3	12,9
África do Sul	11,4	12,6	12,2	13,3	12,3

Fonte: Global Financial Stability Report – FMI

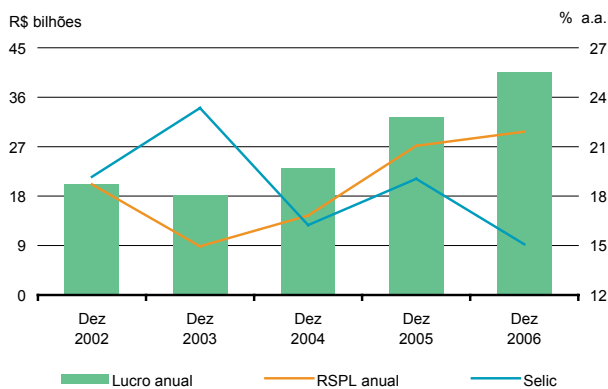
Composição do patrimônio de referência e folga de capital

Consolidado bancário I e II por porte e controle



Lucro líquido e rentabilidade sobre o PL (RSPL)

Consolidado bancário I e II



Comparativo internacional – Retorno sobre patrimônio líquido

País	2001	2002	2003	2004	2005
Argentina	-0,2	-59,2	-22,7	-4,2	7,1
Austrália	20,1	20,2	24,2	22,8	25,5
Brasil	-1,2	21,8	17,0	18,8	22,8
Chile	17,7	14,4	16,7	16,7	17,9
México	8,6	-10,4	14,2	13,0	19,5
Espanha	13,5	12,1	13,2	14,1	16,9
Canadá	13,9	9,3	14,7	16,7	14,9
África do Sul	8,9	5,2	11,6	16,2	14,7

Fonte: Global Financial Stability Report – FMI

2.3 Resultados

O retorno sobre o patrimônio líquido do sistema bancário em 2006 continua alto e em patamar superior aos anos anteriores, o que sustenta sua tendência ascendente a despeito da diminuição da taxa Selic.

Comparando nosso sistema bancário aos de outras economias – de acordo com dados do Relatório de Estabilidade Financeira Global do FMI e sem avaliar detidamente diferenças de critérios contábeis existentes entre os países –, aparentemente temos um sistema bancário com um alto grau de rentabilidade sobre o patrimônio, e ainda mais quando utilizamos como métrica o retorno sobre os ativos, fato que se deve à relativamente menor alavancagem média praticada no Brasil.

Entretanto, é importante focar no retorno da atividade de intermediação devido ao fato de o lucro líquido final – e conseqüentemente, os Retornos sobre o Patrimônio Líquido (RSPL) e sobre ativos – ser impactado por eventos extraordinários, como a constituição de crédito tributário, baixa ou ativação de ágio, resultado de participações, entre outros.

Como exemplo, cita-se 2006, quando o lucro líquido do sistema bancário foi impactado significativamente pela ativação de créditos tributários, baixa de ágio e grande resultado com participações. Apesar de continuar crescendo, o resultado de intermediação financeira dos bancos começa a não acompanhar o crescimento dos ativos, o que tem causado uma leve redução da taxa de retorno proveniente da atividade de intermediação obtida da relação entre o Resultado de Intermediação e Ativo Total do sistema.

Apesar desta aparente inversão de tendência na rentabilidade da atividade de intermediação do sistema bancário brasileiro, quando comparado com outros países, o Brasil é um dos países que apresenta a maior relação entre o resultado de intermediação e os ativos médios dos dez maiores bancos.

Outra área de grande relevância para a formação de resultados do sistema bancário, notadamente nos grandes bancos de varejo, é a contínua melhoria na proporção das despesas administrativas que são cobertas com receitas de serviços (índice de cobertura). Importante mencionar que a melhoria desse indicador deve-se mais ao aumento das receitas de serviços, que passaram de 2% dos ativos em 2002, para 2,5% em 2006, do que à redução das despesas

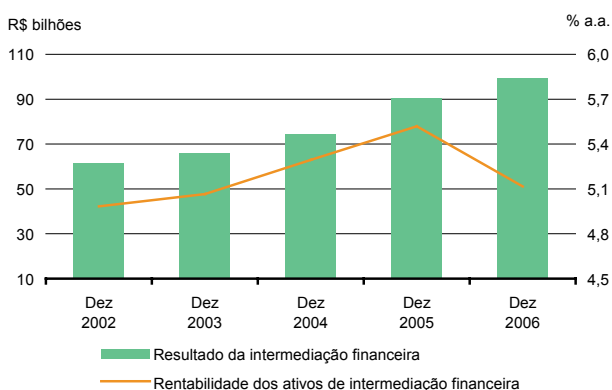
Comparativo internacional – Retorno sobre ativos

País	2001	2002	2003	2004	2005	% a.a.
Argentina	0,0	-8,9	-3,0	-0,5	0,9	
Austrália ^{1/}	1,3	1,4	1,6	1,5	1,8	
Brasil	-0,1	1,9	1,5	1,8	2,1	
Chile	1,3	1,1	1,3	1,2	1,3	
México	0,8	-1,1	1,7	1,5	2,4	
Espanha	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	
Canadá	0,7	0,4	0,7	0,8	0,7	
África do Sul	0,8	0,4	0,8	1,2	1,1	

Fonte: Global Financial Stability Report – FMI

1/ Lucro bruto

Resultado de intermediação financeira Consolidado bancário I e II



Comparativo internacional

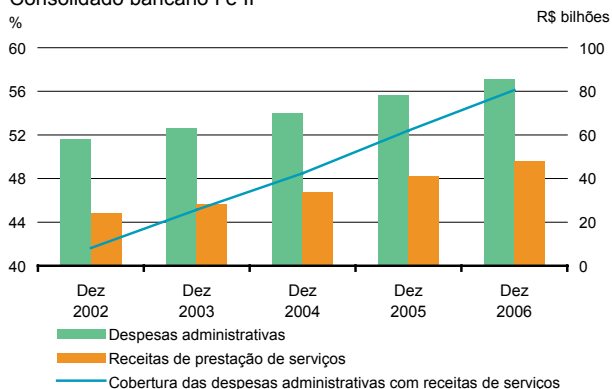
Resultado de Intermediação sobre ativos médios 10 maiores

Ano	Argentina	Austrália	Brasil	Canadá	Chile	Espanha	México	% a.a.
1998	3,7	2,3	6,9	2,1	4,7	2,5	6,9	
1999	4,0	2,3	7,8	2,1	5,0	2,5	7,4	
2000	3,9	2,1	6,6	2,1	4,9	2,2	7,0	
2001	3,3	2,0	6,8	2,2	4,9	2,7	6,7	
2002	5,4	2,0	8,1	2,4	5,6	2,4	6,1	
2003	0,7	2,0	8,4	2,3	3,1	2,4	5,3	
2004	1,7	1,9	7,5	2,2	4,1	2,1	5,7	
2005	3,1	1,8	7,6	2,0	4,2	1,5	7,0	

Fonte: Informe de Estabilidad Financiera – Banco de México

Despesas administrativas e receitas de prestação de serviços

Consolidado bancário I e II



administrativas, que passaram a representar 4,4% dos ativos em 2006, ante a 4,7% em 2002.

Apesar do bom nível do indicador de cobertura de despesas administrativas com receitas de serviços, em um comparativo com algumas instituições internacionais, o Brasil ainda aparece com uma das piores relações entre as despesas administrativas e os ativos nos dez maiores bancos.

A decomposição do resultado do consolidado bancário em 2006, em suas principais receitas e despesas, evidencia alguns eventos importantes já comentados neste texto, a saber: (i) a importância das receitas de crédito, bem como seu ritmo de crescimento bastante superior ao das rendas de TVMs; (ii) o crescimento das despesas com provisão, muito em linha com o crescimento da carteira de crédito; (iii) o aumento da magnitude das receitas e despesas de arrendamento, acompanhando o crescimento da modalidade; (iv) a relevância das despesas administrativas e receitas de serviços e a maior taxa de crescimento desta em relação àquela; e (v) em que pese sua relativamente baixa importância, o significativo incremento no resultado de participações.

Da análise do RSPL por porte, percebe-se, também, nessa medida, que não há homogeneidade no sistema bancário. Em média, a maior lucratividade sobre o patrimônio deu-se nos bancos grandes; além disso, esse retorno diminui conforme o porte das instituições.

Com relação ao RSPL por controle, há evidências de que a alta rentabilidade dos bancos públicos em 2006 foi influenciada pelo resultado de participações, além da ativação de créditos tributários e da melhora da relação de despesas administrativas e receitas de serviços. Nos bancos privados, a redução do retorno sobre o patrimônio foi influenciada pelo impacto da amortização de ágio. Os bancos estrangeiros, após as baixas rentabilidades ocorridas em 2003 e 2004, voltaram a apresentar crescimento da geração de resultados em 2005 e 2006, não obstante a permanência desse segmento como o de menor rentabilidade.

Ainda sobre a rentabilidade por segmentos, faz-se importante contrastar o menor retorno sobre o patrimônio líquido dos menores bancos com sua maior rentabilidade sobre dos ativos de renda. Esse contraste é explicado principalmente pela diferença entre as alavancagens dos segmentos, com os menores bancos não conseguindo usar tanto quanto os bancos de grande porte o capital de terceiros.

Comparativo internacional

Despesas administrativas sobre ativos médios 10 maiores

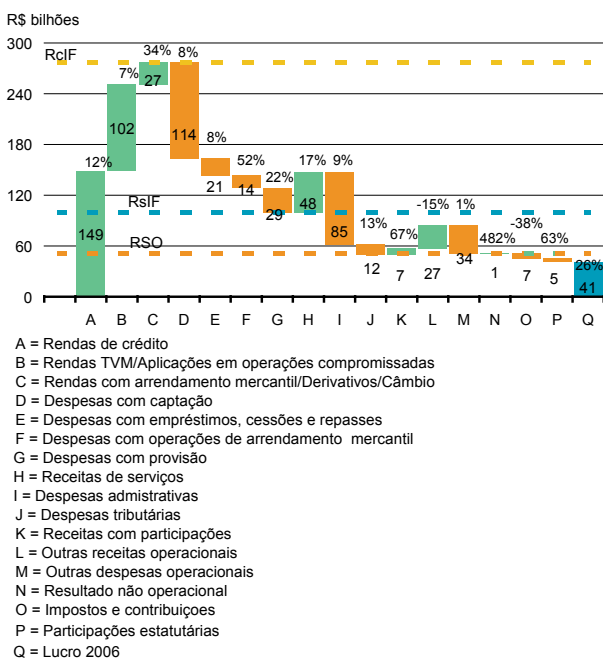
	% a.a.						
Ano	Argentina	Austrália	Brasil	Canadá	Chile	Espanha	México
1998	n/d	2,3	6,3	2,3	3,1	2,0	5,1
1999	n/d	2,3	7,2	2,6	3,1	1,9	5,2
2000	n/d	1,8	6,8	2,7	3,1	1,7	5,1
2001	n/d	1,7	6,9	2,7	3,0	1,7	4,7
2002	n/d	1,7	6,1	2,7	3,0	1,7	4,8
2003	n/d	1,6	6,0	2,7	2,7	1,6	4,6
2004	n/d	1,6	6,1	2,7	2,7	1,4	4,3
2005	n/d	1,6	5,8	2,6	2,7	1,1	4,6

Fonte: Bancscope

Decomposição do resultado anual

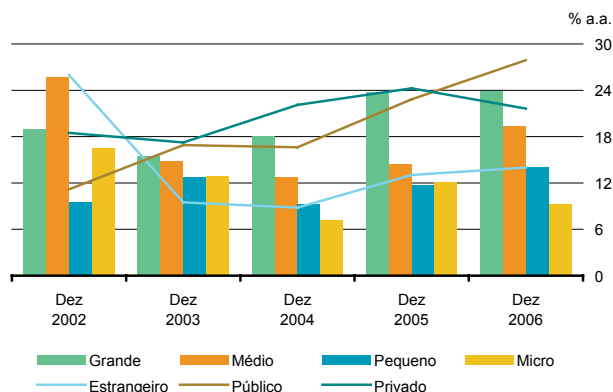
Consolidado bancário I e II

Data-base: 2006



Rentabilidade sobre o PL – RSPL

Consolidado bancário I e II por porte e controle



Ainda sobre a rentabilidade por porte, os bancos de microporte são os que apresentam a maior taxa de retorno sobre as operações de crédito, seguidos pelos bancos de pequeno porte. Essa diferença de rentabilidade dos ativos se justifica pelo fato de esses dois segmentos possuírem a maior parte dos seus ativos em operações de crédito, além de serem os que mais realizam operações de cessão de créditos, que, na sua maioria, geram antecipação de resultados.

Acompanhando a perda de participação dos TVMs no ativo total do consolidado bancário, em contraste com a carteira de crédito, as rendas de TVMs também perderam participação no total das receitas de intermediação. A rentabilidade da carteira de títulos – consideradas nesse indicador apenas as rendas provenientes da posição patrimonial efetivamente investida em TVMs – também apresentou redução em relação aos anos anteriores. As rendas de crédito, apesar de crescerem tanto em termos absolutos quanto relativamente às demais receitas, não têm sido suficientes para manter a rentabilidade da carteira de crédito.

2.4 Capital e limites

O Banco Central do Brasil, para atuar de acordo com as melhores práticas internacionais de supervisão, segue as recomendações do Comitê de Basileia no que se refere ao estabelecimento de limites operacionais que devem ser observados pelas instituições integrantes do SFN. Entre esses limites, os dois principais são o Índice de Basileia e o Limite de Imobilização.

O Índice de Basileia é obtido da relação entre o Patrimônio de Referência (PR) e o Patrimônio Líquido Exigido (PLE). O PLE é calculado em função do grau de risco dos ativos, passivos e contas de compensação, conforme estabelece a Resolução 2.099, de 1994 e suas alterações posteriores.

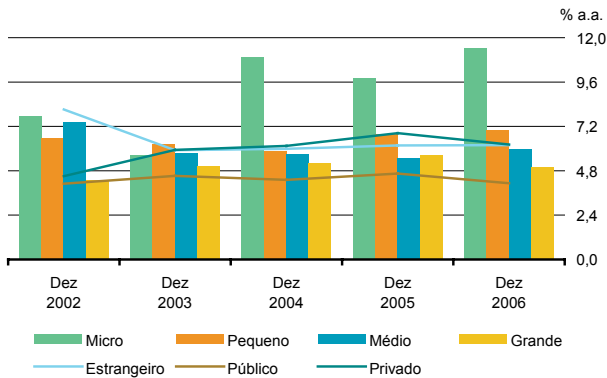
O Limite de Imobilização não pode ultrapassar 50% da relação entre o saldo do Ativo Permanente (AP) e o Patrimônio de Referência Ajustado (PRA), conforme estabelece a Resolução 2.283 de 1996.

2.4.1 Índice de Basileia

A alocação de capital tem o objetivo de garantir que as instituições mantenham recursos próprios suficientes para protegê-las de situações de insolvência técnica – PR

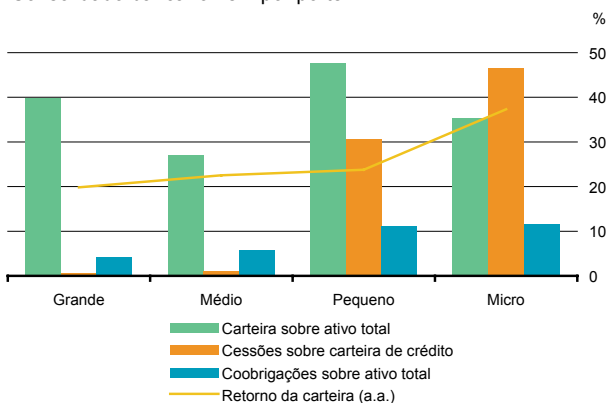
Rentabilidade dos ativos de renda

Consolidado bancário I e II por porte e controle

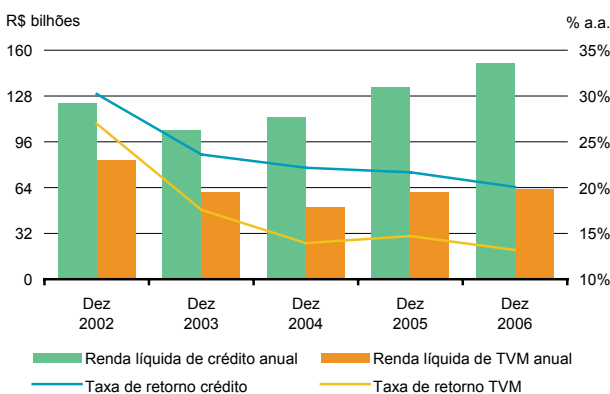


Características das aplicações em crédito

Consolidado bancário I e II por porte



Evolução das rendas e das taxas de retorno da carteira de crédito e TVM



negativo –, causada por possíveis perdas relevantes e não esperadas em seus ativos expostos aos riscos, de forma a minimizar o risco para seus credores.

No caso dos bancos brasileiros, o índice de Basileia deve ser superior a 11%¹⁹. Para tornar a análise mais compreensível, será utilizada essa abordagem como parâmetro.

Neste tópico, apresenta-se a análise da adequação das instituições e dos segmentos que compõem o SFN ao índice de Basileia e contempla-se, inclusive, o comportamento do PR e do PLE.

Evolução

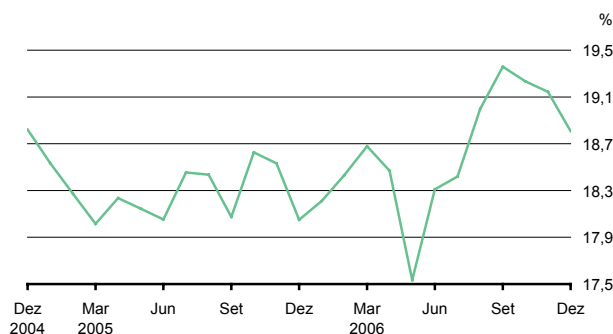
O índice de Basileia, em dezembro de 2006, era de 18,8%, superior em 7,8 p.p. ao limite mínimo exigido no Brasil. Nos 24 meses anteriores, esse índice apresentou pequenas variações, situadas entre 17,5%, em maio de 2006, e 19,4%, em setembro de 2006.

Em dezembro de 2006, o PR totalizou R\$247,4 bilhões, representativos de uma expansão de 12,6% em relação ao semestre anterior. Entre os seus componentes, ocorreram elevações de 10,2% no Capital de Nível I e de 22,1% no Capital de Nível II. Em consequência, a participação do Capital de Nível II no PR atingiu 21,5%, representativo de um aumento de 1,8 p.p.

O PLE, em dezembro de 2006, atingiu R\$147,3 bilhões, expansão de 11,4% em relação ao semestre anterior. Entre os seus componentes, os Ativos Ponderados pelo Risco (APR) e *swap* registraram aumentos de 13,8% ou R\$16,1 bilhões e 8,3% ou R\$263 milhões, respectivamente. Os outros dois componentes, câmbio e juros-pré registraram reduções de 11,6% ou R\$914 milhões e 8,4% ou R\$407 milhões, respectivamente. O aumento do APR deu-se basicamente nos ativos ponderados a 100%, em função, principalmente, do aumento do volume de operações de crédito, resultado similar aos ocorridos nos dois últimos semestres.

19/ As cooperativas de crédito singulares não filiadas a centrais devem apresentar índice de Basileia superior a 15%, e as agências de fomento, superior a 30%. No PR e PLE do aglutinado do SFN, a participação dessas instituições é muito pequena.

Índice de Basiléia SFN



Evolução do PR e do PLE^{1/} do SFN

					R\$ milhões
Discriminação	2006				Variação
	Jun		Dez		semestral
	Valor	%	Valor	%	
					%
PR	219 996	100,0	247 338	100,0	12,4
Nível I	176 522	80,2	194 274	78,5	10,1
Nível II	43 475	19,8	53 063	21,5	22,1
PLE	132 167	100,0	147 323	100,0	11,5
Ativos	116 270	88,0	132 486	89,9	13,9
Juros-pré	4 856	3,7	4 446	3,0	-8,4
Câmbio	7 861	5,9	6 947	4,7	-11,6
Swap	3 181	2,4	3 444	2,3	8,3

1/ O PLE representa o valor mínimo exigido para o PR.

Concentração do PR e do PLE

Para facilitar análise da concentração dos componentes do PR e do PLE no SFN, as instituições foram ordenadas de forma decrescente, pelos valores registrados em cada componente do PR e do PLE. A seguir, as participações foram acumuladas e segregadas entre as 5, 10, 20 e 50 instituições que registraram os maiores valores em cada um dos componentes.

Em dezembro de 2006, a concentração nos componentes apresentou discreta alteração em comparação com o semestre anterior em todas as faixas, destacando-se que:

- no caso do PR, a exemplo do semestre anterior, ocorreram aumentos de concentração em todas as faixas, especialmente no crescimento de 2,0 p.p. naquela dos cinco maiores e maior concentração no Capital de Nível II;
- para o PLE, houve uma discreta desconcentração, com pequenas reduções nas faixas das 5 e das 10 maiores. A concentração da exigência de capital para risco cambial aumentou em 5,7 p.p. na faixa das cinco maiores e continua sendo o componente mais concentrado, ao passo que ocorreu uma discreta desconcentração dos componentes de *swap* e de APR nas primeiras faixas.

Composição do PR e do PLE por segmentos

No Consolidado bancário I, composto pelos subsegmentos de bancos públicos, de bancos privados e de bancos estrangeiros, o índice de Basiléia alcançou 17,8%, aumento de 0,5 p.p. Esse segmento foi responsável por 78,5%, redução de 0,7 p.p., do total do PR e 81,6%, redução de 2,2 p.p., do PLE do SFN, apesar das reduções de 0,8 p.p. e 2,2 p.p. Segue abaixo a análise do subsegmento do consolidado bancário I:

- Bancos públicos – Apresentaram crescimento de 6% no PR e de 7,3% no PLE, com índice de Basiléia de 19,5% ou redução de 0,2 p.p. em relação a junho de 2006.
- PR – Acréscimo de 6,6% no Capital de Nível I e de 4,3% no Capital de Nível II. Em decorrência, a participação do capital nível I cresceu 0,4 p.p. e alcançou 72,3% do PR.

PR e PLE – Concentração^{1/} Dezembro de 2006

Discriminação	Quantidade de instituições financeiras				%
	5	10	20	50	
PR	58,0	76,0	84,9	92,2	
Nível I	53,1	71,1	81,9	90,5	
Nível II	81,5	95,4	98,3	99,8	
PLE	56,1	76,6	87,9	94,8	
Ativos	56,1	76,9	85,3	91,9	
Juros-pré	54,0	76,1	87,5	95,8	
Câmbio	90,2	95,5	98,1	100,0	
Swap	61,2	80,9	95,4	99,9	

1/ Participação do grupo de instituições no total do SFN por tipo de concentração.

PR nos segmentos – Composição

Dezembro de 2006

					R\$ milhões
Discriminação	Qtde	PR			IB ^{1/}
		Total	Nível I	Nível II	
Total do SFN	1 781	247 338	194 274	53 063	18,8
Bancário					
Consolidado					
bancário I	100	194 113	156 481	37 632	17,8
Bancos					
públicos	12	51 280	37 059	14 221	19,5
privados					
nacionais	54	101 019	83 331	17 688	17,8
estrangeiros	34	41 814	36 092	5 723	15,9
bancário II	30	41 391	26 099	15 293	23,6
bancário III	1 387	6 230	6 162	69	32,7
Não-bancário	264	5 603	5 533	70	19,6

1/ Índice de Basileia.

PLE nos segmentos – Composição

Dezembro de 2006

Discriminação	Total	Ativos	Juros- pré	R\$ milhões	
				Câmbio	Swap
Total do SFN	147 323	132 486	4 446	6 947	3 444
Bancário					
Consolidado					
bancário I	120 284	106 002	4 201	6 848	3 234
Bancos					
públicos	28 911	27 528	984	17	382
privados					
nacionais	62 441	53 597	1 589	6 246	1 008
estrangeiros	28 933	24 877	1 628	584	1 844
bancário II	19 253	18 808	149	90	206
bancário III	2 094	2 030	64	0	0
Não-bancário	5 691	5 645	33	9	4

- PLE – Destaca-se a significativa redução de 97,7% em câmbio, percentual representativo de R\$726 milhões e aumento de 9,8% no APR, representativo de R\$2,5 bilhões.

b) Bancos privados – Apresentaram crescimento de 14,9% no PR e de 9,7% no PLE, com índice de Basileia de 17,8%, ou aumento de 0,8 p.p.

- PR – Acréscimo de 15,7% no Capital de Nível I e de 11,3% no Capital de Nível II. Em decorrência, a participação do capital nível I cresceu 0,6 p.p. e alcançou 82,5% do PR.

- PLE – Destaca-se o aumento de 40% em juros-pré, percentual representativo de R\$288 milhões e aumento de 12,1% no APR, representativo de R\$5,8 bilhões.

c) Bancos estrangeiros – Apresentaram crescimento de 10,7% no PR e de 7,2% no PLE, com índice de Basileia de 15,9%, ou aumento de 0,5 p.p.

- PR – Acréscimo de 7,7% no Capital de Nível I e de 34,2% no Capital de Nível II. Em decorrência, a participação do capital nível II cresceu 2,4 p.p. e alcançou 16,9% do PR.

- PLE – Destaque para a redução de 17,5% em câmbio, percentual representativo de R\$124 milhões e aumento de 10,0% no APR, representativo de R\$1,9 bilhão.

Consolidado bancário II – O índice de Basileia alcançou 23,6%, aumento de 2 p.p. em relação ao semestre anterior. Esse segmento foi responsável por 16,7% do PR e por 13,1% do PLE do SFN.

Consolidado bancário III – O índice de Basileia alcançou 32,7%, redução de 1,1 p.p. em relação ao semestre anterior. Esse segmento compõe-se de 1.387 cooperativas de crédito e foi responsável por 2,5% do PR e 1,4% do PLE do SFN.

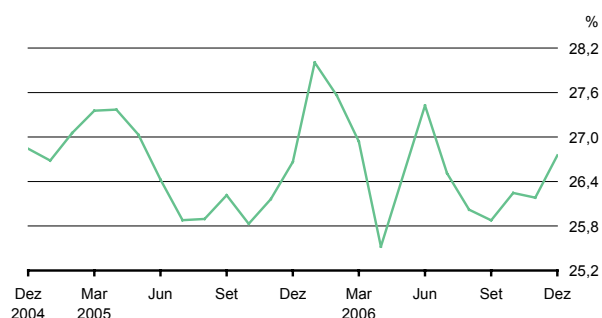
Consolidado não-bancário – O índice de Basileia alcançou 19,6%, redução de 12,2 p.p. em relação ao semestre anterior. Esse segmento compõe-se de 264 instituições e foi responsável por 2,3% do PR e 3,9% do PLE do SFN. Destaca-se o significativo aumento de 188% do APR, representativo de R\$3,7 bilhões.

Desenquadramentos ao Limite de Basileia

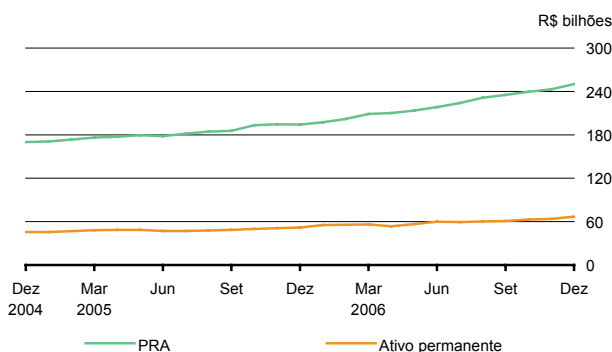
Em dezembro de 2006, de 1.781 instituições, 55 de pequena representatividade sob a ótica do SFN estavam desenquadradas no Limite de Basileia. O aporte de capital necessário para suprir a deficiência era de R\$424,1 milhões, equivalentes a cerca de 0,3% do PLE do SFN.

- a) Consolidado bancário I – Havia uma instituição desenquadrada com a necessidade de capital para compensar a deficiência de R\$207 mil (0,0001% do PLE do SFN).
- b) Consolidado bancário II – Nenhuma instituição desenquadrada.
- c) Consolidado bancário III – Havia 45 cooperativas de crédito desenquadradas, contra 55 em junho de 2006. O aporte de capital necessário para compensar toda deficiência era de R\$45,3 milhões, ou 0,03% do PLE do SFN. O segmento foi responsável por 10,7% do total das deficiências e por 81,8% do quantitativo de instituições desenquadradas.
- d) Consolidado não-bancário – Havia nove instituições desenquadradas. O aporte de capital necessário para compensar a deficiência era de R\$378,6 milhões. O segmento era responsável por 89,3% do total das deficiências e 16,4% da quantidade de instituições desenquadradas.

Índice de Imobilização SFN



PRA e ativo permanente SFN



2.4.2 Limite de Imobilização

Os dois principais objetivos desse limite são garantir que recursos de terceiros não sejam aplicados no ativo imobilizado e que as instituições trabalhem com um percentual mínimo de capital próprio.

A Resolução 2.669, de 1999, estabeleceu que as instituições podem comprometer, no máximo, 50% do PRA em relação ao AP.

Este tópico apresenta a análise da adequação das instituições e dos segmentos que compõem o SFN ao Limite de Imobilização e contempla o comportamento do AP e do PRA.

PRA e ativo permanente
Sistema bancário

Discriminação	Quantidade de instituições		Patrimônio referência ajustado ^{1/}		Ativo permanente ^{1/}		Índice de de imobilização ^{2/}	
	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez
Total do SFN	1 815	1 781	218	250	60	67	27,4	26,8
Bancário								
Consolidado								
bancário I	103	100	174	193	48	53	27,7	27,6
Bancos								
públicos	12	12	48	51	8	9	17,1	16,7
privados								
nacionais	57	54	88	101	33	38	37,3	37,6
estrangeiros	34	34	38	41	7	7	19,2	16,9
bancário II	31	30	35	41	11	12	30,8	28,2
bancário III	1 402	1 387	6	6	1	1	16,2	16,2
Não-bancário	279	264	5	9	0	1	4,5	9,1

1/ R\$ bilhões.

2/ O limite máximo permitido é de 50%.

Evolução

Índice de Imobilização – Em dezembro de 2006, era de 26,8%, folga de 23,2 p.p. do limite máximo exigido. Nos 24 meses anteriores, apresentou pequenas oscilações e variou entre 28%, em janeiro de 2006 e 25,5%, em abril de 2006.

AP – No semestre, o AP aumentou em 11,5%, de R\$60 bilhões para R\$66,9 bilhões. Nos 24 meses anteriores, esse aumento correspondeu a 46,7%, ainda que tivesse apresentado pequenas oscilações mensais. O maior crescimento, 6,8%, ocorreu em janeiro de 2006, e a maior redução, 4,7%, em abril de 2006.

PRA – No semestre, o PRA aumentou em 14,4%, de R\$218,6 bilhões para R\$249,2 bilhões. Nos 24 meses anteriores, esse aumento correspondeu a 47,2%, com pequenas oscilações na comparação mensal. O maior crescimento, 4,2%, ocorreu em outubro de 2005, e a maior redução, 0,7%, em junho de 2005.

Composição do PRA e do AP por segmentos

Consolidado bancário I – Em dezembro de 2006, o Índice de Imobilização do consolidado bancário I alcançou 27,8%, aumento de 0,1 p.p. em comparação com junho de 2006. O segmento foi responsável por 77,2% do total do PRA e 79,8% do AP do SFN.

- Bancos públicos – Apresentaram crescimento de 6% no PRA e de 3,9% no AP, com o Índice de Imobilização em 17,1%, o que representou uma redução de 0,3 p.p. quando comparado a junho de 2006.
- Bancos privados – Apresentaram crescimento 14,8% no PRA e de 15,8% no AP, com o Índice de Imobilização alcançando 37,3%, o que representou um aumento de 0,3 p.p. quando comparado a junho de 2006.
- Bancos estrangeiros – Apresentaram crescimento 10,0% no PRA e redução de 3,3% no AP, com o Índice de Imobilização em 16,9%, o que representou uma redução de 2,3 p.p. quando comparado a junho de 2006.

Consolidado bancário II – Em dezembro de 2006, o Índice de Imobilização do consolidado bancário II alcançou 28,2%, redução de 2,6 p.p. em comparação com junho de 2006. O segmento foi responsável por 16,5% do total do PRA e 17,4% do AP do SFN.

Consolidado bancário III – Em dezembro de 2006, o Índice de Imobilização do consolidado bancário III, composto por 1.387 cooperativas de crédito, alcançou 16,2%. Quando comparado com a data-base de junho de 2006, esse indicador permaneceu estável. O segmento foi responsável por 2,5% do total do PRA e por 1,5% do AP do SFN.

Consolidado não-bancário – Em dezembro de 2006, o Índice de Imobilização do consolidado não-bancário, composto por 264 instituições, alcançou 9,1%, aumento de 4,6 p.p. em comparação com junho de 2006. O segmento foi responsável por 3,8% do total do PRA e por 1,3% do AP do SFN.

Operações de crédito – País e exterior

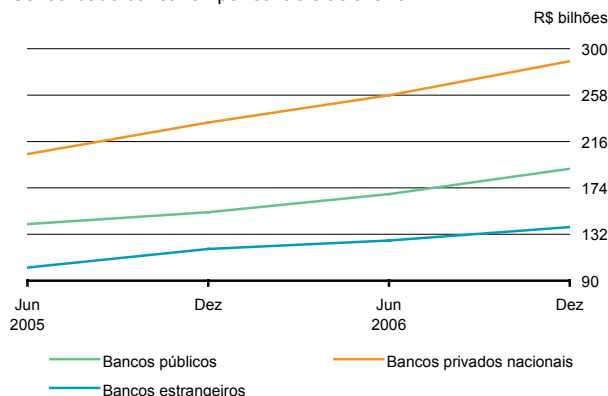
Dezembro de 2006

Discriminação	Operações concedidas no País	Operações concedidas no exterior	Eliminações ^{1/}	R\$ milhões Operações de crédito consolidadas
Total do SFN	738 548	47 348	-11 856	774 041
Bancário	731 803	47 348	-11 856	767 296
Consolidado				
bancário I	618 681	47 348	-11 856	654 174
Bancos				
públicos	191 382	17 408	-4 108	204 682
privados				
nacionais	288 749	24 115	-7 303	305 561
estrangeiros	138 550	5 825	- 445	143 930
bancário II	100 981	0	0	100 981
bancário III	12 140	0	0	12 140
Não-bancário	6 745	0	0	6 745

1/ Eliminações de operações de crédito realizadas no País e no exterior entre instituições financeiras pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro.

Operações de crédito

Consolidado bancário I por controle acionário



Desenquadramentos ao Limite de Imobilização

Na data-base, das 1.781 instituições avaliadas, 73 apresentaram AP superior a 50% do PRA, ou seja, estavam desenquadradas nesse limite. Para compensar o total das deficiências dessas instituições, era necessário o valor de R\$252 milhões de aporte de capital, ou menos de 0,1% do PRA do SFN.

- Consolidado bancário I – Nenhuma instituição bancária desenquadrada.
- Consolidado bancário II – Havia uma instituição desenquadrada, com R\$102 mil de deficiência a compensar, correspondente a 0,04% do total nesse limite.
- Consolidado Bancário III – Havia 57 instituições desenquadradas, com R\$50,3 milhões de deficiência a compensar. Esse consolidado era responsável por 20% do total das deficiências e por 78% da quantidade de instituições desenquadradas.
- Consolidado não-bancário – Havia quinze instituições desenquadradas, com R\$201,6 milhões em deficiência a compensar. Esse consolidado era responsável por 80% do total das deficiências e por 20% do número de instituições desenquadradas.

Maiores conglomerados/instituições financeiras

Participação no crédito do consolidado bancário I

			%
Discriminação	2006		
	Jun	Dez	
10 maiores	84,0	85,2	
20 maiores	93,3	93,6	
50 maiores	99,0	99,1	

Operações de crédito

Participação de pessoas físicas e jurídicas

%				
Discriminação	2006			
	Jun		Dez	
	Operações	Carteira ativa	Operações	Carteira ativa
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Pessoa física	93,3	45,3	93,4	45,3
Bancário				
Consolidado				
bancário I	90,7	41,8	90,7	41,8
Bancos				
públicos	20,4	15,2	20,3	14,9
privados				
nacionais	45,5	17,6	43,8	17,8
estrangeiros	24,8	9,0	26,6	9,1
bancário II	0,2	1,7	0,2	1,7
bancário III	1,4	1,4	1,4	1,4
Não-bancário	0,9	0,4	1,2	0,4
Pessoa jurídica	6,7	54,7	6,6	54,7
Bancário				
Consolidado				
bancário I	6,4	41,3	6,2	42,0
Bancos				
públicos	2,6	10,2	2,6	11,0
privados				
nacionais	2,9	21,4	2,9	21,8
estrangeiros	0,9	9,6	0,8	9,1
bancário II	0,2	12,5	0,2	12,0
bancário III	0,2	0,3	0,2	0,3
Não-bancário	0,0	0,6	0,0	0,5

2.5 Riscos

2.5.1 Operações de crédito

No final do segundo semestre de 2006, o sistema bancário detinha 99,1% das operações de crédito consolidadas no SFN, e o sistema não-bancário respondia pelo restante. O consolidado bancário I, agregado que reúne os conglomerados financeiros constituídos por pelo menos um banco com carteira comercial, elevou ainda mais a sua participação no total da carteira de crédito do sistema bancário e ultrapassou o percentual de 84,5%, contra os 84% verificados em junho de 2006.

No âmbito interno, o volume de operações de crédito do SFN²⁰ somou R\$738,5 bilhões em dezembro de 2006, o que representou elevação de 11,2%, ou R\$74,5 bilhões, em comparação ao saldo apurado no final do semestre anterior. Em relação ao PIB revisado, o total de crédito no SFN atingiu 31,1%, ante 29,5% em junho último e 28,3% em dezembro de 2005. Diferentemente do ocorrido no primeiro semestre de 2006, o crédito destinado a pessoas jurídicas respondeu por 56,3% do acréscimo das operações de crédito no SFN no segundo semestre, com destaque para as operações de capital de giro e de financiamento direto do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A estabilidade do câmbio no semestre, valorização de apenas 0,12%, pouco influenciou o comportamento das operações referenciadas em moeda estrangeira, cujo saldo no final de dezembro somou R\$64,6 bilhões, conforme dados extraídos do Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR).

Em relação à segmentação do crédito conforme o controle de capital das instituições financeiras, o estoque de crédito concedido pelos bancos privados nacionais, com participação relativa de 46,7% do total do consolidado bancário I, alcançou R\$288,8 bilhões, expansão de 12% no semestre. As carteiras de crédito dos bancos estrangeiros cresceram 9,6%, e atingiram R\$138,5 bilhões, com redução da participação no total do consolidado bancário I de 22,9% para 22,4%. Há que se considerar a conclusão do processo de incorporação do BankBoston, N.A. pelo conglomerado Itaú no período. Entre os segmentos, os bancos públicos apresentaram a maior expansão do estoque de crédito no semestre, 13,7%, totalizando R\$191,4 bilhões, com aumento da participação relativa de 30,5% para 30,9%.

20/ Conforme definido no box "Conceitos e Metodologias", página 77.

O total de crédito concedido pelas agências e subsidiárias no exterior de conglomerados financeiros sediados no Brasil elevou-se 27,2% no semestre, e passou de R\$37,2 bilhões, em junho de 2006, para R\$47,4 bilhões, em dezembro último. A representatividade desses recursos no total de crédito do SFN atingiu 6,4%, ante os 5,6% verificados no final do primeiro semestre. Grande parte das eliminações de operações de crédito realizadas entre instituições financeiras pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro inclui-se no montante de operações de crédito concedidas no exterior.

O percentual de concentração das operações de crédito nos dez maiores conglomerados e instituições financeiras integrantes do consolidado bancário I, que era de 84% em junho de 2006, evoluiu para 85,2% em dezembro. Os bancos privados nacionais mantiveram a maior participação relativa do grupo, 47,7%, seguidos dos bancos públicos, com 31,9%. Os bancos estrangeiros responderam por 20,4% do total das dez maiores carteiras de crédito do SFN. Não houve mudança significativa na concentração na faixa dos cinquenta maiores conglomerados e instituições financeiras, cujo percentual atingiu 99,1% no semestre encerrado em 31 de dezembro de 2006.

A participação do segmento de pessoas físicas no total dos créditos do SFN, em dezembro de 2006, manteve-se praticamente idêntica à verificada no final do primeiro semestre, com 45,3% do montante de crédito dos créditos e 93,4% do número de operações. No segmento de pessoas jurídicas, houve elevação da participação dos bancos públicos de 10,2% para 11% do total das operações de crédito do sistema, ante a queda da participação dos bancos estrangeiros, de 9,6% para 9,1%. Adicionalmente, a participação do consolidado bancário II, liderada pelo BNDES, recuou de 12,5% para 12% dos créditos registrados no SFN.

Entre junho e dezembro de 2006, verificou-se aumento da concentração do crédito na faixa de valores de R\$5 mil e R\$100 mil em todos os segmentos do SFN. O consolidado bancário I, que responde por cerca de 85% do crédito no sistema, elevou de 34,7% para 35,1% a participação do montante de suas operações de crédito nessa faixa de valores no semestre. Registre-se elevação da representatividade da faixa de valores acima de R\$50 milhões nos bancos públicos integrantes do segmento consolidado bancário I, que passou de 4,6%, em junho de 2006, para 6,5% em dezembro passado. Adicionalmente, os bancos públicos concentraram suas operações na faixa de valores de R\$5 mil a R\$100 mil (43,4%), diferentemente dos bancos

Operações de crédito por faixa de valor

Faixas (R\$)	Consolidado						%	
	bancário I		bancário II		bancário III		Não-bancário	
	2006		2006		2006		2006	
	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez
Até 5 mil	21,6	20,0	0,8	0,6	23,7	22,0	19,9	20,7
De 5 a 100 mil	34,7	35,1	11,7	12,5	58,5	58,7	18,8	19,0
De 100 mil a 1 milhão	14,3	14,6	9,4	9,5	15,3	16,3	34,7	34,7
De 1 a 50 milhões	24,5	24,5	32,1	33,2	2,5	3,0	22,8	23,3
Acima de 50 milhões	4,9	5,7	46,0	44,2	0,0	0,0	3,8	2,3

Operações de crédito por faixa de valor

Consolidado bancário I por controle acionário

							%
Faixas (R\$)	Público		Privado				
			nacional		estrangeiro		
	2006		2006		2006		
	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez	
Até 5 mil	22,3	20,1	21,0	19,1	21,8	21,7	
De 5 a 100 mil	43,7	43,4	30,2	31,1	32,0	32,3	
De 100 mil a							
1 milhão	13,6	13,6	14,8	15,8	14,0	13,4	
De 1 a 50							
milhões	15,8	16,4	29,0	28,8	27,0	26,8	
Acima de 50							
milhões	4,6	6,5	5,0	5,2	5,2	5,9	

Créditos baixados como prejuízo – SFN

Discriminação	R\$ milhões			
	Prejuízo baixado até 12 meses		Prejuízo baixado 13 e 48 meses	
	2006		2006	
	Jun	Dez	Jun	Dez
Total do SFN	18 405	20 708	32 784	31 216
Bancário				
Consolidado				
bancário I	17 000	18 856	28 095	26 366
Bancos				
públicos	6 357	7 086	8 655	8 215
privados				
nacionais	6 189	7 076	11 819	11 965
estrangeiros	4 455	4 693	7 621	6 186
bancário II	756	1 081	3 876	3 967
bancário III	194	232	261	366
Não-bancário	454	539	552	517
Participação ^{1/}	2,8%	2,8%	4,9%	4,2%

1/ Créditos baixados para prejuízo sobre o total da carteira de crédito do SFN.

Coobrigações – SFN

Discriminação	R\$ milhões			
	Coobrigação por garantias prestadas		Coobrigação por cessão de crédito	
	2006		2006	
	Jun	Dez	Jun	Dez
Total do SFN	75 519	80 816	13 142	14 692
Bancário				
Consolidado				
bancário I	73 616	78 806	12 435	13 822
Bancos				
públicos	12 193	13 423	367	409
privados				
nacionais	40 001	43 036	11 612	12 991
estrangeiros	21 421	22 347	456	422
bancário II	833	919	8	8
bancário III	1 026	1 062	11	22
Não-bancário	45	28	689	839
Participação ^{1/}	11,4%	10,9%	2,0%	2,0%

1/ Coobrigações sobre o total da carteira de crédito do SFN.

privados que apresentaram distribuição mais pulverizada nas demais faixas de valores. No consolidado bancário II, em que o BNDES responde por 71% dos créditos, verificou-se, novamente neste semestre, a redução da participação da faixa de valores acima de R\$50 milhões, de 46% para 44,2%, ante o aumento da representatividade das faixas de valores de R\$1 milhão a R\$50 milhões, de 32,1% para 33,2%, e de R\$5 mil a R\$100 mil, de 11,7% para 12,5%. Em relação aos demais consolidados do SFN, assinala-se a queda de 1,8 p.p. da participação da faixa de valores abaixo de R\$5 mil no segmento de cooperativas de crédito, de 23,7% para 22%, e a redução de 1,5 p.p. da representatividade da faixa de valores acima de R\$50 milhões no segmento não-bancário, de 3,8% para 2,3%.

Operações baixadas como prejuízo

O saldo dos créditos baixados como prejuízo, vencidos em até cinco anos, elevou-se em 1,4% entre o primeiro e o segundo semestre de 2006 e alcançou o montante de R\$51,9 bilhões. A relação entre o montante de créditos baixados como prejuízo e o total da carteira de crédito no SFN recuou de 7,7% para 7% no período em análise. À exceção dos bancos estrangeiros, que reduziram sua posição de prejuízo em R\$1,2 bilhão, os demais segmentos elevaram os seus créditos baixados para prejuízo ao longo do segundo semestre de 2006, com destaque para os bancos privados nacionais, que apresentaram um acréscimo da ordem de R\$1 bilhão. Assinala-se que as cooperativas apresentaram a maior variação relativa no saldo de créditos baixados como prejuízo no segundo semestre de 2006, equivalente a 31,4%, e o segmento não-bancário, a maior relação percentual entre prejuízo e carteira de crédito correspondente a 15,7%.

Coobrigações

O volume de coobrigações no SFN alcançou R\$95,5 bilhões em dezembro de 2006, correspondente a um acréscimo de 7,7% em relação ao saldo apresentado em junho passado. A despeito desse aumento, a participação relativa do montante de coobrigações frente ao total de crédito no SFN reduziu-se de 13,4% para 12,9% no período. A exemplo do ocorrido no primeiro semestre de 2006, mas em menor grau, as coobrigações assumidas por cessão de crédito apresentaram evolução mais acentuada que as coobrigações por garantias prestadas, de 11,8% e 7%, respectivamente. As coobrigações por cessão de crédito representam apenas 15% do total no SFN, concentradas no segmento de bancos privados nacionais.

Maiores devedores

Devedores	R\$ bilhões					
	2006					
	Jun	Dez		Jun	Dez	
	Carteira ^{1/}	Dívida ^{2/}	Média ^{3/}	Carteira ^{1/}	Dívida ^{2/}	Média ^{3/}
100 maiores	83,8	101,0	2,9	90,3	110,3	1,5
1º - 10º maior	21,1	26,0	0,4	21,8	26,6	0,4
11º - 20º maior	11,9	13,6	6,1	14,3	20,5	0,3
21º - 50º maior	25,0	28,2	4,3	27,0	30,8	4,0
51º - 100º maior	25,8	33,1	2,0	27,2	32,4	0,6
Total SFN	664,2	804,0	6,8	738,5	886,0	6,3

1/ Carteira ativa.

2/ Responsabilidade total (carteira ativa + coobrigações + prejuízo).

3/ Provisão média % (carteira ativa).

Maiores devedores

Por segmentos de bancos – 100 maiores devedores

Segmentos	R\$ bilhões					
	2006					
	Jun	Dez		Jun	Dez	
	Carteira ^{1/}	Dívida ^{2/}	Prov ^{3/}	Carteira ^{1/}	Dívida ^{2/}	Prov ^{3/}
100 maiores	83,8	101,0	2,9	90,3	110,3	1,5
Bancário						
Consolidado						
bancário I	48,5	65,1	0,5	53,0	72,1	0,3
Bancos						
públicos	12,5	13,0	0,9	16,5	17,5	0,5
privados						
nacionais	25,1	35,8	0,5	24,6	37,1	0,3
estrangeiros	10,9	16,3	0,2	11,9	17,5	0,2
bancário II	34,4	34,9	6,3	36,8	37,7	3,2
bancário III	-	-	-	-	-	-
Não-bancário	0,9	1,1	0,5	0,5	0,5	0,5

1/ Carteira ativa.

2/ Responsabilidade total (carteira ativa + coobrigações + prejuízo).

3/ Provisão média % (carteira ativa).

Maiores devedores do SFN

O saldo das operações de crédito dos cem maiores devedores do SFN elevou-se em 7,8% no segundo semestre de 2006 e totalizou R\$90,3 bilhões. A despeito desse aumento, a concentração do crédito nos cem maiores clientes do sistema reduziu-se de 12,6% para 12,2% nesse mesmo período. Há dois anos, a participação dos cem maiores devedores era de 15,3%.

A provisão média para o conjunto dos cem maiores devedores do SFN, calculada com base na classificação de risco de crédito ditada pela Resolução 2.682, de 1999, recuou de 2,9% para 1,5% no semestre, variação representativa de uma melhora expressiva na percepção de risco dessa carteira. Registre-se que os clientes do segmento consolidado bancário II, com 40,7% do total dos créditos detidos pelos cem maiores devedores, apresentaram provisão média de 3,2%, a maior do período.

O intervalo entre o 11º e o 20º maior cliente apresentou expansão do saldo devedor de 20,8%, variação mais que proporcional em relação às demais faixas do grupo, que apresentaram variação de 6% em média. Com provisão de 4% no final do semestre, a faixa correspondente entre o 21º e 50º devedor destoou das demais, que apresentaram provisão média em torno de 0,5%.

Distribuição dos cem maiores devedores segundo o setor econômico

Ainda em relação aos cem maiores devedores do SFN, o setor de produção e distribuição de energia elétrica, como nos semestres anteriores, foi o mais representativo, com 23,1% do total dos créditos do grupo. Apresentou crescimento de 1,1 p.p. em relação a junho de 2006, seguido dos setores de telecomunicações, com 11,9%, e de fabricação de papel e celulose, com 7%, ante participações de 11,6% e 6,9%, respectivamente, no semestre anterior. Com provisão média de 18,4%, o setor de administração pública, defesa e seguridade social continuou sendo o setor de maior risco do grupo, bastante superior à média do grupo, de 1,5%.

Maiores devedores – Setores econômicos

100 maiores devedores – Dezembro de 2006

Discriminação	R\$ bilhões		
	Carteira ^{1/}	Dívida ^{2/}	Prov ^{3/}
Total – 100 maiores devedores	90,3	110,3	1,5
Total – 20 maiores setores	79,3	97,8	1,7
Produção e distribuição de energia elétrica	18,3	19,6	0,3
Telecomunicações	10,8	14,2	0,3
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	6,3	8,0	0,2
Administração pública, defesa e seguridade social	5,6	5,6	18,4
Transporte terrestre	5,2	5,5	1,1
Comércio varejista não especializado	5,0	6,2	0,3
Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	4,9	8,1	1,4
Extração de minerais metálicos	3,8	5,1	0,0
Siderurgia	3,3	4,3	0,2
Abate e preparação de produtos de carne e de pescado	2,7	3,6	0,3
Fabricação de resinas e elastômeros	2,4	2,9	0,5
Comércio atacadista de artigos de uso pessoal e doméstico	1,9	2,0	0,4
Fabricação de bebidas	1,9	4,1	0,2
Fabricação de produtos químicos orgânicos	1,7	1,9	0,3
Fabricação de caminhões e ônibus	1,7	2,0	0,0
Extração de petróleo e serviços correlatos	1,2	1,6	0,1
Construção, montagem e reparação de aeronaves	1,0	1,1	0,0
Com. varejista de tecidos, artigos de armário, vestuário e calçados	0,9	1,0	0,5
Fabricação e refino de açúcar	0,9	1,1	0,5
Metalurgia de metais não-ferrosos	0,8	0,9	0,0
Demais	11,0	12,5	0,5

1/ Carteira ativa.

2/ Responsabilidade total (carteira ativa + coobrigações + prejuízo).

3/ Provisão média em % (carteira ativa).

Classificações das operações de crédito

Entre junho e dezembro de 2006, a distribuição das classificações de risco das operações de crédito registrou um aumento da participação dos níveis A e AA, de 37,3% para 39,3%, e de 24,6% para 25,1%, respectivamente, ante uma queda da representatividade dos demais níveis. Em decorrência dessas movimentações, a provisão mínima exigida das instituições financeiras para fazer frente aos créditos duvidosos, conforme Resolução 2.682 de 1999, reduziu-se de 6% para 5,5% em dezembro último.

A classificação segundo o nível de risco dos créditos concedidos por agências no exterior de conglomerados financeiros sediados no Brasil, cujo saldo totalizou R\$28,3 bilhões em dezembro último, melhorou de forma significativa quando comparada com o semestre anterior. Essa melhora foi decorrente do aumento de 10,2 p.p. da participação dos créditos classificados no nível AA, de 64,5% para 74,7% e da redução em 10 p.p. dos créditos classificados entre os níveis D e H. Os créditos compreendidos entre os níveis D e H representaram 0,3% do total da carteira. Diante desses movimentos, a provisão mínima calculada reduziu-se de 0,39%, em junho de 2006, para 0,24%, em dezembro de 2006.

Classificação dos créditos – SFN

Nível de risco	%			
	2005		2006	
	Jun	Dez	Jun	Dez
AA	23,2	25,3	24,6	25,1
A	38,2	38,1	37,3	39,3
B	18,5	16,6	17,4	17,2
C	10,1	10,0	10,3	9,1
D	4,1	3,5	3,4	2,8
E	1,2	1,3	1,5	1,4
F	0,9	1,0	1,0	0,9
G	0,9	0,9	1,0	0,8
H	3,0	3,3	3,5	3,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Matriz de Migração de Classificação de Crédito

A Matriz de Migração de Classificação de Crédito evidencia as movimentações ocorridas nas classificações dos créditos identificados – crédito de devedores cujas responsabilidades em uma determinada instituição financeira sejam iguais ou superiores a R\$5 mil – informados ao Sistema de Informação de Crédito do Banco Central (SCR) e possibilita a análise da variação no nível de risco das operações no período de doze meses¹, a consistência das classificações das operações de crédito das instituições financeiras e, conseqüentemente, seus respectivos modelos internos de classificação.

A Matriz de Migração de Classificação de Crédito é constituída por valor migrado, levando-se em conta o valor da operação (consolidado por devedor, comparando-se o valor da data-base inicial com o da data-base final). Assim, os percentuais apresentados em cada nível de risco, na horizontal, representam o valor que migrou de um nível de risco para outro. Os percentuais em negrito, apresentados na diagonal, representam os valores remanescentes nos respectivos níveis de risco originais.

Matriz de Migração de Classificação de Crédito														
Risco		2006 Dezembro											Total	Em percentual
														R\$ milhões
		AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Prejuízo	Reduções ^{1/}		Carteira ativa Dez/2005
Dez/2005	AA	63,6	11,0	2,8	1,1	0,6	0,3	0,2	0,2	0,2	-	20,1	31,6	167 570
	A	11,7	46,8	13,7	3,6	1,7	0,9	0,6	0,6	0,6	0,1	19,7	32,4	171 459
	B	5,2	21,6	38,0	8,0	3,5	2,1	1,1	1,4	0,9	0,5	17,7	19,7	104 235
	C	7,7	17,2	16,8	22,4	6,7	3,2	1,8	2,3	2,1	2,6	17,4	7,4	39 069
	D	2,3	12,1	7,7	10,9	21,5	5,8	3,0	3,5	3,7	9,2	20,2	3,5	18 332
	E	1,0	6,6	4,5	4,0	12,1	21,0	5,8	4,2	3,5	17,3	20,0	1,7	8 976
	F	0,8	17,1	3,2	2,6	3,3	4,0	18,4	4,9	3,6	24,1	18,2	1,2	6 481
	G	0,7	2,1	5,4	1,2	1,4	2,0	3,6	22,1	6,1	35,7	19,7	1,3	6 726
	H	0,5	2,2	0,8	0,8	0,6	0,8	0,9	2,0	34,9	37,0	19,4	1,3	7 135
Total		25,6	25,0	14,5	5,2	2,9	1,6	1,1	1,2	1,4	2,2	19,3	100,0	
R\$ milhões	Carteira ativa Dez/2006	135 705	132 265	76 758	27 695	15 603	8 713	5 598	6 600	7 243	11 699	102 104		529 983 ^{2/}

1/ Representadas pelas liquidações de operações e cessões de crédito.

2/ Esse total contempla somente as operações de crédito identificadas, cujos devedores apresentam responsabilidade total superior a R\$5 mil.

1/ A partir desta versão, a matriz de migração de classificação de crédito terá como base de cálculo um período de doze meses.

Obs.: A substituição da base de dados da antiga central de risco de crédito (CRC), descontinuada em dezembro de 2005, pelos dados do novo SCR, possibilitou algumas mudanças na metodologia de cálculo da matriz de migração, sendo a mais relevante a exclusão das operações com natureza de operação do tipo cessão de crédito. Na metodologia anterior, que utilizava a base de dados da CRC, não havia como separar tais operações.

Considerando o montante de operações de crédito identificadas, existente em dezembro de 2005, no valor de R\$530 bilhões, representativo de 80% do total do SFN, a análise da matriz de migração evidenciou que 46,4% mantiveram-se no mesmo nível de risco em dezembro de 2006. Somando-se a esse percentual as reduções de 19,3% por amortizações e cessões de crédito dentro ou fora do SFN no período, obtêm-se 65,7% dos créditos identificados. Prosseguindo a análise, as migrações entre os níveis de risco indicaram, ainda, que 14,5% dos créditos apresentaram melhor nível de risco, 17,7% apresentaram elevação do risco e 2,2% foram baixados como prejuízo no período.

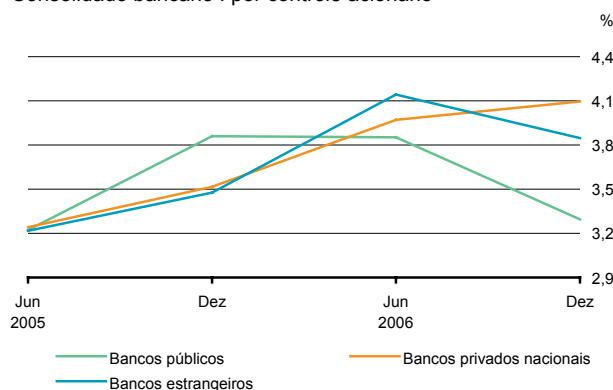
Em termos relativos, os créditos cujas classificações apresentaram maiores deteriorações concentraram-se nos níveis G e H, registrando-se a migração para níveis de maior risco, inclusive prejuízo, respectivamente, de 41,8% e 37% de seus montantes iniciais.

De outro lado, em termos nominais, os créditos classificados em A e B apresentaram as maiores movimentações no período. Dos créditos classificados no nível A, 21,8% do saldo inicial, representativos de R\$37,4 bilhões, migraram para níveis de risco mais elevado, principalmente para os níveis B e C, e 11,78%, ou R\$21,1 bilhões, para o nível acima. Em relação aos créditos classificados no nível B, 17,5% do saldo inicial, representativos de R\$18,2 bilhões, migraram para níveis de maior risco, notadamente para C e D, e 26,8% ou R\$27,9 bilhões, para os níveis A e AA.

Movimentações nas classificações – SFN							
Dezembro de 2005 a dezembro de 2006							
Nível	Mantidos no nível			Movimentados para níveis			Total
	Remanes- centes	Reduções	Total	Acima	Abaixo	Prejuízo	
AA	106 575	33 682	140 256	-	27 481	-	167 738
A	80 243	33 777	114 020	20 061	37 207	171	171 459
B	39 609	18 450	58 059	27 935	17 720	521	104 235
C	8 751	6 798	15 549	16 292	6 290	1.016	39 147
D	3 941	3 703	7 644	6 050	2 933	1.687	18 314
E	1 885	1 795	3 680	2 531	1 212	1.553	8 976
F	1 193	1 180	2 372	2 009	551	1.562	6 494
G	1 486	1 325	2 811	1 103	410	2 401	6 726
H	2 490	1 384	3 874	614	-	2 640	7 128
Total	246 173	102 094	348 267	76 594	93 804	11 551	530 216

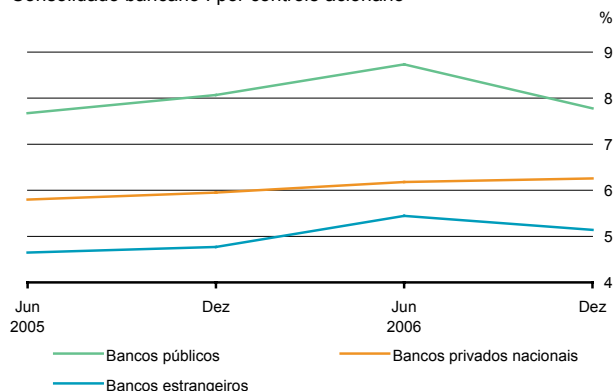
Inadimplência/operações de crédito

Consolidado bancário I por controle acionário



Provisão/operações de crédito

Consolidado bancário I por controle acionário



Inadimplência versus provisão constituída^{1/}

Discriminação	2006			
	Jun		Dez	
	Inadim- plência	Provisão constituída	Inadim- plência	Provisão constituída
Total do SFN	3,6	6,8	3,5	6,3
Bancário				
Consolidado				
bancário I	4,0	6,8	3,8	6,5
Bancos				
públicos	3,9	8,7	3,3	7,8
privados				
nacionais	4,0	6,2	4,1	6,3
estrangeiros	4,1	5,4	3,8	5,1
bancário II	1,0	6,5	1,2	5,0
bancário III	2,5	5,4	2,1	5,1
Não-bancário	10,1	12,6	10,2	13,5

1/ Comparação entre o percentual de inadimplência e o percentual de provisão constituída sobre o total das operações de crédito.

Inadimplência

O montante de inadimplência no SFN, que considera totalmente vencida uma operação de crédito que tenha parcelas em atraso há mais de noventa dias, alcançou R\$26,9 bilhões no final de dezembro de 2006 ou elevação de 8,7%, ou R\$2,1 bilhões, em relação ao saldo verificado em junho passado. A taxa de inadimplência, razão entre o montante de inadimplência e o total dos créditos no SFN, manteve-se estável em 3,5%, quando comparada com o semestre anterior. Individualmente, a variação mais relevante ocorreu no segmento de bancos públicos do consolidado bancário I, com redução da inadimplência de 3,9% para 3,3%, ou decréscimo de R\$1,4 bilhão. O consolidado bancário II, influenciado pelo BNDES, apresentou o menor indicador de inadimplência, com 1,2%.

Provisão

No segundo semestre de 2006, o volume de provisão para créditos duvidosos, constituído pelas instituições financeiras, cresceu 4,5%, de R\$46,8 bilhões, registrados em junho de 2006, para R\$48,9 bilhões no final de dezembro. No mesmo período, a relação entre o montante de provisão constituída pelas IFs e o total de crédito no SFN reduziu-se de 6,8% para 6,3%, em decorrência do maior aumento do volume de crédito no SFN. Os bancos privados nacionais, integrantes do consolidado bancário I, apresentaram o maior acréscimo de provisão constituída no semestre, 14,5%, ou R\$2,5 bilhões. Em contrapartida, o saldo de provisão constituída do segmento bancário II registrou decréscimo de 17,7%, ou R\$1,1 bilhão.

Comportamento semelhante foi notado entre a inadimplência e a provisão constituída no segundo semestre de 2006, com acréscimo praticamente idêntico em valores absolutos na primeira em relação à segunda, aproximadamente R\$2 bilhões, e redução, embora com diferentes intensidades, em termos comparativos, de 0,1 p.p. e 0,5 p.p., respectivamente.

Provisão constituída/provisão mínima

No final do segundo semestre de 2006, o volume de provisão constituída pelas instituições financeiras excedia em 14,9% o montante de provisão calculada com base na classificação de risco das operações de crédito. Essa margem apresentou acréscimo de 1,3 p.p. em relação ao

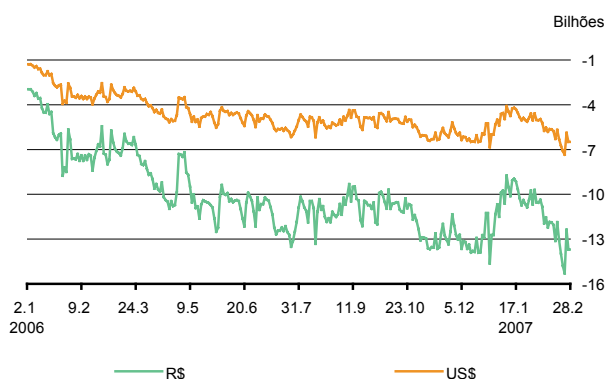
Provisão constituída versus provisão mínima^{1/}

	Revisão Consolidada Versão Provisória Mínima				%
Discriminação	2006				
	Jun		Dez		
	Provisão		Provisão		
	constituída	mínima ^{2/}	constituída	mínima ^{2/}	
Total do SFN	6,8	6,0	6,3	5,5	
Bancário					
Consolidado					
bancário I	6,8	6,0	6,5	5,6	
Bancos					
públicos	8,7	8,2	7,8	7,0	
privados					
nacionais	6,2	4,8	6,3	5,0	
estrangeiros	5,4	5,3	5,1	5,0	
bancário II	6,5	5,8	5,0	4,4	
bancário III	5,4	5,0	5,1	4,7	
Não-bancário	12,6	11,1	13,5	11,0	

1/ Comparação entre o percentual de provisão constituída e o percentual de provisão mínima sobre o total das operações de crédito.

2/ Conforme classificação dos créditos (Res. 2.682/99-Bacen).

Exposição líquida



semestre passado e ocorreu com maior grau de relevância no segmento de bancos públicos do consolidado bancário I, com elevação da margem em 4,8 p.p., de 6,4% para 11,2%. A maior diferença ocorreu, como nos semestres anteriores, no segmento de bancos privados nacionais, quando a provisão constituída superou a provisão mínima em 24,9%.

2.5.2 Exposição em moedas estrangeiras e ouro

A evolução da exposição líquida²¹ na cesta de moedas das instituições que compõem o SFN, excluído o BNDES, considerando o período de julho a dezembro de 2006, é apresentada a seguir. Os dados são tratados de maneira agregada e agrupados por segmento. As informações referentes a janeiro e fevereiro de 2007 somente foram consideradas quando existiram fatos relevantes que as justificassem.

Pontos de destaque do período

- Continuidade do aumento da exposição líquida vendida na cesta de moedas do SFN, concentrada em dólar e em três instituições do segmento de bancos privados nacionais, cuja ocorrência se deu de forma mais acentuada no primeiro bimestre de 2007.
- Redução da exposição líquida comprada do segmento de bancos privados estrangeiros, até sua reversão para exposição líquida vendida, que se manteve em praticamente todo o período.
- Redução do uso da prerrogativa de se considerar parte do patrimônio líquido como posição vendida, principalmente no segmento de bancos privados estrangeiros.

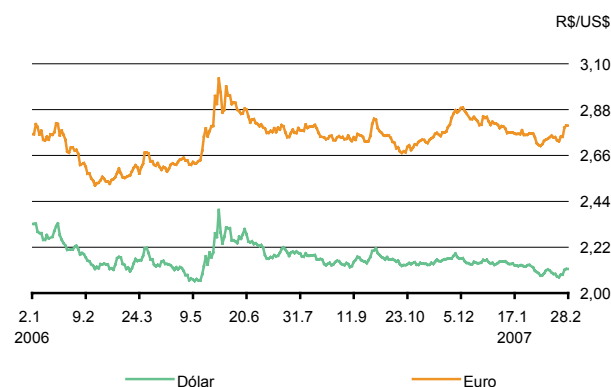
Exposição líquida na cesta de moedas

A exposição líquida da cesta que envolve todas as instituições do sistema bancário, cotada em reais, permaneceu vendida durante todo semestre. Essa exposição, no valor médio de R\$11,8 bilhões, foi superior ao valor de R\$8,2 bilhões verificado no período anterior das exposições

21/ Vide boxe "Conceitos e Metodologias", nas páginas 78 e 79.

que também apresentou-se vendida, com volatilidade no período, e com tendência crescente a partir de novembro de 2006 até atingir R\$11,1 bilhões no final daquele mês. No final de dezembro, seu valor médio foi de R\$13,1 bilhões, com o pico de R\$14,6 bilhões no dia 27 daquele mês. Durante o semestre, tal exposição aumentou em R\$2,1 bilhões, de R\$10,7 bilhões em 3 de julho, para R\$12,7 bilhões em 29 de dezembro. A moeda de maior representação média da cesta foi o dólar norte-americano, com 88,4%.

Cotação do dólar e do euro



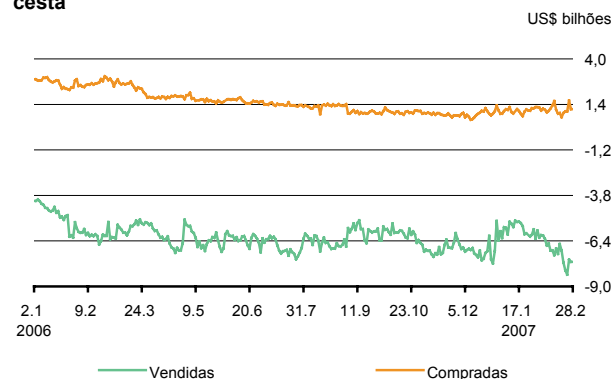
A mesma exposição, cotada em dólares norte-americanos, apresentou média vendida de US\$5,4 bilhões, superior à verificada no período anterior de US\$3,8 bilhões, também vendida. Essa exposição teve acréscimo de US\$1,1 bilhão, e evoluiu de US\$4,9 bilhões, em 3 de julho, para US\$6 bilhões, em 29 de dezembro.

A taxa de câmbio de reais por dólar apresentou pequeno declínio e menor volatilidade quando comparada a períodos anteriores, passando de R\$2,17/dólar em 3 de julho de 2006, para R\$2,14/dólar em 29 de dezembro de 2006. O maior valor do dólar, no segundo semestre de 2006, ocorreu em 14 de julho de 2006, quando a moeda foi cotada a R\$2,22.

A taxa de câmbio de reais para o euro acompanhou as oscilações da taxa de reais para o dólar, de R\$2,77/euro, em 3 de julho de 2006, para R\$2,81/euro, em 29 de dezembro de 2006. A maior cotação do período ocorreu em 4 de dezembro de 2006, no valor de R\$2,89/euro.

As exposições líquidas das instituições que se apresentaram compradas e vendidas na cesta, separadamente, não apresentaram grandes variações se comparadas a períodos anteriores.

Exposição líquida – Compradas e vendidas na cesta



A exposição líquida das instituições, que se apresentou vendida no período, aumentou em cerca de US\$700 milhões e evoluiu de US\$6,3 bilhões, em 3 de julho de 2006, para US\$7 bilhões, em 29 de dezembro de 2007. No segundo semestre de 2006, a média dessa exposição foi de US\$6,5 bilhões, superior à do semestre anterior, US\$5,9 bilhões.

A partir do início de fevereiro de 2007, a exposição líquida das instituições que se apresentaram vendidas sofreu relevante aumento. A média do citado mês foi de US\$7 bilhões, com o pico de US\$8,3 bilhões, em 26 de fevereiro de 2007, ante média de US\$6,5 bilhões no período de julho a dezembro de 2006, conforme mencionado no parágrafo anterior.

As instituições que se apresentaram compradas apresentaram pequena queda de US\$76 milhões em sua exposição, de US\$1,4 bilhão, em 3 de julho de 2006, para US\$1,33 bilhão, em 29 de dezembro de 2006. Apesar disso, a exposição média entre o primeiro e o segundo semestre de 2006 reduziu-se de US\$2,1 bilhões para US\$1 bilhão.

A exposição líquida das instituições que se apresentaram vendidas concentrou-se em três instituições do segmento de bancos privados nacionais. Essas instituições foram responsáveis pela maior parte da exposição líquida vendida da cesta no período. A exposição líquida das compradas concentrou-se em duas instituições do segmento de bancos privados nacionais, ao contrário do que ocorreu em períodos anteriores, quando instituições do segmento de bancos estrangeiros concentraram essas posições.

Volume de posições comprada e vendida na cesta de moedas

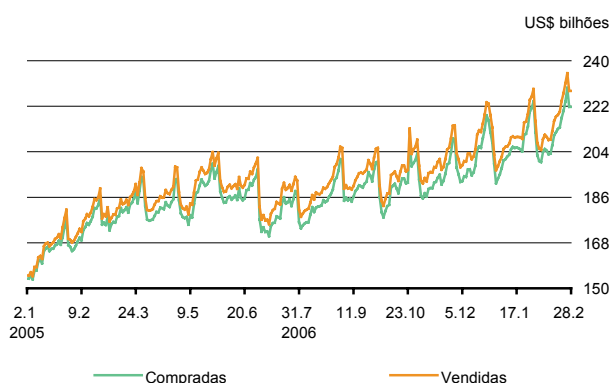
Destaque-se aumento significativo dos volumes das posições comprada e vendida na cesta de moedas no 2º semestre de 2006, que passaram de US\$172,4 bilhões para US\$199,1 bilhões, e de US\$177,3 para US\$205,1 bilhões, respectivamente, com picos sempre ao final de cada mês. Seus valores médios foram de US\$190,1 e US\$195,6 bilhões, superiores aos valores médios apresentados no período anterior, de US\$179,5 bilhões e US\$183,2 bilhões. Em termos absolutos, o aumento da posição vendida, US\$27,8 bilhões, superou o aumento da posição comprada, US\$26,7 bilhões, em US\$1,1 bilhão, o montante que variou a exposição líquida da cesta, conforme já mencionado no item anterior.

A partir de janeiro de 2007, os volumes dessas posições aumentaram novamente até o final de fevereiro. As médias das posições compradas e vendidas do bimestre janeiro/fevereiro foram, respectivamente, US\$208,1 bilhões e US\$213,4 bilhões, e atingiram picos nas posições comprada e vendida de US\$229,4 e US\$235,2 bilhões, respectivamente, em 27 de fevereiro de 2007.

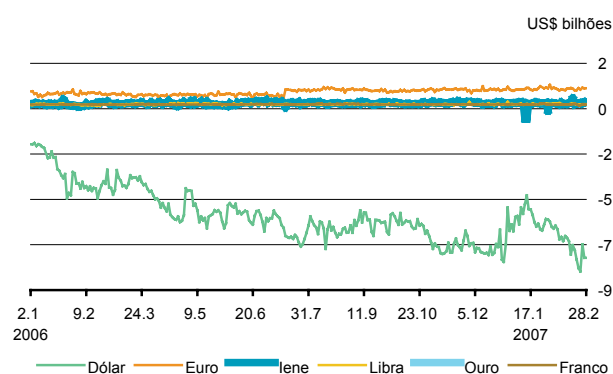
Exposição líquida das moedas da cesta

Não houve grandes mudanças da composição da cesta de moedas em termos de exposições líquidas. Seguindo a tendência do período anterior, o dólar continuou sendo a

Volume das posições na cesta



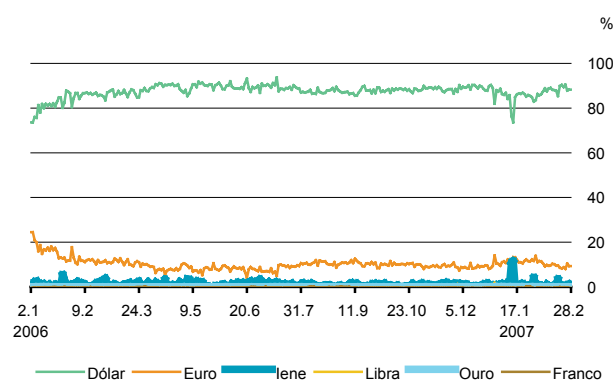
Exposição líquida – Moedas da cesta



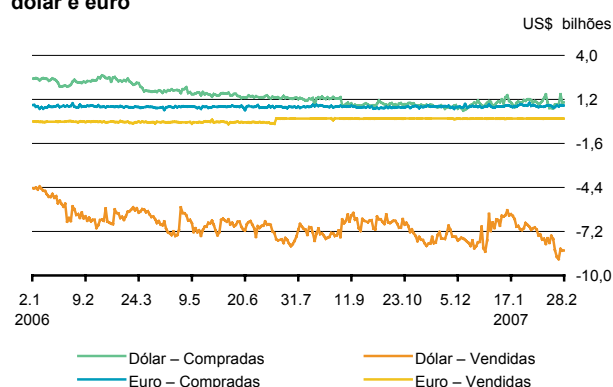
Composição da cesta – Comparativo entre os dois últimos semestres

Moedas	Média 1º semestre de 2006	Acumulado	Média 2º semestre de 2006	Acumulado
Euro	10,9	10,9	9,8	9,8
Dólar	86,8	97,8	88,5	98,3
Iene	1,3	99,1	1,0	99,3
Libra	0,5	99,6	0,2	99,5
Franco	0,1	99,7	0,1	99,6
Ouro	0,3	100,0	0,4	100,0

Composição da cesta – Exposições líquidas



Exposição líquida – Compradas e vendidas em dólar e euro



moeda de maior representação, com 88,4%, ante 87,2% no período anterior. A exposição líquida em dólar esteve sempre vendida e sofreu aumento de US\$1,3 bilhão, de US\$5,5 para US\$6,8 bilhões.

O percentual de 9,8%, relativo à exposição líquida em euro verificada no segundo semestre de 2006, permaneceu praticamente idêntico ao de 10,6%, ocorrido no semestre anterior. Apesar da pequena queda de seu percentual de representação na cesta, a exposição líquida em euro apresentou aumento no período. Seu valor total apresentou-se sempre comprado, com média de US\$690 milhões, ante US\$492 milhões no primeiro semestre de 2006.

A partir do início de janeiro, a exposição líquida vendida em dólar continuou aumentando de maneira relevante até o final de fevereiro, até atingir US\$8,1 bilhões. A média do citado bimestre foi de US\$6,1 bilhões.

A exposição líquida na cesta, quase em sua totalidade, compunha-se pelo dólar e pelo euro, 98,2% em média, percentual um pouco acima do apresentado no período anterior, 97,8%. Por sua vez, o iene, o ouro, a libra e o franco, cuja soma da representação média na cesta foi de apenas 1,8%, apresentaram exposições líquidas médias de US\$70,4, US\$27,8, US\$14,8 e US\$9,8 milhões, respectivamente, todas compradas.

A partir de janeiro de 2007, as exposições líquidas vendidas em dólar sofreram relevante variação, com aumento de US\$1,2 bilhão, de US\$7,2 bilhões em 2 de janeiro de 2007, para US\$8,4 bilhões em 28 de fevereiro de 2007, período em que essa posição apresentou grande volatilidade.

Exposição líquida das moedas não integrantes da cesta

A exposição líquida média das moedas não integrantes da cesta foi de US\$205,6 milhões. Essa exposição representou, em média, 2,9% da exposição líquida da cesta e permaneceu comprada em todo o período. Apesar de seu considerável percentual em relação à exposição líquida da cesta, quando comparada com as outras moedas, seus volumes são inexpressivos na totalidade dos volumes das posições negociadas da cesta.

Exposição líquida na cesta por segmento

No período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2006, o segmento de bancos privados nacionais apresentou a maior média de exposição líquida vendida na cesta, no valor de US\$4,7 bilhões, pouco superior àquela do período anterior, de US\$4,4 bilhões. Essa posição manteve-se nos mesmos patamares do final do período anterior, apesar de sua volatilidade. A variação no período foi de US\$700 milhões, iniciou o período com US\$4,8 bilhões, em 3 de julho de 2006, e terminou com US\$5,5 bilhões, em 29 de dezembro de 2006.

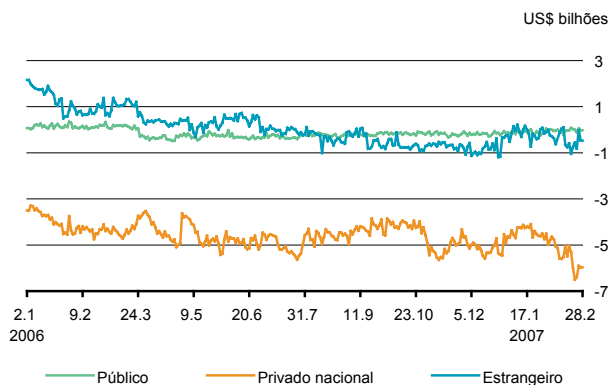
A partir de janeiro de 2007, as exposições líquidas vendidas do segmento de bancos privados nacionais evoluíram de US\$4,8 bilhões em 2 de janeiro de 2007 para US\$5,9 bilhões em 28 de fevereiro de 2007, ou um acréscimo de US\$1,1 bilhão.

Confirmando a tendência de queda da posição comprada verificada período anterior, o segmento de bancos estrangeiros inverteu sua posição, apresentando-se vendido em praticamente todo período em análise. A média do segundo semestre foi de US\$487,1 milhões, vendida, enquanto a anterior foi de US\$707,6 milhões, comprada. A variação no período foi de US\$412 milhões, de US\$32 milhões, comprado, em 3 de julho de 2006, para US\$380 milhões, vendido, em 29 de dezembro de 2006.

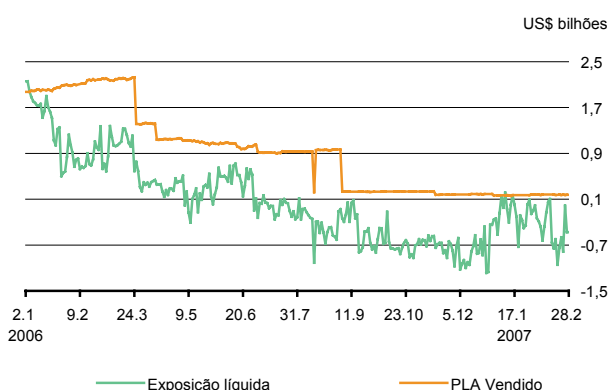
A exposição líquida do segmento de bancos públicos manteve-se vendida em todo período. No final do período, ocorreu um movimento de decréscimo da exposição vendida, que alcançou, em alguns momentos, cifra próxima a zero. A variação negativa de tal exposição foi de US\$101 milhões, passando de US\$166 milhões, em 3 de julho, para US\$65 milhões, em 29 de dezembro de 2006.

Entre julho e dezembro de 2006, o PL-Vendido do segmento de privados bancos estrangeiros manteve-se estável até 31 de agosto em cerca de US\$965,7 milhões. Em 1º de setembro o PL-Vendido apresentou forte redução até atingir o montante de US\$234 milhões, e permaneceu nesse patamar até o final do período. A queda ocorreu após a aquisição de um banco estrangeiro por um conglomerado privado nacional. Desde o início do período, em 3 de julho de 2006, até 29 de dezembro de 2006, o PL-Vendido reduziu-se US\$914,9 milhões, para US\$191,1 milhões.

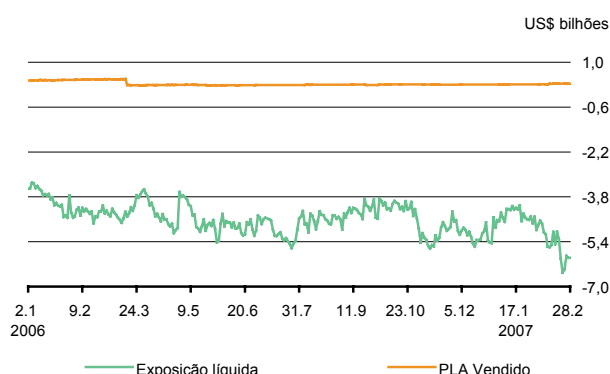
Exposição líquida por segmento



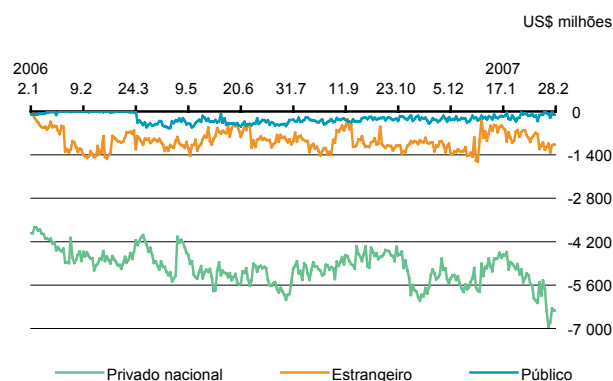
Segmento estrangeiro



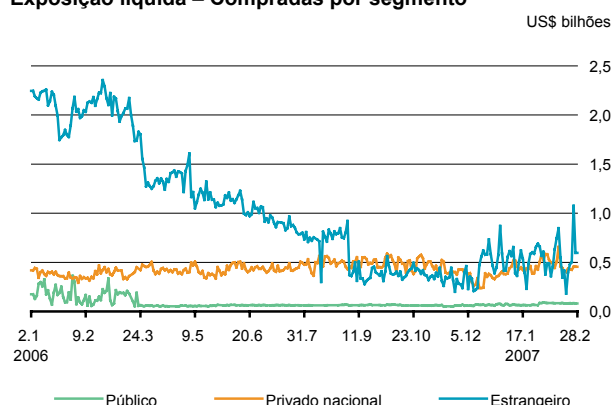
Segmento privado nacional



Exposição líquida – Vendas por segmento



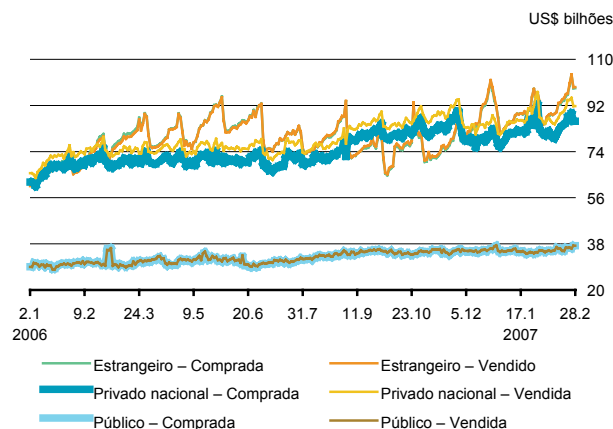
Exposição líquida – Compradas por segmento



Volumes médios por segmento

Segmento	US\$ bilhões			
	1º semestre de 2006		2º semestre de 2006	
	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
Estrangeiro	78,1	77,3	78,6	79,1
Privado nacional	70,7	75,0	77,7	82,4
Público	30,8	30,9	33,9	34,1

Volume das posições dos segmentos



Em consequência, as instituições do segmento de bancos privados estrangeiros reduziram a utilização da prerrogativa de considerarem parte de seus patrimônios líquidos como posição vendida.

No tocante ao segmento de bancos privados nacionais, o PL-Vendido apresentou pequeno aumento no período, de US\$189,7 milhões para US\$205,2 milhões.

A tendência observada no final do período anterior se confirmou, com aumentos simultâneos da posição vendida dos bancos do segmento privado nacional e diminuição da posição comprada dos bancos do segmento privado estrangeiro, sendo que estes últimos passaram a apresentar posição vendida logo no início do período. Dessa forma, pode-se justificar o comportamento da exposição líquida da cesta durante o segundo semestre de 2006, ou seja, somando-se as três variações das posições de cada segmento durante o período.

Volume de posições comprada e vendida na cesta por segmento

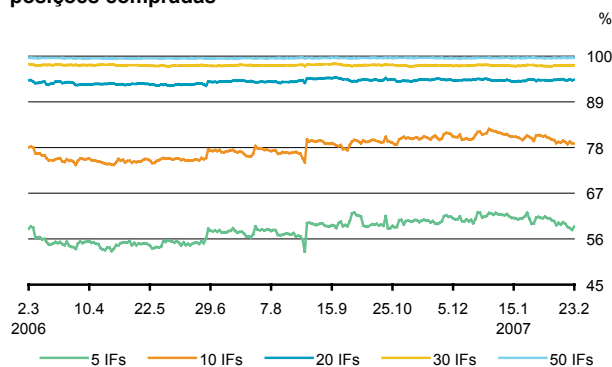
Apenas o segmento de bancos privados nacionais apresentou aumentos relevantes em suas posições no período. Os segmentos de bancos privados estrangeiros e de bancos públicos não sofreram grande variação quando da comparação com o período anterior, apesar das oscilações.

As posições compradas do segmento de bancos privados nacionais sofreram aumento de US\$7,7 bilhões, de US\$70 bilhões para US\$77,7 bilhões no segundo semestre de 2006, enquanto as posições vendidas sofreram aumento de US\$8 bilhões, de US\$74,4 bilhões para US\$82,4 bilhões no mesmo período.

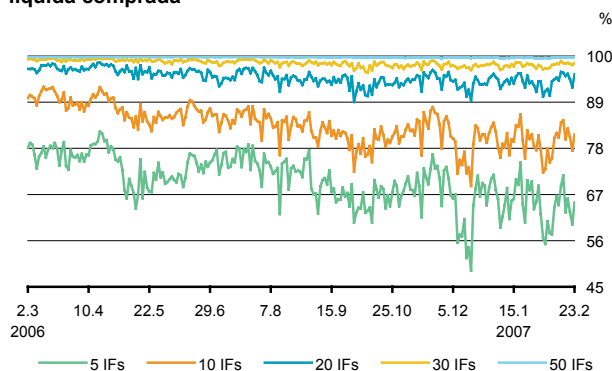
Concentração do SFN

Em 3 de julho de 2006, 122 instituições prestaram informações ao Banco Central do Brasil acerca de suas exposições cambiais, conforme determina a regulamentação em vigor. Dessas instituições, 87 pertenciam ao macrosssegmento bancário, 35 pertenciam ao segmento não-bancário. Ainda referindo-se às instituições que informam suas exposições, 74 pertenciam ao segmento de bancos privados nacionais, 39 ao segmento de bancos privados estrangeiros e 9 ao segmento de bancos públicos. Em 29 de dezembro 2006, a quantidade de instituições informantes

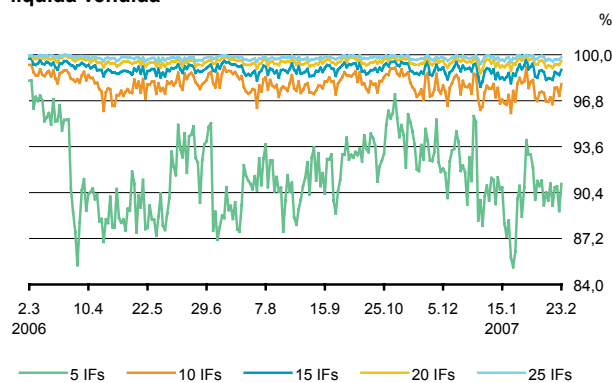
Concentração das instituições por volume de posições compradas



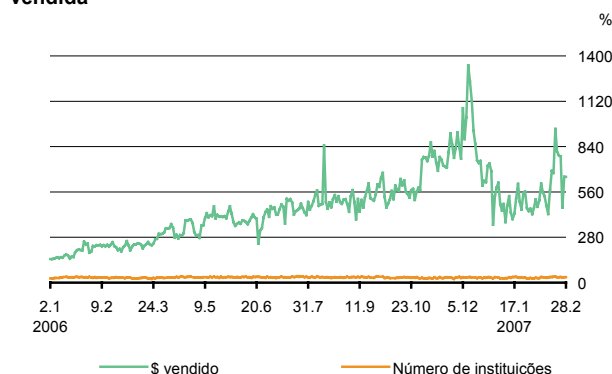
Concentração das instituições com exposição líquida comprada



Concentração das instituições com exposição líquida vendida



Análise das instituições com exposição líquida vendida



permaneceu a mesma do período anterior. As alterações ocorreram na distribuição do macrosssegmento bancário, ou seja, para 88 instituições bancárias e 34 instituições não-bancárias, enquanto no segmento, de bancos privados nacionais e de bancos privados estrangeiros, as quantidades foram alteradas para 71 e 42 respectivamente. Não houve variação do setor público.

A concentração do volume de posições compradas na cesta manteve-se constante de 3 de julho a 29 de dezembro de 2006. Cinco instituições concentraram, em média, 59% dessas posições. Os percentuais foram de 78%, 94% e 98%, quando consideradas as 10, 20 e 30 instituições com as maiores posições, próximos aos apresentados no período anterior.

As maiores oscilações ocorreram nas instituições com exposição líquida comprada. Em média, a exposição líquida comprada para as 5, 10, 20 e 30 instituições com as maiores exposições foram de 69%, 82%, 94% e 98%, respectivamente, percentuais também próximos dos apresentados no período anterior.

Acentuou-se a concentração nas instituições com exposição líquida vendida. Em média, os percentuais foram de 92%, 98%, 99% e 100% para as 5, 10, 15 e 20 instituições que apresentaram as maiores exposições, percentuais idênticos aos apresentados no período anterior.

No gráfico “Análise das posições líquidas vendidas” nota-se que a soma da exposição líquida das instituições que se apresentaram vendidas manteve tendência de crescimento durante todo o período, com média de 834% em dezembro de 2006, em relação à média da soma das instituições que se apresentaram compradas. Durante o período, a exposição líquida vendida foi de 612,4%, ante 296,3% do período anterior.

O percentual médio do número de instituições que apresentaram exposição líquida vendida em relação ao total de instituições do SFN que informaram suas exposições ao Banco Central foi praticamente o mesmo, 32,1% no segundo semestre de 2006 e 31,6% no primeiro semestre daquele ano. Apesar de a quantidade de instituições informantes ter permanecido praticamente igual, a exposição líquida vendida elevou-se, conforme citado anteriormente.

2.6 Cenários de estresse

Os cenários de estresse são simulações para avaliar a adequação de capital ao limite de Basileia numa determinada data, tendo em vista situações de perdas não esperadas e não provisionadas. Dessa forma, avalia-se a capacidade de o PR das instituições bancárias integrantes do SFN para suportar variações no PLE provocadas por grandes oscilações no risco de crédito, nas taxas de câmbio e de juros prefixados. O PLE é utilizado como uma medida de risco do sistema porque, no seu cálculo, são levados em consideração os riscos e suas proporções.

Dessa forma, procura-se examinar, a partir dos resultados dos impactos, se as instituições apresentariam situação de insolvência técnica, no caso, patrimônio líquido negativo e necessidade de capitalização para continuarem a operar em conformidade com o limite de Basileia.

Esses cenários não foram aplicados a todas as instituições, haja vista a não-obrigatoriedade de remessa de informações inferiores aos valores mínimos fixados pelo Banco Central, em função da relevância do risco para a instituição e para o sistema, ou por não possuírem carteira de crédito.

Para efeito de análise, foram construídos quatro cenários de estresse, considerando as oscilações nas taxas de juros prefixadas e de câmbio e o rebaixamento na classificação de risco das operações de crédito, isolados ou simultaneamente, utilizando-se, como base, os dados do final de dezembro de 2006.

Para cada cenário, com base nos dados da contabilidade, da exposição cambial e da exposição a taxas de juros prefixadas, foram calculados os resultados e os respectivos efeitos tributários e recalculados o PR, o PLE e o índice de Basileia.

2.6.1 Universo analisado

Foram selecionadas para aplicação dos cenários de estresse 130 instituições bancárias, integrantes do consolidado bancário I e do consolidado bancário II. Dessas, 125 possuíam informações em pelo menos um dos fatores analisados, sendo que 98 apresentaram informações para o risco de mercado (juros e/ou câmbio) e 119 para risco de crédito.

Cenários de estresse

Quantidade de instituições financeiras e conglomerados

Discriminação	Câmbio ou juros-pré		Crédito	
	A ^{1/}	B ^{2/}	A ^{1/}	B ^{2/}
Consolidado				
bancário I	82	18	95	5
Bancos				
públicos	10	2	12	0
privados	72	16	83	5
nacionais	41	13	51	3
estrangeiros	31	3	32	2
bancário II	16	14	24	6
Total	98	32	119	11

1/ Número de instituições incluídas no teste de estresse.

2/ Número de instituições não incluídas no teste de estresse.

2.6.2 Estresse de risco de crédito

O estresse de risco de crédito tem como objetivo mensurar o impacto da deterioração das carteiras de crédito das instituições financeiras sobre os níveis de adequação de capital.

Para efeito desse estresse, realiza-se o rebaixamento de dois níveis nas classificações para todos os clientes da instituição financeira a partir dos dados do balancete – carteira classificada. Da nova classificação, obtém-se como resultado uma nova necessidade de provisão. Desse resultado, subtrai-se a provisão contabilizada para se verificar o aumento de provisão necessário. Em seguida, calcula-se o efeito do aumento de provisão, considerando ativação de crédito tributário, sobre o PLE e sobre o PR e, conseqüentemente, apura-se o impacto sobre o índice de Basiléia.

2.6.3 Estresse de taxa de juros e de câmbio

O cenário escolhido foi o de maior resultado entre cálculos efetuados de acordo com os modelos de risco: Valor em Risco (VaR) – modelo paramétrico; e o modelo híbrido – modelo não-paramétrico.

Os cenários de alta consistiram em: a) aumento da taxa de câmbio em R\$0,347/US\$, variação de R\$2,138/US\$ para R\$ 2,485/US\$; e b) alteração na estrutura a termo de taxa de juros futuros com aumento de 4,75 p.p. para os vértices de 21, 42, 63 e 126 dias; 4,90 p.p. para o vértice de 252 dias e 4,39 p.p. para os vértices de 504 e 756 dias.

Os cenários de baixa consistiram em: a) decréscimo da taxa de câmbio em R\$0,262/US\$, variação de R\$2,138/US\$ para R\$1,876/US\$; e b) alteração na estrutura a termo de taxa de juros futuros com redução de 2,75 p.p. para os vértices de 21, 42, 63 e 126 dias; 2,59 p.p. para o vértice de 252 dias e 2,80 p.p. para os vértices de 504 e 756 dias.

Para o PLE, foram considerados os resultados das oscilações das taxas apenas no valor de exigência para risco de mercado (juros + câmbio), sem a alteração do APR. No PR, foi considerado o efeito financeiro da variação cambial sobre a exposição líquida e da variação da taxa de juros sobre os fluxos financeiros das instituições.

Estresse – Situação inicial
Dezembro de 2006

Discriminação	Faixas de índice de Basileia		
	Inferior a 11	Superior a 11	Total
Consolidado			
bancário I			
Bancos			
públicos			
Quantidade de IF	-	12	12
Índice de Basileia (%)	-	19,5	19,5
privados nacionais			
Quantidade de IF	1	53	54
Índice de Basileia (%)	10,9	17,8	17,8
estrangeiros			
Quantidade de IF	-	34	34
Índice de Basileia (%)	-	15,9	15,9
bancário II			
Quantidade de IF	-	30	30
Índice de Basileia (%)	-	23,6	23,6
Total			
Quantidade de IF	1	129	130
Índice de Basileia (%)	10,9	18,6	18,6

2.6.4 Avaliação dos resultados

2.6.4.1 Situação inicial

As 130 instituições selecionadas possuíam, em dezembro de 2006, PR de R\$235,2 bilhões e PLE de R\$139,3 bilhões, respectivamente 95,1% do PR e 94,6% do PLE do SFN, com índice de Basileia de 18,6%.

Nessa data-base, somente uma instituição do universo analisado apresentou índice inferior ao mínimo regulamentar de 11% e necessitaria de um total de R\$270 mil como aporte de capital, correspondente a 0,0001% do PLE.

2.6.4.2 Cenários de estresse de alta

Aumento do risco de crédito

O aumento do risco de crédito reduziria o índice de Basileia para 16%, em função da redução de R\$32,9 bilhões no PR, que alcançaria a cifra de R\$202,3 bilhões e do pequeno aumento de R\$109,6 milhões no PLE, que alcançaria a cifra de R\$139,4 bilhões.

Nenhuma instituição apresentaria situação de insolvência técnica. Contudo, dezenove instituições apresentariam desenquadramentos e necessitariam de um total de R\$1,3 bilhão como aporte de capital ou 1% do PLE, antes da simulação.

Bancos públicos – Recuo de 4,7 p.p. no índice de Basileia, de 19,5% para 14,8%, devido à redução do PR em R\$12,2 bilhões, valor equivalente a 23,8%, e ao aumento de R\$40,7 milhões no PLE, equivalente a 0,14%. Das doze instituições estressadas, duas necessitariam de aporte de capital, no valor de R\$27 milhões, correspondentes a 0,02% do PLE, antes da simulação.

Bancos privados nacionais – Recuo de 2,2 p.p. no índice de Basileia, de 17,8% para 15,6%, devido à redução do PR em R\$12,2 bilhões, equivalentes a 12,1%, e ao aumento de R\$40,8 milhões no PLE, equivalentes a 0,07%. Das 51 instituições estressadas, sete necessitariam de aporte de capital, no valor de R\$360,6 milhões, correspondentes a 0,26% do PLE, antes da simulação.

Bancos estrangeiros – Recuo de 1,7 p.p. no índice de Basileia, de 15,9% para 14,2%, devido à redução do PR em R\$4,4 bilhões, equivalentes a 10,6%, e ao aumento

Estresse de crédito

Aumento do risco de crédito

Discriminação	Faixas de índice de Basileia			
	Inferior a 11	Superior a 11	A ^{1/}	Total
Consolidado				
bancário I				
Bancos públicos				
Quantidade de IF	2	10	-	12
Índice de Basileia (%)	10,7	15,0	-	14,8
privados nacionais				
Quantidade de IF	7	44	3	54
Índice de Basileia (%)	10,2	16,1	35,7	15,6
estrangeiros				
Quantidade de IF	4	28	2	34
Índice de Basileia (%)	8,4	14,3	33,0	14,2
bancário II				
Quantidade de IF	6	18	6	30
Índice de Basileia (%)	6,9	22,4	38,6	21,3
Total				
Quantidade de IF	19	100	11	130
Índice de Basileia (%)	9,4	16,3	36,8	16,0

1/ Número de instituições não incluídas no teste de estresse.

de R\$14,7 milhões no PLE, equivalentes a 0,05%. Das 32 instituições estressadas, quatro necessitariam de aporte de capital, no valor de R\$273,9 milhões, equivalentes a 0,2% do PLE, antes da simulação.

Consolidado bancário II – Recuo de 2,3 p.p. no índice de Basileia, de 23,6% para 21,3% devido à redução do PR em R\$4 bilhões, equivalentes a 9,8%, e ao aumento de R\$13,5 milhões no PLE, equivalentes a 0,07%. Das 24 instituições estressadas, seis apresentariam necessidade de aporte de capital, no valor de R\$679,4 milhões, equivalentes a 0,49% do PLE, antes da simulação.

Foi apontado o desenquadramento de 21 instituições na simulação do semestre anterior, data-base de junho de 2006.

Aumento das taxas de juros e de câmbio

O aumento das taxas de juros e de câmbio reduziria o índice de Basileia para 12,6%, em função da redução no PR para R\$222,1 bilhões, equivalente a R\$13,1 bilhões e do aumento do PLE para R\$194,6 bilhões, equivalente a R\$55,3 bilhões.

Nesse cenário, nenhuma instituição apresentaria situação de insolvência técnica. Contudo, 35 instituições apresentariam desenquadramentos e necessitariam de R\$15,2 bilhões como aporte de capital, equivalente a 10,9 % do PLE, antes da simulação.

Bancos públicos – Recuo de 6,3 p.p. no índice de Basileia, de 19,5% para 13,2%, devido à redução do PR em R\$3,1 bilhões, equivalentes a 6%, e ao aumento de R\$11,3 bilhões no PLE, equivalentes a 39,1%. Das dez instituições estressadas, três necessitariam de aporte de capital, no valor de R\$2,1 bilhões, equivalentes a 1,5% do PLE, antes da simulação.

Bancos privados nacionais – Recuo de 5,9 p.p. no índice de Basileia, de 17,8% para 11,9%, devido à redução do PR em R\$6 bilhões, equivalentes a 6%, e ao aumento de R\$25,2 bilhões no PLE, equivalentes a 40,3%. Das 41 instituições estressadas, quatorze necessitariam de aporte de capital, no valor de R\$2,1 bilhões, equivalentes a 1,5% do PLE, antes da simulação.

Estresse de alta de juros e de câmbio

Discriminação	Faixas de índice de Basileia		A ^{1/}	Total
	Inferior a 11	Superior a 11		
Consolidado				
bancário I				
Bancos públicos				
Quantidade de IF	3	7	2	12
Índice de Basileia (%)	5,8	14,0	39,2	13,2
privados nacionais				
Quantidade de IF	14	27	13	54
Índice de Basileia (%)	8,9	12,0	73,4	11,9
estrangeiros				
Quantidade de IF	10	21	3	34
Índice de Basileia (%)	8,1	15,8	79,0	9,1
bancário II				
Quantidade de IF	8	8	14	30
Índice de Basileia (%)	9,6	23,6	24,9	21,6
Total				
Quantidade de IF	35	63	32	130
Índice de Basileia (%)	8,2	14,2	39,9	12,6

1/ Número de instituições não incluídas no teste de estresse.

Bancos estrangeiros – Recuo de 6,9 p.p. no índice de Basileia, de 15,9% para 9,1%, devido à redução do PR em R\$3,8 bilhões, equivalentes a 9,2%, e ao aumento de R\$17,1 bilhões no PLE, equivalentes a 59,5%. Das 31 instituições estressadas, dez necessitariam de aporte de capital, no valor de R\$10,6 bilhões, equivalentes a 7,6% do PLE, antes da simulação.

Consolidado bancário II – Recuo de 2,1 p.p. no índice de Basileia, de 23,6% para 21,6%, devido à redução do PR em R\$203,7 milhões, equivalentes a 0,5%, e ao aumento de R\$1,7 bilhão no PLE, equivalente a 9%. Das dezesseis instituições estressadas, oito apresentariam necessidade de aporte de capital, no valor de R\$388,4 milhões, equivalentes a 0,28% do PLE, antes da simulação.

Foi apontado o desenquadramento de trinta instituições na simulação do semestre anterior, data-base de junho de 2006.

Aumento das taxas de juros, de câmbio e do risco de crédito

O aumento das taxas de juros e de câmbio e do risco de crédito reduziria o índice de Basileia para 10,7%, em função da redução no PR para R\$189,2 bilhões, equivalentes a R\$46 bilhões, e do aumento do PLE para R\$194,7 bilhões, equivalentes a R\$55,4 bilhões.

Nesse cenário, nenhuma instituição apresentaria situação de insolvência técnica. Contudo, 53 instituições apresentariam desenquadramentos e necessitariam de R\$31,4 bilhões como aporte de capital, valor equivalente a 22,5% do PLE, antes da simulação.

Bancos públicos – Recuo de 9,7 p.p. no índice de Basileia, de 19,5% para 9,8%, devido à redução do PR em R\$15,3 bilhões, equivalentes a 29,8%, e ao aumento de R\$11,4 bilhões no PLE, equivalentes a 39,3%. Das doze instituições estressadas, sete necessitariam de aporte de capital, no valor de R\$6,1 bilhões, correspondentes a 4,4% do PLE, antes da simulação.

Bancos privados nacionais – Recuo de 7,4 p.p. no índice de Basileia, de 17,8% para 10,4%, devido à redução do PR em R\$18,3 bilhões, equivalentes a 18,1%, e ao aumento de R\$25,2 bilhões no PLE, equivalentes a 40,4%. Das 52 instituições estressadas, 23 necessitariam de aporte de capital de R\$8,9 bilhões, valor equivalente a 6,4% do PLE, antes da simulação.

Estresse de alta de juros, de câmbio e do risco de crédito

Discriminação	Faixas de índice de Basileia		A ^{1/}	Total
	Inferior a 11	Superior a 11		
Consolidado				
bancário I				
Bancos				
públicos				
Quantidade de IF	7	5	-	12
Índice de Basileia (%)	9,3	23,2	-	9,8
privados nacionais				
Quantidade de IF	23	29	2	54
Índice de Basileia (%)	9,6	13,5	52,5	10,4
estrangeiros				
Quantidade de IF	12	21	1	34
Índice de Basileia (%)	7,0	16,3	79,8	8,0
bancário II				
Quantidade de IF	11	17	2	30
Índice de Basileia (%)	6,7	22,3	141,3	19,5
Total				
Quantidade de IF	53	72	5	130
Índice de Basileia (%)	8,8	18,0	70,9	10,7

1/ Número de instituições não incluídas no teste de estresse.

Bancos estrangeiros – Recuo de 7,9 p.p. no índice de Basileia, de 15,9% para 8%, devido à redução do PR em R\$8,2 bilhões, equivalentes a 19,8%, e ao aumento de R\$17,1 bilhões no PLE, equivalentes a 59,6%. Das 33 instituições estressadas, doze necessitariam de aporte de capital de R\$14,8 bilhões, valor equivalente a 10,6% do PLE, antes da simulação.

Consolidado bancário II – Recuo de 4,2 p.p. no índice de Basileia, de 23,6% para 19,5%, devido à redução do PR em R\$4,2 bilhões, equivalentes a 10,3%, e ao aumento de R\$1,7 bilhão no PLE, equivalente a 9,1%. Das 28 instituições estressadas, onze apresentariam necessidade de aporte de capital, R\$1,6 bilhão, valor equivalente a 1,1% do PLE, antes da simulação.

Foi apontado o desenquadramento de 49 instituições na simulação do semestre anterior, data-base de junho de 2006.

2.6.4.3 Cenários de estresse de baixa

Baixa das taxas de juros e de câmbio

A baixa nas taxas de juros e de câmbio reduziria o índice de Basileia para 15,7%, em função do aumento no PR para R\$243,8 bilhões, equivalente a R\$8,6 bilhões e do aumento do PLE para R\$170,7 bilhões, equivalente a R\$31,4 bilhões.

Nesse cenário, nenhuma instituição apresentaria situação de insolvência técnica. Contudo, seis instituições apresentariam desenquadramentos e necessitariam de R\$1,3 bilhão como aporte de capital, valor equivalente a 0,9% do PLE, antes da simulação.

Bancos públicos – Recuo de 2,9 p.p. no índice de Basileia, de 19,5% para 16,6%, devido ao aumento do PR em R\$1,9 bilhão, equivalente a 3,9%, e ao aumento de R\$6,4 bilhões no PLE, equivalentes a 22,2%. Das dez instituições estressadas, nenhuma apresentaria índice abaixo do mínimo regulamentar.

Bancos privados nacionais – Recuo de 2,7 p.p. no índice de Basileia, de 17,8% para 15,1%, devido ao aumento do PR em R\$4,1 bilhões, equivalentes a 4%, e ao aumento de R\$14 bilhões no PLE, equivalentes a 22,4%. Das 41 instituições estressadas, quatro necessitariam de aporte de capital de R\$435,7 milhões, valor equivalente a 0,31% do PLE, antes da simulação.

Estresse de baixa de juros e de câmbio

Discriminação	Faixas de índice de Basileia		A ^{1/}	Total
	Inferior a 11	Superior a 11		
Consolidado				
bancário I				
Bancos				
públicos				
Quantidade de IF	-	10	2	12
Índice de Basileia (%)	-	16,5	39,2	16,6
privados nacionais				
Quantidade de IF	4	37	13	54
Índice de Basileia (%)	9,3	15,0	73,4	15,1
estrangeiros				
Quantidade de IF	2	29	3	34
Índice de Basileia (%)	9,1	13,0	79,0	12,5
bancário II				
Quantidade de IF	-	16	14	30
Índice de Basileia (%)	-	22,3	25,1	22,4
Total				
Quantidade de IF	6	92	32	130
Índice de Basileia (%)	9,2	15,8	40,1	15,7

1/ Números de instituições não incluídas no teste de estresse.

Bancos estrangeiros – Recuo de 3,4 p.p. no índice de Basileia, de 15,9% para 12,5%, devido ao aumento do PR em R\$2,4 bilhões, equivalentes a 5,8%, e ao aumento de R\$9,9 bilhões no PLE, equivalentes a 34,5%. Das 31 instituições estressadas, duas necessitariam de aporte de capital de R\$827,7 milhões, valor equivalente a 0,59% do PLE, antes da simulação.

Consolidado bancário II – Recuo de 1,2 p.p. no índice de Basileia, de 23,6% para 22,4%, devido ao aumento do PR em R\$132,1 milhões, equivalentes a 0,3%, e ao aumento de R\$1,1 bilhão no PLE, equivalente a 5,7%. Das dezesseis instituições estressadas, nenhuma apresentou índice abaixo do mínimo regulamentar.

Foi apontado o desenquadramento de sete instituições na simulação do semestre anterior, data-base de junho de 2006.

2.7 Conclusão

O volume global de crédito bancário manteve a tendência de crescimento observada ao longo dos últimos anos. A redução dos juros e o aumento de prazos foram os principais fatores que contribuíram para o crescimento do crédito bancário no último semestre de 2006. O setor cooperativo aumentou sua participação no SFN. A taxa de inadimplência, razão entre o montante de inadimplência e o total dos créditos no SFN, manteve-se estável no segundo semestre de 2006. Os depósitos de poupança permaneceram apresentando crescimento vigoroso. No final de 2006, 99,2% dos clientes detentores de depósitos com valor até R\$60 mil estavam cobertos pelo FGC.

Ratificando a solidez do SFN, a participação dos ativos da indústria financeira em relação ao PIB vem crescendo, nos últimos anos, em percentual superior à média da América Latina e atingiu 83,8% em dezembro passado. Os bancos mantiveram, no semestre passado, o ritmo de crescimento no direcionamento dos recursos para o crédito, em detrimento das aplicações em títulos governamentais. Em relação ao *funding*, em comparação com outros países, os bancos brasileiros usam pouco capital de terceiros, uma vez que, de forma consolidada, é grande a relação entre o capital próprio e os ativos do sistema bancário.

O sistema bancário brasileiro continua apresentando boa rentabilidade sobre o patrimônio, quando comparado com outros países. Tem contribuído para a formação de

resultados positivos a contínua melhoria na proporção das despesas administrativas que são cobertas com receitas de serviços. Destaca-se que os bancos de microporte são os que apresentam a maior taxa de retorno sobre as operações de crédito.

O índice de Basiléia do SFN, em dezembro de 2006, era de 18,8%, superior em 7,8 p.p. ao limite mínimo exigido no Brasil. De 1781 instituições em atividade, 55 de pequena representatividade, sob a ótica do SFN, estavam desenquadradas no limite de Basiléia.

Analisando-se separadamente as instituições que apresentaram exposição líquida comprada em relação àquelas que apresentaram exposição líquida vendida, em dólar e em euro, não ocorreram grandes mudanças em relação aos valores verificados ao final do período anterior.

Finalmente, os testes de estresse demonstraram que os níveis de capital e de patrimônio líquido das instituições do SFN são suficientes para suportar eventuais oscilações extremas nas taxas de juros, câmbio e deterioração da carteira de crédito.

Conceitos e Metodologias

Conceitos

- a) Cosif: Plano Contábil das instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN).
- b) Sistema Financeiro Nacional: para a finalidade, restrito às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – exceto administradoras de consórcios – agrupadas ou não em conglomerados.
- c) Sistema bancário: compreende os conglomerados bancários e as instituições bancárias independentes, na forma abaixo definida.
- d) Sistema não-bancário: compreende as Sociedades de Arrendamento Mercantil, as Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários, as Sociedades de Crédito Financiamento e Investimento, os conglomerados financeiros, as Sociedades de Crédito Imobiliário e as Associações de Poupança e Empréstimo, as Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários e as Companhias Hipotecárias.
- e) Instituições bancárias independentes I: instituições financeiras do tipo banco comercial, banco múltiplo com carteira comercial ou caixa econômica que não integrem conglomerado, remetendo os documentos 4010 e 4016 do Cosif.
- f) Instituições bancárias independentes II: instituições financeiras do tipo banco múltiplo sem carteira comercial, banco de investimento e banco de desenvolvimento, que não integrem conglomerado.
- g) Instituições não-bancárias independentes: demais instituições financeiras, exceto aquelas qualificadas como instituições bancárias independentes I ou II e cooperativas de crédito.
- h) Conglomerado bancário: conjunto de instituições financeiras que consolidam seus demonstrativos financeiros, utilizando os documentos 4040 e 4046 do Cosif.
- i) Conglomerado bancário I: conglomerado em cuja composição se verifica pelo menos uma instituição do tipo banco comercial ou banco múltiplo com carteira comercial.
- j) Conglomerado bancário II: conglomerado em cuja composição não se verificam instituições do tipo banco comercial e banco múltiplo com carteira comercial, mas que conta com pelo menos uma instituição do tipo banco múltiplo sem carteira comercial, banco de investimento e banco de desenvolvimento.

- l) Conglomerado não-bancário: conglomerado de instituições financeiras que não se enquadram nos conceitos de conglomerado bancário I ou II.
- m) Consolidado do SFN: corresponde à agregação de todos os documentos considerados. Não deve ser confundido ou comparado com outras estatísticas publicadas pelo Banco Central do Brasil, as quais consideram as informações de cada instituição nos diversos segmentos do SFN.
- n) Consolidado bancário I: aglutinado das posições contábeis das instituições bancárias do tipo conglomerado bancário I e instituições bancárias independentes I.
- o) Consolidado bancário II: aglutinado das posições contábeis das instituições bancárias do tipo conglomerado bancário II e instituições bancárias independentes II.
- p) Consolidado bancário III: aglutinado das posições contábeis das cooperativas de crédito.
- q) Consolidado não-bancário: aglutinado das posições contábeis dos conglomerados não-bancários e instituições financeiras não-bancárias independentes.
- r) Tipo de controle: identifica a origem do controle de capital dos conglomerados bancários ou das instituições bancárias independentes. Subdivide-se na seguinte segmentação de bancos:
 - 1. públicos;
 - 2. privados nacionais;
 - 3. estrangeiros.
- s) Patrimônio de Referência (PR): definido para fins de apuração dos limites operacionais como o somatório do Patrimônio Líquido e das contas patrimoniais assim discriminadas:
 - 1. Capital Nível I – Resultado aritmético dos saldos das rubricas contábeis: Patrimônio Líquido, Contas de Resultado Credoras, Contas de Resultado Devedoras. Para apuração final, devem ser excluídas, ainda, as Reservas de Reavaliação, as Reservas para Contingências e as Reservas Especiais de Lucros Relativas a Dividendos Obrigatórios não Distribuídos; e deduzidos os valores referentes a Ações Preferenciais não Cumulativas e a Ações Preferenciais Resgatáveis.
 - 2. Capital Nível II – Resultado aritmético dos saldos das rubricas contábeis: Reservas de Reavaliação; Reservas para Contingências; Reservas Especiais de Lucros Relativas a Dividendos Obrigatórios não Distribuídos; Ações Preferenciais não Cumulativas; Ações Preferenciais Resgatáveis; Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, estando limitado, entre outros, ao montante do Nível I.
- t) PRAjustado: definido como sendo o PR utilizado para fins de cálculo do Índice de Imobilização, conforme letra l das Metodologias, subitem I.
- u) Patrimônio Líquido Exigido (PLE): calculado em função dos riscos de crédito e de mercado (cambial e juros prefixados) e de operações de *swap* conforme descrito no item “c” das Metodologias. Representa o valor mínimo exigido para o PR, com o objetivo de suportar os riscos existentes na estrutura patrimonial.
- v) Índice de Basileia: conceito definido pelo Comitê de Basileia, que recomenda a relação mínima de 8% entre o PR e o total dos ativos ponderados pelo risco, conforme regulamentação em vigor. No Brasil, a relação

mínima exigida, a partir de dezembro de 2002, é de 11% para as cooperativas centrais e cooperativas singulares filiadas a cooperativas centrais, 15% para as demais cooperativas, 30% para agências de fomento e 11% para as demais instituições financeiras.

Metodologias

- As análises são desenvolvidas com base em dados contábeis remetidos mensalmente pelas instituições ao Banco Central do Brasil. Quando o demonstrativo financeiro relativo à data-base sob análise não estava disponível, utilizou-se o imediatamente anterior.
- Os índices de Basiléia e de Imobilização têm por base os dados contábeis de conglomerados ou instituições financeiras, sendo considerados os demonstrativos de conglomerados bancários e financeiros, quando estes são optantes por apuração consolidada. Para os conglomerados não optantes, os índices são calculados para cada instituição, como se fossem independentes.
- O PLE é calculado utilizando-se os dados registrados pelas instituições financeiras em contas patrimoniais e de compensação referentes a requerimentos de capital para Ativos Ponderados pelo Risco (APR), Risco de Crédito de *Swap*, Risco de Exposição Cambial e Taxa de Juros. De maneira simplificada, a fórmula do PLE é descrita como segue:

$$PLE = F \cdot (\text{Ativos Ponderados pelo Risco}) + \text{Risco de Crédito de } Swap + \text{Risco de Exposição Cambial} + \text{Risco de Taxa de Juros.}$$

Fator F = fator aplicável aos ativos ponderados pelo risco, estipulado em 0,11 para as cooperativas centrais e cooperativas singulares filiadas a cooperativas centrais; 0,15 para as demais cooperativas; 0,30 para agências de fomento; e 0,11 para as demais instituições financeiras.

- Ativos Ponderados pelo Risco = total das rubricas do Ativo Circulante e do Realizável a Longo Prazo, multiplicado pelos fatores de risco correspondentes + Ativo Permanente multiplicado pelo fator de risco correspondente + Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas multiplicados pelos fatores de risco correspondentes.

$$e) \text{ Requerimento de Capital para Risco de Crédito de } Swap = F' \cdot \sum_{i=1}^{n1} RCDi_i$$

F' = fator aplicável ao risco de crédito das operações de *swap*, igual a 0,20 (vinte centésimos);

n1 = número de operações de *swap* inscritas na conta 3.0.6.10.60-4 do Cosif;

RCD i = risco de crédito da i-ésima operação de *swap* inscrita na conta 3.0.6.10.60-4 do Cosif, consistente na ponderação do valor de referência da operação no momento da respectiva contratação (VNi) pelo fator de risco potencial correspondente, considerado seu prazo a decorrer.

$$f) \text{ Requerimento de Capital para Risco de Taxa de câmbio} = F'' \cdot \max \left\{ \left(\sum_{i=1}^{n2} Aprc_i - k \cdot PR \right); 0 \right\}, \text{ onde:}$$

F'' = fator aplicável às operações com ouro e com ativos e passivos referenciados em variação cambial, incluídas as realizadas nos mercados de derivativos, igual a 0,5;

n2 = número de posições líquidas em cada moeda e em ouro;

$\sum_{i=1}^{n2} Aprc_i$ = somatório dos valores absolutos das posições líquidas em cada moeda e em ouro;

k = 0,05 (cinco centésimos) para $\sum_{i=1}^{n2} Aprc_i / PR$ menor ou igual a 0,05 (cinco centésimos);

$k = 0$ para $\sum_{i=1}^{n2} Aprc_i$ / PR maior que 0,05 (cinco centésimos).

g) Requerimento de Capital para Risco de Taxa de Juro = $\sum_{i=1}^{n3} ECi$, onde:

$n3$ = número de parcelas representativas do valor de PLE para a cobertura do risco de mercado de taxa de juros em determinada moeda/base de remuneração;

ECi = parcela representativa do valor de PLE para a cobertura de risco de mercado de taxa de juros em determinada moeda/base de remuneração.

h) Índice de Basiléia = $\frac{PR \cdot 100}{\left\{ Apr + \left[\frac{1}{F} \cdot (Juros + Câmbio + Swap) \right] \right\}}$.

i) Os valores apresentados nos textos e nas tabelas estão arredondados, contudo suas variações percentuais refletem os números originais, considerando todas as casas decimais.

j) O Limite de Imobilização indica o percentual de comprometimento do PRAjustado em relação ao Ativo Permanente. O limite máximo permitido é de 50%.

l) Para obtenção do Índice de Imobilização, utiliza-se a seguinte fórmula:

$$\text{Índice de Imobilização} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{PR Ajustado}} \cdot 100.$$

I. Para cálculo do PRAjustado:

Capital de Nível I

(+) Capital de Nível II

(-) Títulos Patrimoniais de Bolsas de Valores

(-) Títulos Patrimoniais de Bolsas de Mercadorias e de Futuros

(-) Títulos Patrimoniais da Cetip

(-) Ações e Cotas de Empresas de Liquidação e Custódia Vinculadas a Bolsas

(-) (-) Provisão para Perdas em Ações e Cotas de Empresas de Liquidação e Custódia Vinculadas a Bolsas

(-) (-) Provisão para Perdas em Títulos Patrimoniais*

(-) Títulos Patrimoniais – Outros*

(-) Ágios na Aquisição de Títulos Patrimoniais*

(=) PR Ajustado.

II. Para cálculo do Ativo Permanente:

Permanente

(-) Imobilizado de Arrendamento

(-) Perdas em Arrendamento a Amortizar

(-) (-) Amortização Acumulada do Diferido – Perdas em Arrendamento a Amortizar

(-) Títulos Patrimoniais de Bolsas de Valores

- (-) Títulos Patrimoniais de Bolsas de Mercadorias e de Futuros
- (-) Títulos Patrimoniais da Cetip
- (-) Ações e Cotas de Empresas de Liquidação e Custódia Vinculada a Bolsas
- (-) (-) Provisão para Perdas em Ações e Cotas de Empresas de Liquidação e Custódia Vinculada a Bolsas
- (-) (-) Provisão para Perdas em Títulos Patrimoniais*
- (-) Títulos Patrimoniais – Outros*
- (-) Ágios na Aquisição de Títulos Patrimoniais*
- (=) Ativo Permanente para Índice de Imobilização.

Todas as referências ao Ativo Permanente neste trabalho dizem respeito ao Ativo Permanente para Índice de Imobilização.

- (-) (-) Provisão para Perdas em Ações e Cotas de Empresas de Liquidação e Custódia Vinculada a Bolsas
- (-) (-) Provisão para Perdas em Títulos Patrimoniais*
- (-) Títulos Patrimoniais – Outros*
- (-) Ágios na Aquisição de Títulos Patrimoniais*
- (=) Ativo Permanente para Índice de Imobilização

* Como a “Provisão para Perdas em Títulos Patrimoniais” refere-se a todas as rubricas de títulos patrimoniais, bem como de ágios, determinou-se que só será considerada nos cálculos do PRAjustado e do Ativo Permanente – Imobilizado quando seu valor absoluto ultrapassar a soma das rubricas “Títulos Patrimoniais – Outros” e “Ágios na Aquisição de Títulos Patrimoniais”. Nesses casos, o valor da provisão a ser considerado fica limitado ao montante que ultrapassar o somatório do saldo de “Títulos Patrimoniais – Outros” com o saldo de “Ágios na Aquisição de Títulos Patrimoniais”.

Conceitos e Metodologias – Operações de Crédito

Operações de crédito

Conceitos

- a) Sistema bancário: compreende as instituições bancárias independentes e os conglomerados bancários e é desdobrado nas categorias consolidado bancário I, consolidado bancário II e consolidado bancário III, na forma definida nos itens “e” a “j” e “n” a “q” das páginas 72 e 73 deste Relatório.
- b) Sistema não-bancário: formado pelas empresas de arrendamento mercantil, sociedades de crédito, financiamento e investimento, entre outras, não pertencentes a conglomerados financeiros cujo líder seja instituição bancária.
- c) Provisão mínima: provisão calculada segundo os parâmetros mínimos definidos pela Resolução 2.682, de 22 de dezembro de 1999.
- d) Inadimplência: conceito de acordo com o padrão internacional do *non-performance loans*, onde se consideram os créditos vencidos há mais de noventa dias.
- e) Provisão constituída: é o estoque de provisão constante nos balancetes das instituições financeiras.

Metodologias

- a) Os montantes das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) foram apurados com base nos documentos (balancetes e dados do Sistema de Informações de Crédito do BC), aglutinados segundo as instituições integrantes de conglomerados financeiros e, também, com base nos documentos das instituições financeiras independentes.
- b) O volume de crédito efetivamente concedido pelo SFN aos agentes econômicos no Brasil não inclui os montantes concedidos pelas agências e subsidiárias de bancos brasileiros sediados no exterior. As operações de crédito registradas em nome de intermediários financeiros, estes últimos, regularmente definidos como empresas do setor público ou privado, que executam atividades de intermediação financeira, foram consideradas para a apuração do montante de crédito no SFN.
- c) A série relativa ao volume de operações de crédito sobre o Produto Interno Bruto (PIB) apresentada neste capítulo foi recalculada com base no valor do PIB revisado. Para fins de comparação com os semestres anteriores, os percentuais de operações de crédito em relação ao PIB antigo eram 34,3% em dezembro de 2006, 32,7 em junho de 2006 e 31,4% de dezembro de 2005.

Conceitos e Metodologias – Exposição Cambial

Exposição cambial

A exposição cambial, segundo as normas em vigor, é definida como o valor líquido resultante das posições detidas em ativos e passivos¹ referenciados em variação cambial e ouro, assumidos pelas instituições financeiras e suas controladas diretas e indiretas, aí incluídas as posições nos mercados de derivativos e no próprio mercado de câmbio. A exposição cambial é apurada em cada moeda separadamente e convertida em reais.

Os mercados de derivativos incluem posições em futuros, termo, opções, *swaps* e *commodities* em que o valor do contrato está sujeito às oscilações da cotação de moedas estrangeiras ou ouro. Para esses instrumentos, a determinação de ativo e passivo não é bem definida, sendo necessário o seu acompanhamento por documento extracontábil.

O mercado de câmbio é o ambiente onde são negociadas as próprias moedas estrangeiras, cujas cotações irão balizar os demais itens a elas referenciados. As instituições atuantes são devidamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil e obedecem a limites específicos desse mercado, que não são objeto deste capítulo. A compra e a venda de moeda estrangeira demandam o registro contábil em rubricas específicas do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), que também são consideradas no cálculo da exposição cambial.

Definições

Exposição comprada: a soma dos ativos sujeitos a risco cambial que aumentam seu valor em moeda nacional, e dos passivos que diminuem seu valor em função de uma desvalorização do valor da moeda nacional em relação a outras divisas.

Exposição vendida: a soma dos ativos sujeitos a risco cambial que diminuem seu valor em moeda nacional, e dos passivos que aumentam seu valor em função de uma desvalorização do valor da moeda nacional em relação a outras divisas. (Definições: Circular 2.894/1999)

Limite de exposição: a exposição líquida da instituição, acima definida, não pode ser superior a 30% do Patrimônio de Referência (PR) – Circular 3.156/2002.

1/ São considerados todos os itens do balanço patrimonial de alguma forma relacionados à cotação de moeda estrangeira ou ouro, tais como operações de crédito, títulos e valores mobiliários, investimentos no exterior, linhas de crédito tomadas no exterior, entre outros.

A exposição cambial da instituição é obtida por meio do somatório, em módulo, da exposição cambial em cada moeda:

$$\text{Exposição cambial} = \sum_i \left| \sum \text{Posição Comprada} - \sum \text{Posição Vendida} \right|,$$

onde “i” = moeda.

A Circular 3.217, de 23 de dezembro de 2003, depois substituída pela Circular 3.229, de 25 de março de 2004, instituiu o conceito de “cesta de moedas” e permitiu a compensação de posições contrárias em dólar dos Estados Unidos, euro, libra esterlina, iene, franco suíço e ouro, no lugar da soma dos módulos de cada uma.

De acordo com as normas vigentes, a parcela de capital estrangeiro que compõe o PR das instituições financeiras pode ser considerada, mediante solicitação ao Banco Central do Brasil, como posição vendida no cálculo de sua exposição cambial, sendo denominada PLA-V (Patrimônio Líquido Ajustado – Vendido). Porém, essa disposição não foi adotada no presente Relatório, visto que o objetivo é demonstrar a real exposição das instituições, definida como exposição líquida, e calculada por meio da seguinte fórmula:

$$\text{Exposição líquida} = \sum_i \left| \sum \text{Posição Comprada} - \sum (\text{Posição Vendida} - \text{PLA_V}) \right|.$$

Cálculo da representação das exposições líquidas das moedas na cesta

O cálculo da representação, na cesta, de cada uma das moedas integrantes é feito utilizando-se o seu módulo a fim de se evitar em distorções, conforme a seguir apresentado.

Módulo da exposição líquida de cada moeda da cesta / $\sum$ Módulo das exposições líquidas das moedas da cesta.

Por meio dessa fórmula, é obtida a representação diária da exposição líquida de cada moeda integrante da cesta, base para a média final do período.

Conceitos e Metodologias – Cenários de Estresse

Cenários de estresse

Para efeito do estresse de risco de crédito, realiza-se o rebaixamento de dois níveis nas classificações para todos os clientes da instituição financeira, a partir dos dados do balancete – carteira classificada. Da nova classificação, obtém-se como resultado uma nova necessidade de provisão. Desse resultado, subtrai-se a provisão real para verificar o aumento de provisão necessário. Em seguida, calcula-se o efeito do aumento de provisão sobre o Patrimônio Líquido Exigível (PLE) e sobre o Patrimônio de Referência (PR) e, conseqüentemente, apura-se o impacto sobre o índice de Basiléia.

Para a identificação dos parâmetros a serem utilizados nos cenários de estresse de risco de mercado (taxa de juros prefixada e cambial), utilizamos o maior valor obtido da aplicação de dois modelos: Valor em Risco (VaR) e Híbrido. Com relação ao VaR, utilizou-se, basicamente, a metodologia do *RiskMetrics*, que trabalha com a hipótese de comportamento normal para o logaritmo dos retornos das variáveis em análise. Já o modelo híbrido utiliza dados históricos, mas não traça hipóteses quanto à distribuição dos retornos das variáveis analisadas, e faz uso da técnica de alisamentos exponenciais – combinando, assim, algumas características do VaR, do *RiskMetrics* – e dos métodos de simulação histórica.

Para esses dois modelos, utilizou-se o nível de confiança de 99,6% (equivalente a um erro a cada ano), e um período de manutenção de posições de dez dias úteis. Quanto à técnica de alisamento exponencial, que visa dar pesos maiores às observações mais recentes, foram utilizados diversos fatores de decaimento entre 0,9 e 1, que basicamente geram pesos iguais para todos os dias da série, observando que, para os cenários de redução de taxas, foram utilizados apenas decaimentos entre 0,9 e 1,0. Em cada data em que o cálculo é realizado, utiliza-se uma série de dados que compreende o primeiro dia útil de janeiro de 1999 até o dia útil imediatamente anterior à data de cálculo, e o decaimento exponencial escolhido é aquele que gera o maior resultado.

Na aplicação do estresse de risco de mercado sobre o PLE, consideraram-se os resultados das oscilações das taxas apenas no valor de exigência para risco de mercado (juros + câmbio), não se alterando o Ativo Ponderado pelo Risco (APR). No PR, foi considerado o efeito financeiro da variação cambial sobre a exposição líquida e da variação da taxa de juros sobre os fluxos financeiros das instituições.

Metodologia *Riskmetrics* para Calcular Valor em Risco

A metodologia *Riskmetrics* (1994), desenvolvida pela instituição financeira J.P. Morgan, propõe que o Valor em Risco (VaR) seja calculado pela equação abaixo:

$$VaR_t = VMTM \times z_\alpha \times h_t \times \sqrt{\Delta t}, \text{ onde}$$

VMTM é o valor do ativo marcado a mercado na data t;

z_α é o quantil da distribuição normal equivalente ao grau de confiança da estimativa do VaR;

h_t é a volatilidade condicional na data t para o ativo;

Δt é intervalo de tempo escolhido para o cálculo do VaR.

A principal hipótese subjacente é a de log-normalidade dos preços dos ativos¹.

Para estimar a volatilidade condicional, *Riskmetrics* recomenda a utilização do *Exponentially Weighted Moving Average* (EWMA), conforme a equação abaixo:

$$h_t = \sqrt{\lambda h_{t-1}^2 + (1 - \lambda) r_{t-1}^2}, \text{ onde}$$

r_t é o retorno do ativo, para o período t, definido como $r_t = \ln(P_t/P_{t-1})$, onde P_t é o preço do ativo em t; λ é o fator de decaimento, tal que $0 < \lambda < 1$.

A formulação do EWMA mais utilizada em séries financeiras admite a hipótese de que a média dos retornos diários dos ativos é igual a zero².

Quanto ao fator de decaimento, *Riskmetrics* sugere $\lambda = 0,94$ para dados diários. Porém, existem métodos para a escolha do λ ótimo, tais como a máxima verossimilhança e o princípio dos mínimos quadrados. O valor de λ próximo de 1 reproduz o fato estilizado de a volatilidade ser altamente persistente.

Na previsão da volatilidade EWMA, a variância condicional dos retornos é composta por dois termos. O primeiro $[\lambda h_{t-1}^2]$ constitui-se de um termo auto-regressivo que expressa a dependência temporal da variância dos retornos, fato estilizado presente nas séries financeiras. O segundo $[(1-\lambda) r_{t-1}^2]$ representa a contribuição da observação mais recente (inovação) para a variância estimada.

1/ Deve-se observar também que, para se utilizar a raiz do tempo a fim de converter de um horizonte de cálculo do VaR para outro, admite-se que os preços são log-normalmente distribuídos e seguem um processo de Markov.

2/ *Riskmetrics* também apresenta a equação na qual admite que a média dos retornos é diferente de zero.

O cálculo do VaR da carteira é dado por:

$$VaR_t = \sqrt{VaR' \rho VaR}, \text{ onde}$$

VaR é o vetor $n \times 1$ contendo o VaR de cada ativo na carteira, e n é o número de instrumentos no portfólio;

VaR' é o vetor $1 \times n$, vetor transposto do vetor VaR;

ρ é a matriz $n \times n$, contendo as correlações entre os ativos que compõem a carteira.

A correlação, no dia t , entre os ativos i e j é calculada pela seguinte fórmula:

$$\rho_{(i,j),t} = \frac{h_{(i,j),t}}{h_{i,t}h_{j,t}}, \text{ onde}$$

$h_{(i,j),t}$ denota a covariância condicional entre os ativos i e j na data t , a qual possui o mesmo princípio de cálculo da variância condicional, e é obtida pela fórmula:

$$h_{(i,j),t} = \sqrt{\lambda h_{(i,j),t-1} + (1-\lambda)r_{i,t-1}r_{j,t-1}}.$$

Abordagem Híbrida para Calcular Valor em Risco

Neste boxe, é resumido o trabalho de Boudoukh et al., publicado na Resenha BM&F 122/1998, utilizado para se calcular o valor em risco nos cenários de estresse de taxa de juros e câmbio. Essa abordagem, conceituada “modelo híbrido”, consiste em reconhecer os *trade-offs* existentes nos diferentes métodos empregados para cálculo de valor em risco e combinar essas metodologias de modo a otimizar esse *trade-off*, buscando manter as respectivas vantagens.

As metodologias mais utilizadas e difundidas de cálculo de valor em risco consistem na técnica de alisamento exponencial (exemplo clássico é o *RiskMetrics*), que emprega pesos decrescentes a retornos passados, o que permite capturar o comportamento da volatilidade, e a simulação histórica, que evita fazer hipóteses sobre a distribuição dos retornos e utiliza os percentuais empíricos da distribuição histórica dos retornos.

A abordagem híbrida combina essas duas abordagens. A abordagem de simulação histórica usa pesos iguais para calcular a distribuição condicional. A proposta é de se usarem pesos decrescentes a dados passados, e essas ponderações são calculadas de modo semelhante ao do método de alisamento exponencial.

Ao fazer essa combinação, duas propriedades indesejáveis dos métodos tradicionais são deixadas de lado. De um lado, a abordagem do alisamento exponencial assume normalidade multivariada, o que causa problemas em função das caudas pesadas que se encontram na maioria dos ativos financeiros. A abordagem de simulação histórica evita hipóteses sobre a distribuição, mas assume pesos constantes para as observações da amostra. Esta última hipótese é bastante irrealista, uma vez que a informação contida nos retornos sobre a distribuição atual diminui com o tempo.

Dessa forma, a abordagem híbrida consiste em aplicar pesos decrescentes a retornos passados e encontrar o percentual apropriado dessa distribuição empírica ponderada no tempo. Boudoukh et al. testaram o modelo híbrido para a taxa de câmbio de marco alemão por dólar norte-americano, preço *spot* do petróleo do tipo *brent*, índice *Standard & Poors 500* e um índice genérico de *Brady Bonds* (*J.P. Morgan Brady Bond Index*) e concluíram que os resultados empíricos mostram que o modelo híbrido é superior aos outros dois, principalmente, no caso de dados com caudas pesadas, como os das séries de preços do petróleo e de *Brady Bonds*.

Sistema de Pagamentos Brasileiro

3.1 Introdução

Um sistema nacional de pagamentos compreende os arranjos institucionais e de infra-estrutura que são utilizados pelos agentes econômicos em geral para transferir direitos monetários que eles têm contra o banco central ou contra os bancos comerciais²². Tendo em conta que sua solidez é crucial para a estabilidade financeira, para a implementação da política monetária e para a manutenção da confiança do público na moeda, os sistemas nacionais de pagamentos são geralmente vigiados pelos correspondentes bancos centrais, sempre com o objetivo de assegurar seu perfeito funcionamento²³.

No Brasil, o escopo da vigilância do sistema de pagamentos inclui os sistemas interbancários de transferências de fundos, inclusive aqueles em que são processados pagamentos de varejo – de baixo valor –, bem como os sistemas de liquidação de títulos, derivativos, moeda estrangeira e qualquer outro instrumento financeiro. A vigilância do Banco Central do Brasil alcança, também, os meios e os instrumentos de pagamentos, bem como os correspondentes canais de acesso.

Assim, em seu papel de vigilante, o Banco Central do Brasil monitora com especial atenção os sistemas considerados sistemicamente importantes²⁴. No que diz

22/ Definição baseada naquela que é utilizada no relatório *"General Guidance for Payment System Development"*, do BIS/CPSS. Os direitos monetários são representados pelo dinheiro emitido pelo banco central e, principalmente, por depósitos mantidos no banco central (dinheiro de banco central) e nos bancos comerciais (dinheiro de banco comercial).

23/ Dependendo das especificidades de cada país, o escopo da vigilância do banco central pode ter maior ou menor extensão. Em alguns países, por exemplo, a vigilância alcança apenas os sistemas de pagamentos considerados sistemicamente importantes, enquanto em outros ela alcança, também, sistemas de pagamentos que não são sistemicamente importantes ou ainda outros sistemas, tais como os de liquidação de títulos.

24/ Aqueles que, por sua natureza ou pelo valor das operações processadas, podem colocar em risco o Sistema Financeiro Nacional. Conforme determinação legal, cumpre ao Banco Central do Brasil designar os sistemas sistemicamente importantes. Na atualidade, recebem essa designação todos os sistemas que liquidam operações com títulos, derivativos, moeda estrangeira e qualquer outro instrumento financeiro, bem como os sistemas de transferência de fundos cujas operações diárias apresentem operações que, individualmente ou em valor acumulado, superem valores referenciais predeterminados.

respeito aos sistemas de pagamentos de varejo, o foco é a eficiência dos instrumentos de pagamento e dos sistemas em que as correspondentes transferências de fundos são compensadas e liquidadas, considerados também, é claro, os aspectos relacionados à segurança.

No segundo semestre de 2006, os principais arranjos de liquidação do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) funcionaram dentro da normalidade, com satisfatórios níveis de segurança, conforme atestam, inclusive, as análises de *back testing* rotineiramente realizadas. O seguro funcionamento do SPB, sobretudo no que diz respeito ao controle do risco sistêmico, está assentado, principalmente, nos seguintes fatos:

- as transferências de fundos de maior valor são liquidadas continuamente ao longo do dia, em caráter irrevogável e incondicional, por intermédio de dois sistemas que observam em grande extensão as recomendações do BIS/CPSS para sistemas de pagamentos sistemicamente importantes;
- as transações com títulos federais são liquidadas principalmente por intermédio de um sistema que observa o modelo 1 de entrega-contrapagamento; isto é, a liquidação da perna financeira e a liquidação da perna de títulos, mutuamente condicionadas, são efetuadas em tempo real, transação por transação;
- as contrapartes centrais garantem a liquidação de operações realizadas no mercado secundário de títulos públicos e privados, no mercado de derivativos e no mercado interbancário de câmbio;
- os principais sistemas de compensação e de liquidação contam com centro de processamento secundário, no qual as operações podem ser retomadas em no máximo duas horas, em caso de falha no centro de processamento principal.

3.2 Principais desenvolvimentos no segundo semestre de 2006

Dando continuidade ao projeto de modernização dos instrumentos de pagamento²⁵, o Banco Central do Brasil firmou convênio com a Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça e com a Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae) do Ministério da Fazenda, órgãos públicos que atuam na área de defesa da competição, com vistas à realização de estudos sobre a indústria de cartões de pagamento. No âmbito desse convênio, foi lançada pesquisa cujo objetivo é colher informações e dados dos participantes interessados (comerciantes, credenciadores²⁶, emissores e entidades administradoras de cartões), a qual ainda está em curso. Depois de analisados, esses dados e informações definirão as futuras ações do Banco Central do Brasil, da SDE e da Seae no que diz respeito a esse importante segmento do sistema de pagamentos de varejo.

Os seguintes eventos também merecem destaque: (i) as tarifas do Sistema de Transferência de Reservas (STR), que são fixadas com o objetivo de total recuperação de custos, foram reavaliadas em benefício dos participantes (houve redução no valor de tarifas); (ii) a BM&F-Derivativos foi autorizada a instituir novo fundo de liquidação para os contratos de derivativos relacionados com produtos agropecuários, o que lhe possibilitará reduzir a exigência de garantia individual sem aumentar a exposição a riscos; (iii) a BM&F-Ativos foi autorizada a liquidar operações compromissadas que envolvem títulos especificados posteriormente ao momento da negociação; (iv) foi instituído novo instrumento de transferência interbancária de fundos (Transferência Especial de Crédito – TEC), de valor individual máximo de R\$4.999,99 mil, cuja liquidação ocorrerá no mesmo dia da emissão e, diferentemente da Transferência Eletrônica Disponível (TED)²⁷, com compensação multilateral de obrigações; e (v) foi fixado prazo máximo de trinta minutos após a emissão da correspondente ordem pelo cliente para que o banco remetente encaminhe a TED para liquidação interbancária, bem como prazo máximo

25/ No âmbito desse projeto, foi elaborado um amplo relatório sobre o sistema de pagamentos de varejo (Diagnóstico sobre o Sistema de Pagamentos de Varejo no Brasil, Banco Central do Brasil, maio de 2005). O Banco Central do Brasil publicou, também em abril de 2006, a Diretiva 1/2006, relacionada com a indústria de cartões de pagamento.

26/ Entidade que credencia comerciantes para operar no esquema do pertinente cartão de pagamento.

27/ A TED é liquidada, operação por operação, quase em tempo real.

de sessenta minutos, aplicável a todas as transferências interbancárias de fundos, para que o banco destinatário credite os recursos na conta do beneficiário²⁸.

3.3 Desempenho dos sistemas de liquidação

3.3.1 Sistemas de transferência de fundos

3.3.1.1 Sistema de Transferência de Reservas

O STR, que é operado pelo Banco Central do Brasil, liquida transferências interbancárias de fundos de forma bruta e em tempo real (LBTR). A liquidação é feita com base em recursos mantidos nas contas Reservas Bancárias (*central bank money*), em caráter irrevogável e incondicional. O STR é, por assim dizer, o eixo central do SPB e, por isso, seu normal funcionamento é fundamental para a estabilidade financeira. À vista de suas características básicas, no STR os riscos de liquidação são praticamente nulos.

São liquidadas no STR, principalmente: (i) operações com títulos públicos realizadas no âmbito do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), inclusive as de política monetária e as relacionadas com o crédito intradia do Banco Central do Brasil; (ii) a “perna” em moeda nacional das operações interbancárias de câmbio que são liquidadas diretamente entre as partes contratantes²⁹; (iii) transferências interbancárias de fundos relacionadas com outros sistemas de liquidação e de compensação (resultados multilaterais ou, quando é o caso, bilaterais), que processam transferências de fundos, ou operações com títulos, derivativos e moeda estrangeira³⁰; (iv) transferências interbancárias de fundos relacionadas com liquidação bruta realizada via sistemas de títulos operados por entidades do mercado; (v) outras transferências interbancárias de fundos realizadas pelos participantes, em nome próprio ou de clientes – as TEDs; (vi) transferências de fundos relacionadas com o Tesouro Nacional; e (vii) outras operações que envolvem o Banco Central do Brasil.

28/ A fixação dos mencionados prazos máximos objetiva definir responsabilidades do banco remetente e do banco destinatário na execução de uma ordem de transferência de fundos, de forma a resguardar os direitos dos clientes. Na prática, a maioria dos bancos observa prazos inferiores àqueles fixados.

29/ As operações que envolvem dólares dos Estados Unidos podem ser liquidadas, alternativamente, por intermédio da BM&F-Câmbio.

30/ Os resultados dos sistemas considerados sistemicamente importantes são liquidados por intermédio do STR em caráter obrigatório. Se o sistema não for sistemicamente importante, a liquidação por intermédio do STR tem caráter opcional.

O Sistema funcionou em todos os dias úteis do segundo semestre de 2006, sem falhas que mereçam registro. Não houve ocorrência de qualquer situação de travamento de pagamentos (*gridlock*) que retardasse o processo de liquidação.

As tabelas a seguir mostram, de forma detalhada, em valor e em quantidade, a evolução do total das transferências de fundos cursadas no STR, no segundo semestre de 2006. Essas transferências alcançaram o total de R\$46,3 trilhões, com média diária de R\$370 bilhões, o que significa dizer que o sistema girou valor equivalente a um PIB a cada 6,2 dias³¹.

O valor da liquidação bruta de operações com títulos públicos, incluídas as operações de crédito intradia do Banco Central do Brasil, respondeu pela maior parte (87,7%) das transferências de fundos, e apresentou redução de R\$6 trilhões em comparação com o semestre anterior, e de R\$925 bilhões em comparação com o segundo semestre de 2005³².

Em contraste, o valor total das transferências relacionadas com liquidação multilateral de títulos apresentou aumento de R\$222 bilhões em relação ao semestre anterior, e de R\$636 bilhões em relação ao segundo semestre de 2005. Esse crescimento concentrou-se nas transferências relacionadas à BM&F-Ativos, que, em valor, cresceu 38% em comparação com o primeiro semestre de 2006³³. As transferências relacionadas àquela Câmara representaram, em 2006, 38% do total de transferências vinculadas à liquidação multilateral de títulos.

Sob o ponto de vista do mercado de títulos públicos, a mencionada redução do giro de liquidação bruta, com elevação do giro relacionado com liquidação de posições multilaterais, proporciona ganhos de eficiência em termos de economia de liquidez, sem implicar aumento significativo de riscos, já que a liquidação multilateral desses títulos é garantida por uma contraparte central³⁴.

Em quantidade, nota-se expressiva participação (72,5%) das TEDs no total de transferências de fundos liquidadas, embora elas tenham respondido por apenas 4,1%

STR

Transferências de fundos – Valor – Detalhamento

					R\$ bilhões
Discriminação	2006				Acumulado
	1º semestre		2º semestre		
	Valor	% ^{1/}	Valor	% ^{1/}	
Sistemas de Liquidação					
Títulos					
Multilateral	1 619,0	3,1	1 841,5	4,0	3 460,5
Bruta ^{2/}	46 603,1	90,2	40 571,5	87,7	87 174,6
Derivativos					
Multilateral	133,8	0,3	67,0	0,1	200,8
Câmbio					
Multilateral	285,0	0,6	302,9	0,7	587,8
Pagamentos					
Multilateral	826,2	1,6	908,9	2,0	1 735,0
TED por conta					
de clientes	640,6	1,2	685,2	1,5	1 325,8
TED por conta					
de IF	974,0	1,9	1 186,9	2,6	2 160,9
Governo	612,5	1,2	703,1	1,5	1 315,6
Total	51 694,2		46 267,0		97 961,1

Fonte: Bacen

1/ Percentual do total liquidado.

2/ Incluídas as operações de derivativos negociados em balcão organizado e as operações de Redesconto do Banco Central (as de ida e volta do mesmo dia e as operações de um dia útil).

31/ Em 2006, o PIB do Brasil foi de R\$2,3 trilhões.

32/ Ver o item 3.3.2.1, no qual são dadas explicações para a redução informada.

33/ Ver o item 3.3.2.4, no qual são dadas explicações para o crescimento informado.

34/ Exceto no caso da Cetip, na qual a compensação multilateral é utilizada apenas no mercado primário, no qual se configura principalmente o risco do emissor.

STR**Transferências de fundos – Quantidade – Detalhamento**

					Mil
Discriminação	2006				Acumulado
	1º semestre		2º semestre		
	Quantidade	% ^{1/}	Quantidade	% ^{1/}	

Sistemas de Liquidação					
Títulos					
Multilateral	32,0	0,6	31,9	0,6	63,9
Bruta ^{2/}	812,6	15,3	808,2	14,9	1 620,9
Derivativos					
Multilateral	5,7	0,1	5,7	0,1	11,4
Câmbio					
Multilateral	5,6	0,1	5,3	0,1	10,9
Pagamentos					
Multilateral	109,0	2,1	107,1	2,0	216,1
TED por conta					
de clientes	1 715,4	32,3	1 888,7	34,8	3 604,2
TED por conta					
de IF	2 151,4	40,5	2 047,6	37,7	4 199,0
Governo	479,3	9,0	536,6	9,9	1 015,9
Total	5 311,1		5 431,1		10 742,2

Fonte: Bacen

1/ Percentual do total liquidado.

2/ Incluídas as operações de derivativos negociados em balcão organizado e as operações de redesconto do Banco Central (as de ida e volta do mesmo dia e as operações de um dia útil).

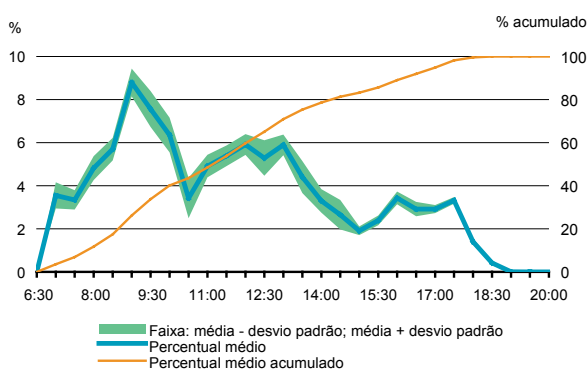
do valor total liquidado. Com efeito, comparativamente a outros tipos de transferências liquidadas no STR, as TEDs apresentam valor unitário relativamente baixo, ainda que, em comparação com o semestre anterior, ele tenha crescido 14% em termos nominais.

A distribuição intradia das transferências de fundos, outro fator relevante de análise, não mudou significativamente. A dispersão dos valores entre diversos dias, representada pela faixa ao redor da média no gráfico, não é grande, o que mostra padrão constante de distribuição dos pagamentos ao longo do dia.

Em valor, 60% das transferências de fundos são processadas até as 12 horas, concentração resultante, principalmente, do fato de as operações compromissadas cursadas no Selic, especialmente no que diz respeito às “operações de volta”, serem liquidadas no início da manhã. Além disso, a demanda pelo redesconto intradia do Banco Central do Brasil, o qual implica a realização de operação compromissada no ambiente do Selic, é maior nesse período.

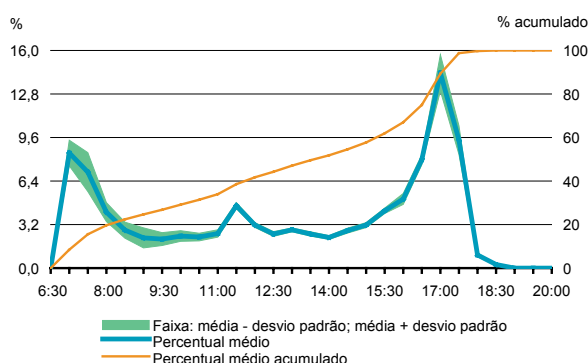
Em quantidade, há dois períodos de concentração, conforme mostra a distribuição intradia – um pela manhã (até as 12 horas) e outro entre 16h30 e 17h30 –, nos quais foram processadas, respectivamente, 42% e 32% das operações diárias. No segundo período, trata-se principalmente de TEDs emitidas por clientes, cujo horário-limite para liquidação é 17h30.

Para realizar suas transferências de fundos ao longo do dia, além do saldo na conta de liquidação (conta Reservas Bancárias), que está relacionado ao recolhimento compulsório sobre recursos à vista, as instituições financeiras contam com outras fontes de liquidez que podem ser livremente movimentada ao longo do dia e prontamente utilizadas. Isso inclui: (i) outros recolhimentos compulsórios em espécie mantidos no Banco Central do Brasil; (ii) recolhimentos compulsórios cumpridos em títulos públicos federais; (iii) crédito intradia do Banco Central do Brasil, concedido na forma de operação compromissada com títulos públicos federais e sem qualquer custo financeiro para o participante titular de conta Reservas Bancárias³⁵. Se ainda assim a instituição participante não tiver liquidez suficiente, suas ordens de transferência de fundos são remetidas para fila de espera.

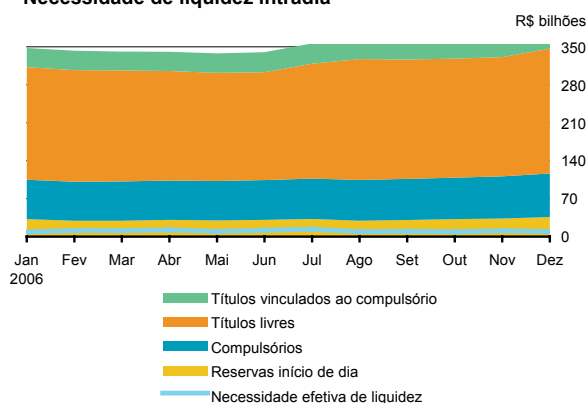
STR**Transferências de fundos – Valor – Distribuição intradia – 2º semestre de 2006**

35/ Nos dois casos, a solicitação do participante é feita eletronicamente, e os fundos são prontamente creditados em sua conta Reservas Bancárias.

STR
Transferências de fundos – Quantidade –
Distribuição intradia – 2º semestre de 2006



Necessidade de liquidez intradia



Fonte: Bacen

Para monitorar a situação de liquidez no âmbito do STR, o Banco Central do Brasil considera os seguintes indicadores:

- a liquidez intradia que corresponde ao saldo da conta Reservas Bancárias, acrescida do saldo de outros recolhimentos compulsórios em espécie que não os relativos aos recursos à vista, e do valor dos títulos públicos federais que podem ser objeto de operações com o próprio Banco Central do Brasil³⁶;
- a necessidade efetiva de liquidez intradia de um participante, que corresponde à diferença entre o saldo final da liquidez intradia e o pior saldo da instituição ao longo do dia³⁷; e
- a necessidade agregada de liquidez do sistema, que é o somatório das necessidades máximas de cada participante³⁸.

No segundo semestre de 2006, a necessidade do sistema manteve-se, em média, em 2,8% da liquidez intradia disponível. Esses indicadores mostram que a liquidez disponível do sistema é suficiente para garantir a realização das operações, não tendo havido qualquer ocorrência de travamento de pagamentos (*gridlock*) no período considerado.

No entanto, a distribuição da liquidez dentro do sistema é assimétrica. No segundo semestre de 2006, 100 das 108 instituições detentoras da conta Reservas Bancárias, que responderam por 96,6% do valor total das transferências de fundos no período, necessitaram de 30% ou menos do estoque total de liquidez ao longo do dia do conglomerado

36/ $LI = RB + RC + TF$,

onde:

LI → Liquidez intradia;

RB → Saldo da conta Reservas Bancárias;

RC → Saldo de outros recolhimentos compulsórios em espécie que não os referidos aos recursos à vista; e

TF → Valor dos títulos públicos federais que podem ser utilizados como colateral em operações com o próprio Banco Central do Brasil.

37/ $NEL_i = LI_i^f - PS_i$,

onde:

NEL_i → Necessidade efetiva de liquidez da instituição “i”;

LI_i^f → Saldo final da liquidez intradia da instituição “i”.

PS_i → Pior saldo da instituição “i” ao longo do dia.

38/ $NELA = \sum_{i=1}^n NEL_i$

onde:

$NELA$ → Necessidade efetiva de liquidez agregada do sistema;

NEL_i → Necessidade efetiva de liquidez da instituição “i”.

STR

Necessidade efetiva de liquidez

Classe	2006			
	1º semestre		2º semestre	
	Nº de IFs	% ^{1/}	Nº de IFs	% ^{1/}
0% a 10%	33	76,5	45	78,1
10% a 20%	45	12,1	41	14,6
20% a 30%	19	4,3	14	3,9
30% a 40%	8	3,6	2	0,2
40% a 50%	1	0,3	1	0,4
50% a 60%	0	0,0	2	0,4
60% a 70%	2	0,0	2	0,6
70% a 80%	2	0,8	0	0,0
80% a 90%	2	0,0	1	1,7
90% a 100%	3	2,5	0	0,0
Total	115	100,0	108	100,0

Fonte: Bacen

1/ Percentual dos pagamentos.

a que pertencem para liquidar suas transferências. Apenas cinco, que responderam por apenas 2,7% do valor total das transferências de fundos, utilizaram mais de 50% de seu estoque de liquidez ao longo do dia.

No final de 2006, o Banco Central do Brasil efetuou a reavaliação³⁹ dos valores das tarifas do STR, de forma a garantir o custeio corrente do sistema, adicionado ao custo de capital e à manutenção da capacidade de re-investimento a cada sete anos. A redução das tarifas concentrou-se nas operações que apresentam maior elasticidade-preço e que têm vínculo mais direto com produto vendido pelo setor bancário ao cliente final.

3.3.1.2 Sistema de Transferência de Fundos

O Sistema de Transferência de Fundos (Sitraf), operado pela Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), é considerado sistemicamente importante e apresenta características dos sistemas de liquidação diferida com compensação de obrigações (LDL) e dos sistemas com LBTR. É, portanto, um sistema híbrido. Se houver saldo suficiente na conta do participante debitado no momento em que a ordem é recebida, a liquidação se dá de forma bruta. Caso contrário, a transferência entra em fila para processamento multilateral, com a utilização de um algoritmo de otimização.

Seus mecanismos de gerenciamento de risco são equivalentes ao de um sistema LBTR, e a liquidação é feita em caráter irrevogável e incondicional ao longo do dia. O sistema concentra sua atuação na liquidação de TEDs emitidas por clientes, geralmente de valores intermediários entre aqueles das transações que são liquidadas por intermédio do Siloc, o outro sistema operado pela CIP, e os das transações que são liquidadas por intermédio do STR. O Sistema funcionou normalmente em todos os dias úteis do segundo semestre de 2006.

No início do dia, os bancos participantes transferem fundos de suas contas Reservas Bancárias para a conta de liquidação da CIP – relacionada com o Sitraf – no Banco Central do Brasil, e constituem, assim, os denominados pré-depósitos. A CIP credita a conta interna do participante

CIP-Sitraf

Giro – Valor – Detalhamento

					R\$ bilhões
Discriminação	2006				Acumulado
	1º semestre		2º semestre		
	Valor	% ^{1/}	Valor	% ^{1/}	
TED por conta de clientes	1 310,5	91,0	1 517,9	89,8	2 828,4
TED por conta de IF	129,7	9,0	171,6	10,2	301,2

Fonte: Bacen

1/ Percentual do giro total.

CIP-Sitraf

Giro – Quantidade – Detalhamento

					Milhões
Discriminação	2006				Acumulado
	1º semestre		2º semestre		
	Quantidade	% ^{1/}	Quantidade	% ^{1/}	
TED por conta					
de clientes	15,8	79,3	17,5	80,6	33,3
TED por conta					
de IF	4,1	20,7	4,2	19,4	8,3

Fonte: Bacen

1/ Percentual do giro total.

39/ Detalhes sobre essa alteração em <<http://www.bcb.gov.br/htms/spb/NotaRevis%E3oTarifasSTR.pdf>>.

em seu sistema, o que possibilita que ele dê curso a seus pagamentos naquele ambiente. A qualquer momento, o participante pode fazer depósitos complementares ao pré-depósito feito no início do dia e, em sentido inverso, pode liberar fundos que estão disponíveis no sistema, retornando-os para a sua conta Reservas Bancárias.

No segundo semestre de 2006, a maior parte das transferências de fundos – 95% em quantidade e 57% em valor – foi liquidada na forma LBTR. Os percentuais observados ficaram estáveis em relação ao semestre anterior. No mesmo período, em termos de média diária, o giro e a quantidade de transferências de fundos atingiram R\$13,5 bilhões e 174 mil, respectivamente. O giro acumulado em 2006 foi de R\$3,1 trilhões. Em 2006, o volume de TEDs liquidadas por intermédio do Sitraf corresponde a cerca de cinco vezes e meia o volume de TEDs liquidadas no STR, mas essa relação, em valor, é de apenas 0,9.

3.3.1.3 Sistema de Liquidação Diferida das Transferências Interbancárias de Ordens de Crédito

O Sistema de Liquidação Diferida das Transferências Interbancárias de Ordens de Crédito (Siloc) é um sistema considerado não-sistemicamente importante, por intermédio do qual são liquidadas transferências de crédito relacionadas aos Bloquetos de Cobrança de valor individual inferior a R\$5 mil⁴⁰ e aos Documentos de Crédito (DOCs)^{41 42}. A liquidação interbancária é feita com compensação multilateral, em D+1. Se houver inadimplência, o participante é excluído da sessão de liquidação, e os resultados multilaterais são recalculados. O Sistema funcionou normalmente em todos os dias úteis do segundo semestre de 2006.

O giro financeiro médio diário liquidado no Siloc, no segundo semestre de 2006, foi de R\$2,6 bilhões. Comparativamente com o semestre anterior, em termos de média diária, o giro e a quantidade de transações permaneceram estáveis.

CIP-Siloc

Giro – Quantidade – Detalhamento

					Milhões
Discriminação	2006				Acumulado
	1º semestre		2º semestre		
	Quantidade	% ^{1/}	Quantidade	% ^{1/}	
DOC	59,8	10,1	67,2	10,5	127,0
Bloqueto					
de cobrança	534,5	89,9	576,1	89,5	1 110,5

Fonte: Bacen

1/ Percentual do giro total.

CIP-Siloc

Giro – Valor – Detalhamento

						R\$ bilhões
Discriminação	2006				Acumulado	
	1º semestre		2º semestre			
	Valor	% ^{1/}	Valor	% ^{1/}		
DOC	58,7	19,7	66,4	20,3	125,1	
Bloqueto						
de cobrança	239,2	80,3	260,9	79,7	500,1	

Fonte: Bacen

1/ Percentual do giro total.

40/ A liquidação dos bloquetos de cobrança de valor unitário igual ou superior a R\$5 mil é feita bilateralmente, pelo valor agregado, por intermédio do STR.

A liquidação desses pagamentos encontra-se nos quadros de transferências no STR, no item “Transferências por conta de IF”.

41/ O DOC tem valor máximo de R\$4.999,00.

42/ O Siloc liquidará, também, a recém-criada Transferência Especial de Crédito (TEC).

Giro na Compe – Quantidade e valor

Discriminação	2006		R\$ bilhões
	1º semestre	2º semestre	Acumulado
Quantidade ^{1/}	0,9	0,9	1,8
Valor	535,5	536,7	1 072,2

Fonte: Bacen

1/ Em bilhões.

3.3.1.4 Centralizadora da Compensação de Cheques e Outros Papéis

A Centralizadora da Compensação de Cheques e Outros Papéis (Compe), considerada não-sistemicamente importante, processa a liquidação interbancária de cheques de valores unitários inferiores a R\$250 mil⁴³. A liquidação, em D+1, é feita pelo valor líquido multilateral. No caso de inadimplência, o participante é excluído da sessão de liquidação, com recálculo das posições líquidas multilaterais. O Sistema funcionou normalmente em todos os dias úteis do período sob acompanhamento.

No segundo semestre de 2006, a Compe liquidou montante financeiro médio diário de R\$4,3 bilhões. Em 2006, o giro total foi de R\$1,1 trilhão, o que correspondeu a pouco mais de 1% do valor total das transferências de fundos cursadas no STR no mesmo período. O valor médio de cada cheque foi de R\$586,10. Em termos reais, esses números não apresentam variação significativa em relação ao semestre anterior.

3.3.2 Sistemas de compensação e de liquidação de títulos e valores mobiliários, derivativos e câmbio interbancário

Nesta seção, serão mostradas as estatísticas de valor, de quantidade e de poder de compensação nos sistemas de compensação e de liquidação de títulos e valores mobiliários, derivativos e câmbio no segundo semestre de 2006. Além disso, são reportados os resultados de *back testing* dos sistemas que contam com contraparte central (CPC)⁴⁴.

No Brasil, todas as câmaras que liquidam títulos e valores mobiliários adotam o mecanismo de entrega contra pagamento (ou pagamento contra pagamento) como forma de mitigar o risco de principal. Isso, entretanto, não é suficiente em mercados muito voláteis e em situações de estresse, quando o risco de reposição ganha maior importância. A magnitude desse risco depende, além do preço inicial

43/ A liquidação de cheques de valor individual igual ou superior a R\$250 mil é feita bilateralmente, pelo valor agregado, por intermédio do STR. A liquidação desses pagamentos encontra-se nos quadros de transferências no STR, no item “Transferências por conta de IF”.

44/ A CPC assume os diversos tipos de riscos inerentes às operações, com destaque, entre outros, para o risco de crédito, que pode ser dividido em risco de principal e risco de reposição, e para o risco de liquidez. Os sistemas operados pelas CPCs contam com mecanismos e salvaguardas que lhes permitem assegurar a certeza da liquidação das operações aceitas para fins de liquidação.

do ativo, da volatilidade dos preços dos contratos e do tempo e do tamanho das exposições dos participantes. Para mitigar o risco de reposição, as CPCs possuem ferramentas que gerenciam e controlam sua exposição em relação aos participantes, solicitando garantias para a cobertura de tal exposição. Em geral, as câmaras constituem salvaguardas adicionais (como fundos mutualizados) capazes de cobrir eventuais exposições não cobertas pelo montante das garantias individuais.

O *back testing* avalia se os seus mecanismos de gerenciamento de risco da CPC, que, conforme mencionado, implicam exigência de garantias aos participantes e implementação de salvaguardas adicionais principalmente na forma de fundos de liquidação, estão adequados para a cobertura de sua exposição aos riscos de liquidação – vale dizer, os riscos de crédito (risco de principal e risco de reposição) e de liquidez.

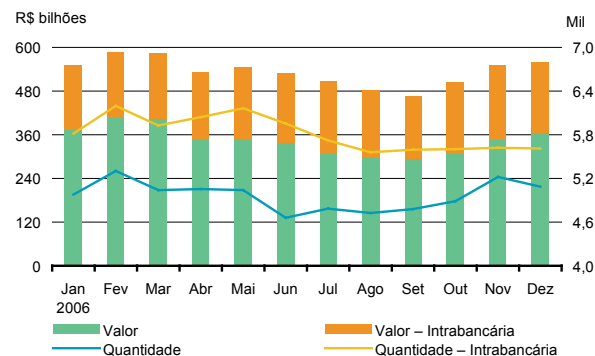
Na pertinente análise, são considerados dois indicadores: o Risco Financeiro (RF) e o Risco Financeiro Líquido (RFL). O RF mensura, para cada dia e com base nas variações reais dos preços dos ativos, o risco de reposição de cada um dos participantes da câmara. O RFL, por sua vez, corresponde ao valor do RF calculado para o participante, deduzido do valor das garantias por ele constituídas. Dessa forma, o RFL representa a parcela de exposição ao risco que não é coberta pelas garantias individuais do participante. Para cada dia, são considerados os dois participantes em relação aos quais a exposição da câmara, em termos de riscos, é mais crítica, isto é, os dois participantes que apresentarem maior valor de RFL.

A qualidade dos ativos entregues em garantia também é objeto de análise. Conforme regulamentação em vigor, as garantias aceitas pela CPC devem abranger apenas ativos com alta liquidez, baixo risco de mercado e baixo risco de crédito. Por isso, a maior parte das garantias aceitas é composta por títulos públicos federais.

3.3.2.1 Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

O Selic, operado pelo Banco Central do Brasil, é um sistema de liquidação de títulos públicos federais que funciona, também, como depositário central. Além de operações típicas do mercado secundário, definitivas ou compromissadas, o sistema liquida as colocações primárias, as operações de política monetária e as operações de redesconto do Banco Central do Brasil.

Selic – Operações Média diária



Fontes: Bacen e Selic

O sistema tem, pois, importância sistêmica e, para minimizar os riscos de liquidação, é observado o modelo 1 de entrega contra pagamento. Dessa forma, a liquidação da perna financeira e a liquidação da perna de títulos, mutuamente condicionadas, são feitas em tempo real, transação por transação. Quando a operação envolve diferentes bancos liquidantes, a liquidação financeira é feita, por intermédio do STR, nas contas Reservas Bancárias (*central bank money*). O Sistema funcionou normalmente em todos os dias úteis do segundo semestre de 2006, sem qualquer falha digna de nota.

Considerando as operações compromissadas e definitivas, das quais não participam o Banco Central do Brasil e o Tesouro Nacional, o Selic liquidou, em média, 10,5 mil operações por dia, no valor global de cerca de R\$512 bilhões, sendo que 53% da quantidade e 37% do valor correspondem a operações intrabancárias, isto é, sem liquidação financeira na conta Reservas Bancárias.

No período, a média diária do volume de operações realizadas no Selic caiu 7,2%, influenciada principalmente pela menor demanda por redesconto intradia do Banco Central do Brasil, cujo volume financeiro foi reduzido em 21%. Essa menor demanda pelo crédito intradia reflete a diminuição da necessidade de liquidez.

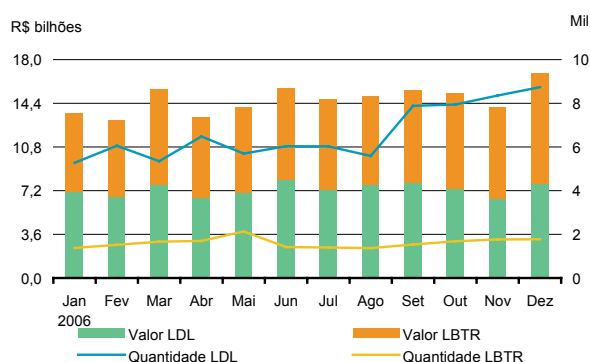
Algumas operações de crédito intradia estão associadas a resgate de operações compromissadas com títulos em posse de bancos que financiam parte de sua carteira no mercado. Dessa forma, faz-se necessário que a instituição venda os títulos por meio de operações compromissadas no final do dia e resgate-os no dia seguinte, vinculando esse resgate a uma operação de crédito intradia com o Banco Central. A redução da demanda por crédito intradia no segundo semestre de 2006 deveu-se, sobretudo, ao menor montante da carteira de títulos públicos financiada por terceiros no mercado.

Comparativamente ao primeiro semestre de 2006, o volume de operações compromissadas apresentou redução da ordem de 3%, possivelmente devido à migração de parte delas para o ambiente da BM&F-Ativos.

3.3.2.2 Câmara de Custódia e de Liquidação

A Câmara de Custódia e de Liquidação (Cetip) liquida principalmente operações com títulos privados, e

Cetip
Giro – Média diária



Fontes: Cetip e Bacen

atua, também, como depositária central. A entidade não atua como contraparte central. Dependendo do tipo de operação, a liquidação é em D ou D+1. Como não existe garantia de liquidação no ambiente da Cetip, e tendo em conta as disposições legais e regulamentares atinentes⁴⁵, a compensação multilateral é utilizada apenas no mercado primário, no qual se configura principalmente o risco do emissor. As operações com títulos, realizadas no mercado secundário, são liquidadas na forma LBTR, enquanto a compensação bilateral é utilizada nas operações com derivativos. No segundo semestre de 2006, o Sistema funcionou normalmente em todos os dias úteis.

No período analisado, as operações liquidadas de modo multilateral (operações do mercado primário) apresentaram valor médio total diário de R\$7,4 bilhões. O poder de compensação médio foi de 46%, o que representou economia de liquidez média diária de cerca de R\$3,4 bilhões. A média diária de operações liquidadas na modalidade bruta ou bilateral foi de R\$7,8 bilhões, para 1,6 mil operações.

3.3.2.3 Companhia Brasileira de Liquidação e de Custódia

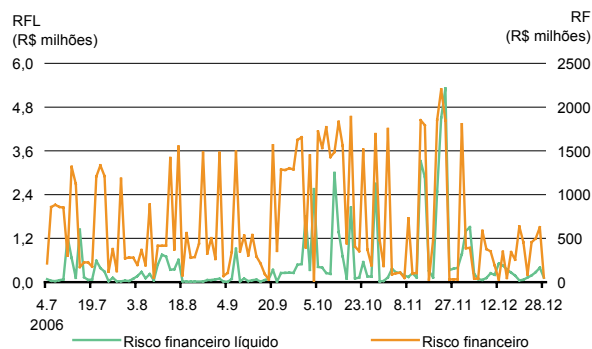
A Companhia Brasileira de Liquidação e de Custódia (CBLC) opera sistema de liquidação, de títulos privados, principalmente ações, e de alguns contratos de derivativos considerado sistemicamente importante. Normalmente, a liquidação é feita por valor líquido e em tempo diferido (LDL). Em algumas situações, como no caso de oferta primária de ações, de pagamento de juros e dividendos e de oferta pública de recompra de ações, a liquidação é LBTR. A entidade atua, também, como depositária central do mercado de ações. A liquidação das operações do mercado à vista é feita em D+3, enquanto as obrigações relacionadas ao mercado de opções são liquidadas em D+1.

Para gerenciar e conter os riscos de liquidação, a CBLC, que atua como contraparte central, observa o princípio da entrega contra pagamento e exige garantias das contrapartes originais de cada operação. Os mecanismos de proteção da entidade são complementados por programa de empréstimo de títulos e por fundos de liquidação.

No segundo semestre de 2006, o Sistema operou normalmente em todos os dias úteis. Pela análise de

45/ A garantia de liquidação é obrigatória nos sistemas considerados sistemicamente importantes, exceto no que diz respeito ao risco do emissor.

CBLC Risco financeiro líquido



Fontes: CBLC e Bacen

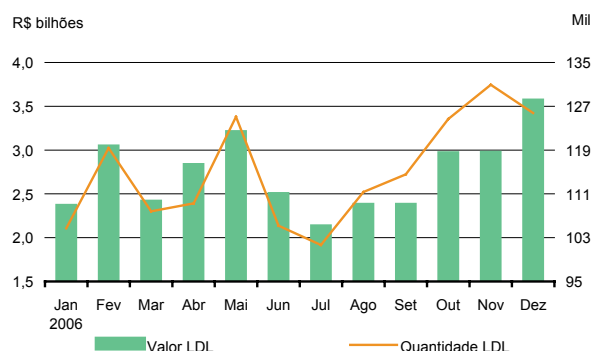
CBLC Garantias por tipo de ativo^{1/}

Discriminação	2006						%
	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Ações	48,3	51,9	49,3	46,1	51,6	52,2	
Título público	41,9	40,0	43,1	46,7	40,5	39,5	
Título internacional	3,0	3,6	3,3	3,1	3,0	2,9	
CFI	1,5	1,7	1,8	1,4	1,5	1,4	
CDB	2,0	2,1	2,0	2,0	2,3	2,6	
Dinheiro	2,9	0,3	0,3	0,4	0,6	0,8	
Outros	0,4	0,4	0,3	0,4	0,6	0,6	

Fontes: CBLC e Bacen

1/ Consideram-se apenas garantias vinculadas.

CBLC Giro – Média diária



Fontes: CBLC e Bacen

back testing, o maior valor de RF encontrado para os dois participantes com maiores posições devedoras em um dia foi de R\$2,2 bilhões. Considerando o valor das garantias individuais, o valor de RFL chegou ao máximo de R\$5,3 milhões, o que corresponde a 2,1% das salvaguardas adicionais disponíveis (R\$247 milhões disponíveis em fundos de liquidação, em média, no segundo semestre). As garantias depositadas na câmara são compostas majoritariamente por ações e títulos públicos, representando, respectivamente, 50% e 42% do total.

No mesmo período, em média, foram liquidadas diariamente no modo multilateral 118 mil transações e R\$2,7 bilhões. Houve redução da participação do modo multilateral no valor total de operações liquidadas, que, comparativamente ao semestre anterior, passou de 72% para 62%. O poder de compensação médio no período foi de 90%, o que representa economia de liquidez diária de R\$2,4 bilhões.

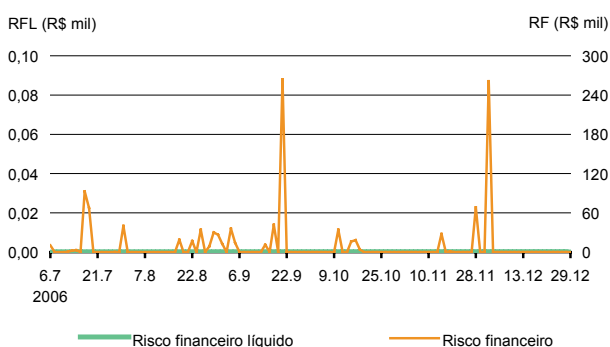
O crescimento relativo da participação das operações liquidadas de forma bruta no total liquidado na CBLC deveu-se, sobretudo, ao maior número de emissões primárias no segundo semestre de 2006. Com a contínua valorização das ações negociadas em bolsa, o aumento do volume negociado e a perspectiva de crescimento econômico, houve maior número de ofertas primárias de ações, as quais, conforme já observado, são liquidadas de forma bruta. Além disso, houve maior distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio devido aos melhores resultados.

3.3.2.4 Câmara de Ativos da BM&F

O sistema da Câmara de Ativos da BM&F (BM&F-Ativos), considerado sistemicamente importante, liquida operações com títulos públicos federais, definitivas ou compromissadas, realizadas no mercado secundário. A liquidação, com compensação multilateral de obrigações, geralmente ocorre em D+1. Para mitigar os riscos de liquidação, a BM&F, que atua como contraparte central, exige garantias dos participantes e conta com fundo de liquidação, além de programa de empréstimo de títulos.

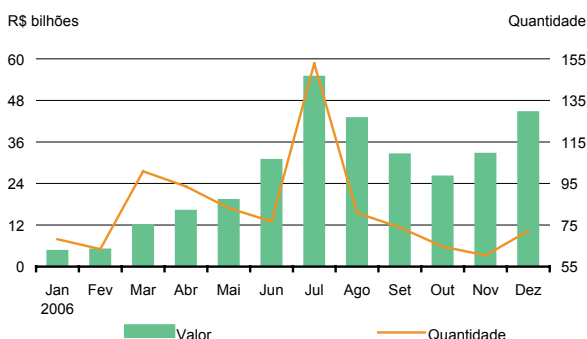
O Sistema funcionou normalmente em todos os dias úteis do segundo semestre de 2006. Pelo *back testing*, o maior valor de RF encontrado para os dois participantes críticos de cada dia foi de R\$264 milhões, enquanto o valor de RFL foi nulo em todos os dias do período analisado. A BM&F-Ativos dispunha de R\$40 milhões em salvaguardas adicionais

BM&F – Ativos
Risco financeiro e risco financeiro líquido



Fontes: BM&F Ativos e Bacen

BM&F – Ativos
Giro – Média diária



Fontes: BM&F Ativos e Bacen

(fundo garantidor) para a cobertura de eventuais exposições de crédito residuais. A totalidade das garantias depositadas pelos participantes é composta por títulos públicos.

No período, o valor médio diário liquidado foi de R\$38,5 bilhões, correspondente a 84 operações diárias. O aumento no giro diário no período pode ser atribuído ao crescimento de negociação das operações compromissadas. Aquelas operações em que os títulos são especificados no momento da negociação, que representaram 93% do volume negociado, experimentaram aumento de 179% em relação ao semestre anterior, o qual está em parte relacionado com a redução, no mesmo período, no volume de operações do mesmo tipo liquidadas por intermédio do Selic. Adicionalmente, as operações compromissadas genéricas, tratadas a seguir, foram responsáveis pelo crescimento de 1,7% do volume de negociação.

O poder de compensação foi, em média, de 92%, o que proporcionou economia diária de liquidez de cerca de R\$36 bilhões.

Em agosto de 2006, o Banco Central do Brasil autorizou a BM&F-Ativos a compensar e liquidar operações compromissadas nas quais a especificação dos títulos ocorre em momento posterior ao da negociação (operações compromissadas genéricas). Nessas operações, são admitidos apenas títulos que fazem parte da “lista de títulos genéricos”, previamente definida pela BM&F em conjunto com o mercado. De forma semelhante às operações compromissadas tradicionais, nas quais os títulos são especificados no momento da negociação, as novas operações são utilizadas em operações de financiamento, em que o foco da negociação é a taxa de juros, e não o título entregue como objeto de operação compromissada.

Esse tipo de operação traz duas vantagens em relação às operações tradicionais. A primeira é a possibilidade de os participantes especificarem o colateral após o fechamento do período de negociação. O montante exigido tem por base o saldo líquido ao final do dia, por prazo de vencimento. Diferentemente disso, nas operações compromissadas tradicionais, o lastro deve ser especificado para cada operação e no momento em que ela é ofertada no ambiente de negociação. A segunda vantagem refere-se à diferença na metodologia de cobrança de margem de garantia. Nas operações compromissadas tradicionais, os participantes devem depositar garantias para cobertura do risco do título utilizado como colateral. Nesse tipo de operação compromissada, até o momento da especificação

do colateral, é permitido que os participantes façam depósito de garantias somente para cobertura do risco de variação intradia da taxa de financiamento. Essa possibilidade facilita, principalmente, a realização de operações em situações nas quais o participante termina o dia com posição líquida nula (nem financiado, nem financiador), mas necessita abrir grandes posições financiadas ou financiadoras ao longo do dia.

Em dezembro, as operações compromissadas genéricas tiveram média diária de R\$816 milhões, o que representou 3,8% do movimento da Câmara.

3.3.2.5 Câmara de Derivativos da BM&F

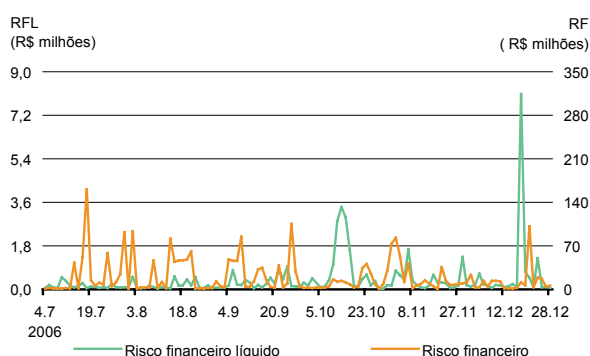
O sistema da Câmara de Derivativos da BM&F (BM&F-Derivativos), considerado sistemicamente importante, liquida contratos derivativos, principalmente de taxas de juros, de taxas de câmbio e de índices de inflação, sendo que os contratos de taxas de juros respondem pela maior parcela do valor nocional total. A liquidação é geralmente feita em D+1, com compensação multilateral de obrigações. Para gerenciar e conter os riscos de liquidação, a BM&F, que atua como contraparte central, faz chamadas de margem e mantém fundo de liquidação.

No período analisado, o Sistema funcionou normalmente em todos os dias úteis. Na análise de *back testing*, o maior valor de RF encontrado num dia para a soma dos dois participantes com maiores posições devedoras foi de R\$161 milhões. Considerando as garantias depositadas pelos participantes críticos, o maior valor de RFL encontrado foi de R\$8 milhões, ou 6,2% do valor disponível em salvaguardas adicionais (R\$132 milhões disponíveis em fundo de liquidação).

Os títulos públicos federais, de alta liquidez no mercado secundário, continuam sendo o principal ativo utilizado como garantia, cerca de 85% do total, e refletem a alta liquidez requerida para constituição de colateral, de modo que a Câmara possa honrar, tempestivamente, eventuais falhas de liquidação, importante elemento para a estabilidade financeira.

No período, o valor nocional médio diário de operações foi de R\$98 bilhões, atingindo a maior média diária em novembro de 2006 (R\$115,4 bilhões). O valor bruto médio diário, que representa a soma de todos os

BM&F – Derivativos
Risco financeiro e risco financeiro líquido



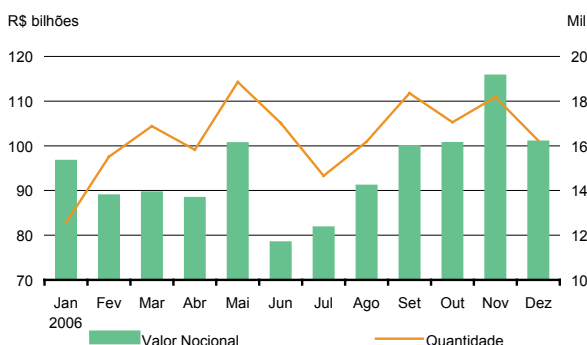
Fontes: BM&F Derivativos e Bacen

BM&F – Derivativos
Garantias por tipo de ativo

Discriminação	2006						%
	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Tit. Púb. Federais	83,5	86,1	86,0	84,9	85,4	86,7	
Cartas Fiança	9,3	6,6	6,9	8,2	7,0	5,9	
CDB	2,4	2,9	2,8	2,6	3,0	2,5	
Ações	3,8	3,4	3,4	3,5	3,7	3,9	
Ouro	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,4	
Dinheiro	0,5	0,4	0,4	0,3	0,4	0,5	
Outros	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	

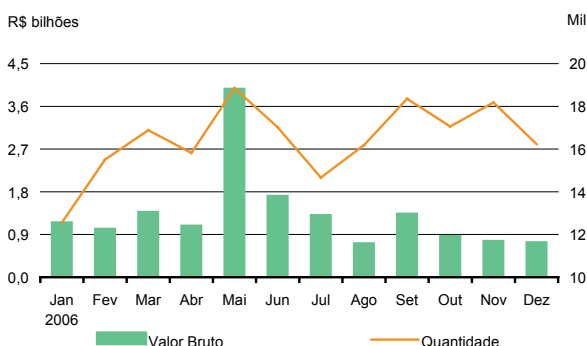
Fontes: BM&F Derivativos e Bacen

BM&F – Derivativos
Giro – Valor nocional – Média diária



Fontes: BM&F Derivativos e Bacen

BM&F – Derivativos
Giro – Valor bruto – Média diária



Fontes: BM&F Derivativos e Bacen

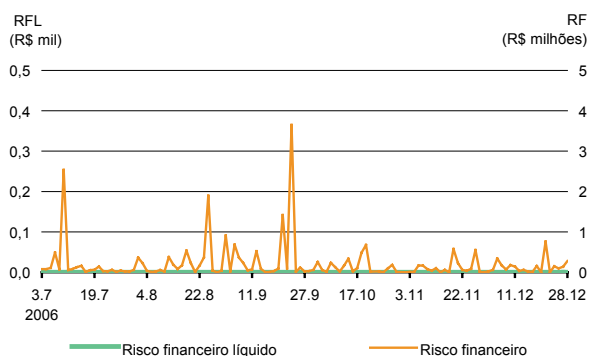
valores oriundos das negociações, como ajustes diários e periódicos de contratos de derivativos, situou-se em R\$927 milhões, cerca de 45% inferior ao valor observado no semestre anterior. Essa queda reflete ambiente econômico mais calmo, no que diz respeito a variáveis-chave para os contratos de derivativos, como juros, dólar e índices de inflação, que dominou o segundo semestre de 2006. A quantidade média de operações diárias permaneceu relativamente estável ao longo do ano passado. O poder de compensação médio foi de 71%, o que representou economia de liquidez média diária de R\$658 milhões.

Em setembro de 2006, o Banco Central do Brasil autorizou a BM&F-Derivativos a instituir o Fundo de Operações do Mercado Agropecuário (Foma), com aporte inicial de R\$50 milhões, para garantir situações de inadimplência que envolvam exclusivamente contratos derivativos agropecuários. Com a implantação desse fundo de liquidação, a BM&F-Derivativos pretende redimensionar o equilíbrio entre garantias individuais (*defaulters pay*) e salvaguardas adicionais (*survivors pay*) na cobertura dos riscos de liquidação dos contratos derivativos relacionados com o mercado agropecuário. Esse fundo possibilitará a redução das margens de garantias individuais atualmente exigidas sobre esses contratos, sem prejuízo da manutenção do atual grau de proteção da Câmara.

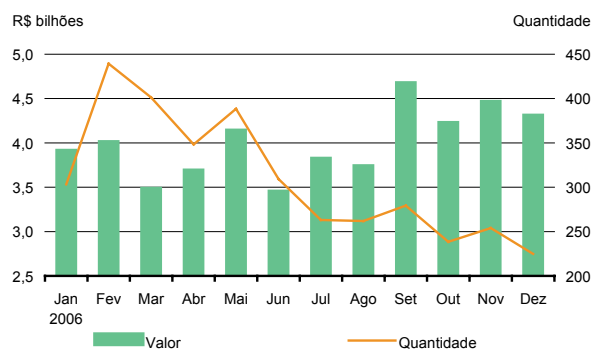
A principal motivação para a redução das margens de garantia, contrabalanceada pela instituição do fundo de liquidação, dá-se em virtude da forte concorrência que a BM&F-Derivativos vem sofrendo de outras bolsas mundiais. Essa concorrência deve-se à similaridade dos contratos derivativos agropecuários em todas as bolsas e à facilidade de acesso dos participantes aos mercados de *commodities* mundiais. Adicionalmente, em estudos comparativos, a Câmara verificou que a margem de garantia cobrada de seus contratos agropecuários é, em geral, substancialmente maior do que os valores cobrados nas principais câmaras internacionais.

Assim, com essa redução, a Câmara visa ganhar maior competitividade internacional, por meio de ganhos de eficiência e economia de liquidez, sem comprometer sua cobertura total de riscos. Ao mesmo tempo, pretende promover maior liquidez no mercado nacional de contratos derivativos agropecuários.

BM&F – Câmbio Risco financeiro líquido



BM&F – Câmbio Giro – Média diária



3.3.2.6 Câmara de Câmbio da BM&F

O sistema da Câmara de Câmbio da BM&F (BM&F-Câmbio), considerado sistemicamente importante, liquida operações interbancárias de câmbio. A BM&F, que atua como contraparte central, implementa o princípio de pagamento contra pagamento para contenção do risco de principal. Além disso, a entidade exige garantia dos participantes, de forma a se proteger de possíveis variações na taxa de câmbio até a data de liquidação do contrato. A liquidação é feita com compensação multilateral de obrigações, geralmente em D+2.

No segundo semestre de 2006, o Sistema funcionou normalmente em todos os dias úteis. Na análise de *back testing*, o maior valor de RF para os dois participantes com maiores posições devedoras em um dia específico foi de R\$3,7 milhões, enquanto o valor de RFL foi nulo em todos os dias do período, o que significa que as garantias individuais dos participantes críticos teriam sido suficientes para a cobertura do risco de suas operações em caso de inadimplência. A BM&F-Câmbio possui salvaguardas adicionais na forma de um fundo de liquidação não-mutualizado, isto é, constituído por recursos dos próprios participantes que só poderão ser utilizados para cobertura de sua própria inadimplência.

No período, o Sistema liquidou cerca de 86% do montante financeiro das operações interbancárias de câmbio⁴⁶. O valor médio diário das transações alcançou R\$4,2 bilhões, com média de 254 operações por dia. O poder de compensação foi de 70%, o que proporcionou economia de liquidez média diária de R\$3 bilhões.

3.4 A indústria de cartões de pagamento

No âmbito do projeto de modernização do sistema de pagamentos de varejo, o Banco Central do Brasil, a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça firmaram, em julho de 2006, convênio de cooperação técnica para a realização de estudos e análises da indústria de cartões de pagamento, no que se refere à atual estrutura do mercado e à estrutura de preços e tarifas. Com isso, pretendem-se

46/ Os contratos de câmbio podem ser liquidados diretamente entre as partes, fora, portanto, do ambiente da BM&F. Nessa situação, a liquidação da perna da moeda nacional é feita por intermédio do STR.

identificar eventuais práticas anticompetitivas e outras falhas de mercado, para que sejam adotadas, se esse for o caso, ações que venham a corrigi-las.

Os instrumentos de pagamento eletrônicos contribuem significativamente para a eficiência dos sistemas nacionais de pagamentos, podendo, em última análise, gerar ganhos em termos de bem-estar social. Segundo Humphrey *et al.*⁴⁷, um país pode economizar anualmente até 1% do seu PIB se trocar um sistema baseado exclusivamente em papel por um sistema baseado exclusivamente em instrumentos eletrônicos. No caso do Brasil⁴⁸, conclui-se que haveria ganho social anual de 0,7% do PIB, caso houvesse migração total dos instrumentos de pagamento em papel para os instrumentos eletrônicos.

Nos últimos anos, tal como em muitos outros países, o uso de cartões de pagamento apresentou crescimento significativo no Brasil⁴⁹, ao passo que tem havido redução no uso do cheque. A migração de pagamentos baseados em papel (dinheiro em espécie e cheque) para pagamentos eletrônicos (principalmente transferências de crédito e cartões de débito e de crédito) se traduz em economia e segurança para os agentes envolvidos, com decorrente ganho de bem-estar para os usuários finais.

A indústria de cartões de pagamento caracteriza-se pela presença de economias de escala e externalidades positivas de rede. No Brasil, especificamente, o mercado é fortemente verticalizado, com grande parte dos serviços da cadeia produtiva sendo oferecida por poucos provedores, com baixo nível de cooperação no que diz respeito à infraestrutura, o que pode fazer com que haja existência de barreiras à entrada de novos competidores. Cada esquema de cartão de pagamento conta com um credenciador (*acquirer*) exclusivo, que, embora seja uma entidade não-bancária, é de propriedade dos bancos. Essa estrutura de mercado, bem como a atual estrutura de tarifas cobradas das diversas partes envolvidas, tem sido objeto de questionamentos, sobretudo à vista de que, conforme demonstram situações observadas em outros países, existem arranjos que podem oferecer resultados melhores em termos de eficiência e de bem-estar social. Disso advém o interesse do Banco Central do Brasil,

47/ HUMPHREY, David; BERGENDAHL, Göran; LINDBLOM, Ted; WILLESSON, Magnus. What does it cost to make a payment? **Review of Network Economics**, p. 159-174, jun. 2003.

48/ Banco Central do Brasil. **Custo e eficiência na utilização de instrumentos de pagamento de varejo**. BCB, Brasília, julho de 2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/novaPaginaSPB/Nota%20Técnica%20-%20Custo%20Eficiencia.pdf>>.

49/ No período de 2001 a 2005, as transações com cartões de crédito, por exemplo, cresceram cerca de 127,7% em quantidade, o que totalizou, em 2005, o valor global de cerca de R\$136,7 bilhões. Tendência semelhante se observa para os cartões de débito e de lojas.

bem como das autoridades responsáveis pela defesa da concorrência, nesse segmento da indústria de pagamentos.

Assim, como parte dos esforços em busca de maior eficiência do sistema de pagamentos de varejo, o Banco Central do Brasil tem desenvolvido um conjunto de ações com vistas a conhecer, com maior profundidade, a indústria de cartões de pagamento e a incentivar a sua modernização. Espera-se que o bem-estar social aumente com a maior utilização relativa de instrumentos eletrônicos, bem como com o uso do potencial da cooperação no que diz respeito às redes de canais de acesso e aos sistemas que compensam e liquidam as obrigações relacionadas. Por outro lado, questões de concorrência no mercado também estão sendo analisadas.

Com a publicação da Diretiva 1/2006, o Banco Central do Brasil iniciou o acompanhamento mais próximo do mercado de cartões de pagamento. Por intermédio dela, o Banco Central do Brasil divulgou sua opinião inicial sobre essa indústria, numa continuação natural das conclusões extraídas do "Diagnóstico do Sistema de Pagamentos de Varejo no Brasil". Publicado em 2005, esse relatório analisou os diversos instrumentos de pagamento de varejo utilizados no País e a correspondente infra-estrutura de compensação e liquidação, concluindo que deve haver maior incentivo para a substituição dos instrumentos baseados em papel por instrumentos eletrônicos, bem como para a interoperabilidade dos canais de distribuição dos serviços de pagamento. Adicionalmente, concluiu-se que o baixo nível de cooperação existente entre instituições financeiras, entre prestadores de serviços de pagamento e entre entidades operadoras de sistemas de compensação e de liquidação é um fator que restringe a eficiência do sistema de pagamentos de varejo no Brasil.

Ambas as publicações salientam a importância da indústria de cartões de pagamento, bem como a necessidade de que seu funcionamento seja conhecido com mais detalhes. Dessa forma, o Banco Central do Brasil está realizando pesquisa⁵⁰, iniciada no 2º semestre de 2006, com o intuito de coletar dados e informações junto aos principais participantes do mercado. Nos estudos relacionados, será considerado o fato de que a indústria de cartões de pagamento funciona basicamente como um mercado de dois lados, tendo como clientes finais os comerciantes e os portadores de cartão

50/ A pesquisa atualmente em curso refere-se à coleta de dados junto aos bancos emissores, aos credenciadores, aos comerciantes e às sociedades de cartão de pagamento, e é realizada por meio do site oficial do Banco Central do Brasil.

de pagamento. A forma como os preços são distribuídos entre os dois lados do mercado serve como incentivo para o crescimento equilibrado da indústria. A existência de externalidades de rede faz com que cada lado seja afetado positivamente pelo aumento da quantidade de participantes do lado oposto⁵¹.

Devido a esse desenho, a análise de concorrência não pode se basear meramente na análise individual dos preços observados em cada uma das pontas finais do mercado. Os preços nesses mercados podem ser inferiores ao custo marginal, ou até mesmo negativos. Além disso, a existência de altos custos fixos pode justificar um mercado mais concentrado.

Os modelos teóricos que abordam o mercado de cartões como um mercado de dois lados, para serem aplicados em situações práticas, precisam se submeter a profundas adaptações. Dessa forma, como o mercado de cartões de pagamento não segue a análise de um mercado concorrencial padrão, é essencial o conhecimento profundo das peculiaridades do mercado local, de forma que, na busca pelo maior bem-estar social, sejam evitados efeitos colaterais que possam advir de medidas precipitadas⁵².

3.5 Conclusão

O Banco Central do Brasil vem zelando pela segurança e pela eficiência do SPB, exercendo vigilância e avaliando os sistemas sistemicamente importantes segundo critérios internacionalmente estabelecidos e aceitos. O aperfeiçoamento das metodologias para a mensuração da segurança e da eficiência dos sistemas é preocupação contínua. Os resultados demonstram que os mecanismos utilizados para gerenciar e conter os diversos riscos estão adequados, o que contribui para a manutenção da estabilidade do sistema financeiro.

Em termos de infra-estrutura de pagamentos, os sistemas de transferência de grandes valores têm se mostrado seguros, enquanto os sistemas de pagamentos de varejo têm sido monitorados principalmente com o objetivo

51/ ROCHET, Jean-Charles e TIROLE, Jean. **Two-sided markets: an overview**, mimeo, IDEI University of Toulouse, 2004.

52/ HAYASHI, Fumiko e WEINER, Stuart. Interchange fees in Austrália, the UK, and the United States: matching theory and practice. **Economic Review**, Federal Reserve Bank of Kansas City, p. 75-112, third quarter 2006. Segundo os autores, modelos teóricos têm aplicabilidade e poder preditivo limitados, o que sugere que fatores idiossincráticos de cada país são muito importantes.

de promover a sua maior eficiência e, em decorrência, o aumento dos ganhos de bem-estar social.

A criação de novos instrumentos de pagamentos – por exemplo, a TEC – com vistas a atender às demandas do mercado, e a revisão das tarifas cobradas no STR também visam fomentar a eficiência do sistema nacional de pagamentos. Com o objetivado maior conhecimento da indústria de cartões de pagamento, o Banco Central do Brasil, em conjunto com os órgãos de defesa da concorrência, poderá adotar medidas que promovam maior nível de eficiência e ganhos de bem estar social. É importante salientar que fatores como a inovação na infra-estrutura e nos serviços oferecidos e a maior capilaridade da rede devem também ser incluídos como geradores de bem-estar social.

No que diz respeito ao controle do risco sistêmico, que tem relação mais direta com a estabilidade financeira, é importante destacar o normal funcionamento, no período de que trata este relatório, dos sistemas de transferência de fundos, especialmente do STR e do Sitraf, que fazem liquidação contínua ao longo do dia, em caráter irrevogável e incondicional, e que estão voltados para transferências de maior valor. Importa notar, também, que os resultados de *back testing* mostram que o gerenciamento de riscos das câmaras que atuam como contraparte central tem sido adequado para garantir a liquidação das operações nelas aceitas, seja no que diz respeito às metodologias por elas utilizadas para cálculo de sua exposição aos riscos de liquidação, seja quanto aos mecanismos de proteção adotados.

Visão Geral do Sistema de Pagamentos Brasileiro

Visão geral do Sistema de Pagamentos Brasileiro – 2º semestre de 2006

Discriminação	Principais operações liquidadas	Giro – Valor Média diária ^{3/}	Giro – Quantidade Média diária ^{4/}	Forma de liquidação	Poder de compensação	Economia de liquidez ^{3/} Média diária	Contraparte Central
Sistemas de Transferência de Fundos							
STR	Selic, Câmaras e outros pagamentos críticos ^{1/}	370,1	43,4	LBTR	-	-	-
CIP-Sitraf	TED ^{2/}	13,5	173,9	Híbrido	-	-	-
CIP-Silloc	DOC e Bloqueto de cobrança com valor unitário menor que R\$5 mil	2,6	5 188,2	LDL	0,9	2,3	-
Compe	Cheque de valor unitário menor que R\$250 mil	4,3	7 188,6	LDL	0,9	3,9	-
Sistemas de compensação e liquidação de ativos							
Selic	Títulos Públicos Federais	512,0	10,5	LBTR	-	-	-
BM&F-Derivativos	Mercadorias, Futuros, Opções e Swaps	0,9	16,8	LDL	0,7	0,7	Sim
BM&F-Câmbio	Câmbio interbancário	4,2	0,3	LDL	0,7	3,0	Sim
Cetip	Títulos privados, títulos estaduais e municipais e swaps	7,8	1,6	LBTR /	-	-	Não
		7,4	7,4	LDL	0,5	3,4	
CBLC	Ações e outros títulos privados	1,7	122,1	LBTR /	-	-	Sim
		2,7	118,0	LDL	0,9	2,4	
BM&F-Ativos	Títulos Públicos Federais	38,5	0,1	LDL	0,9	36,0	Sim

Fonte: Bacen

1/ Incluída a liquidação bilateral de cheques de valor unitário igual ou superior a R\$250 mil e de bloquetos de cobrança com valor unitário igual ou superior a R\$5 mil.

2/ Transferência eletrônica disponível por conta de cliente e por conta de IF.

3/ R\$ bilhões.

4/ Mil operações.

Desmutualização de Bolsas de Valores, Mercadorias e Futuros

Historicamente, as bolsas de valores, mercadorias e futuros ao redor do mundo foram criadas sob a forma de associações mutualizadas sem fins lucrativos, e permitem aos seus proprietários, normalmente corretoras, acesso exclusivo às suas plataformas e sistemas. Para que as transações ocorressem de forma eficiente e ordenada, foi necessário limitar o acesso dos investidores a esses ambientes, que passou a ser feito, quase que exclusivamente, por intermédio de seus membros. Com isso, as bolsas passaram a gozar de um quase ou total monopólio na prestação de seus serviços, concentrando parcelas significativas da liquidez.

No entanto, o surgimento de sistemas alternativos de negociação, tais como os desenvolvidos em plataformas eletrônicas, fez com que o custo marginal de se permitir o ingresso de um novo membro ao ambiente de negociação passasse a tender a zero, tornando questionável que as bolsas continuassem impondo um custo fixo elevado (compra de título patrimonial) por esse acesso. Ao contrário, um custo atrelado ao volume transacionado (custo variável) tornou-se muito mais sustentável.

Adicionalmente, o acirramento da competição por receitas provenientes de investidores cada vez mais globalizados vem forçando as bolsas a reverem, não apenas seus modelos de negócios, mas também suas estruturas de governança corporativa. Nessa linha, nos últimos anos, observa-se tendência mundial das bolsas em reavaliar os mecanismos de tomada de decisão baseados na regra de “um membro, um voto”, característica dos modelos mútuos ou cooperativos.

A regra “um membro, um voto” faz com que um grupo de membros responsáveis por uma pequena parte das receitas da bolsa possa eventualmente ter mais poder do que um grupo de grandes membros gerador da maior parcela dessas receitas. Assim, a conciliação de interesses, muitas vezes diversos, entre esses dois grupos pode gerar entraves no processo decisório dessas instituições. Dessa forma, projetos que envolvam, por exemplo, a implementação de inovações ou soluções tecnológicas que aumentem o nível de desintermediação de seus mercados, ainda que gerem valor econômico à bolsa, podem ser preteridos por serem contrários aos interesses do grupo majoritário.

Diante dessa nova realidade, a partir do início da década de 1990, várias bolsas optaram pelo processo de desmutualização de suas estruturas de controle. A primeira a seguir esse caminho foi a Bolsa de Estocolmo em 1993, seguida pela Bolsa de Helsinki em 1995, a Bolsa de Copenhagen em 1996, a Bolsa de Amsterdam e a Bolsa Italiana em 1997, e a Bolsa da Austrália em 1998. Ao final de 2006, mais de 70% das principais bolsas mundiais já havia aderido à desmutualização, sendo a New York Stock Exchange (Nyse) uma das últimas a fazê-lo, em março de 2006.

Nesse contexto, mais do que a transformação de uma associação sem fins lucrativos em uma sociedade com finalidade de lucro, a desmutualização significa primordialmente uma mudança na estrutura de controle da bolsa, resultando na separação entre os direitos de acesso aos ambientes de negociação e os direitos de propriedade.

Essa mudança permite que os antigos membros (corretoras) continuem prestando seus serviços de intermediação, porém como meros clientes da bolsa. Em paralelo, ocorre também a admissão de novos proprietários (fundos de pensão, fundos de investimento, bancos, pessoas físicas etc.) na estrutura de controle. Uma das consequências imediatas dessa mudança diz respeito à destinação dos ganhos de eficiência. No modelo mutualizado, o objetivo maior de longo prazo é a diminuição dos custos de acesso e de negociação para seus membros e usuários, ao passo que no novo modelo esse objetivo passa a ser o de maiores dividendos para os acionistas.

O processo de desmutualização viabiliza o subsequente processo de abertura de capital (IPO) da bolsa, via oferta pública de lançamento de ações, o que possibilita o acesso a novos recursos para investimentos no desenvolvimento tecnológico ou na expansão de seus negócios, além de permitir que os antigos membros possam realizar valor significativo na alienação dos seus direitos de propriedade, porém ainda preservando seu acesso aos ambientes de negociação. Ainda que inicialmente os antigos membros permaneçam com uma posição dominante do capital, eventualmente, com a entrada de novos acionistas, ocorre gradativo processo de profissionalização da gestão, com maior enfoque na eficiência e na maximização dos lucros.

Vale ressaltar que o processo de transformação das bolsas em sociedades por ações com fins lucrativos, de um lado, e a separação dos direitos de acesso e de propriedade, de outro, criam as condições facilitadoras de alianças estratégicas e de processos de fusão e integração, domésticos e internacionais. A abertura do capital incentiva a maior transparência de seus demonstrativos financeiros e de seu planejamento estratégico, proporcionando maior visibilidade e facilidades a eventuais processos de aquisição ou troca de ações com outras instituições.

Em resumo, os processos de desmutualização das bolsas podem gerar benefícios para os seus usuários e para toda a sociedade, com a profissionalização da sua gestão, com a redução dos entraves do processo decisório e maior preocupação com a eficiência. Os reguladores, entretanto, estão atentos ao principal conflito decorrente dessa mudança: a pressão pela maximização dos lucros em contraposição à preservação das características de bem-público que essas entidades possuem. Nesse contexto, avalia-se a eficácia do desempenho das bolsas nas suas funções auto-regulatórias¹, bem como na manutenção do necessário conservadorismo no gerenciamento de risco das operações cursadas e liquidadas em seus ambientes.

Os reguladores devem, então, aprimorar a vigilância sobre essas instituições, assegurando que os conflitos entre os interesses comerciais e públicos sejam devidamente administrados, de modo a se garantir o maior bem-estar de seus usuários e o bom funcionamento do sistema financeiro.

1/ Caracterizam-se como funções auto-regulatórias desempenhadas por bolsas aquelas relacionadas: às regras de admissão, qualificação e atuação de seus membros e participantes; aos requisitos exigidos para listagem ou admissão de produtos; e às regras de negociação em seus ambientes.

Risco Operacional – Continuidade de Negócio – Novos Princípios

A discussão sobre a importância dos planos de continuidade de negócio no setor financeiro foi recentemente reavivada¹. Na área de sistemas de pagamentos, ela complementa o Princípio VII do relatório *"Core Principles for Systemically Important Payment Systems"*², que estabelece: o sistema deve assegurar alto grau de segurança e de confiabilidade operacional, e deve ter arranjos de contingência para a tempestiva conclusão do processamento diário.

O foco de preocupação com a continuidade de negócio está no impacto que uma eventual ruptura das operações pode causar. Nessa direção, o gerenciamento efetivo da continuidade de negócio inclui políticas, padrões e procedimentos, que visem assegurar que as operações críticas possam ser mantidas ou, se houver ruptura, recuperadas em tempo hábil. O gerenciamento contempla:

- Análise de impacto no negócio – Processo dinâmico para identificar operações, dependências e serviços críticos e estabelecer níveis apropriados de resiliência. São avaliados os riscos e os potenciais impactos de diversos cenários de ruptura nas operações e na imagem dos sistemas de pagamentos.
- Estratégia de recuperação – Estabelecimento de objetivos e prioridades, com base na análise de impacto no negócio. Acima de tudo, são estabelecidos os objetivos de nível de serviço a que a organização vai buscar atender no caso de uma ruptura, até o ponto de recuperação total das atividades normais.
- Plano de continuidade de negócio – Guia detalhado da implementação da estratégia de recuperação que prevê, inclusive, o caso de impossibilidade de os sistemas de informação não voltarem a operar no mesmo dia. Também contempla o gerenciamento de crise e a forma de divulgação, para os demais participantes do sistema financeiro, dos problemas que estão sendo enfrentados. O plano estabelece, ainda, os papéis e as responsabilidades no gerenciamento de uma ruptura operacional, bem como provê um guia claro de sucessão de autoridade no caso de ruptura que impeça o trabalho de pessoas-chave, e identifica claramente a autoridade de decisão e as situações que provocam a execução do plano de continuidade de negócio.

Com vistas ao seu aperfeiçoamento contínuo, o plano de continuidade de negócio deve ser periodicamente testado e, conforme for apropriado, revisado.

1/ Ver o relatório *"High-level Principles for Business Continuity"*, BIS/BCBS, agosto de 2006 (www.bis.org).

2/ BIS/CPSS, janeiro de 2001 (www.bis.org).

Para que os sistemas de pagamento atinjam níveis satisfatórios de resiliência e de robustez, os seguintes princípios gerais devem ser observados na implementação do gerenciamento de continuidade de negócio:

- A responsabilidade final compete à alta administração – O princípio enfatiza que as autoridades financeiras e os participantes do setor financeiro devem compreender e participar dos requerimentos para continuação de negócio, e que a responsabilidade final pelo gerenciamento da continuidade de negócio, assim como o gerenciamento de outros riscos, é da alta administração.
- As organizações devem estar preparadas para uma grande ruptura operacional – Nas abordagens de gerenciamento de continuidade de negócio, os participantes do setor financeiro e as autoridades devem incorporar o risco de uma grande ruptura operacional. As autoridades financeiras devem prever como irão responder a um evento da espécie, que afete a operação de participantes do sistema.
- As autoridades financeiras devem participar dos objetivos de recuperação – Cada participante do setor financeiro deve estar apto a cumprir objetivos de recuperação de um modo que seja proporcional ao risco que ele representa para o sistema financeiro. Esses objetivos devem ser estabelecidos pela autoridade responsável ou de comum acordo com ela.
- Comunicação – Importância crítica para gerenciar crise e manter a confiança – Os participantes do setor financeiro e as autoridades devem incluir, em seus planos de continuação de negócio, procedimentos de comunicação interna e entre suas organizações e as partes externas relevantes, no caso de uma grande ruptura operacional.
- Comunicação adequada ao mercado externo – Os procedimentos de comunicação dos participantes do setor financeiro e das autoridades devem prever comunicações com autoridades financeiras em outras jurisdições, no caso de uma grande ruptura operacional que tenha implicações em outros países.
- Testes periódicos – Os participantes do setor financeiro e as autoridades devem testar seus planos de continuação, avaliar sua efetividade e atualizá-los, conforme apropriado.
- As autoridades financeiras devem revisar o gerenciamento da continuação e avaliar os participantes – As autoridades financeiras devem incorporar, nas avaliações rotineiras dos participantes do setor financeiro, revisões no gerenciamento da continuidade de negócio.

Observa-se que os bancos centrais estão convergindo suas ações com relação à continuidade de negócio em sistemas de pagamentos para esses novos princípios. Uma vez implementados, os desdobramentos esperados são:

- comprometimento dos acionistas e da alta administração, incluindo dotações orçamentárias adequadas e maior controle por parte dos acionistas;
- autonomia da administração, com mais flexibilidade para cumprir os requisitos de continuação de negócio e perseguir seus demais objetivos;
- comunicação mais produtiva entre o regulador e os regulados. O foco no impacto dos riscos, nos requisitos que devem ser observados pelos regulados, facilita seu entendimento;

- aumento da eficácia da atuação do regulador, que passa a atuar diretamente sobre os aspectos pertinentes, canalizando seus esforços para estabelecer metas e avaliar os resultados.

A plena e contínua aderência aos novos princípios, por parte de todos os sistemas de pagamentos e de liquidação existentes no País, insere-se no objetivo da vigilância do Banco Central do Brasil.

Organização do Sistema Financeiro

Quantitativo de instituições financeiras autorizadas

Discriminação	2003	2004	2005	2006	
	Dez	Dez	Dez	Jun	Dez
Bancos					
Múltiplos	141	140	138	139	137
Nacionais	82	83	81	81	80
participação estrangeira	9	10	8	9	9
com controle estrangeiro	50	47	49	49	48
Comerciais e filiais de					
bancos estrangeiros	23	23	22	22	21
Nacionais	11	12	14	14	13
participação estrangeira	-	-	-	-	-
com controle estrangeiro	3	2	-	-	-
Filiais de bancos estrangeiros	9	9	8	8	8
Desenvolvimento	4	4	4	4	4
Investimento	21	21	20	20	18
Caixa econômica	1	1	1	1	1
Sociedades					
Arrendamento mercantil	58	51	45	42	41
Crédito financiamento					
e investimento	47	46	50	51	51
Crédito imobiliário, associações					
de poupança e empréstimo e					
repassadoras ^{1/}	18	18	18	18	18
Corretoras de títulos e valores					
mobiliários	147	139	133	127	116
Corretoras de câmbio	43	47	45	46	48
Distribuidoras de títulos e					
valores mobiliários	146	138	134	129	133
Agências de fomento	11	12	12	12	12
Companhias hipotecárias	6	6	6	6	6
Subtotal	666	646	628	617	606
Cooperativas	1 454	1 436	1 439	1 443	1 452
Sociedades de crédito ao					
microempreendedor	49	51	55	56	56
Subtotal	2 170	2 133	2 122	2 116	2 114
Administradoras de consórcio	365	364	342	340	333
Total	2 535	2 497	2 464	2 456	2 447

1/ Instituições que não captam recursos do público.

4.1 Introdução

Com o controle da inflação e com a manutenção do processo de redução gradual da taxa básica de juros no segundo semestre de 2006, as instituições financeiras mantiveram a sua estratégia operacional com o objetivo de priorizar o crescimento das operações de crédito. No período, ocorreram diversos movimentos de ingresso e saída de instituições, assim como transferências de controle acionário, incorporações, cisões e mudança de objeto social, sem, contudo, alterar significativamente a estrutura do SFN.

O processo de consolidação do SFN está em sintonia com a manutenção da inflação em níveis consistentes com as metas estabelecidas pelo Banco Central e da conseqüente estabilidade econômica.

As estratégias adotadas pelas instituições financeiras basearam-se na busca por ganhos de escala e pela oferta de novos produtos mediante a incorporação de novos segmentos de clientes não bancarizados, bem como pela ampliação das facilidades para o cliente no momento da concessão de crédito. Nesse sentido, algumas instituições optaram por ofertar linha de crédito pessoal com prestação máxima baseada na renda comprovada do cliente e na sua ficha cadastral, com contratação automática via caixa automático ou internet. Outros bancos deixaram de exigir avalistas para financiamentos de pequeno porte, bem como ofertaram financiamento imobiliário com prestações fixas.

A busca por ganhos de escala pode ser exemplificada pela aquisição do BankBoston Banco Múltiplo S.A. e empresas do conglomerado pelo Banco Itaú *Holding Financeira S.A.*

O ato de concentração acima descrito, representado pela aquisição do BankBoston pelo Itaú, foi a maior transação já realizada no mercado financeiro brasileiro que envolveu troca de ações. Com isso, o *Bank of America*, antigo

controlador do BankBoston, passou a deter participação acionária de 5,8% no Itaú. A inclusão à base de cartões Itaú de volume significativo de novos cartões de crédito de clientes do segmento de alta renda do BankBoston foi a principal motivação para a realização dessa operação.

O Itaú também poderá ampliar a sua presença em operações como *cash management* e *investment banking* com pessoas jurídicas por causa da sua ampla rede de agências. A venda de seguros e de produtos de previdência para pessoas físicas de alta renda também pode ser vista como outro exemplo de oportunidade que poderá ser explorada pelo Itaú.

Mesmo com a aquisição do BankBoston pelo Itaú, é importante destacar que, no Brasil, os bancos estrangeiros mantêm forte atuação no financiamento a empresas de médio e grande porte, pois geralmente conseguem captar recursos no exterior a taxas mais reduzidas. No segmento de varejo, a capilaridade da rede de agências é importante fonte de vantagem competitiva. Assim, para operar localmente no segmento de varejo, os bancos estrangeiros precisam ter escala para se manterem em boas condições de competitividade. No entanto, os custos para ampliar as escalas por meio de aquisições ou investimentos tornaram-se elevados, o que levou algumas instituições estrangeiras a optar por reduzir ou, até mesmo, encerrar suas atividades no Brasil. Nesse sentido, com a venda do BankBoston, o *Bank of America* deterá participação acionária em um banco bem posicionado no SFN, o que permitirá a obtenção de rendimento com reduzido risco.

4.2 As estratégias de mercado e o quantitativo de instituições no SFN

A persistente recuperação do salário e do rendimento real médio do trabalhador brasileiro ao longo dos últimos semestres foram os fatores principais para explicar a forte expansão das operações de crédito em 2006, que cresceram 9,6% e atingiram o patamar de 30,8% do PIB⁵³.

Dado o cenário de queda na taxa Selic, o volume de crédito possui grande importância para que as instituições financeiras mantenham sua lucratividade. As estratégias para a ampliação do crédito têm por objetivo aumentar o

53/ Dados do Banco Central do Brasil.

Movimentação orgânica no SFN –

Julho a dezembro de 2006

Processos aprovados e publicados no Diário Oficial da União

Eventos	BM	BC	BI	CFI	DTVM	CTVM	CC	SAM	SCM	Coop.
Autorizações	-	-	-	-	-	-	1	-	2	24
Cancelamentos	-	-	1	-	1	5	1	-	2	10
Transferências de controle	2	-	-	-	2	2	1	-	1	-
Incorporações	3	-	-	1	2	2	-	-	-	6
Cisões	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Mudanças de objeto social	-	1	-	-	2	3	1	-	-	24
Liquidações ordinárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3

Fonte: Diário Oficial da União

financiamento ao consumo, bem como elevar o grau de bancarização da parcela da população com menor renda.

Os acordos operacionais e as associações entre as instituições financeiras e as grandes redes de varejo têm se mostrado úteis para as primeiras aumentarem a base de clientes, principalmente em relação aos consumidores de menor renda, o que amplia a capacidade de conceder crédito. Por isso, os acordos operacionais e as parcerias entre instituições financeiras e redes de lojas varejistas mantêm-se como tendência para os próximos semestres.

O crédito consignado e o financiamento de veículos foram os principais fatores que explicam a expansão do crédito para pessoas físicas em 2006.

Após o forte crescimento apresentado a partir de sua implementação, as operações de crédito consignado, que permitiram barateamento significativo dos financiamentos especialmente para os funcionários públicos e aposentados, deverão reduzir o ritmo de crescimento nos próximos anos. A busca pela maior eficiência operacional deverá ser o objetivo das instituições que atuam nesse segmento. Destaca-se que os principais participantes do mercado de crédito consignado são os bancos de pequeno e médio porte, os quais, não obstante as limitações em relação ao número de agências e a captação de *funding*, o que restringe a escala de suas operações, detêm amplo conhecimento dos riscos associados ao mercado de crédito consignado, bem como já desenvolveram tecnologia para operacionalização e distribuição nesse segmento.

Outro mercado que vem atraindo a atenção das instituições financeiras é o de financiamento imobiliário. O conjunto de medidas adotadas em 11 de setembro de 2006 tornou facultativo aos bancos que operam no SBPE a cobrança da Taxa Referencial (TR) no financiamento da casa própria, a utilização do crédito consignado em financiamentos para aquisição de imóveis residenciais e a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para produtos da cesta básica da construção civil. Tais medidas, que se somam àquelas adotadas em anos anteriores, deram novo ânimo a esse mercado, que apresentou considerável crescimento no período.

Não obstante modificações decorrentes de ingresso e saída de instituições do mercado, o quantitativo de instituições do SFN não sofreu grande alteração, conforme pode ser observado no quadro indicativo da quantidade de instituições financeiras autorizadas.

Participação das instituições financeiras do segmento bancário nos principais agregados financeiros do Cosif – Junho de 2006

Discriminação	Quantidade	Patrimônio Líquido	Ativos totais ^{5/}	Depósitos	Operações de crédito %
Bancos ^{1/}					
Públicos ^{2/}	14	18,4	32,2	36,1	31,5
Privados	148	81,6	67,8	63,9	68,5
Nacionais	82	40,5	27,1	24,4	22,8
Nacionais com participação estrangeira ^{3/}	9	17,8	17,7	18,6	19,1
Nacionais com controle estrangeiro ^{4/}	49	23,0	22,4	20,7	26,3
Filiais de bancos estrangeiros	8	0,4	0,6	0,2	0,3
Totais	162	100,0	100,0	100,0	100,0

1/ Inclui bancos múltiplos, bancos comerciais e Caixa Econômica Federal.

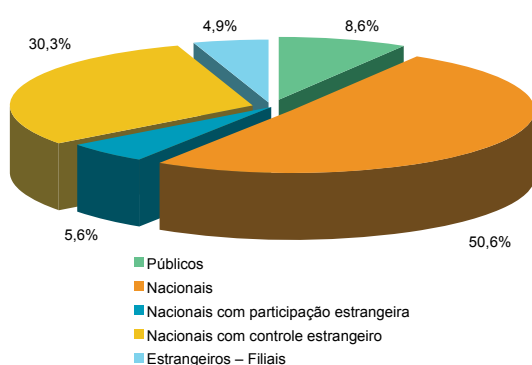
2/ Inclui Caixa Econômica Federal.

3/ Participação estrangeira igual ou superior a 10% e inferior a 50%.

4/ Bancos múltiplos e comerciais com controle estrangeiro.

5/ Não deduzida a intermediação (Cosif 1.2.1.20.00-2 – Posição financiada).

Distribuição do segmento bancário por origem de capital – Junho de 2006



Participação das instituições financeiras do segmento bancário nos principais agregados financeiros do Cosif – Dezembro de 2006

Discriminação	Quantidade	Patrimônio líquido	Ativos totais ^{5/}	Depósitos	Operações de crédito
Bancos^{1/}					
Públicos ^{2/}	13	17,0	30,1	35,3	32,6
Privados	146	83,0	69,9	64,7	67,4
Nacionais	81	46,9	29,3	26,5	23,1
Nacionais com participação estrangeira ^{3/}	9	17,2	18,6	18,5	18,0
Nacionais com controle estrangeiro ^{4/}	48	18,5	21,5	19,5	26,0
Filiais de bancos estrangeiros	8	0,4	0,6	0,2	0,3
Totais	159	100,0	100,0	100,0	100,0

1/ Inclui bancos múltiplos, bancos comerciais e Caixa Econômica Federal.

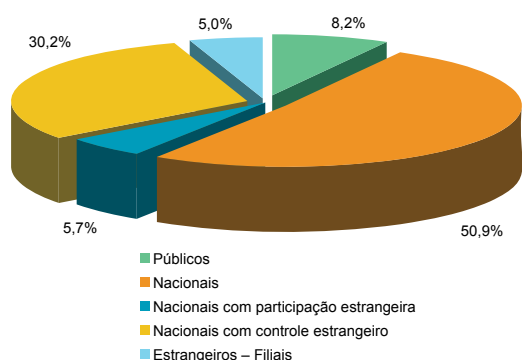
2/ Inclui Caixa Econômica Federal.

3/ Participação estrangeira igual ou superior a 10% e inferior a 50%.

4/ Bancos múltiplos e comerciais com controle estrangeiro.

5/ Não deduzida a intermediação (Cosif 1.2.1.20.00-2 – Posição financiada).

Distribuição do segmento bancário por origem de capital – Dezembro de 2006



As alterações ocorridas entre junho e dezembro de 2006 podem ser consideradas normais, pois não modificaram de forma contundente a estrutura do SFN. Os segmentos mais afetados foram os de sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, de corretoras de títulos e valores mobiliários e de cooperativas de crédito.

O segmento de corretoras e distribuidoras está passando por processo de ajuste, sendo que algumas instituições estão adequando o seu foco de atividade, deixando de atuar exclusivamente no mercado de corretagem e *underwriting* para operar na atividade de gerenciamento de ativos.

O segmento das cooperativas de crédito foi impactado pela Resolução 3.321, de 30 de setembro de 2005, que permitiu a criação de cooperativas de livre admissão, dando novo dinamismo ao setor. O assunto será objeto de exposição mais detalhada no item 4.4.2.

4.3 Processos de reorganização, estrutura de capital e dinâmica operacional do SFN

Os quadros que apresentam o número de instituições financeiras autorizadas e a movimentação orgânica do SFN sinalizam que a estrutura do SFN não se modificou. As modificações ocorridas no segundo semestre de 2006 foram pontuais.

A conclusão acima também se aplica aos quadros e aos gráficos referentes à participação das instituições financeiras do segmento bancário nos principais agregados financeiros do Cosif – patrimônio líquido, ativos totais, depósitos totais e operações de crédito. As alterações nesses agregados foram meramente residuais, o que sinaliza a estabilidade no conjunto de instituições que nele operam.

Dado o cenário de estabilidade econômica do País, a expectativa de continuidade no movimento de queda da taxa básica de juros e a perspectiva de maior crescimento do PIB são os dois aspectos que devem originar maior dinamismo ao setor financeiro, com impactos diretos nas estratégias de aquisições e incorporações. A redução das taxas de juros terá o efeito de exigir maior eficiência por parte das instituições que já atuam nos diferentes segmentos do Sistema, excluindo aquelas que não possuem uma estrutura

de custos compatível com esse cenário de estabilidade. Por sua vez, maior crescimento econômico possibilitará ampliação das operações de crédito, o que induzirá maior disputa nos diferentes nichos de mercado do SFN.

Ressalte-se que, no cenário atual, não se vislumbram movimentos exógenos que possam alterar de forma drástica a estrutura do sistema financeiro. Nesse contexto, as instituições já adequaram as suas decisões de investimento e planejaram o seu posicionamento.

Em relação ao interesse de instituições estrangeiras em atuar no mercado financeiro brasileiro, a venda do BankBoston ao Itaú não pode ser tomada como tendência de mercado, uma vez que, como reportado no Relatório anterior, a aquisição do Banco Pecúnia S.A. pelo Société Générale e Tecnic  dito SGPS e do Banco Pactual S.A. pelo UBS AG no último semestre evidenciam que os bancos estrangeiros mant  m o interesse em investir no Brasil.

4.4 Microfinanças

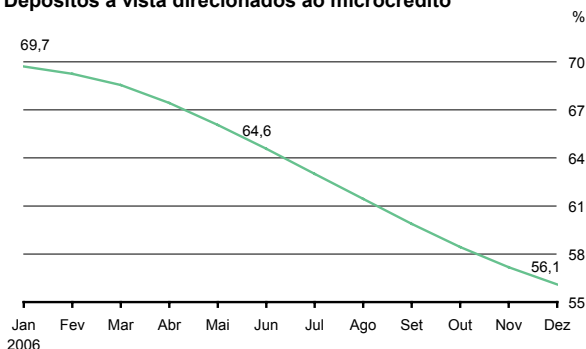
A legisla  o em vigor determina que os bancos emprestem 2% dos saldos existentes em contas-correntes com taxa de juros limitada em 2% ao ano ao microcrédito orientado ao consumo ou    atividade produtiva. Em 2006, houve considerável redu  o do montante aplicado em opera  es de microcrédito, uma vez que em janeiro desse ano as institui  es financeiras cumpriam 69,7% das aplica  es exigidas pela regulament  o, enquanto que em dezembro passaram a cumprir 56,1% das exigências.

Apesar da redu  o do percentual dos recursos alocados nesse tipo de opera  o, convém destacar que os financiamentos a microempreendedores cresceram 6,8% em 2006, chegando a R\$ 210 milhões ao final desse ano. Esse crescimento pode ser atribuído às opera  es de institui  es públicas como, por exemplo, Caixa Econômica Federal, Banco Popular do Brasil e Banco do Nordeste.

A expectativa, entretanto,    de que as institui  es que atuam no microcrédito orientado aos microempreendedores ampliem sua carteira nos próximos anos.

O volume de opera  es de financiamento ao consumo caiu 12% em 2006, atingindo um pouco mais de R\$ 812 milhões em dezembro. Porém, a queda dos volumes emprestados pode ser explicada, em parte, pelo montante de empréstimos de menor valor. Afinal, em 2004, o valor

Depósitos    vista direcionados ao microcrédito



Microcrédito – Recursos direcionados ao consumo e ao microempreendedor em 2006

Discrimina��o	Mês	Saldo da carteira (R\$ mil)	Quantidade contratos	Valor médio (R\$)	Prazo médio (meses)
Consumo	Jan	872 367,9	665 021	48,51	5,07
	Jun	816 668,1	782 381	93,95	7,60
	Dez	812 027,4	691 680	73,45	6,92
Microempreendedor	Jan	191 686,5	37 341	667,63	4,21
	Jun	184 143,6	69 431	610,45	5,66
	Dez	210 813,0	72 016	929,53	4,03

médio dos empréstimos era de R\$252,90, passando para R\$73,45, em 2006, o que pode indicar que as instituições estão atraindo pessoas de baixa renda que eram excluídas do sistema financeiro tradicional.

4.4.1 Sociedades de Crédito ao Microempreendedor

No segundo semestre de 2006, foram autorizadas a funcionar duas novas Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCMs) e canceladas duas, não havendo, portanto, mudança na quantidade de SCM nesse período.

Duas instituições foram autorizadas a funcionar no período, sendo uma na região Sul – Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Credimarc Ltda (PR) – e outra na região Sudeste – Sorocaba Crédito – Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda (SP). Outras duas instituições tiveram autorizações canceladas em decorrência da mudança do objeto social, sendo que uma funcionava na região Sudeste e outra na região Nordeste. Assim, houve pequena modificação no quadro de distribuição por regiões com aumento de uma SCM na região Sul e igual redução no quantitativo da região Nordeste.

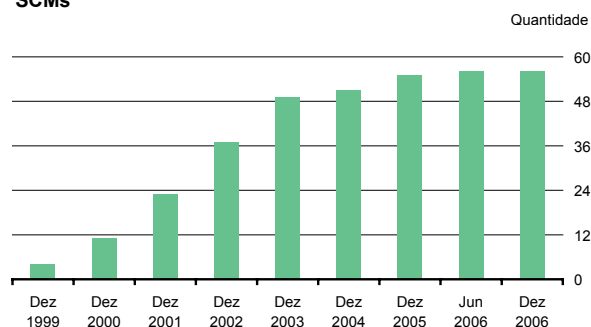
Na elaboração do quadro de “Evolução dos agregados financeiros das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM)” referente a junho e dezembro de 2006, foram incluídos valores extraídos, em parte, de balancetes de novembro, uma vez que algumas instituições ainda não haviam apresentado os respectivos balanços. Sob tal ressalva devem ser analisados os acréscimos verificados nos ativos totais e nas contas de passivo.

4.4.2 Cooperativas de crédito

Assim como aconteceu no primeiro semestre de 2006, o segmento de cooperativas de crédito foi o que apresentou no segundo semestre desse ano a maior movimentação orgânica. No período, foram autorizadas a funcionar 24 instituições, 10 tiveram canceladas suas autorizações, 6 foram incorporadas e 24 mudaram seu objeto social.

A Resolução 3.321/2005, que revogou a Resolução 3.106, de 25 de junho de 2003, e a Resolução 3.140, de 27 de novembro de 2003, trouxe novo dinamismo ao setor, o que possibilitou novas formas de organização das cooperativas

Sociedades de Crédito ao Microempreendedor – SCMs



Distribuição de SCMs por região

Região	Quantidade de SCMs							
	2000 Dez	2001 Dez	2002 Dez	2003 Dez	2004 Dez	2005 Dez	2006 Jun	2006 Dez
Nordeste	0	2	3	4	4	4	4	3
Norte	0	0	1	1	2	2	2	2
Centro-Oeste	1	1	1	0	1	1	1	1
Sudeste	9	18	25	36	35	39	40	40
Sul	1	2	7	8	9	9	9	10
Total	11	23	37	49	51	55	56	56

Sociedades de Crédito ao Microempreendedor – SCMs – Evolução dos agregados financeiros

		R\$ mil				
Período		Quantidade	Patrimônio Líquido	Ativos totais ^{1/}	Operações de crédito	Contas de passivo ^{2/}
1999	Dez ^{3/}	4	0	0	0	0
2000	Dez	11	2 075	2 262	1 146	187
2001	Dez	23	4 894	7 636	4 734	2 743
2002	Dez	37	7 411	14 680	10 831	7 270
2003	Dez	49	18 014	29 889	17 661	11 875
2004	Dez	51	31 328	42 217	27 206	10 889
2005	Dez	55	43 540	60 844	43 935	17 304
2006	Jun ^{4/}	56	46 253	59 942	44 870	13 689
2006	Dez ^{5/}	56	46 791	64 927	47 655	18 136

1/ Excluídas as contas de compensação, mas incluídas as operações de crédito.

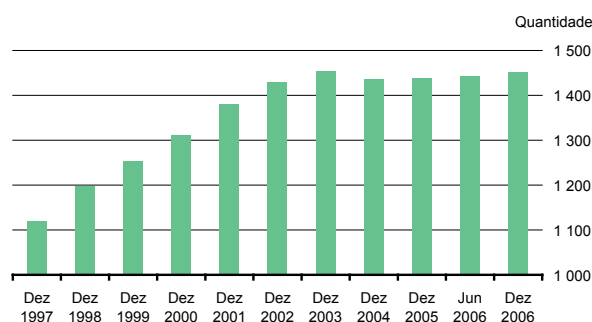
2/ Referem-se ao passivo total, excluídos as contas de compensação e o patrimônio líquido.

3/ A partir de outubro de 1999, foram constituídas SCMs, nos termos da Resolução 2.627, que iniciaram suas operações a partir de fevereiro de 2000.

4/ Parte dos saldos contábeis foram obtidos em balancete de maio de 2006.

5/ Parte dos saldos contábeis foram obtidos em balancete de novembro de 2006.

Cooperativas de crédito



Participação das cooperativas de crédito nos principais agregados financeiros do segmento bancário^{1/} (Cosif)

Período	Quantidade	Patrimônio líquido	Ativos totais	Depósitos	Operações de crédito	%
1997 Dez	1 120	1,6	0,4	0,5	0,7	
1998 Dez	1 198	1,6	0,5	0,6	0,9	
1999 Dez	1 253	1,8	0,7	0,8	1,1	
2000 Dez	1 311	2,0	0,8	1,0	1,2	
2001 Dez	1 379	2,0	0,9	1,3	1,6	
2002 Dez	1 430	2,2	1,0	1,5	1,8	
2003 Dez	1 454	2,2	1,3	1,8	2,1	
2004 Dez	1 436	2,6	1,4	1,4	2,3	
2005 Dez	1 439	2,9	1,5	1,4	2,3	
2006 Jun	1 443	2,7	1,5	1,5	2,2	
2006 Dez	1 452	2,6	1,5	1,4	2,3	

1/ Inclui bancos múltiplos, comerciais, Caixa Econômica Federal e cooperativas.

Destinação dos recursos livres para operações de crédito

Segmentos	2002	2003	2004	2005	2006	
	Dez	Dez	Dez	Dez	Jun	Dez
SFN (%)	25	31	35	39	43	43
Recursos livres ^{1/}	494	557	673	846	897	1.009
Créditos líquidos ^{2/}	122	174	235	331	383	432
Cooperativas (%)	43	44	59	57	54	54
Recursos livres ^{1/}	9,0	11,7	11,7	14,6	16,4	18,4
Créditos líquidos ^{2/}	3,9	5,2	6,9	8,3	8,9	10,0

1/ Considerados depósitos mais capital de giro.

2/ Desconsiderados os repasses, devido ao fato de que essas operações possuem fontes definidas de recursos.

de crédito. A aprovação da referida Resolução é um dos fatores que explicam a movimentação orgânica do setor.

A introdução de novas modalidades de cooperativas como as de livre admissão, de micro e pequenos empresários e de empresários de um mesmo setor e a possibilidade da abertura de postos de atendimento eletrônico favoreceram o crescimento do número de cooperados, bem como a ampliação da área de atuação.

As mudanças de objeto social e os processos de incorporação ocorridos no período, apontados no quadro de movimentação orgânica no SFN, indicam que as cooperativas de crédito buscaram novos nichos de atuação, assim como procuraram ampliar os ganhos de escala.

Embora o número de cooperativas de crédito tenha decrescido entre 2003 e 2004, a partir de 2005 o quantitativo de instituições retomou o crescimento, atingindo, em dezembro de 2006, 1.452 instituições. Ressalte-se, entretanto, que, no fim desse ano, o sistema cooperativista de crédito possuía presença física, por meio de sedes ou postos de atendimento cooperativo, em torno de apenas 1/3 dos municípios brasileiros. Espera-se que o aprimoramento normativo conduza ao melhor reordenamento do sistema, de modo a atingir municípios que hoje se ressentem da oferta de serviços financeiros por parte das cooperativas de crédito.

Entre junho e dezembro de 2006, a despeito do aumento de nove cooperativas de crédito, houve pequena redução da participação das instituições desse segmento em relação ao patrimônio líquido do segmento bancário e manutenção dessa participação em termos de ativos totais, depósitos e operações de crédito.

Em termos percentuais, a destinação de recursos livres para operações de crédito permaneceu constante entre junho e dezembro de 2006, sendo que o setor cooperativista, manteve crescimento contínuo em termos absolutos, com taxa superior ao do restante do SFN, o que indica a relevância das instituições do setor na oferta de recursos para o crédito.

Como tendência para o setor cooperativista nos próximos anos, aponta-se a contratação de auditorias externas independentes pelas cooperativas centrais e singulares e mudanças normativas que contemplem a ampliação do limite populacional para as cooperativas de livre admissão de associados.

Introdução

Este capítulo se destina a apresentar sínteses das principais normas editadas no período de 1º de julho de 2006 a 31 de dezembro de 2006.

Fundo Garantidor de Créditos

Resolução 3.400, de 6 de setembro de 2006

A Resolução 3.400, de 6 de setembro de 2006, alterou regras de funcionamento do FGC, que protege depositantes e demais credores de instituições integrantes do SFN. Foram alterados o valor máximo da garantia proporcionada pelo FGC e a redução do percentual da contribuição mensal ordinária devida pelas instituições associadas ao referido fundo. A norma dispõe ainda acerca da inclusão das contas destinadas ao registro e ao controle dos fluxos de pagamentos de salários, aposentadorias e similares entre os créditos cobertos.

Os clientes passaram a contar com uma cobertura de seus depósitos e demais créditos até o limite total de R\$60 mil, em lugar do limite de R\$20 mil, antes vigente. As instituições associadas ao FGC, por sua vez, que vinham contribuindo com o fundo mediante pagamento da contribuição ordinária à alíquota de 0,3% a.a. sobre os saldos dos créditos sujeitos à respectiva cobertura, passarão a contribuir à alíquota de 0,15% a.a.

Os estudos que ampararam a edição da norma, conduzidos no âmbito do Banco Central do Brasil, apontaram que a adoção de ambos os parâmetros manteria, nos próximos anos, o crescimento da relação entre as disponibilidades do FGC e os créditos totais do SFN sujeitos à garantia proporcionada por esse fundo, o que geraria maior eficiência sistêmica sem prejuízo de sua segurança e credibilidade.

Colaboraram também para a adoção dos novos parâmetros a situação de elevada liquidez no SFN, decorrente da baixa margem de alavancagem operacional, e o cenário de estabilidade do sistema. Esse cenário decorre, em especial, do fortalecimento das instituições financeiras e do aprimoramento da regulamentação prudencial, elaborada em consonância com as melhores práticas internacionais, entre as quais estão inseridas as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basiléia e do *Bank for International Settlements* (BIS).

A norma também inovou ao incorporar à garantia proporcionada pelo FGC, a partir de 1º de outubro de 2006, os saldos existentes em contas não movimentáveis por cheques destinadas ao registro e ao controle dos fluxos de pagamentos de salários, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, instituídas na forma da Resolução 2.718, de 24 de abril de 2000, e atualmente disciplinadas pela Resolução 3.402, de 6 de setembro de 2006, modificada pela Resolução 3.424, de 21 de dezembro de 2006.

Conta-corrente salário

Resolução 3.402, de 6 de setembro de 2006

A Resolução 3.402, de 6 de setembro de 2006 foi editada com o objetivo de garantir o direito de escolha dos beneficiários de salários, aposentadorias, soldos, proventos, pensões e similares quanto à instituição financeira onde desejam manter sua conta de depósitos para fins de recebimento dos recursos respectivos, sem que seja imposta aos empregadores, de modo geral, a obrigatoriedade de depositar os mencionados recursos nessas contas. Busca também assegurar que uma instituição financeira não seja obrigada a manter vínculo contratual com os empregados das empresas que sejam clientes dessa instituição.

A sistemática adotada é semelhante à estatuída na Resolução 2.718, de 2000, cuja revogação é prevista nesta norma, e visa a garantir pleno direito aos beneficiários dos referidos pagamentos de transferirem, sem ônus de qualquer espécie, os respectivos recursos para conta de depósitos mantida em instituição financeira de sua preferência.

Resolução 3.424, de 21 de dezembro de 2006

A Resolução 3.424, de 21 de dezembro de 2006 fixa regras complementares à Resolução 3.402, de 6 de setembro de 2006, que dispõe sobre a prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, especialmente no que diz respeito à obrigatoriedade de realização dos créditos nas contas de registro e controle de fluxo de recursos referidas na mencionada resolução e à necessidade de ajustar os convênios ou contratos em vigor até 5 de setembro de 2006 às disposições regulamentares previstas.

A resolução, basicamente:

- I- prorroga, para 2 de abril de 2007, o prazo previsto no art. 1º da Resolução 3.402, de 2006, a partir do qual as instituições financeiras estarão obrigadas, na prestação dos serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, a proceder aos respectivos créditos na forma estabelecida naquele artigo;
- II- estabelece que a obrigatoriedade prevista no art. 1º daquela norma e o disposto nos arts. 2º a 5º aplicam-se, a partir de 2 de janeiro de 2009, de forma plena, aos convênios ou contratos cuja prestação dos serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares ali referidos, tenha sido também efetivamente implementada até 5 de setembro de 2006, ou seja, quando tiver sido processado, pela instituição financeira contratada, pelo menos, um pagamento aos respectivos beneficiários;
- III- exclui a prestação de serviços de pagamento a beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) do disposto na Resolução 3.402, de 2006;
- IV- define que somente a partir de 2 de janeiro de 2012 o disposto na Resolução 3.402, de 2006, será aplicado à prestação de serviços de pagamento a empregados e servidores públicos, cujos contratos tenham sido ou venham a ser firmados em decorrência de procedimento realizado pelo Poder Público nos termos da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e desde que

estabeleçam vedação à cobrança de tarifas dos beneficiários para, no mínimo, os serviços de transferência, total ou parcial, dos créditos para outras instituições, saques, totais ou parciais, dos créditos e fornecimento de cartão magnético e de talonário de cheques para movimentação dos créditos. Esse mesmo critério também se aplica, até 2 de janeiro de 2012 ou seu vencimento, o que ocorrer primeiro, aos contratos existentes na data da edição da resolução ora comentada que estejam ajustados às condições referidas ou que sejam aditados até 31 de dezembro de 2008, de forma a explicitá-las.

Operações de microcrédito

Resolução 3.422, de 30 de novembro de 2006

A regulamentação das operações de microcrédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, dada pela Resolução 3.310, de 31 de agosto de 2005, determinou a forma de cumprimento do direcionamento compulsório de 2% dos depósitos à vista em instituições financeiras para operações de microcrédito, instituído pela Lei 10.735, de 11 de setembro de 2003. Entretanto, verificou-se que o volume de recursos emprestado para esse público continua abaixo da exigibilidade, e o restante, de acordo com a regulamentação, está sendo depositado no Banco Central do Brasil.

A Resolução 3.422, de 30 de novembro de 2006, buscando uma maior efetividade da política pública, revisou os limites anteriormente estabelecidos, e aumentou os valores máximos de operações de microcrédito:

- i) de R\$600,00 para R\$1.000,00, para operações com pessoas físicas detentoras de contas especiais ou de baixa renda;
- ii) de R\$1.500,00 para R\$3.000,00, para operações destinadas a viabilizar empreendimentos produtivos; e
- iii) de R\$5.000,00 para R\$10.000,00, para operações de microcrédito produtivo orientado (aquelas que contam com acompanhamento técnico contínuo do empreendimento).

Além disso, aumentou: i) de R\$1.000,00 para R\$3.000,00 o saldo médio mensal máximo em contas de depósito, exceto as simplificadas, para que uma pessoa física possa ser beneficiária de operação de microcrédito; ii) de R\$10.000,00 para R\$15.000,00 o limite representado pelo somatório dos saldos devedores de todas as operações

de crédito de responsabilidade de cada microempreendedor ou microempresa beneficiária de operações de microcrédito, excetuadas desse limite as operações de crédito habitacional. A norma fixou ainda limite único para a taxa de abertura de crédito de operações de microcrédito produtivo orientado equivalente a 3% do valor da operação, eliminando-se o escalonamento do limite com base no prazo da operação.

Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos

Circular 3.334, de 5 de dezembro de 2006

A Circular 3.334, de 5 de dezembro de 2006, alterou o critério para registro de ocorrências no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF), no caso de cheques emitidos contra contas conjuntas e contra contas tituladas por pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, determinando que nesses casos devem ser registrado somente do nome e o respectivo número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do emitente do cheque, no caso de conta conjunta, e o nome da pessoa jurídica e não o de seu representante, no caso de conta titulada por pessoa jurídica. Anteriormente, incluía-se o nome de todos os titulares de conta conjunta e, no caso de pessoa jurídica de direito público, o nome e o CPF do responsável pela movimentação da conta.

A medida foi adotada tendo em vista ajustar tais critérios à jurisprudência originária do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que interpreta a legislação em vigor entendendo que o co-titular da conta-corrente conjunta detém apenas a solidariedade ativa dos créditos junto à instituição financeira, não sendo responsável pelos cheques emitidos por outro correntista.

Contas de registro e controle de fluxo de recursos

Circular 3.338, de 21 de dezembro de 2006

A Circular 3.338, de 21 de dezembro de 2006, editada com base no art. 10 da Resolução 3.424, de 21 de dezembro de 2006, delega ao Banco Central do Brasil a

competência para estabelecer condições adicionais para o funcionamento e a operacionalização das contas de registro e controle de fluxo de recursos de que trata a Resolução 3.402, de 6 de setembro de 2006, complementada pela Resolução 3.424, de 2006. A norma estabelece diretrizes e procedimentos para o funcionamento e a utilização das mencionadas contas, inclusive acerca da sua movimentação, e define uma oferta mínima de produtos e serviços bancários que devem ser oferecidos ao respectivo beneficiário sem que lhe seja imputado qualquer ônus.

Depósitos interfinanceiros

Resolução 3.399, de 29 de agosto de 2006

A Resolução 3.399, de 29 de agosto de 2006, tem por objetivo consolidar e aperfeiçoar as normas relativas à captação mediante a realização de depósitos interfinanceiros, em benefício da distribuição de liquidez no mercado financeiro. A respectiva minuta foi submetida à audiência pública no período de 20 de abril a 20 de maio de 2006.

As novas regras estabelecem a ampliação das modalidades de garantia que depositantes e depositários podem contratar, sendo admitidos, além do penhor de direitos creditórios, a utilização do instrumento de alienação fiduciária de coisa fungível e a cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis, bem como de títulos de crédito. Além disso, as companhias hipotecárias e as cooperativas de crédito foram autorizadas a receber e a efetuar depósitos interfinanceiros, a fim de ampliar suas possibilidades de captação de recursos, e as sociedades corretoras de câmbio foram autorizadas a efetuar esse tipo de depósito.

Operações de câmbio

Resolução 3.426, de 21 de dezembro de 2006

A Resolução 3.426, de 21 de dezembro de 2006, regulamenta a constituição e o funcionamento de instituições financeiras especializadas na realização de operações de câmbio. A minuta de normativo foi objeto de audiência pública, no período de 28 de agosto a 27 de setembro de 2006.

As regras visam estabelecer as condições institucionais para a constituição de instituição financeira de perfil diferenciado das demais instituições bancárias, de maneira a criar condições para que estruturas simplificadas viabilizem operações de câmbio de interesse de pessoas físicas, micro e pequenas empresas, a exemplo de transferências internacionais de pequeno valor e de operações simplificadas de exportação e de importação. Essa iniciativa busca aumentar a concorrência entre as instituições e ampliar as oportunidades de acesso dos agentes econômicos ao mercado de câmbio. As instituições assim constituídas, por terem estruturas direcionadas exclusivamente para atender às demandas desse mercado, poderão operar com custos menores e, por conseguinte, cobrar tarifas menos onerosas que as praticadas pelas instituições financeiras tradicionais.

Direito de quitação antecipada

Resolução 3.401, de 6 de setembro de 2006

No âmbito das medidas voltadas à promoção da concorrência bancária e ao acesso facilitado a produtos e serviços financeiros, o CMN editou a Resolução 3.401, de 6 de setembro de 2006, que garante ao cliente o direito de quitação antecipada de operações de crédito e de arrendamento mercantil e viabiliza, assim, a transferência de seu relacionamento de uma instituição financeira para outra concorrente. Foi estabelecido também que o valor máximo, em reais, da tarifa eventualmente cobrada em decorrência de liquidação antecipada de contratos de concessão de crédito ou de arrendamento mercantil deve ser definido no ato da contratação da operação, bem como constar de cláusula contratual específica, juntamente com as demais informações necessárias e suficientes para possibilitar o cálculo do valor a ser cobrado ao longo do prazo de amortização contratual.

O valor dessa tarifa deve guardar relação direta e linear com o prazo de amortização remanescente da operação e com a parcela não amortizada do principal, no caso de liquidação antecipada total, ou com o prazo de amortização remanescente e com o montante liquidado antecipadamente, no caso de liquidação antecipada parcial, em ambos os casos apurados na data em que ocorrer a liquidação antecipada. Foi estabelecido ainda que as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem fornecer a seus clientes, quando por esses solicitado, informações cadastrais e de saldos históricos de operações a eles relativas, no prazo máximo

de quinze dias contados da data da solicitação, com base em dados referentes, no mínimo, aos doze meses imediatamente anteriores àquela data.

Combate à lavagem de dinheiro

Circular 3.339, de 22 de dezembro de 2006

No contexto das medidas de combate à lavagem de dinheiro, o Banco Central do Brasil, por meio da Circular 3.339, de 22 de dezembro de 2006, estabeleceu que bancos múltiplos, bancos comerciais, caixas econômicas, cooperativas de crédito e associações de poupança e empréstimo, adicionalmente aos procedimentos previstos na Circular 2.852, de 3 de dezembro de 1998, devem adotar providências quanto ao estabelecimento de relação de negócios e ao acompanhamento das movimentações financeiras de clientes considerados pessoas politicamente expostas (PPE). As principais providências abrangem: (i) a identificação cadastral desses clientes; (ii) a autorização da alta gerência para o estabelecimento de relações de negócios com as referidas pessoas; (iii) a comunicação ao Banco Central da relação de clientes assim considerados; (iv) a identificação da origem dos fundos dos clientes considerados pessoas politicamente expostas; e (v) a adoção de medidas de vigilância reforçada em relação aos negócios estabelecidos com as referidas pessoas.

Financiamentos imobiliários

Resoluções 3.409 e 3.410, de 27 de setembro de 2006

A Medida Provisória 321, de 12 de setembro de 2006, acrescentou o art. 18-A à Lei 8.177, de 1º de março de 1991, e permitiu, a partir de 13 de setembro de 2006, a contratação de financiamentos imobiliários, com recursos dos depósitos de poupança, também a taxas de juros prefixadas, ou seja, sem atualização pela TR, até então obrigatória. A Lei 8.692, de 28 de julho de 1993, havia estabelecido um limite para a taxa efetiva de juros nos financiamentos contratados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) de 12% a.a.

A medida provisória acima citada atribuiu ao Conselho Monetário Nacional (CMN) a competência para

estabelecer a metodologia de cálculo de um percentual adicional (prefixado) máximo, com base na TR. O limite máximo de taxa de juros a ser cobrado em financiamentos prefixados no âmbito do SFH seria a resultante desses dois componentes. No caso das operações com taxas pós-fixadas, o limite continua sendo a taxa efetiva de juros máxima de 12% a.a., acrescida da remuneração básica dos depósitos de poupança, que foi definida pelo art. 7º da Lei 8.660, de 28 de maio de 1993, como sendo a TR relativa à data de aniversário do depósito.

Na regulamentação da determinação legal, o CMN adotou a Resolução 3.409 e a Resolução 3.410, ambas de 27 de setembro de 2006. A primeira norma diz respeito à metodologia para o cálculo do percentual adicional (acima de 12% a.a.) a ser cobrado nos financiamentos prefixados. Nesse caso, o adicional corresponderá à média aritmética simples das TR diárias dos três meses anteriores, e a taxa adicional será divulgada pelo Banco Central do Brasil no último dia útil de cada mês, com validade para o mês seguinte. Para maior transparência, o Banco Central do Brasil também divulgará o limite máximo de taxa de juros para os financiamentos prefixados, resultante da composição do percentual acima referido com a taxa efetiva de juros máxima de 12% a.a. Essa metodologia visa principalmente dar certa estabilidade à taxa de juros máxima admissível nos financiamentos prefixados, visando incentivar as instituições financeiras a oferecer continuamente essa modalidade de crédito, mesmo quando próximo à virada do mês, o que facilita assim ao público a comparação de taxas entre as diversas instituições.

A Resolução 3.410, de 2006, diz respeito ao art. 16 do Regulamento anexo à Resolução 3.347, de 8 de fevereiro de 2006, que dispõe que o custo efetivo máximo para o mutuário final de financiamentos contratados no âmbito do SFH, compreendendo juros, comissões e outros encargos financeiros, não pode ultrapassar o percentual de 12% a.a., excluídos dessa limitação os custos de contratação de apólice de seguros de morte e de invalidez permanente, danos físicos ao imóvel e, quando for o caso, responsabilidade civil do construtor, bem como o valor de tarifa mensal eventualmente cobrada do mutuário de contrato de financiamento imobiliário com o objetivo de ressarcir custos de administração desse contrato, limitado a R\$25,00 por contrato. As operações contratadas no SFH a taxas prefixadas devem respeitar um limite de taxa de juros específico e calculado de maneira diferente do limite vigente para as operações pós-fixadas. A alteração no art. 16 da Resolução 3.347, de 2006, estabelece que, no caso das operações prefixadas, além dos custos de

seguro, da tarifa de administração e do percentual acima referido, todos os demais custos incorridos pelo mutuário final não podem ultrapassar o percentual de 12% a.a.

Exposição em ouro e em moedas estrangeiras

Circular 3.333, de 5 de dezembro de 2006

A Resolução 2.606, de 27 de maio de 1999, estabeleceu um conjunto de regras prudenciais aplicáveis às instituições integrantes do SFN, relativas à alocação de capital regulamentar destinado a dar cobertura ao risco de mercado e, adicionalmente, à limitação da alavancagem em operações que gerem exposições em ouro e em ativos e passivos referenciados em moedas estrangeiras. A referida resolução fixou em 60% do valor do PR o limite máximo para exposições dessa natureza.

Posteriormente, com vistas a preservar a eficiência da regra prudencial em questão, o CMN resolveu, por meio da Resolução 2.891, de 26 de setembro de 2001, alterar as regras para apuração do requerimento de capital sobre a exposição cambial, ratificando a delegação de competência a esta autarquia para adotar, a qualquer tempo, as medidas necessárias à manutenção da eficácia do modelo em questão, preservando assim a agilidade na promoção de eventuais reajustes nos parâmetros utilizados.

Passados mais de doze meses da edição da Resolução 2.891, de 2001, e em decorrência do aumento nos patamares de volatilidade do mercado cambial, o Banco Central do Brasil julgou necessário alterar o parâmetro da modelagem representado pelo fator F'' , e também reduzir, de 60% para 30%, o limite de exposição em ouro e em ativos e passivos referenciados em variação cambial estabelecido na Resolução 2.606, de 1999.

Estudos realizados em setembro de 2006 permitiram constatar que a adoção de limites superiores suportaria os atuais padrões de volatilidade das taxas de câmbio. Tais estudos ampararam a decisão de elevar, por meio da Circular 3.333, de 5 de dezembro de 2006, o limite de exposição cambial para 60%. Essa medida preserva, além das condições de competitividade no âmbito do SFN, as regras de prudência que norteiam as ações normatizadoras do Banco Central do Brasil.

Estudo selecionado

Este capítulo é destinado à publicação de estudos cujos temas estejam relacionados à estabilidade financeira.

Os artigos podem não expressar a opinião do Banco Central do Brasil e são de inteira responsabilidade dos autores.

Neste número, é apresentado o seguinte trabalho:

- Impacto do Uso do Mitigador Garantia Real na Exigência de Capital para Risco de Crédito do Sistema Financeiro Brasileiro.

Impacto do Uso do Mitigador Garantia Real na Exigência de Capital para Risco de Crédito do Sistema Financeiro Brasileiro⁵⁴

Alan Cosme Rodrigues da Silva⁵⁵
Antônio Carlos Magalhães da Silva
Jaqueline Terra Moura Marins
Myrian Beatriz Eiras da Neves
Giovani Antonio Silva Brito⁵⁶

Resumo

Este trabalho tem por objetivo avaliar o efeito do uso de garantias reais na probabilidade de *default*, e, conseqüentemente, no nível de exigência de capital no sistema financeiro brasileiro, com base nos dados do Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Banco Central. A literatura sugere que a existência de garantia em algumas operações de crédito elevaria a disposição do devedor de pagar seu compromisso, o que poderia se refletir em uma probabilidade de *default* mais baixa. A metodologia utilizada para o cálculo da exigência de capital está baseada na Abordagem IRB-Básico de Basiléia II. O trabalho também visa identificar um fator de equivalência da relação entre a exigência de capital para risco de crédito na Abordagem Padronizada Simplificada e a calculada a partir da Abordagem IRB-Básica, sob condições específicas, entre elas o percentual de 11% para a exigência de capital adotado no Brasil e a *Loss Given Default* fixa em 45%. Para a amostra utilizada, os resultados revelam que as operações de não-varejo com garantias reais apresentam probabilidade de *default* média de 2,46% e fator-equivalente de 60%. Em contrapartida, as operações de não-varejo sem garantias apresentam uma probabilidade de *default* média de 6,66% e um fator equivalente de 93%, aproximando-se bastante do fator de ponderação de 100% da Abordagem Padronizada Simplificada.

54/ Agradecemos a Marcelo Aragão e a Priscilla Gardino pela colaboração no tratamento dos dados e pela manipulação do SAS. Agradecemos as sugestões de Alcir Palharini, Plínio Romanini e Guilherme Yanaka, assim como aos revisores do artigo. As visões expressas neste artigo são de responsabilidade dos autores e não representam as opiniões do Banco Central do Brasil ou de seus membros.

55/ Departamento de Estudos e Pesquisas, Banco Central do Brasil. E-mails: alan.cosme@bcb.gov.br; antonio.magalhaes@bcb.gov.br; jaqueline.terra@bcb.gov.br; myrian.neves@bcb.gov.br .

56/ Departamento de Supervisão Indireta e Gestão da Informação, Banco Central do Brasil. E-mail: giovani.brito@bcb.gov.br .

1. Introdução

O Novo Acordo de Capital (Basiléia II), divulgado em junho de 2004⁵⁷, apresenta uma série de princípios e recomendações no sentido de garantir proteção e solidez ao sistema financeiro internacional. Dessa forma, o Acordo estabelece, entre outros, parâmetros para o cálculo do capital regulamentar para fazer frente aos riscos de mercado, de crédito e operacional a que as instituições financeiras estão sujeitas.

Basiléia II apresenta inovações em relação ao cálculo do requerimento de capital ao ampliar o uso de instrumentos mitigadores de risco de crédito na redução da exigência. Nesse contexto, este trabalho procura avaliar o impacto do uso do instrumento garantia real sobre o nível da exigência de capital (EC) das instituições do Sistema Financeiro Nacional via probabilidade de *default* (PD) do tomador de crédito. A análise limita-se ao segmento de operações não-varejo⁵⁸, uma vez que, para o segmento varejo, já está previsto um fator de ponderação específico⁵⁹.

Há duas abordagens para o cálculo da EC sobre o risco de carteiras de crédito, desenvolvidos pelo Comitê da Basiléia: a Abordagem Padrão (*Standardised Approach*) e a abordagem baseada em Classificação Interna (*Internal Rating-Based Approach* ou *IRB Approach*). Em ambas, a EC sobre risco de crédito é um percentual do valor das exposições da instituição, ponderadas por fatores de risco. No entanto, a diferença entre as duas abordagens está na forma como os fatores de ponderação de risco são obtidos: na primeira, utiliza-se a classificação de agências externas ou parâmetros fixados pelo órgão regulador e, na segunda, utilizam-se sistemas internos de classificação, desenvolvidos pelas próprias instituições financeiras.

Este estudo utiliza a Abordagem IRB como modelo de cálculo da EC, uma vez que, após a implementação da Abordagem Padronizada Simplificada (APS), o IRB deverá ser o próximo modelo de EC que poderá ser adotado pelas instituições financeiras no Brasil⁶⁰.

57/ *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards – A Revised Framework*, Basel Committee on Banking Supervision, BIS, 2004.

58/ Nesse segmento, foram consideradas somente as operações de Natureza Própria e com Recursos Livres.

59/ Conforme o edital de Audiência Pública 26, de 22 de maio de 2006, que determinou o fator de ponderação de 75%.

60/ Segundo o cronograma do Comunicado Bacen 12.746/2004.

Na Abordagem IRB, há dois métodos de cálculo da EC: o IRB-Básico, onde a PD é estimada pelos bancos e os demais componentes de risco – LGD (*Loss Given Default*), EAD (*Exposure at Default*) e M (*Maturity*) – são dados pelo órgão de Supervisão; e o IRB-Avançado, onde todos os componentes de risco são estimados pelas instituições.

No estudo em questão, utiliza-se a versão básica da Abordagem IRB e procura-se verificar o efeito que o uso de garantias reais provoca na PD e, conseqüentemente, na EC na Abordagem IRB-Básico.

Cabe esclarecer que é reconhecido pela literatura o efeito direto da garantia sobre a LGD, por elevar a taxa de recuperação do crédito. Contudo, conforme Jimenez e Saurina (2004), existem duas interpretações alternativas acerca da relação entre colaterais e PD do tomador. Por um lado, existe a percepção geral do concedente do crédito, que tende a associar a necessidade de colaterais à baixa qualidade do crédito, o que levaria a uma relação positiva entre o colateral e a PD. Por outro lado, tomadores de baixo risco preferem fornecer colaterais de boa qualidade, assumindo que a probabilidade de serem executados é reduzida. Assim os colaterais funcionam como uma sinalização, permitindo à instituição a redução do problema de seleção adversa causado pela assimetria de informação entre a instituição e o tomador, no momento da concessão do empréstimo. Dessa forma, esperar-se-ia uma relação negativa entre o colateral e a PD, consistente com a hipótese de que o colateral é um sinal da alta qualidade do tomador. Partindo da segunda interpretação, este trabalho procura investigar um possível efeito indireto do colateral sobre a PD, que acabaria por influenciar o nível de capital requerido das instituições, segundo a Abordagem IRB.

Diversos estudos têm sido realizados sobre estimativas de PD. No Brasil, Schechtman *et al.* (2004) utilizam um modelo de *credit scoring*, por meio de regressão logística, para calcular a PD de uma carteira de crédito a partir de dados da antiga Central de Risco de Crédito (CRC) do Banco Central do Brasil. O objetivo desse estudo é identificar as variáveis significativas que influenciam a PD.

Parente e Costa (2003) utilizam dados da CRC para verificar a importância de informações de centrais públicas no processo de avaliação de risco de crédito das empresas no Brasil. Com um modelo de previsão de *default*, os autores identificam a variável relacionada ao volume de créditos em atraso como a mais importante para explicar o comportamento do tomador. Além disso, a variável

relacionada a coobrigações indica que quanto maior o nível de garantia, menor a PD da empresa.

Carneiro *et al.* (2005) definem a *proxy* para a PD a partir da matriz de migração de um ano. Essa matriz é calculada de acordo com o critério de quantidade de clientes e para cada entidade bancária do respectivo estudo, entre os exercícios de 2002 e 2004. O conceito de créditos em *default* identificado nesse estudo é o de cliente que apresenta classificação de risco de E a H. Esse critério está baseado na Resolução 2.682, de 21 dezembro de 1999, a qual impõe que os créditos vencidos há mais de noventa dias possuam classificação mínima de risco no nível E⁶¹.

O objetivo deste trabalho é avaliar, pela Abordagem IRB-Básica, o impacto indireto, via PD, da utilização das garantias reais na EC das instituições financeiras, a partir das operações de crédito registradas no Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) entre junho de 2004 e junho de 2006. O SCR é um banco de dados de operações de crédito sucessor da CRC, implementada em 1997 (Resolução CMN 2.390, de 22 de maio de 1997) e que determinava o envio ao Banco Central do Brasil, pelas instituições financeiras, de informações sobre o montante dos débitos e responsabilidades por garantias de seus clientes. Em 2002, buscou-se ampliar o escopo das informações existentes na base de dados (Circular 3.098, de 20 de março de 2002), surgindo assim o SCR.

Como resultado subjacente, o trabalho identifica os fatores de ponderação de risco que igualam a EC total⁶² entre a APS e a abordagem IRB-Básica. Cabe ressaltar que, embora a APS trate todas as operações de forma única e não discrimine operações com e sem garantia real, o objetivo do cálculo do fator de equivalência é verificar uma possível diferenciação do fator de ponderação de risco para as operações com garantia real.

O trabalho está dividido em quatro seções. Na seção seguinte, descreve-se a metodologia empregada. Os resultados encontram-se na terceira seção. Na quarta e última seção, apresentam-se as conclusões.

61/ Exceto se o prazo a decorrer da operação for superior a 36 meses, quando se admite a contagem em dobro dos prazos de atraso previstos na mencionada Resolução.

62/ Aqui definido como a exigência de capital (EC) acrescida de provisão.

2. Metodologia

No Brasil, o normativo que estabelece a APS ainda não foi editado. No entanto, existe uma minuta de normativo, Edital de Audiência Pública 26, de 22 de maio de 2006, que determinou que a EC sobre o risco de crédito, denominada Parcela referente a Ativos Ponderados por Risco – P_{EPR} , deve ser, no mínimo, igual a:

$$P_{EPR} = 0,11 \times \sum_j EPR_j = 0,11 \times \sum_j [FPR_j \times (EAD_j - Prov_j)], \quad (1)$$

onde:

EPR_j = Exposição Ponderada pelo Risco da j-ésima operação, líquida de provisão;

FPR_j = Fator de Ponderação de Risco da j-ésima operação;

EAD_j = *Exposure At Default*, igual ao saldo devedor da operação na data do cálculo; e

$Prov_j$ = Provisão da j-ésima operação, calculada de acordo com a Resolução 2.682/1999.

Conforme a Minuta 26, o Banco Central estabeleceu os FPRs de forma padronizada para todas as instituições financeiras nas suas operações de crédito. Uma vez reconhecido o efeito dos mitigadores de risco de crédito, conforme consta do Acordo de Basiléia II, a Minuta estabeleceu fatores de ponderação reduzidos para exposições específicas, que podem, por exemplo, chegar a 35% nos financiamentos imobiliários garantidos por alienação fiduciária e a 50% nos financiamentos habitacionais garantidos por hipoteca, dependendo da relação entre o saldo devedor da operação e o valor de avaliação da garantia. Para as exposições sobre as quais não tenha sido determinado um FPR específico, o fator-padrão estabelecido foi de 100%.

Na Abordagem IRB, as exposições são divididas em classes e cada classe tem sua função específica de ponderação de risco. As classes de exposições são: exposições corporativas (cinco subclasses), exposições soberanas, exposições bancárias, exposições de varejo (três subclasses) e exposições de participação patrimonial.

Segundo a Abordagem IRB, a EC para exposições corporativas, soberanas e bancárias é calculada da seguinte forma:

$$EC = 8\% \times \sum_j EPR_j, \quad (2)$$

onde:

$$EPR = K \times \left(\frac{1}{8\%} \right) \times EAD, \quad (3)$$

K (Requerimento de Capital), para exposições que não estejam em *default*⁶³:

$$K = \left[LGD \times N \left(\frac{N^{-1}(PD)}{\sqrt{(1-R)}} + \sqrt{\left(\frac{R}{1-R} \right)} \times N^{-1}(0,999) \right) - PD \times LGD \right] \times \frac{(1 + (M - 2,5) \times b)}{(1 - 1,5 \times b)}, \quad (4)$$

K (Requerimento de Capital), para exposições em *default*:

$$K = \max [0; (LGD_{Efetiva} - LGD_{Estimada})], \quad (5)$$

$$b \text{ (ajuste na Maturidade)} = (0,11852 - 0,05478 \times \ln(PD))^2, \quad (6)$$

$$R(\text{Correlação}) = 0,12 \times \frac{(1 - e^{(-50 \times PD)})}{(1 - e^{(-50)})} + 0,24 * \left[1 - \frac{(1 - e^{(-50 \times PD)})}{(1 - e^{(-50)})} \right], \quad (7)$$

Os parâmetros acima devem ser calculados para cada exposição de crédito separadamente. No IRB-Básico, a LGD é fixa em 45% e M em 2,5 anos.

No estudo em questão, foi utilizada a versão básica da Abordagem IRB. Conseqüentemente, a estimação de PDs dos devedores tornou-se condição *sine qua non* para o cálculo da EC sobre o risco de crédito das exposições e do impacto do uso de mitigadores sobre essa exigência.

O instrumento mitigador considerado neste estudo foi a garantia real. Não foi usado como base o mitigador garantia pessoal, já que esse tipo de garantia implicaria a estimativa de PDs associadas ao garantidor e não ao tomador do crédito. A identificação dos garantidores pessoais demandaria um cruzamento de dados de alto custo operacional, fugindo ao escopo deste trabalho. Os principais tipos de garantias reais presentes no SCR são hipoteca, alienação fiduciária, penhor e cessão de direitos creditórios. É importante ressaltar que, neste estudo, considerou-se simplesmente a informação de a operação ter ou não garantia registrada no SCR, e não o valor da garantia informada, uma vez que tal informação só é obrigatória para as operações relevantes, i.e, aquelas cujo valor é superior a R\$5 milhões.

Neste trabalho, partiu-se de um conjunto de operações de crédito para calcular as PDs dos tomadores/operação em cada classe de risco segundo

63/ Na equação (4), N(.) e N⁻¹(.) são respectivamente a função distribuição acumulada da Normal Padronizada e sua inversa.

a Resolução 2.682/1999. O conjunto considerado foi o estoque de operações de não-varejo, que consiste em todas as operações dos clientes cuja responsabilidade total⁶⁴ era superior a R\$ 100.000,00, registradas no SCR em 30 junho de 2004. Além disso, foram utilizadas somente operações de crédito concedidas pela instituição e que permanecem em sua carteira ativa e operações com recursos livres, excluindo-se, por exemplo, as operações com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Uma das razões de as operações de varejo terem sido excluídas é o fato de elas serem tratadas de forma diferenciada na Minuta 26. Segundo o documento, as operações de varejo, lá definidas como aquelas em que os devedores detenham responsabilidade total inferior a R\$100.000,00, entre outras características, terão fator de ponderação de risco de 75%, seguindo Basiléia II.

Algumas modalidades de crédito deixaram de ser consideradas na pesquisa, em razão de apresentarem características especiais que poderiam influenciar as PDs das operações e dificultar a análise do impacto das garantias: financiamentos rurais e agroindustriais, financiamentos imobiliários, créditos vinculados, coobrigações, capital de giro com prazo de vencimento inferior a 30 dias, *comprar*, *vendor* e financiamentos de TVM.

As operações da modalidade financiamentos rurais e agroindustriais compõem um segmento de mercado bastante específico, com particularidades quanto a taxas de juros, *funding*, formas de aplicação do crédito etc. Os financiamentos imobiliários já contam com um fator de ponderação específico em Basiléia II, conforme previsto na Minuta 26/2006. Os créditos vinculados possuem um caráter compulsório, haja vista a vinculação da aplicação dos recursos com a captação.

Na modalidade coobrigações, apesar da existência do risco de crédito, não existe o fluxo de pagamentos pré-definido na operação, necessário ao cálculo da PD conforme a metodologia adotada neste trabalho. As operações da modalidade capital de giro com prazo de vencimento inferior a trinta dias foram excluídas do estudo, uma vez que esses créditos geralmente são renovados sucessivamente pelas instituições financeiras, o que exigiria uma metodologia diferenciada para cálculo da PD. As operações de *comprar*,

64/ Para apuração da responsabilidade total, são consideradas as operações de crédito em carteira ativa, com saldos a vencer e vencidos, as coobrigações e os saldos lançados em prejuízo.

vendor e financiamentos de TVM normalmente envolvem mecanismos de autoliquidez que as diferenciam das demais modalidades.

Por fim, as operações da modalidade financiamento para aquisição de bens – veículos automotores também não foram incluídas no estudo. Por ocasião do tratamento da base de dados, foram identificados indícios de inconsistência nas informações fornecidas pelas instituições financeiras, referentes às garantias das operações dessa modalidade. Como se trata de modalidade de crédito na qual a garantia do bem financiado normalmente tem impacto relevante no nível de risco da operação, eventuais inconsistências nos dados poderiam comprometer o resultado do trabalho como um todo. Em razão disso, optou-se por excluir essa modalidade da pesquisa e tratá-la futuramente em um estudo específico.

As operações foram agrupadas por tipo de garantia: sem garantia nenhuma, somente garantia real, garantias reais e pessoais e somente garantia pessoal. Neste trabalho, somente foram considerados os dois primeiros grupos, uma vez que a consideração da garantia pessoal implicaria a estimativa da PD do garantidor e não do tomador/operação.

Após a filtragem das modalidades relevantes de crédito, um último filtro se mostrou necessário para tornar o trabalho viável operacionalmente e relevante para o mercado de crédito em análise: i) selecionar as modalidades cujo valor total das operações com garantia real represente no mínimo 10% da soma do valor total das operações com garantia real e sem garantia; e ii) dentre as modalidades selecionadas acima, eleger aquelas cuja quantidade de operações com garantia real represente no mínimo 10% da soma da quantidade total das operações com garantia real e sem garantia.

Sendo assim, foram consideradas nove modalidades após o último filtro. Foram elas: 1) Cheque Especial e Conta Garantida; 2) Crédito Pessoal – sem consignação em folha de pagamento; 3) Capital de Giro com prazo de vencimento superior a trinta dias; 4) Outros Empréstimos; 5) Aquisição de bens – outros bens; 6) Financiamento de Projeto; 7) Outros Financiamentos; 8) Financiamentos a Importação; 9) Outros Créditos/Devedores por compra de valores e bens.

Após a identificação das nove modalidades que foram objeto deste estudo, as operações foram agrupadas por classe de risco⁶⁵ e acompanhadas ao longo dos doze meses

65/ Embora Basiléia II (parágrafo 404) recomende a utilização de, no mínimo, sete faixas de risco para as operações que não estão em *default*, este trabalho utilizou as cinco primeiras classes de risco (AA, A, B, C e D) da Resolução 2.682/1999, conforme constam no SCR.

seguintes a 30 de junho de 2004, para que fossem identificadas aquelas que entraram em *default* nesse período. O critério de *default* escolhido foi aquele referente a operações de crédito em atraso há mais de noventa dias ou com classificação de risco E, F, G, H ou baixado a prejuízo^{66,67}.

Esse acompanhamento das operações no tempo permitiu calcular a proporção das operações que entraram em *default* em algum momento nos doze meses seguintes a 30 de junho de 2004, em relação à quantidade total das operações existentes nessa data, para cada classe de risco⁶⁸. Dessa forma, estimativas de PD por classe de risco puderam ser obtidas, tanto para as operações que não possuíam garantia quanto para operações que possuíam garantia real, admitindo-se implicitamente que a frequência observada de *default* é uma boa *proxy* para a PD.

Dado o pouco tempo de existência do SCR, foram consideradas apenas duas datas para o cálculo da taxa anual de ocorrência de *default*: 30 de junho de 2004 e 30 de junho de 2005, embora Basiléia II sugira a utilização de no mínimo cinco anos de dados. Sobre o estoque das operações de 30 de junho de 2005, foram escolhidas as mesmas nove modalidades do estoque do ano anterior. A partir daí, todo procedimento para a estimativa de PD descrito acima foi repetido. Ao final, a média simples entre a taxa anual de default de 2004 e a de 2005 foi calculada para cada classe de risco e usada como *proxy* para a estimativa de PD de cada classe.

A etapa seguinte à obtenção das estimativas de PD por classe de risco foi o cálculo da EC das operações existentes em 30 de junho de 2006. Sobre esse estoque, foram selecionadas somente operações que pertenciam às nove modalidades escolhidas anteriormente e aos dois grupos de operações considerados: sem garantia e com garantia real.

As operações de cada grupo tiveram sua classificação de risco dada em função da classificação obtida em junho de 2006 e, conseqüentemente, a PD foi associada a essa classificação, de acordo com as estimativas obtidas. Neste estudo, foi utilizado um nível de LGD de 45%, conforme

66/ A classificação de risco da Resolução 2.682/1999 está fortemente baseada no atraso das operações. As operações com noventa dias de atraso são classificadas, no mínimo, como nível E.

67/ Caso as operações tivessem, em 30 de junho de 2004, prazo a vencer superior a 36 meses, o critério de atraso foi contado em dobro, de acordo com a Resolução 2.682/1999.

68/ Essa metodologia está em conformidade com o documento *An Explanatory Note on the Basel II IRB Risk Weight Functions*, BIS, julho de 2005.

definido para a Abordagem IRB-Básico de Basiléia II. As operações de cada grupo tiveram seu requerimento de capital (K) determinado de acordo com as fórmulas da Abordagem IRB-Básico anteriormente apresentadas. Entretanto, foi também feita uma análise de sensibilidade de K a vários outros níveis de LGD. O percentual de LGD variou entre 45% e 100%, em um intervalo de 10 em 10 pontos percentuais.

A partir dos valores individuais de K em cada um dos dois grupos de operações, o valor da Exposição Ponderada pelo Risco (EPR) por operação foi calculado com o percentual de 11% e não de 8% como em Basiléia II. Assim, para cada um dos dois grupos, as fórmulas da EPR da j-ésima operação e da EC para as operações existentes em 30 de junho de 2006 tiveram que ser redefinidas respectivamente para:

$$EPR_j = K_j \times \frac{1}{11\%} \times EAD_j, \quad (8)$$

$$EC = 11\% \times \sum_j EPR_j = 11\% \times \sum_j \left(K_j \times \frac{1}{11\%} \times EAD_j \right) = \sum_j (K_j \times EAD_j), \quad (9)$$

Considerando os níveis diferenciados de provisão entre a APS, cujos percentuais utilizados neste trabalho estão definidos na Resolução 2.682/1999, e a Abordagem IRB-Básica, cujos percentuais são dados pelos níveis de perda esperada (PD vezes LGD), optou-se por utilizar a EC total (EC acrescida de provisão), para avaliar o impacto indireto do mitigador garantia real na EC das instituições financeiras do Sistema.

Além disso, foi possível comparar o fator de ponderação de risco determinante da EC da Abordagem do IRB-Básico com o da APS. Para tal, foi preciso encontrar um fator tal que a EC total fosse a mesma para as duas abordagens (equação 10). Esse fator foi aqui denominado de fator equivalente e obtido conforme o desenvolvimento abaixo:

$$\left[\sum_j (K_j \times EAD_j) + \sum_j (PD_j \times LGD_j \times EAD_j) \right] = F_{Equiv} \left[0,11 \times \sum_j (EAD_j - Pr ov_j) \right] + \sum_j Pr ov_j \therefore$$

$$F_{Equiv} = \frac{\left[\sum_j (K_j \times EAD_j) + \sum_j (PD_j \times LGD_j \times EAD_j) \right] - \sum_j Pr ov_j}{\left[0,11 \times \sum_j (EAD_j - Pr ov_j) \right]}, \quad (10)$$

O fator-equivalente, calculado tanto para o grupo de operações com garantia real quanto para o grupo de operações sem garantia, permite mensurar o efeito que a garantia real teria, via PD, sobre o fator de ponderação da APS. Cabe lembrar que, embora a APS trate todas as operações de forma única, não discriminando operações com e sem garantia real, o objetivo do cálculo do fator de equivalência é verificar uma possível diferenciação do fator de ponderação de risco para as operações com garantia real.

3. Resultados

Tabela 3.1 – Probabilidades de *default* estimadas para as operações sem garantia, estratificadas conforme classificação de risco

Classe	Jun/2004		Jun/2005		PD Média %
	Quantidade	PD %	Quantidade	PD %	
AA	21 404	1,19	15 402	1,05	1,12
A	37 110	3,77	24 419	3,68	3,72
B	27 186	5,89	29 200	6,34	6,11
C	24 389	8,58	18 894	10,38	9,48
D	5 674	33,63	4 493	38,59	36,11
E	1 860	100,00	1 796	100,00	100,00
F	1 506	100,00	1 346	100,00	100,00
G	1 117	100,00	1 026	100,00	100,00
H	6 530	100,00	5 593	100,00	100,00
Total	126 776		102 169		

Em 30 de junho de 2004 e 30 de junho de 2005, as duas datas que serviram de base para a estimativa das PDs, as quantidades iniciais de operações do grupo não-varejo atingiram um volume de 872 mil e 911 mil, respectivamente. Após a filtragem das operações, o estoque final das operações reduziu-se para 184 mil em junho de 2004 e para 185 mil em junho de 2005.

Mesmo após a aplicação dos filtros, o perfil do estoque final de operações quanto ao tipo de garantia foi bastante semelhante ao perfil do estoque inicial, tanto em 30 de junho de 2004 quanto em 30 de junho de 2005. Isso sugere a adequação dos dados selecionados para que a análise de impacto do mitigador garantia real seja realizada.

As Tabelas 3.1 e 3.2 a seguir apresentam as estimativas de PDs do período de 30 de junho de 2004 a 30 de junho de 2005 e de 30 de junho de 2005 a 30 de junho de 2006, por classe de risco, para o grupo de operações sem garantia e para o grupo com garantia real, respectivamente. São também apresentadas a quantidade de operações e a média aritmética ponderada das PDs por classe de risco, que foi usada como estimativa final para o cálculo da EC em 30 de junho de 2006.

Tabela 3.2 – Probabilidades de *default* estimadas para as operações com garantia, estratificadas conforme classificação de risco

Classe	Jun/2004		Jun/2005		PD Média %
	Quantidade	PD %	Quantidade	PD %	
AA	13 459	0,72	12 818	0,60	0,66
A	19 916	0,75	32 955	1,30	1,02
B	11 106	1,42	14 463	2,25	1,83
C	8 918	2,77	15 559	5,36	4,06
D	2 100	13,57	3 468	20,47	17,02
E	237	100,00	699	100,00	100,00
F	279	100,00	557	100,00	100,00
G	74	100,00	362	100,00	100,00
H	768	100,00	2 408	100,00	100,00
Total	56 857		83 289		

Nos dois períodos considerados, as PDs foram crescentes à medida que a classificação de risco da operação piorou. Além disso, as taxas de *default* encontradas nas classes de AA a D do grupo de operações com garantia real foram menores do que as do outro grupo. As médias ponderadas das PDs para a carteira de operações não *default* com garantia foi de 1,69% e 3,00% para 2005 e 2006 respectivamente e, para a carteira de operações não *default* sem garantia, as PDs médias foram de 6,27% e de 7,15% respectivamente. Esses valores, por si só, sugerem que as operações que não têm garantia apresentam maior chance de *default*. Para testar se é estatisticamente significativa a diferença entre as PDs obtidas

para o grupo de operações com garantia real e as PDs do grupo sem garantia em cada classe de risco, foi realizado um teste de diferença de proporção. A especificação do teste e seus resultados encontram-se na Tabela 3.3. Pode-se concluir que, para todas as classes de risco consideradas, as amostras forneceram evidência suficiente, ao nível de significância de 5%, para detectar uma diferença negativa entre a PD com garantia e a PD sem garantia.

Tabela 3.3 – Teste de diferença de proporção aplicado às PDs com e sem garantia obtidas para cada classe de risco

H_0 : PD com garantia - PD sem garantia = 0

H_1 : PD com garantia - PD sem garantia < 0

Nível de significância de 5%

Classe	PD com garantia %	PD sem garantia %	Diferença entre as PD %	Estatística de teste	Resultado
Período: Jun/2004					
AA	0,72	1,19	-0,47	-4,2795	Rejeita H_0
A	0,75	3,77	-3,02	-21,1564	Rejeita H_0
B	1,42	5,89	-4,46	-18,9342	Rejeita H_0
C	2,77	8,58	-5,81	-18,3675	Rejeita H_0
D	13,57	33,63	-20,06	-17,4477	Rejeita H_0
PD média	1,69	6,27	-4,58	-41,5633	Rejeita H_0
Período: Jun/2005					
AA	0,60	1,05	-0,45	-4,1173	Rejeita H_0
A	1,30	3,68	-2,38	-18,7434	Rejeita H_0
B	2,25	6,34	-4,09	-18,4935	Rejeita H_0
C	5,35	10,38	-5,03	-17,0041	Rejeita H_0
D	20,47	38,59	-18,12	-17,3804	Rejeita H_0
PD média	3,00	7,15	-4,15	-38,5423	Rejeita H_0

A EC foi calculada com base nos dados de 30 de junho de 2006. Os cálculos da EC e do fator equivalente das operações de cada grupo podem ser acompanhados pelas Tabelas 3.4 e 3.5 a seguir. Nas tabelas 3.4a e 3.5a, o requerimento de capital K da abordagem IRB-Básica foi apresentado para cada classe de risco. O valor de K foi calculado com base nas médias das estimativas de PD dos dois períodos considerados (PD Média), nos valores obtidos de EAD, com uma LGD de 45% e uma M de 2,5 anos, conforme estabelecido no Acordo de Basiléia II. Apresentam-se também, para cada classe, as Exposições Ponderadas pelo Risco (EPR), as perdas esperadas (PD x LGD), o capital exigido das instituições (EC) e, finalmente, a EC Total definida pela soma das perdas esperadas (PD x LGD) com as perdas inesperadas (K) aplicadas sobre a EAD.

Tabela 3.4a – Cálculo da exigência de capital para as operações sem garantia conforme a Abordagem IRB-Básico

Classe	EAD	K %	EPR	PD x LGD %	EC	R\$ mil	
						Provisão ^{1/} (PD x LGD x EAD)	Exigência de capital total
AA	16 264 171	7,69	11 368 012	0,50	1 250 481	82 088	1 332 569
A	12 803 355	10,93	12 721 904	1,68	1 399 409	214 580	1 613 989
B	8 169 985	12,85	9 547 154	2,75	1 050 187	224 715	1 274 902
C	3 574 563	15,14	4 920 615	4,27	541 268	152 463	693 731
D	736 298	19,61	1 312 625	16,25	144 389	119 645	264 034
E	284 970	-	-	45,00	-	128 236	128 236
F	304 676	-	-	45,00	-	137 104	137 104
G	232 981	-	-	45,00	-	104 841	104 841
H	993 749	-	-	45,00	-	447 187	447 187
Total	43 364 746		39 870 541		4 385 760	1 610 860	5 996 620

1/ As provisões do IRB-Básico foram consideradas equivalentes às perdas esperadas.

Tabela 3.4b – Cálculo da exigência de capital para as operações sem garantia conforme a Abordagem Padronizada Simplificada

Classe	EAD – Prov	Provisão Resolução 2.682/99 (%)	EC	Provisão	R\$ mil	
					Exigência de capital total	
AA	16 264 171	0,00	1 789 059	-	1 789 059	
A	12 739 338	0,50	1 401 327	64 017	1 465 344	
B	8 088 285	1,00	889 711	81 700	971 411	
C	3 467 326	3,00	381 406	107 237	488 643	
D	662 668	10,00	72 893	73 630	146 523	
E	199 479	30,00	21 943	85 491	107 434	
F	152 338	50,00	16 757	152 338	169 095	
G	69 894	70,00	7 688	163 086	170 775	
H	-	100,00	-	993 749	993 749	
Total	41 643 499		4 580 785	1 721 248	6 302 033	

Nas Tabelas 3.4b e 3.5b, são mostrados os níveis de provisão segundo a Resolução 2.682/1999 para cada classe de risco, bem como as ECs respectivas, segundo a APS.

O fator-equivalente de 93% para o grupo de operações sem garantia foi obtido através da Equação (10). Este é o fator que igualaria a EC total calculada pela APS com a calculada pela IRB-Básica para o grupo de operações sem garantia dentre as modalidades selecionadas. Ressalte-se que, na APS, o fator de ponderação é de 100%.

O fator-equivalente de 60,48% para o grupo de operações com garantia real foi obtido da mesma forma que para o grupo de operações sem garantia.

Esses dois resultados devem ser observados com cautela, visto que a LGD de 45% da Abordagem IRB-Básica pode ser considerada bastante otimista para o mercado brasileiro.

No intuito de identificar a sensibilidade do fator-equivalente à LGD, tanto para as operações com garantia real como para as operações sem garantia, foi realizada uma simulação com os valores de LGD de 45% a 100% variando de 10 em 10 pontos percentuais. Os resultados obtidos estão expostos na Tabela 3.6.

Nas operações sem garantia, encontrou-se que, para cada aumento de um ponto percentual na LGD, houve um aumento de 2,91 pontos percentuais no fator-equivalente. Como exemplo, pode ser citado o caso da LGD de 100%, a qual indica um fator de risco equivalente nas operações

Tabela 3.5a – Cálculo da exigência de capital para as operações com garantia conforme a Abordagem IRB-Básico

R\$ mil							
Classe	EAD	K %	EPR	PD x LGD %	EC	Provisão (PD x LGD x EAD)	Exigência de capital total
AA	6 384 822	6,29	3 649 973	0,30	401 497	18 983	420 480
A	5 710 519	7,45	3 867 944	0,46	425 474	26 339	451 813
B	3 115 221	8,97	2 539 350	0,83	279 329	25 722	305 051
C	2 181 536	11,22	2 224 879	1,83	244 737	39 874	284 611
D	487 358	18,36	813 369	7,66	89 471	37 332	126 802
E	167 498	-	-	45,00	-	75 374	75 374
F	58 745	-	-	45,00	-	26 435	26 435
G	50 836	-	-	45,00	-	22 876	22 876
H	428 462	-	-	45,00	-	192 808	192 808
Total	18 584 997		13 095 515		1 440 507	465 743	1 906 250

Tabela 3.5b – Cálculo da exigência de capital para as operações com garantia conforme a Abordagem Padronizada Simplificada

R\$ mil					
Classe	EAD – Prov	Provisão Resolução 2.682/99 (%)	EC	Provisão	Exigência de capital total
AA	6 384 822	0,00	702 330	-	702 330
A	5 681 967	0,50	625 016	28 553	653 569
B	3 084 069	1,00	339 248	31 152	370 400
C	2 116 090	3,00	232 770	65 446	298 216
D	438 622	10,00	48 248	48 736	96 984
E	117 248	30,00	12 897	50 249	63 147
F	29 372	50,00	3 231	29 372	32 603
G	15 251	70,00	1 678	35 585	37 263
H	-	100,00	-	428 462	428 462
Total	17 867 441		1 965 419	717 555	2 682 974

Tabela 3.6 – Sensibilidade do fator-equivalente à LGD calculado conforme a Abordagem IRB-Básica

%		
LGD	F equivalente com garantia	F equivalente sem garantia
45,00	60,48	93,33
55,00	82,03	122,42
65,00	103,59	151,51
75,00	125,14	180,60
85,00	146,69	209,70
95,00	168,25	238,79
100,00	179,02	253,33

sem garantia, da ordem de 253%. No que concerne às operações com garantia real, encontrou-se, para cada aumento de um ponto percentual na LGD, um incremento de 2,16 pontos percentuais no fator-equivalente. Para uma LGD de 100%, encontrou-se um fator-equivalente de 179%. Dessa forma, observa-se que o fator-equivalente é sensível às variações da LGD.

Conforme mencionado na seção Metodologia, o impacto do uso do mitigador garantia real sobre a EC das instituições financeiras do Sistema foi avaliado de duas formas: a variação da EC total entre o grupo de operações sem garantia e o grupo de operações com garantia real e a variação do fator-equivalente entre os mesmos grupos de operações. A EC total do grupo de operações sem garantia representou 13,82% da respectiva EAD, enquanto no caso do grupo com garantia real, o percentual foi de 10,26%. O fator-equivalente foi de 93,33% no primeiro grupo e de 60,48% no segundo, com utilização de uma LGD de 45%. Desse modo, em ambas as formas de avaliação do impacto do mitigador, seu efeito foi o de reduzir o capital necessário para cobrir o risco de crédito.

4. Conclusão

Este trabalho teve por objetivo avaliar o impacto do mitigador garantia real na exigência de capital do Sistema Financeiro Nacional (SFN), por meio da probabilidade de *default*. Para tal, comparou-se a exigência de capital da Abordagem Padronizada Simplificada com a obtida

pela Abordagem IRB-Básico, na qual as estimativas de probabilidade de *default* foram obtidas a partir de dois anos de informações do Sistema de Informações de Crédito sobre um segmento específico de operações não-varejo.

O estudo demonstrou que, nesse segmento, as operações com garantia real tiveram reduzidas as suas probabilidades de *default* e, conseqüentemente, as suas exigências de capital. Os resultados indicaram, ainda, que o fator de ponderação equivalente entre as exigências totais de capital da Abordagem Padronizada Simplificada e da Abordagem IRB-Básico das operações sem garantia real seria de 93%, enquanto o das operações com garantia real seria de 60%. Em relação às operações sem garantia, o fator encontrado se aproximou do fator de 100%, utilizado na legislação do Banco Central do Brasil referente à Abordagem Padronizada Simplificada. Por outro lado, para o grupo das operações com garantia real, o valor encontrado indicou um certo conservadorismo, o que é inerente à regulação preventiva.

Embora este trabalho não tenha avaliado a qualidade e o valor das garantias, esse resultado preliminar representa um estímulo para as instituições migrarem para o IRB Básico, a partir da implementação de um modelo eficaz de gestão de risco de crédito e de monitoramento adequado de garantias, o que abre a possibilidade para uma redução da exigência de capital sobre suas operações. Vale citar que os resultados foram obtidos tomando-se por base o percentual de 11% para a exigência de capital adotado pelo Brasil e a *Loss Given Default* fixa em 45%, conforme sugerido por Basiléia II para a Abordagem IRB-Básico.

De fato, para a realidade brasileira, a *Loss Given Default* de 45% é possivelmente otimista. A análise de sensibilidade do fator equivalente a variações na *Loss Given Default* revelou que, por exemplo, o fator de 100% para o grupo de operações com garantia estaria associado a uma *Loss Given Default* de 65%. Assim sendo, o conservadorismo da Abordagem Padronizada Simplificada, se justifica, restando, porém, o incentivo para as instituições migrarem para o IRB.

O presente estudo limitou-se a confrontar as operações sem garantia com as que possuíam garantia real. Para trabalhos futuros, poder-se-ia estender o estudo para outros mitigadores, bem como para a carteira de operações de varejo. Seria também valioso um estudo sobre a estimação da *Loss Given Default*, como alternativa ao percentual fixo de 45% de Basiléia II.

Referências bibliográficas

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Comunicado 12.746, de 9 de dezembro de 2004. Comunica os procedimentos para a implementação da nova estrutura de capital – Basiléia II. Brasília, 2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Edital de Audiência Pública 26, de 22 de maio de 2006. Brasília, 2006.

BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION. **International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards – A Revised Framework**. BIS. 2004.

BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION. **An Explanatory Note on the Basel II IRB Risk Weight Functions**. BIS. 2005.

CARNEIRO, Fábio Lacerda; VIVAN, Gilneu Francisco Astolfi; KRAUSE, Kathleen. Novo Acordo da Basiléia: Estudo de caso para o contexto brasileiro. **Resenha BM&F**, n. 163. São Paulo, 2005.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN). Resolução 2.390, de 22 de maio de 1997. Especifica a prestação ao Banco Central do Brasil de informações sobre clientes, objetivando a implementação do sistema Central de Risco de Crédito. Brasília, 1997.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN). Resolução 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Brasília, 1999.

JIMENEZ, G.; SAURINA J. Collateral, type of lender and relationship banking as determinants of credit risk. **Journal of Banking and Finance**, n. 28, 2004.

PARENTE, G. G. C.; COSTA, O, L, V. Avaliação da utilização de centrais públicas de informações de crédito num modelo de previsão para inadimplência. In: TERCEIRO ENCONTRO BRASILEIRO DE FINANÇAS. São Paulo. **Anais**. 2003.

SCHECHTMAN, Ricardo; GARCIA, V, S.; KOYAMA, S. M.; PARENTE, G. C. **Credit risk measurement and the regulation of bank capital and provision requirements in Brazil – A corporate analysis**. 2004.

Apêndice

Administração do Banco Central do Brasil

Unidades centrais do Banco Central do Brasil

Siglas

Administração do Banco Central do Brasil*

Diretoria Colegiada

Henrique de Campos Meirelles
Presidente

Afonso Sant'Anna Bevilaqua
Diretor

Alexandre Antonio Tombini
Diretor

Antonio Gustavo Matos do Vale
Diretor

Mário Magalhães Carvalho Mesquita
Diretor

Paulo Sérgio Cavalheiro
Diretor

Paulo Vieira da Cunha
Diretor

Rodrigo Telles da Rocha Azevedo
Diretor

* Posição em 31/12/2006

Secretaria-Executiva da Diretoria

Milton Luiz de Melo Santos

Secretário-Executivo

Sérgio Albuquerque de Abreu e Lima

Secretário da Diretoria e do Conselho Monetário Nacional

Emidio Rodrigues Cordeiro

Secretário de Relações Institucionais

Consultores da Diretoria

Alexandre Pundek Rocha

Carolina de Assis Barros

Clarence Joseph Hillerman Júnior

Dalmir Sérgio Louzada

Eduardo Fernandes

Flávio Pinheiro de Melo

Katherine Hennings

Marco Antônio Belém da Silva

Sidinei Corrêa Marques

Unidades centrais do Banco Central do Brasil

Dept. de Administração Financeira (Deafi)
Chefe: *Jefferson Moreira*

Dept. de Auditoria Interna (Deaud)
Chefe: *Eduardo de Lima Rocha*

Dept. de Combate a Ilícitos Financeiros e Supervisão
de Câmbio e Capitais Internacionais (Decic)
Chefe: *Ricardo Lião*

Dept. de Controle e Análise de Processos
Administrativos Punitivos (Decap)
Chefe: *Cláudio Jaloretto*

Dept. de Controle de Gestão e Planejamento da
Supervisão (Decop)
Chefe: *Sérgio Almeida de Souza Lima*

Dept. da Dívida Externa e de
Relações Internacionais (Derin)
Chefe, substituto: *Fernando Antonio Gomes*

Dept. Econômico (Depec)
Chefe: *Altamir Lopes*

Dept. de Estudos e Pesquisas (Depep)
Chefe: *Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo*

Dept. de Gestão de Pessoas e Organização (Depes)
Chefe: *Miriam de Oliveira*

Dept. de Liquidações Extrajudiciais (Deliq)
Chefe: *José Irenaldo Leite de Ataíde*

Departamento do Meio Circulante (Mecir)
Chefe: *João Sidney de Figueiredo Filho*

Dept. de Normas do Sistema Financeiro (Denor)
Chefe: *Amaro Luiz de Oliveira Gomes*

Dept. de Operações Bancárias e de Sistema de
Pagamentos (Deban)
Chefe: *José Antonio Marciano*

Dept. de Operações do Mercado Aberto (Demab)
Chefe: *Ivan Luis Gonçalves de Oliveira Lima*

Dept. de Operações das Reservas Internacionais (Depin)
Chefe: *Márcio Barreira de Ayrosa Moreira*

Dept. de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)
Chefe: *Luiz Edson Feltrim*

Dept. de Planejamento e Orçamento (Depla)
Chefe: *José Clóvis Batista Dattoli*

Dept. de Recursos Materiais e Patrimônio (Demap)
Chefe: *Dimas Luis Rodrigues da Costa*

Dept. de Segurança (Deseg)
Chefe: *Sidney Furtado Bezerra*

Dept. de Supervisão de Bancos e de Conglomerados
Bancários (Desup)
Chefe: *Osvaldo Watanabe*

Dept. de Supervisão de Cooperativas e Instituições
Não Bancárias e de Atendimento a Demandas e
Reclamações (Desuc)
Chefe: *Americo Ciccotti*

Dept. de Supervisão Indireta e Gestão da Informação
(Desig)
Chefe: *Cornélio Farias Pimentel*

Dept. de Tecnologia da Informação (Deinf)
Chefe: *Fernando de Abreu Faria*

Ouvidoria do Banco Central do Brasil (Ouvid)
Ouvidor: *Hélio José Ferreira*

Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil
(PGBCB)
Procurador-geral: *Francisco José de Siqueira*

Siglas

AP	Ativo Permanente
APR	Ativos Ponderados pelo Risco
BIS	<i>Bank for International Settlements</i>
BM&F	Bolsa de Mercadorias e Futuro
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo
CBLC	Companhia Brasileira de Liquidação e de Custódia
CCF	Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos
Cetip	Câmara de Custódia e Liquidação
CIP	Câmara Interbancária de Pagamentos
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
Compe	Centralizadora da Compensação de Cheques e Outros Papéis
CPC	Contraparte central
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
DAX	<i>Deutscher Aktienindex</i>
DOC	Documento de Crédito
DPMFi	Dívida Pública Mobiliária Federal interna
Embi+	<i>Emerging Market Bond Index Plus</i>
Embi Global	<i>Emerging Market Bond Index Global</i>
FDIC	<i>Federal Deposit Insurance Corporation</i>
Fed	<i>Federal Reserve</i>
FGC	Fundo Garantidor de Créditos
FIF	Fundo de Investimento Financeiro
First	Sistema de <i>Rating</i> da Inspeção Financeira
FMI	Fundo Monetário Internacional
Foma	Fundo de Operações do Mercado Agropecuário
FOMC	<i>Federal Open Market Committee</i>
FSA	<i>Financial Services Agency</i>
FTSE 100	<i>Financial Times Securities Exchange Index 100</i>
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
LBTR	Liquidação Bruta em Tempo Real
LDL	Liquidação Diferida Líquida
LTN	Letras do Tesouro Nacional
NPL	<i>Non Performing Loans</i>
NTN-B	Notas do Tesouro Nacional – Série B
OMC	Organização Mundial do Comércio

Opep	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAF	Plano Anual de Financiamento
PIB	Produto Interno Bruto
PLE	Patrimônio Líquido Exigido
PPE	Pessoas politicamente expostas
PR	Patrimônio de Referência
PRA	Patrimônio de Referência Ajustado
RF	Risco Financeiro
RFL	Risco Financeiro Líquido
ROA	Retorno sobre Ativos
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SCM	Sociedade de Crédito ao Microempreendedor
SCR	Sistema de Informações de Crédito do Banco Central
SDE	Secretaria de Direito Econômico
Seae	Secretaria de Acompanhamento Econômico
Selic	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SPB	Sistema de Pagamentos Brasileiro
Siloc	Sistema de Liquidação Diferida das Transferências Interbancárias de Ordens de Crédito
Sitraf	Sistema de Transferência de Fundos
STJ	Superior Tribunal de Justiça
STR	Sistema de Transferência de Reservas
TEC	Transferência Especial de Crédito
TED	Transferência Eletrônica Disponível
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
Topix	<i>Stock Price Index – Tokyo Stock Exchange</i>
TR	Taxa Referencial
TVM	Títulos e Valores Mobiliários
VaR	Valor em Risco